



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES – CH

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAHIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

LINHA DE PESQUISA – CULTURA, PODER E IDENTIDADES

LUCAS TADEU BORGES VIANA

**A LÓGICA DO TRANSFORMISMO: O CASO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE-PB (1981- 2000)**

CAMPINA GRANDE, PB

SETEMBRO DE 2021

LUCAS TADEU BORGES VIANA

A LÓGICA DO TRANSFORMISMO: O CASO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE-PB (1981- 2000)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História, no curso de
Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa:
Cultura, poder e identidades. Área de Concentração:
História, Cultura e Sociedade.

Orientador (a): José Luciano de Queiroz Aires

CAMPINA GRANDE, PB
SETEMBRO DE 2021

V614l Viana, Lucas Tadeu Borges.
A lógica do transformismo: o caso histórico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande-PB (1981- 2000) / Lucas Tadeu Borges Viana. – Campina Grande, 2021.
215 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
“Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires”.

Referências.

1. Partido dos Trabalhadores – História – Campina Grande-PB.
2. Transformismo – PT de Campina Grande-PB. 3. Grupo Cunha Lima – Política – Campina Grande-PB. 4. Partido dos Trabalhadores de Campina Grande – Alianças e Coligações Políticas. I. Aires, José Luciano de Queiroz. II. Título.

CDU 329.281(813.3)(091)(043)

LUCAS TADEU BORGES VIANA

A LÓGICA DO TRANSFORMISMO: O CASO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE-PB (1981- 2000)

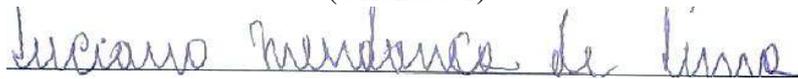
Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em História, no
curso de Pós-Graduação em História, Linha de
Pesquisa: Cultura, poder e identidades.

Área de Concentração: História, Cultura e
Sociedade.

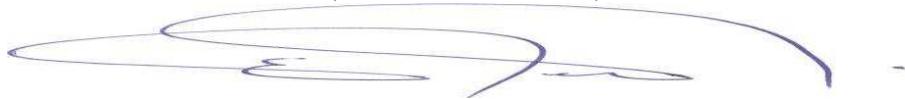
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)
(Orientador)



Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)
(Examinador Externo)

Prof^ª. Dr^ª. Michelly Pereira de Sousa Cordão (UFCG)
(Suplente de Examinador Interno)

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB)
(Suplente de Examinador Externo)

Aprovada em: 29/09/2021

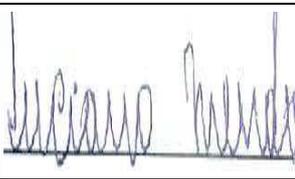
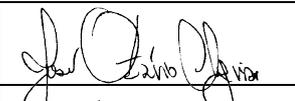


UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 18:30h (dezoito e trinta) do dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Lucas Tadeu Borges Viana**, intitulada: **“A Lógica do Transformismo: O Caso Histórico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande- PB (1981-2000)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: José Luciano Queiros Aires (Orientador), Luciano Mendonça de Lima (Examinador Interno), Eurelino Teixeira Coelho Neto (Examinador Externo). Assinam também a presente Ata o Coordenador do Programa Prof. Dr. José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: Após a arguição, a Banca considerou que o trabalho cumpre com sobras as exigências de um mestrado, destaca-se a qualidade e a extensão do corpus documental e o emprego coerente de um referencial teórico bem estruturado. A Banca recomenda a publicação do trabalho.

Lista de Presença

Orientador(a)	José Luciano Queiros Aires	
Examinador (a) Interno(a)	Luciano Mendonça de Lima	
Examinador(a) Externo (a)	Eurelino Teixeira Coelho Neto	
Coordenador	José Otávio Aguiar	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Marilene Borges Viana. O que há de bom em mim é proveniente dos seus ensinamentos e do seu esforço. Posso dizer que minha mãe é minha amiga. Também ao meu irmão, portador de paralisia cerebral e transplantado renal, Thiago Borges Viana, pessoa preferida do meu mundo.

Aos amigos leais Jean Lucas, Adriano Oliveira e Roberta Araújo. Apesar da distância natural ocasionada pela pandemia, a graduação e o mestrado ao lado deles tornou tudo menos difícil. Ao meu orientador e amigo, Luciano Queiroz. Conhecer-lo no terceiro período do curso de História da UFCG redimensionou minha trajetória pessoal e acadêmica. Estendo o agradecimento aos componentes da banca Luciano Mendonça, o Mendoncinha, marxista convicto e confesso, bravo militante, exemplo dentro e fora da universidade. A admiração que nutria em relação ao professor Eurelino Coelho só fez aumentar depois do nosso contato. A dureza necessária para exercer exemplarmente sua função, o rigor intelectual, teórico e metodológico, mas também a ternura de um extraordinário educador o caracterizam. A professora Michelly Pereira de Sousa Cordão também precisa ser mencionada. Ela só parece ser chata, mas, verdade, só é muito competente e um pouco ranzinza, o que não é defeito. Aprendi muito com você, Michelly. Ter sido seu aluno (além de duas vezes monitor em Historiografia Brasileira) acrescentou muito na minha formação. O professor Paulo Giovanni é um dos seres humanos mais gentis que eu conheço. Cedeu fontes, aconselhou, conversou, leu textos. Ele me ensinou que não precisamos concordar em tudo para sermos solidários e ajudarmos ao outro, sem nada em troca esperar. Pessoas como Paulo fazem um bem danado à Universidade. Uma das maiores honras da minha vida será ter a oportunidade de escrever um texto para vocês.

Adorei ter feito parte da turma 2019. 1 do PPGH da UFCG. Para não mencionar os quarentas colegas, cito a amizade construída com os companheiros Jeferson Florêncio, Flávio Benites, Andresson Araújo, Ítalo Aquino, Pedro Dantas e Henrique Gadelha. Todos componentes do grupo interno intitulado os “Pós-Modernos”. Do Grupo de Estudos e Pesquisa História em Marxismo (GEPMARX), importante espaço de formação política e teórica, o camarada Arthur Andrade tem reservado um lugar especial no meu coração. O tanto de material trocado entre nós vislumbrando a aprovação em um concurso público não está no gibi. Haveremos de conseguir um lugar ao sol, camarada. Também espero que logo mais você ingresse no doutorado.

Uma pesquisa não é concluída sem o auxílio de verdadeiros anjos com os quais cruzamos no decorrer do caminho. Não há outra terminologia a ser associada a figura de Mylla Christtie Montenegro Bezerra. Sem ao menos me conhecer, cedeu vários dos arquivos não utilizados na pesquisa que tão bem conduziu quando de seu trabalho de conclusão de curso na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Gabriela Steinmuller, assistente administrativa do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG), esteve ao meu lado em várias das manhãs transcorridas na Biblioteca Municipal de Campina Grande, atual sede do Instituto. Agradeço ao presidente do órgão, Wanderley de Brito. Apesar das nossas profundas discordâncias no campo teórico e de concepção de mundo, não confundiu o “CPF com o CNPJ” (feliz expressão do meu bom e velho sogro, Walmir Motoquinha) e abriu as portas da entidade para nossa pesquisa. Os funcionários da Biblioteca Átila Almeida, localizada na Universidade Estadual da Paraíba, também foram gentis e a ajudaram na consecução deste trabalho. Agradeço, em especial, aos dez militantes do PT de Campina Grande que tiveram fundamental importância na elaboração do trabalho: Raimundo Cajá, Roberto Véras, Socorro Ramalho, Wagner Batista, Josevaldo Cunha, José Neto, Terezinha Cavalcante, Sizenando Leal, Edgard Malagodi e Jairo de Oliveira.

Por fim, agradeço a Viviane Carneiro, historiadora e melhor amiga. Quero, ainda, tomar muita cerveja contigo. A minha namorada e também historiadora, Talita Araújo, que suporta todos os dias a minha enfadonha companhia e compartilha os filmes, músicas e livros que cercam nosso relacionamento. Entende quando preciso ficar sozinho para assistir aos jogos do Flamengo, coordena os meus exercícios físicos e sabe o quanto amo sua presença em minha vida.

Faço um último registro sobre a importância da escola e da universidade pública. Sou produto delas e sem a educação minha vida poderia ter tomado outros caminhos. Desejo, fortemente, que mais companheiros do meu bairro localizado na zona leste de Campina Grande, o grande José Pinheiro (Zepa), ingressem no ensino superior (gratuito, de qualidade e socialmente referenciado) e deem um rumo diferente a sua história. À CAPES, pelo fundamental financiamento, e a todos os funcionários da Universidade Federal de Campina Grande, meu mais sincero obrigado.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados finais de uma pesquisa que tem seu foco investigativo direcionado para a história do Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste em compreender como se operou o processo de metamorfose via transformismo no PT local, cuja expressão máxima foi a coligação com um grupo político rival, visando ascender ao poder executivo municipal nas eleições do ano 2000. A influência da direção Estadual e também da Nacional, inclusive com a anuência do maior líder do partido, são sobrepesadas. No núcleo duro da nova postura adotada estava o apoio do grupo Cunha Lima à candidata petista na reeleição municipal subsequente, a alteração de forças na política estadual e a candidatura Lula 2002. Conceitualmente, a análise proposta neste trabalho está inserida no campo da teoria e do método do materialismo histórico e dialético, tendo como referência tanto os seus fundadores quanto os escritos do marxista italiano Antonio Gramsci. Quanto às fontes utilizadas, cruzamos a documentação partidária, os periódicos locais (com especial destaque para o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba*) e a história oral. Corpus documental os quais nos permitiram examinar os vestígios do passado com atenção e minúcia, com objetivo de sustentarmos empiricamente nosso trabalho.

PALAVRAS CHAVES: Partido dos Trabalhadores, Campina Grande, Grupo Cunha Lima

ABSTRACT

This work presents the final results of a research that has its investigative focus directed to the history of the Workers' Party in the city of Campina Grande, in the interior of the State of Paraíba. Its main objective is to understand how the process of metamorphosis via transformism operated in the local PT, whose maximum expression was the coalition with a rival political group, aiming to ascend to the municipal executive power in the 2000 elections. The influence of the State leadership and also of the Nacional, even with the consent of the biggest leader of the party, are overweight. At the core of the new posture adopted were the support of the Cunha Lima group, the PT candidate in the subsequent municipal reelection, the change of forces in state politics and the Lula 2002 candidacy. Conceptually, the analysis proposed in this work is inserted in the field of theory and method of historical and dialectical materialism, having as reference both its founders and the writings of the Italian Marxist Antonio Gramsci. As for the sources used, we cross-referenced party documentation, local periodicals (with special emphasis on *Diário da Borborema* and *Jornal da Paraíba*) and oral history. Documental corpus which allowed us to examine the traces of the past with attention and detail, in order to empirically support our work.

KEYWORDS: Workers Party, Campina Grande, Cunha Lima Group

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCG- Associação Comercial de Campina Grande
AMPEP- Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ARENA- Aliança Renovadora Nacional
ASPMCG- Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Campina Grande
BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH- Banco Nacional de Habitação
CDL- Câmara de Dirigentes lojistas
CEB- Comunidades Eclesiais de Base
CEHAP- Companhia Estadual de Habitação Popular
CELB- Companhia de Eletrificação da Borborema
CGT- Comando Geral dos Trabalhadores
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT- Central Única de Trabalhadores
DB- Diário da Borborema
DN- Diretório Nacional
DS- Democracia Socialista
FIEP- Federação das Indústrias da Paraíba
FURNE- Fundação da Universidade Regional do Nordeste
GTDN- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHCG- Instituto Histórico de Campina Grande
IPSEN- Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande
JEC- Juventude Estudantil Católica
JP- Jornal da Paraíba
MDB- Movimento Democrático Nacional
PC do B- Partido Comunista do Brasil
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDS- Partido Democrático Social
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PM- Polícia Militar

PMCG- Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN- Partido de Mobilização Nacional
PPB-Partido Progressista Brasileiro
PRN- Partido da Reconstrução Nacional
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PV- Partido Verde
SAB- Sociedade Amigos do Bairro
SEDIR- Setor de Documentação e História Regional
SINTAB- Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema
SINTEP- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação da Paraíba
UDN- União Democrática Nacional
UEPB- Universidade Estadual da Paraíba
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
VS- Vertente Socialista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I- CAMPINA GRANDE: BASE MATERIAL, PODER OLIGÁRQUICO E O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	36
1.1- FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE CAMPINA GRANDE.....	36
1.2- O PROJETO DE CLASSE DO GRUPO CUNHA LIMA.....	46
1.3- A CAMPINA GRANDE DOS ANOS 1980 E A ESTRATÉGIA CUNHA LIMA.....	51
1.4- A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE E SUA BASE SOCIAL.....	59
1.5- O JORNAL DO PT, OS NÚCLEOS DE BASE E AS TENDÊNCIAS.....	63
CAPÍTULO II- “E NINGUÉM PODE NEGAR O IDEALISMO DESSES MENINOS”: O PT DE CAMPINA GRANDE INTERAGE.....	68
2.1- UMA CONCEPÇÃO ALARGADA DE CLASSE TRABALHADORA.....	68
2.2- PT VERSUS PCB E O PARADIGMA DA NOVIDADE.....	74
2.3- CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1982.....	80
2.4- O ESCRUTÍNIO DO DIA 15 DE NOVEMBRO.....	86
CAPÍTULO III- O PT DE CAMPINA GRANDE E A LUTA DE CLASSES.....	91
3.1- O PT E OS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1980.....	91
3.2- O PLANO VERÃO DE SARNEY E A GREVE GERAL EM CAMPINA GRANDE (1989)	98
3.3 - O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CELB (1998-1999)	111
CAPÍTULO IV- DIVERGÊNCIAS E APROXIMAÇÃO ENTRE O PT CAMPINENSE E O GRUPO CUNHA LIMA.....	127
4.1- AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988 E A QUERELA JAIRO DE OLIVEIRA VERSUS IVANDRO CUNHA LIMA.....	128
4.2- ELEIÇÃO ESTADUAIS DE 1990 E O NÃO ALINHAMENTO A RCL NO SEGUNDO TURNO.....	130
4.3- CRISE NO PMDB ESTADUAL E COZETE QUASE SENADORA.....	136
4.4- O ENCONTRO ESTADUAL DE 1999 E OS CUNHA LIMA NO CENTRO DA POLÍTICA PARAIBANA.....	138
4.5- A REPERCUSSÃO E ASCENDÊNCIA DA NOVA TESE SOBRE O PT CAMPINENSE.....	144
4.6- O DURO CAMINHO DO CONVENCIMENTO, NOVAS MEDIDAS IMPOPULARES E OS XIITAS DO PT CAMPINENSE COMO ENTRAVES LOCAIS DA ALIANÇA.....	152
CAPÍTULO V- O PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE: UM CASO HISTÓRICO DE TRANSFORMISMO.....	157

5.1- OS ANTECEDENTES DO PLEBISCITO.....	157
5.2- O PLEBISCITO APROVA A ALIANÇA.....	163
5.3- “AGORA É CÁSSIO E COZETE; E CAMPINA PINTA O SETE”: O CAMINHO DA HOMOLOGAÇÃO E LULA ABENÇO A COLIGAÇÃO.....	169
5.4 - O DILEMA DAS ALIANÇAS, CASO FINOR E A IMPERMEABILIDADE DA COMPOSIÇÃO.....	178
5.5- CAMPANHAS OFICIALMENTE INICIADAS.....	186
5.6- “FIZ UM FILHO BONITO QUE FAZ UMA CAMPINA LINDA”: OS COMÍCIOS POLÍTICOS E O PRIMEIRO DE NOVEMBRO.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	204
FONTES.....	208

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados finais de uma pesquisa que tem seu foco investigativo direcionado para a história do Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba. Seu objetivo principal consiste em compreender como se operou o processo de metamorfose via transformismo no PT local, cuja expressão máxima foi a coligação com um grupo político rival, visando ascender ao poder executivo municipal nas eleições do ano 2000. Portanto, as principais questões que nortearam a escrita do presente texto foram as seguintes: quais os elementos que em conjunto teriam influenciado a mudança da postura do PT de Campina Grande diante do histórico de oposição ao grupo Cunha Lima? Qual a influência da direção Estadual e também da Nacional no processo em curso? Qual era o “poder de atração” de cada classe, sua “condensação ou concentração orgânica”? Podemos afirmar que existiu ampliação ou modificação “molecular” do grupo dirigente? Podemos apontar a expansão na política dos dominantes locais com a incorporação dos transformistas? Esta mesma incorporação produziu o apassivamento das classes sociais antes em conflito? A aliança consumada no ano 2000 provocou a fragmentação do PT local? Houve uma mudança na relação concreta que os militantes estabeleciam com a classe trabalhadora? A hipótese de burocratização das lideranças partidárias locais poderá ser demonstrada?

JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E ATUALIDADE DO TEMA

Concordamos com André Singer quando o autor defende que “é impossível compreender o Brasil do século 21 sem entender o PT. Não só porque ele detém uma fatia dos postos de controle político, mas também porque influencia o comportamento dos demais atores” (SINGER, 2001, p. 11). Não faz muito tempo que a polarização “petismo” e “antipetismo” catalisou segmentos crescentes do eleitorado e funcionou como critério quase determinante na escolha do último presidente, o que faz o tema ainda ser atual.

Do ponto de vista pessoal, dois fatores influenciaram mais fortemente nosso interesse pelo tema. Desde muito antes da nossa entrada no ensino superior, a imensidão de espaços de convívio social da cidade associados ao nome Cunha Lima nos gerava bastante curiosidade. Das creches às escolas públicas por nós frequentadas, os bairros populares nos quais residimos, o espaço reservado ao “Maior São João do Mundo”, o

ginásio de esporte, o parque público destinado ao lazer na cidade, todos esses espaços atrelados ao sobrenome da poderosa família.

Por outro, um aluno de escola pública que entrou na universidade muito em função da política de expansão levada a cabo pelos governos petistas dificilmente não sentiria atração pelo tema PT. Além disso, confessamos que as denúncias de corrupção e nepotismo criado em torno do mandato Cássio/Cozete sempre nos assustaram muito. As pessoas com as quais conversávamos sobre a única mulher ocupante do cargo mais significativo no que concerne ao poder executivo local sempre se referiam à mesma de forma pouco educada. Isso passou a nos incomodar. Algo, ao menos, parecia ser certo: aquela aliança firmada em 2000 repercutiu anos a fio e nós queríamos decifrar todo esse mistério. Um incentivo do orientador a respeito da viabilidade do projeto foi o bastante.

Atestadas a atualidade e relevância social do objeto de estudo, trata-se também de uma questão pouco discutida na historiografia paraibana. A ainda incipiente produção acadêmica que encontramos sobre a temática, apesar de sua singular importância, centra sua análise, sobretudo, na história do partido no plano estadual, somente tangenciando questões relativas aos demais diretórios municipais. Nossa proposta é a de produzir uma interpretação mais densa a respeito de um momento importante do Partido dos Trabalhadores localizado no interior da Paraíba, buscando produzir conhecimento histórico em relação ao surgimento e aos eventos fundamentais protagonizados pela agremiação em outros lugares fora da capital.

Além disso, a composição social do partido, descrita em alguns dos trabalhos acadêmicos a nível nacional, tem como base o estado de São Paulo e, muitas vezes, é ampliada para todos os outros estados e municípios da federação, o que nem sempre corresponde aos fatos. Isso acontece porque a grande maioria dos trabalhos acadêmicos sobre o PT restringiu-se em analisar o partido ou reconstruir sua formação a partir de seu berço. Esse fenômeno aparentou ser tão forte que autores como Pomar (1990) e Nunes (2004) chegaram a cunhar o termo “São Paulo - centrismo”. Mesmo que o número de trabalhos sobre a formação do partido em outras regiões do país tenha aumentado, é necessário ainda alargar esse horizonte. Deste modo, acreditamos poder contribuir para historiografia paraibana na medida em que possibilitaremos mais um estudo de caso sobre o Partido dos Trabalhadores em um município importante do estado da Paraíba, objetivando identificar as possíveis diferenças e as peculiaridades em relação aos municípios do sudeste do país.

RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL

Campina Grande é o maior município do interior da Paraíba. Distancia-se a 120 km da capital e tem uma população estimada de 411.807 habitantes. Localiza-se na região oriental do Planalto da Borborema, a uma altitude de 550 metros acima do nível do mar. Segundo os dados mais recentes do IBGE, no ano de 2019, o salário médio mensal da população era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação ao número total de habitantes era de 26.9%. No entanto, de acordo com a mesma base de dados, considerando-se os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39.5% da população nessas condições. Situação que deve ter piorado, drasticamente, devido à doença infecciosa causada pelo novo coronavírus.

A cidade se destaca como um importante centro universitário, contando com vinte e uma universidades e faculdades, sendo três delas públicas (UEPB, UFCG e IFPB). Em 2020, o ensino fundamental contava com 53.977 matrículas e o ensino médio com 14.947 distribuídas em 297 escolas para primeira etapa e 68 para segunda. Exerce, ainda, certa influência política e econômica sobre o Compartimento da Borborema, subdivisão político-geográfica do Estado. Toda sua área se situa no agreste paraibano, entre o litoral e o sertão, numa região de planalto, cuja altitude faz a temperatura da cidade oscilar impiedosamente, diminuindo a vitalidade dos alérgicos às bruscas mudanças de temperatura.

Faz-se necessário alertar ao leitor quanto ao recorte temporal do trabalho. O ano de 1981 marca de forma oficial o surgimento do Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina Grande, mesmo que os trabalhos formativos nos núcleos de base remontem ao primeiro semestre de 1980. Acompanhamos o primeiro contato da legenda com a arena institucional nas eleições municipais de 1982, a relação que os petistas mantiveram com as demais forças políticas e os trabalhadores do município durante a década de 80 e 90. Nosso interesse aqui era observar a atuação do PT de Campina Grande nas lutas de classes. No ano de 1990, verificamos a existência de algumas forças internas que já advogam a ideia de que seria necessário superar o “antimunicipalismo” então dominante no partido. A conjuntura mudou, o muro de Berlim caiu, o avanço de medidas neoliberais se projeta no horizonte e uma nova estratégia no campo nacional passa, gradativamente, a ter certa ascendência nos diretórios estaduais e municipais, o que não significa dizer que tudo aconteceu de uma hora para outra e que não houve disputa interna em torno da mudança programática do partido. O ano de 2000 é o outro marco cronológico, pois o

compreendemos como o corolário de uma série de mudanças que vinham se processando internamente e suscitaram na composição protagonizada pela ala majoritária do partido com o candidato à reeleição, ligado ao PMDB, e integrante do principal grupo político da cidade no escrutínio daquele ano. Não há, aqui, a intenção de desenvolver toda a história do Partido dos Trabalhadores durante quase vinte anos de sua existência, mesmo que momentos singulares de sua trajetória sejam avaliados. Temos total ciência que muitas outras histórias poderiam ser contadas, mas o leitor encontrará no presente trabalho apenas mais uma delas. Nossa ideia é tão somente perceber o deslocamento do partido local no terreno das lutas de classes no tempo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É natural que uma introdução conte com um exaustivo levantamento da literatura acadêmica referente à temática escolhida pelo pesquisador. Contudo, em função da imensidão de textos que se dedicam a analisar diferentes aspectos relacionados ao Partido dos Trabalhadores, resolvemos elencar os trabalhos mais diretamente utilizados para a construção da dissertação. Recém aprovado no processo seletivo da turma 2019 desse Programa de Pós-Graduação, antes mesmo do início das aulas do semestre letivo, a primeira leitura realizada concernente ao nosso objeto de estudo foi a do livro escrito por Lincoln Secco.

O acerto da escolha verificou-se logo na introdução da obra: “Apesar de uma miríade de livros e artigos, não havia uma história do PT. Entre os inúmeros estudos de caso e teses acadêmicas sobre o período de formação do partido, raras foram feitas por historiadores de profissão ou não” (SECCO, 2001, p. 22). Além do mais, como o próprio historiador atesta:

Mas em vez de escrever um livro acadêmico eu preferi uma história ensaística e voltada aos que “trabalham” com o PT: jornalistas, cientistas políticos, pesquisadores estrangeiros e, decerto, militantes de esquerda. Assim, deixei de lado o balanço bibliográfico inicial, cujo interesse é acadêmico. Mas a obra visa, especialmente, os estudantes e os jovens em geral que são herdeiros dessa história e desejam superá-la. (SECCO, 2001, p. 22-23)

Dessa forma, observando o percurso do PT desde a sua fundação até nossos dias, atento às condições internas e internacionais sem as quais dificilmente compreenderíamos sua evolução, o autor apresenta uma interpretação da história brasileira recente centrada na dinâmica interna do partido, ou melhor, da luta de classes no Brasil através do PT. Mais do que expor períodos, Secco permite aos leitores acompanharem as configurações

que a agremiação assumiu a fim de oferecer sentido às contradições que ela interiorizou ao longo do tempo.

Entre aqueles que interpretaram Gramsci de modo mais consequente, Edmundo Fernandes Dias no livro, “Política brasileira: embates de projetos hegemônicos”, nos ensina que “o campo ideológico é a linguagem cotidiana das classes, a forma na qual e pela qual a diversidade das lutas se realiza” (DIAS, 2006, p.13). Para tanto, o autor argumenta que o debate entre liberalismo e marxismo mantém uma atualidade cada vez maior ao colocar em questão os dois maiores projetos societários. Há toda uma discussão teórica sobre isso na primeira parte da obra.

Na segunda parte, Dias propõe elementos para a análise do governo Lula, bem como das mudanças processadas no interior do Partido dos Trabalhadores¹. Uma das principais teses defendidas é a do *transformismo* da agremiação partidária, entendendo-o como uma das mais poderosas chaves explicativas para o processo de contrarreformas que vêm atingindo a organização dos trabalhadores. Ao nosso juízo, um dos aspectos fundamentais da coletânea de artigos reside na preocupação do autor em ressaltar que não é possível simplesmente buscar a atribuição de “culpa” a um ou dois sujeitos, mas sim, buscar um projeto, corporificado em um programa de longo alcance. Além disso, concordamos plenamente com a leitura preconizada pela professora Carla Silva quando a estudiosa defende que o texto de Edmundo Fernandes aponta, ainda, para o seguinte conjunto de elementos:

O transformismo do PT ajuda a entender que o partido abandone bandeiras históricas da classe trabalhadora para tomar a frente na defesa da deslegitimação das lutas populares, na cooptação de seus dirigentes e do engessamento da possibilidade de que os mesmos possam propor a direção de seus movimentos. Tudo isso se constrói tendo a bandeira da governabilidade, que leva a políticas estritamente defensivas para a classe trabalhadora. (SILVA, 2007, p. 398).

A leitura do texto de Mauro Iasi também nos convida à reflexão. Conforme destacado pelo próprio autor, “o tema que me impulsionou nesses quase 20 anos de estudo foi o da consciência, mais precisamente do movimento da formação da consciência e da possibilidade de rompimento com as amarras que prendem nossas mentes à reprodução da ordem que nos conforma” (IASI, 2006, p. 16). O livro é dividido em duas partes. Na primeira, é possível encontrar um refinado estudo teórico dos diferentes momentos do

¹ Todos os textos dessa segunda parte foram escritos no calor dos debates e da intervenção política do autor, como dirigente do Sindicato Nacional – Andes.

movimento da consciência. Na segunda, a trajetória que levou o PT da recusa ao amoldamento à ordem passa a ser interpretado a partir da construção teórica desenvolvida.

Todo o processo é examinado a partir das resoluções do PT, desde as declarações preliminares do Manifesto de Fundação até a “Carta aos Brasileiros”, o que possibilitou ao autor acompanhar a inflexão que levou o partido da negação ao consentimento. O trabalho também tem o mérito de funcionar como uma dura resposta àqueles que durante determinado tempo decretaram, “a toque de caixa”, o fim da capacidade explicativa das categorias consciência e luta de classes. Arremata Iasi:

A ofensiva pós-moderna que se impôs no mundo acadêmico, e seus reflexos no campo prático da política, tenta mandar para o exílio certos temas, entre eles o da formação da consciência de classe, da força explicativa do conceito de classes, assim como a centralidade do trabalho. O presente livro é uma resistência contra essa tendência, construído a partir de todas as regras do universo acadêmico, com o rigor e a objetividade necessárias, mas com a paixão e compromisso que estão costurados em mim, impossibilitando qualquer tipo de neutralidade (IASI, 2006, p. 18).

Encontramos em Eurelino Coelho o autor que mais fortemente inspirou a escrita desse texto. Depois que tivemos a oportunidade de conhecê-lo, apesar da “surra” na qualificação, nossa admiração apenas aumentou. Na sua tese de Doutorado em História, o professor contribuiu para a explicação do fenômeno histórico concebido enquanto “crise do marxismo” a partir da investigação de sua manifestação particular nos projetos políticos da até então parcela mais influente da esquerda brasileira, isto é, o campo majoritário do Partido dos Trabalhadores. A sua pesquisa abordou as tendências internas petistas lançando mão da categoria de *intelectuais*, do marxista italiano Antonio Gramsci, por suas funções como elaboradoras e reformadoras de projetos políticos, além de investigar a relação entre a trajetória destes intelectuais e a dinâmica da luta de classes no período. A hipótese central “é que o abandono do marxismo foi a expressão de uma mudança de concepção de mundo de intelectuais que se deslocaram no terreno da luta de classes, um caso histórico de transformismo”.

Tentamos acompanhar o desenvolvimento do conceito no interior dos Cadernos do Cárcere e, ainda mais difícil, operacionalizar o conceito gramsciano observando o comportamento do setor majoritário petista na cidade de Campina Grande. A importância do trabalho de Coelho, do *Grupo de Estudos Antonio Gramsci e os desafios teóricos e práticos do marxismo no mundo contemporâneo* implementado graças à enorme capacidade do professor Luciano Mendonça ser um elemento agregador dentro da UFCG, a presença do orientador cobrando às leituras e uma dissertação, em especial, que será

apontada logo mais, foram fundamentais. Se o trabalho não obter o êxito desejado, a falta de incentivo não foi.

Em Geraldo Magella Neres nos deparamos com um texto cujo objetivo central foi a apreensão da teoria do partido contida nos Cadernos do Cárcere, indicando que a abordagem gramsciana da organização partidária, embora assistemática, “vai se construindo dialeticamente, conforme o autor analisa os problemas fundamentais da ação política e a dinâmica de funcionamento de outras instituições sociais (NERES, 2012, p.57).

A tese de doutorado de Neres tem ainda o mérito de apontar a não existência de nenhuma ruptura epistemológica entre os escritos gramscianos pré-carcerários e aqueles produzidos no cárcere, mas sim, continuidade e superação dialética. Logo, a investigação da teoria do “Moderno Príncipe” pressupunha a reconstrução preliminar dos fundamentos teóricos e práticos de sua reflexão de maturidade. Tal estratégia de investigação permitiu ao autor acompanhar todo o desenvolvimento teórico da concepção gramsciana de partido político, o que nos possibilitou ter uma visão de conjunto acerca desta noção tão importante para consecução do nosso texto.

Quanto à historiografia do tema no plano mais local, qualquer tentativa mais séria de oferecer uma leitura do Partido dos Trabalhadores em um dos municípios do Estado não poderia deixar de mencionar o texto produzido pelo historiador Paulo Giovani Antonino Nunes. Estamos cientes de que sem o esforço envidado pelo autor dificilmente nos interessaríamos pelo objeto de estudo, até para discordar de alguns de seus pressupostos.

O livro, versão parcial da tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, aborda a construção e a trajetória do PT no estado da Paraíba. O objetivo central perseguido pelo autor foi analisar como o partido foi tomando forma em um estado com as características da Paraíba, segundo ele, "economicamente atrasado, marcado por uma cultura política oligárquica e autoritária, onde predominam práticas assistencialistas e clientelistas; além de uma classe trabalhadora e uma sociedade civil frágeis. " (NUNES, 2004, p 12).

Desse modo, Paulo Giovani procurou defender a tese de que o Partido dos Trabalhadores, no estado, apresentou especificidades em relação à região Sudeste, o que trouxe consigo algumas consequências para sua forma de atuação política, densidade eleitoral e composição de base social, fatores que condicionariam, na medida em que o tempo passasse, as escolhas realizadas pelos *atores políticos*. No que concerne ao material

empírico, o texto também goza de ampla documentação, com destaque para publicações partidárias, os artigos escritos na imprensa local e entrevistas obtidas através da metodologia da história oral, com militantes petistas no estado.

Do ponto de vista teórico, não sabemos como o historiador conseguiu administrar o uso de autores das mais variadas linhagens epistemológicas. Segundo o autor, “um trabalho que se coloca no campo da história política e, mais especificamente, de um partido político, exige uma discussão das *novas perspectivas da história política*” (NUNES, 2004, p.36). Contudo, no mesmo parágrafo, é afirmada, também, a necessidade de “uma discussão sobre as análises do papel da *história do tempo presente*” (Idem).

Na sequência surge uma profusão de citações que vão desde Rene Rémond, Jacques Julliard e Serge Berstein até Fernand Braudel e Antonio Gramsci. Com efeito, advogamos que é preciso certo contorcionismo teórico para lançar mão, na mesma introdução, de autores ligados à *nova história política*, ao *movimento dos Annales* e à *tradição marxista*. Em outro momento do texto, a fim de justificar a relação do PT paraibano com a imaculada institucionalidade burguesa, Nunes ainda incorpora os conceitos de *política negativa e negativa*, formulados por Max Weber². Pensamos que talvez o professor incorra nas trilhas do ecletismo teórico, entendendo o fenômeno enquanto a liberdade que um estudioso sente ao tomar ideias decorrentes de vários autores e articulá-las segundo as suas escolhas teóricas e políticas.

Voltemo-nos agora para as diferenças mais ligadas às questões interpretativas. O autor observa, por exemplo, que a formação do PT na Paraíba pode ser dividida em três fases. A primeira vai da fundação até 1989 e se caracteriza pela defesa intransigente³ “de um partido purista, classista, que deveria representar os direitos dos trabalhadores e rejeitar qualquer tipo de aliança ou contato político com os partidos e políticos

² A política positiva é praticada por organizações partidárias que pautam sua atuação sob a ética da responsabilidade, tendo, assim, que prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos. Em função de serem consideradas enquanto forças políticas responsáveis e/ou governantes são dadas a grandes acordos e alianças em nome da boa governabilidade e preservação das instituições democráticas. Por sua vez, a política negativa se manifestaria nos partidos colocados no campo da oposição extraparlamentar, para os quais importa a mera realização de críticas, queixas, encaminhamentos de reivindicações ao Estado e a organização da população de forma autônoma em relação a ele no âmbito da sociedade civil.

³ Gramsci, assinando artigo no Grido del Popolo, 8 de dezembro de 1917, na rubrica “definizioni”, afirma que intransigência na política “é não permitir que sejam adotados - para alcançar um objetivo - meios não adequados ao objetivo e de natureza diversa do objetivo. A intransigência é um atributo necessário ao caráter. É a única prova de que uma determinada coletividade existe como organismo social vivo, isto é, tem um objetivo, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Pois a intransigência exige que cada parte em separado seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja harmonicamente preestabelecido, que tudo tenha sido pensado. Isto é, exige princípios gerais, claros e distintos e que tudo que seja feito dependa necessariamente deles”. (SADER, 2012, p.135)

tradicionais do estado e, inicialmente, até mesmo com outras forças de esquerda, que se aliavam com estes políticos” (NUNES, 2004, p. 142). Na segunda, que vai de 1989 até 1997, esboça-se "uma lenta mudança na forma do PT/PB se comportar diante das outras forças políticas" (Ibidem, p. 143). Por fim, em consonância com o que acontecia a nível nacional, “a partir de 1997, com a vitória de Luiz Couto, por apenas um voto, contra o candidato do Campo da Esquerda, Laércio Losano, uma nova fase começa no partido, com início da consolidação do projeto da Articulação" (Ibidem, p. 145) tornando a inflexão à direita mais evidente.

Desta feita, há um esforço do autor no sentido de buscar identificar quais razões explicariam esta dificuldade inicial de relacionamento que o PT guardaria em relação às instituições democráticas burguesas, bem como determinar a partir de quais condições o nó górdio passaria a ser desatado. Em primeiro lugar, Nunes (2004, p. 342) admite que:

[...] essa concepção do PT, que vê as eleições enquanto tática, a fim de construir um poder popular para atingir o socialismo, denota não só uma concepção instrumental de democracia, como também a ideia que a política é algo suspeito e o poder alguma coisa muito suja.

Além disso, deve ser ressaltado que:

A essa dificuldade de relacionamento com a instituição parlamentar, somava-se outra: a dificuldade do PT em lidar com o próprio processo de negociação política. Pois, mesmo que muitos de seus membros fundadores, especialmente os sindicalistas, tenham tido uma experiência de negociação com o empresariado, esta prática não foi de imediato levada pelo Partido para o interior do Parlamento. Como vimos, devido à fragilidade do Parlamento brasileiro nos primeiros anos de vida do PT, este privilegiou a “política negativa”, conforme definida por Weber. (IBIDEM, p. 348)

Por fim, não se pode esquecer a influência que o autor atribui ao ideário marxista leninista na formação do PT em face do processo de negociação:

Pois, ao tomar os diferentes interesses existentes como formas de manifestação de luta de classes, denotando, portanto, contradições irreconciliáveis, o ideário revolucionário apontava para a impossibilidade de negociação – negociar com representantes da burguesia significaria trair os interesses da classe trabalhadora, comprometendo, assim, o próprio projeto revolucionário. ” (IDEM)

Entretanto, argumenta Nunes, que a superação destes problemas iniciais foi sendo alcançada a nível nacional “ao longo da década de 1990 com a ascensão do partido ao governo de alguns estados brasileiros, de importantes prefeituras e com a possibilidade de conquistar a Presidência da República” (IBIDEM, p. 349). No que toca o PT paraibano, a lógica se mantém a mesma. O período inicial de formação é marcado pela dificuldade em atuar nos espaços institucionais e, principalmente, de “entabular qualquer processo de negociação com outras forças políticas no Estado” (IDEM).

Em primeiro lugar, devido à manutenção “da postura radicalizada do partido, que era comum em todo país, mas que, no estado da Paraíba, se acentuava pela predominância de grupos mais radicais ligados à esquerda marxista-leninista e trotskista na direção partidária” (IBIDEM, p. 350); depois, pelas “características da política paraibana, onde praticamente todas as forças políticas tinham posturas clientelistas, conservadoras, pouco comprometidas com mudanças reais na sociedade” (IDEM). Mas, continua o autor,

[...] à medida que o PT em nível nacional, principalmente a partir da definição de uma política de alianças com outras políticas e de um contato maior do partido com os espaços institucionais, na Assembleia Nacional Constituinte, isso passa a ter reflexo no PT paraibano (IDEM).

Os elementos até então reunidos nos permitem elencar nossas principais divergências em relação ao trabalho precursor de Nunes. A sensação dominante após a leitura do seu trabalho é que parece haver certa valorização das sucessivas mudanças experimentadas pelo partido em suas respectivas fases. Infere-se também que a quase irrestrita promoção de alianças, agora defendidas, fossem fruto do amadurecimento da sua tática e estratégia políticas, visando ocupar cargos administrativos, além da completa assimilação das regras do jogo democrático. Assim sendo, a dificuldade inicial de relacionamento que o PT paraibano manteve com a institucionalidade não seria mais encarada como um problema pelo autor simplesmente pela adesão acrítica à mesma. A adaptação à arena institucional passa então a ser valorizada, indicativo tão somente da evolução histórica do partido. Contudo, partindo de Gramsci, não avaliamos essa mudança de postura como fruto da maturidade política do partido ou mero respeito à normatividade democrática, mas como uma nova posição assumida no terreno da luta de classes.

Ainda no plano local, José Francisco de Melo Neto desenvolveu um rico material que apresenta a visão de dirigentes, parlamentares e filiados ao PT no contexto paraibano. Além da história de vida e militância de cada um dos entrevistados, as questões levantadas giram em torno da presença de petistas no legislativo e no executivo, que, segundo a avaliação do autor, “tem arrastado o partido para um ambiente de não reforço do movimento real dos trabalhadores”(MELO NETO, 2002, p.21), a política de alianças priorizada no Estado, os significados das expressões “popular” e “democrático” no programa partidário e ainda o prognóstico para ação política da agremiação para o novo século. O autor também foi militante e intelectual do Partido em Campina. Quando instado a participar dessa pesquisa, prontamente aceitou a conversar conosco. Vez ou outra, terá trechos do seu relato oral citado.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Conceitualmente, a análise proposta neste trabalho está inserida no campo da teoria e do método do materialismo histórico e dialético, tendo como referência tanto os seus fundadores quanto os escritos do marxista italiano Antonio Gramsci. Com Marx e Engels, entendemos que as proposições teóricas aqui preconizadas “não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51-52). Esperamos, assim, que elas sejam apenas “a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classe que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos” (Ibidem, p. 52).

Já do autor dos Cadernos do Cárcere incorporamos a noção segundo a qual “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (GRAMSCI, 2007, p. 87). Portanto, evitaremos, neste trabalho, exaltar apenas os pequenos fatos internos inerentes à vida social da agremiação. Mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, buscaremos acentuar a eficiência real do PT de Campina Grande, ou seja, “sua força determinante, positiva ou negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem”. (GRAMSCI, 2007, p. 87).

Com E. P Thompson, aprendemos que “classe” é uma categoria histórica, isto é, “deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p. 270). Portanto, entendemos que “a classe se delinea segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do *conjunto* de suas relações sociais” (Ibidem, p. 277). Assim, compreendemos que quando nos referimos aos trabalhadores da Wallig Nordeste, aos meeiros da antiga fazenda Ramada, aos sindicalizados ligados à Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), à Central Única de Trabalhadores (CUT), ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), à Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Campina Grande (ASPMCG), depois (Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (Sintab), e aos funcionários da Companhia de Eletrização da Borborema estamos falando de pessoas que, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entram em relação e em oposição sob uma forma classista e modificam as relações de classe herdadas, já existentes. Como mencionado anteriormente, o conceito de transformismo será de grande

importância para consecução deste trabalho. Por isso, a utilização da categoria exige uma discussão teórica um pouco melhor aprofundada. Daí a razão de ser do próximo tópico.

SOBRE O CONCEITO DE TRANSFORMISMO

Semelhante aos demais conceitos utilizados no interior de sua obra, a noção de transformismo não foi uma categoria criada por Antonio Gramsci, mas tem seu conteúdo redimensionado por ele. Ao longo dos seis volumes dos cadernos traduzidos para o português do Brasil, o conceito aparece em 13 parágrafos⁴. Nesta etapa do trabalho, a partir da leitura integral do texto do comunista italiano editado pela Civilização Brasileira e em permanente diálogo com a fortuna crítica do autor, buscaremos precisar a ordem pela qual o conceito desenvolve-se na obra, na medida em que ele nos ajude a responder às questões suscitadas pela pesquisa.

A primeira vez que o conceito de transformismo aparece na edição brasileira é no §29 do Caderno 2, texto de tipo B, portanto, de única redação, escrito entre maio e junho de 1930. Nele, Gramsci analisa um personagem que responde pelo nome de Quintino Sella, tido como “um dos poucos burgueses, tecnicamente industriais, que participaram na primeira linha da formação do Estado moderno da Itália”. (Q 2, §29; CC, v 5, p.175). O interesse pela figura de Sella guarda relação com a maneira pela qual o personagem se distanciou da chamada direita tradicional e aproximou-se de outras camadas consideradas mais progressistas. Assim, descreve Gramsci, “Sella participou do transformismo, que significava a tentativa de criar um forte partido burguês, fora das tradições personalistas e sectárias das formações do Risorgimento” (Idem).

Duas observações sem as quais não poderemos seguir. A primeira diz respeito à forte associação entre conceito de transformismo e o momento de unificação italiana e formação do seu Estado moderno, isto é, o seu Risorgimento. Além disso, como atesta Vieira (2020, p. 61), “aqui e também em outros momentos, como veremos, o fenômeno do transformismo é marcado pela mudança de posicionamento político, por um realinhamento e por uma mudança de partido político realizada por indivíduos ou por grupos mais amplos”. À primeira vista, nada mais adequado para analisar o

⁴ Lucas Mouta Vieira alerta-nos para o fato de que “o conceito de transformismo já aparece em dois parágrafos do Caderno 1, os §§ 43 e 44, ambos de tipo A, não traduzidos para edição brasileira, que serão retomados, respectivamente, nos § 24 e §26 do Caderno 19 (intitulado Risorgimento Italiano)”. (VIEIRA, 2020, p. 59). Deste modo, ao se somarem com as 13 aparições no texto traduzido para o Brasil, a noção de transformismo foi mencionada nos Cadernos em 15 oportunidades: Q 1, § 43 e § 44; Q 2, § 29; Q 3, § 119 e §137; Q 5, § 62 Q 8, § 5 e §36; Q 10, § 13, § 14 e § 22; Q 15, § 11; Q 19, § 24 e § 26, Q 24, § 2.

comportamento do setor hegemônico do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande que influenciou a mudança de posicionamento político da legenda da cidade. No entanto, ainda é cedo, mal começamos a conhecer a categoria. Continuemos testando.

A relação partidos políticos e transformismo é explorada no § 119 do Caderno 3, texto também de tipo B, escrito entre agosto e setembro de 1930. A intenção de Gramsci ao redigir o parágrafo é apontar quais os motivos poderiam explicar a debilidade da maioria dos partidos políticos italianos a partir do Risorgimento. Entre eles, destacam-se o desequilíbrio entre agitação e propaganda, tática e estratégia, falta de princípios e continuidade orgânica, além do oportunismo. Neste sentido, elucida Gramsci que “a causa principal deste modo de ser dos partidos deve ser buscada na deliquescência das classes econômicas, na gelatinosa estrutura econômica e social do país” (Q3, §119; CC, v3, p. 203-204. Em seguida, reconsidera:

Mas esta explicação é um tanto fatalista: com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las. Foi isto, exatamente, o que não aconteceu na Itália, e a manifestação dessa ‘omissão’ é, sem dúvida, este desequilíbrio entre agitação e propaganda ou como quer que se queira falar.

O próximo trecho importa-nos porque nele Gramsci, atentando para o fato de que o “Estado-Governo” também tinha sua parcela de responsabilidade frente às fragilidades observadas nos partidos italianos daquele quadro histórico, ressalta mais um dos elementos constitutivos da noção de transformismo, a saber, sua dimensão parlamentar. Ademais, vale ainda reforçar que “o fenômeno do transformismo se encontra inserido neste quadro mais amplo de separação entre massas e partidos” (Vieira, 2020, p. 63):

O Estado-Governo tem uma certa responsabilidade nesse estado de coisas [...] o Governo, de fato, operou como um ‘partido’, colocou-se acima dos partidos não para harmonizar seus interesses e atividades no quadro permanente da vida e dos interesses estatais nacionais, mas para desagregá-los, para separá-los das grandes massas e ter “uma força de sem partido ligada ao Governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista”: assim, é preciso analisar as chamadas ditaduras de Depretis, Crispi, Giolitti, bem como o fenômeno parlamentar do transformismo.” (Q3, §119; CC, v3, p. 204)

No mesmo parágrafo, Gramsci demonstra o papel vital da atividade teórica na elaboração de novos dirigentes partidários, quadros, suficientemente, capazes de investigar e estudar de forma sistemática as razões de ser e os períodos de desenvolvimento da classe a ser representada. Sem esses elementos, acentua o italiano, há maior “facilidade de desagregação dos partidos” ao serem “corrompidos” e “absorvidos” seus poucos homens indispensáveis:

Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Logo, escassez de homens de Estado, de Governo, miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo seus poucos homens indispensáveis. (Q3, §119; CC, v3, p. 204).

Um outro parágrafo do Caderno 3 que tematiza a noção de transformismo tem como título “A formação da classe intelectual italiana”. Aqui, o objetivo de Gramsci é marcar a peculiaridade italiana em relação aos outros países ao abordar a “eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante”. De acordo com o autor:

A diferença entre o fenômeno italiano e de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizam essa passagem como grupos. (Q 3, § 137, CC, V2, p. 94-95)

Em seguida, Gramsci aponta a razão fundamental para isso:

A causa do fenômeno italiano, ao que parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta de gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudanças tais jovens retornam à sua classe. No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas (Q 3, § 137, CC, V2, p.95)

Vê-se bem a importância dada por Gramsci às questões classes/intelectuais/povo, dirigentes/dirigidos, partidos/massas populares e sua conexão com o fenômeno do transformismo em suas duas variantes, a individual e a estendida a grupos. Nessa direção, Vieira (2020, p. 65) nos ajuda a pensar que em países onde a relação “classes altas e povo é mais orgânica, o fenômeno do transformismo se restringe a alguma personalidade política. Já onde a distância entre classes altas e povo é maior, como na Itália, possibilita-se a passagem de grupos inteiros”. No final do mesmo parágrafo, Gramsci desenvolve, sob o prisma do transformismo, de forma mais elaborada a sua leitura a respeito da forma como se deu a unificação dos partidos políticos (Partido Moderado e Partido da Ação) quando do Risorgimento Italiano:

O transformismo “clássico” foi o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos do Risorgimento; esse transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia, etc., e a força de classe. A burguesia não consegue educar seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar- ou buscam fazê-lo- seus líderes (desejo “inconsciente” de realizarem a hegemonia de sua classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens. Esse fenômeno de “grupos” não terá ocorrido, por certo, apenas na Itália: também nos países onde a situação é análoga, ocorrem fenômenos análogos. (Idem)

Além da dimensão individual e da estendida associadas ao conceito adquirirem maior nitidez, Gramsci ressalta que o fenômeno do transformismo de grupos inteiros tem

como pano de fundo um momento profundo de crise. Impõem-se mais duas questões à pesquisa: a) faz sentido perceber parte dos membros mais atuantes do Partido do Trabalhadores de Campina Grande enquanto filhos da burguesia que, deseducados por sua classe, atraíram-se pelo grupos subalternos campinenses, chegando mesmo a tornar-se seus líderes- o caso de Cozete aqui é mais exemplar- mas, quando colocados numa situação limite, retornaram às suas origens? ; b) a possibilidade real de assumir o poder municipal da segunda cidade mais importante da Paraíba- favorecendo, com isso, o projeto Lula 2002- configurou-se no interior do Partido do Trabalhadores de Campina Grande como um desses momentos de crise históricas, adequados ao deslocamento de grupo inteiros no terreno da luta de classes?

O próximo parágrafo, tipo B, intitulado “Risorgimento, o transformismo, é sempre citado quando se quer avançar em direção ao sentido mais próximo da categoria aqui acompanhada”. No momento de sua redação, fevereiro de 1932, pareceu ser oportuno a Gramsci estabelecer a sua intrínseca ligação com a noção Revolução Passiva, utilizada por ele, entre outros casos concretos, para elucidar o já mencionado “processo de formação do Estado italiano”:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução passiva’, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália. O transformismo como ‘documento histórico real’ da real natureza dos partidos que se apresentavam como extremistas no período da ação militante (Partido de Ação). (Q8, §36; CC, v5, p. 286).

A real natureza do partido considerados militantes ao qual Gramsci se refere pode ser entendida como seu afastamento dos grupos subalternos assim que uma situação limite se avizinha. Em seguida, o estudioso aponta alguns momentos na história da Itália nos quais o fenômeno do transformismo imperou enquanto forma histórica:

Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituiu o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (o primeiro episódio é a formação do Partido Nacionalista, com os grupos ex-sindicalistas e anarquistas, que culmina na guerra líbia, num primeiro momento, e no intervencionismo, num segundo). Entre os dois períodos, deve-se situar o período intermediário — 1890-1900 —, no qual uma massa de intelectuais passa para os partidos de esquerda, chamados de socialistas, mas, na realidade, puramente democráticos. (Idem)

A identificação entre transformismo e Revolução Passiva aparece de maneira ainda mais evidente no § 11 do Caderno 15, texto de tipo B, escrito em 1933, conforme podemos perceber na leitura do próximo enxerto:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. Assim, no Risorgimento italiano, viu-se que a passagem para o cavourismo, depois de 1848, de sempre novos elementos do Partido de Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo, por um lado, e, por outro, empobrecendo o movimento (pertencem a este processo até mesmo as oscilações de Garibaldi etc.). Este elemento, portanto, é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de “transformismo”, cuja importância não foi até agora, ao que parece, devidamente esclarecida como forma de desenvolvimento histórico. (Q15 §11; CC, v5, p.317)

Como ressaltado por Vieira (2020, p. 71), “este parágrafo é importante não só por aprofundar a noção de transformismo, mas também por trazer uma das definições mais completas e bem-acabadas que se tem em relação ao conceito de Revolução Passiva”. Acentuamos, ainda, as constantes “mudanças moleculares” experimentadas pelos partidos políticos em disputa, isto é, o Partido Moderado e Partido da Ação. Ambos sofrem interferências em suas estruturas internas e programas políticos.

O trecho acima também consubstanciou as reflexões de Eurelino Coelho, importante estudioso da obra gramsciana no Brasil. O autor sugeriu que o transformismo implica em modificações tanto sobre o grupo hegemônico quanto os subordinados. Quanto ao primeiro, amplia progressivamente sua composição interna, sendo responsável pela “elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla” (GRAMSCI, 2002, p. 63) e tendo como consequência direta a formação de uma ala esquerda no interior deste. Além disso, lembra Coelho, “outro efeito da mudança na composição e no equilíbrio interno das forças dirigentes é a possibilidade de introduzir reformas limitadas nos programas” (COELHO, 2005, p. 462). No que se refere aos grupos dominados, o efeito mais deletério do transformismo é sua desorganização política e a indisfarçada contenção de seu ímpeto revolucionário. Como já apontado no início da introdução, cremos que a elite local foi, momentaneamente, ampliada graças aos acertos que condicionaram a aliança entre PT e PMDB campinense e o que processo gerou apassivamento da classe, movimentos sociais e sindicatos aos quais a legenda era ligada.

Finalmente, terminaremos de acompanhar a evolução do conceito de transformismo observando-o em dois parágrafos. Escrito em 1935, o primeiro trata-se do § 24 do Caderno 19 e nele Gramsci avalia a forma pela qual se manifesta a supremacia de um

grupo social sobre o outro para, em seguida, afirmar que “a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo”. Vale a pena a citação um pouco mais longa:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual de moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e o chamado “transformismo” foi somente a expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política. Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. (Q19, §24; CC, v5, p. 63)

Já o § 26 do caderno 19, apesar da semelhança com último, “explicita um elemento central: a decapitação das massas populares” (Vieira, 2020, p. 73). Deixa claro também que uma atitude “paternalista” em relação aos grupos subalternos não os coloca, “a não ser em medida muito limitada”, em contato com Estado, favorecendo, na verdade, sua decapitação e não absorção “no âmbito do novo Estado”. Tal postura deve ser, portanto, evitada nas ações dos partidos classistas populares:

No desenvolvimento do Risorgimento, o chamado Partido de Ação tinha uma atitude “paternalista” e, por isto, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, pôr as grandes massas populares em contato com o Estado. O chamado “transformismo” é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido de Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado. (Q19, §26; CC, v5, p. 93)

Além do conjunto de citações e comentários acima realizados, gostamos muito da síntese conceitual ofertada por Coelho no que se refere à noção de transformismo. Na nossa visão, segue a forma mais bem desenvolvida quanto à operacionalidade do conceito e sua utilização em experiências históricas distintas da italiana:

Transformismo pode ser definido, então, sinteticamente, como 1) absorção, em caráter individual ou de “grupo” e obtida por diferentes métodos, de intelectuais (“elementos ativos”) das classes subalternas pelas classes dominantes. Nele estão implicados: 2) a modificação “molecular” dos grupos dirigentes, sua ampliação e 3) a produção da desorganização política das classes subalternas. A concepção de transformismo como mecanismo de atração dos dirigentes exige, por fim, que se considere o 4) poder de atração de cada classe, que varia principalmente em função de sua “condensação ou concentração orgânica” (COELHO, 2005, p. 466).

Assim, sob a luz do conceito de transformismo, analisaremos neste trabalho a inflexão experimentada pelo PT campinense, materializada na polêmica aliança com o

PMDB local, a fim de ocupar a chefia do Executivo Municipal nas eleições do ano 2000. Caso seja bem-sucedida, a argumentação do trabalho levará o leitor a perceber que o PT de Campina Grande não conseguiu evitar, apesar daqueles que se manifestaram contrários ao processo em curso, sua absorção em caráter de grupo em direção à oligarquia Cunha Lima, deslocando-se no entendimento de seu setor majoritário de armas e bagagens para o "centro da política" paraibana.

A absorção foi obtida mediante a promessa da vice-prefeitura da segunda maior cidade do estado, a possibilidade de ser governo em um futuro próximo, a alteração de forças políticas no Estado da Paraíba e, sobretudo, o favorecimento da campanha presidencial Lula 2002. Neste processo, esteve implicada a ampliação do grupo Cunha Lima e a incorporação institucional dos transformistas locais, o que contribuiu para o apassivamento das classes, movimentos sociais e sindicatos mais fortemente ligadas aos petistas campinenses.

FONTES E METODOLOGIA

Quanto às fontes utilizadas, examinamos os acervos pessoais do Professor Paulo Giovani e da ex-prefeita da cidade Cozete Barbosa (PT), nos quais podemos verificar documentos referentes à atuação de inúmeros militantes e filiados do partido, além de projetos de leis propostos e aprovados na Câmara Municipal de Campina Grande quando da passagem da ex-sindicalista. Já na sede do Diretório Municipal tivemos acesso às atas das reuniões da Comissão Executiva local, às resoluções e encaminhamentos da mesma, à ficha de filiados e parte das teses apresentadas pelas tendências internas nos encontros municipais. Do ponto de vista metodológico, porém, chegamos à conclusão que o uso dos documentos partidários somente expressaria, a cada momento, o resultado do processo político que constituiu o partido. A este respeito, Coelho (2005, p. 25) alerta-nos:

A trama de relações políticas que resulta ora em consenso, mais ou menos amplo, ora em imposição da vontade da fração majoritária, não é diretamente perceptível nos textos aprovados nas plenárias dos encontros ou nas instâncias dirigentes. O estudo da dinâmica das relações internas no PT e das relações dos militantes e do PT com a realidade exterior ao partido exige a ampliação e a diversificação das fontes.

Atentos a essa característica própria dos documentos partidários, apostamos também na virtualidade do uso da história oral para elaboração do nosso trabalho. As entrevistas nos permitiram examinar os vestígios do passado com atenção e minúcia, a fim de observarmos as razões que levaram o setor majoritário do PT local a aderir à

aliança já mencionada, mesmo que parcelas internas do partido a desaprovassem. Em virtude do quadro pandêmico, que ainda assola o mundo e adquire contornos dramáticos no Brasil, contudo, a conversa presencial com os entrevistados deixou de ser uma opção viável e segura.

A saída encontrada foi a formulação de um roteiro que permitisse uma dinâmica de perguntas e respostas com parte daqueles dirigentes e militantes que desejávamos entrevistar. Em alguns casos, além da obtenção das respostas de forma escrita, pudemos dialogar remotamente com os depoentes. Quanto ao levantamento dos nomes das pessoas a serem entrevistadas e o critério de seleção utilizado para tanto, os documentos partidários encontrados na sede do PT local nos indicaram os militantes que assinaram a ata de fundação da agremiação na cidade, datada no dia 26 de maio de 1981. O primeiro critério de seleção utilizado foi esse. Lembremos, também, que essa relação inicial a todo momento esteve sujeita a sofrer alterações, uma vez que o entrevistado pôde indicar o nome de tantos outros.

Seja pela via dos documentos encontrados ou mesmo por indicação, chegamos aos seguintes entrevistados: Wagner Braga Batista, sindicalista, à época, professor de Desenho Industrial, no campus II, da UFPB e que exerceu o cargo de tesoureiro na comissão executiva de Campina Grande; Roberto Vêras de Oliveira, naquele momento estudante de sociologia (hoje também professor universitário), cumpriu a função de vice-presidente da comissão provisória do PT municipal; Jairo de Oliveira, profissional liberal, candidato do partido nas eleições de 1988, ex- presidente da seção campinense da Ordem de Advogados de Campina Grande (OAB- CG); Sizenando Leal, sindicalista ligado ao movimento dos professores do ensino básico e ex-assessor de Cozete Barbosa; José Mello Neto, fundador da legenda municipal e militante do movimento docente universitário; Josevaldo Cunha, professor universitário, militante da legenda entre 1982 e 2005; Socorro Ramalho, quadro importante da corrente Articulação a nível local, Chefe de Gabinete de Cozete e atual vice-presidenta da CUT-PB; Terezinha Cavalcanti, sindicalista do movimento docente e à época liderança oposicionista dentro do Sintab e, por fim, Edgard Malagodi, primeiro candidato a prefeito do partido no ano de 1982, hoje professor aposentado (ensino superior). A própria Cozete Barbosa garantiu que nos relataria sua experiência, mas a pandemia e o quadro clínico atual da ex-prefeita inviabilizaram, momentaneamente, a execução da entrevista (por via remota ou escrita). Fomos informados recentemente que ela prometeu, via postagem na sua rede social, voltar à cena política campinense e contará “toda a verdade” sobre a aliança. Esperemos.

Conforme apontado no livro organizado por Amado & Ferreira (2016), os testemunhos orais têm a capacidade de oferecer ao investigador a perspectiva de quem viveu o processo e presenciou cada escolha tomada, agregando ricos detalhes e informações que ora confirmam, ora contradizem os registros oficiais. Consubstanciam, assim, em referências importantes, que foram utilizadas com o devido cuidado crítico.

O leitor também perceberá ao longo do texto o uso constante de jornais impressos, com destaque para o *Diário da Borborema* e o *Jornal da Paraíba*. Algumas edições do jornal *Correio da Paraíba* e da imprensa petista também integram o corpus documental analisado. Uma série de cuidados devem ser tomados pelos historiadores ao lidar com esse tipo de fonte, uma vez que

[...] qualquer jornal é produzido em uma época, no interior de uma sociedade, em um contexto histórico a ser compreendido, sob certas circunstâncias e a partir de determinadas possibilidades econômicas e matérias que sustentam seu empreendimento” (BARROS, 2019, p.192).

O autor também julga ser indispensável situar a análise de qualquer texto jornalístico na própria história da imprensa, objetivando identificar o nível de complexidade de sua produção e a densidade efetiva de sua polifonia. Assim, é preciso deixar claro que tanto o *Diário da Borborema* quanto o *Jornal da Paraíba* surgiram quando a chamada “fase artesanal” da imprensa campinense havia ficado para trás. A história da imprensa e do jornalismo brasileiro já tinha embarcado na moderna era empresarial, “na qual já temos um mercado capitalista que transforma o jornal em um objeto típico das cidades e cuja produção se ampara nas possibilidades tecnológicas introduzidas por um maquinário de maior porte, capaz de fazer grandes tiragem” (BARROS, 2019, p. 205).

O exemplo local mais característico dessa nova fase da imprensa foi o *Diário da Borborema*, órgão pertencente aos Diários Associados, de propriedade do paraibano Assis Chateaubriand, que começou a circular no município no dia 02 de outubro de 1957⁵. Articulado desde cedo com as elites políticas e econômicas locais⁶, o jornal se posicionou como importante aliado do processo de industrialização vivido pela cidade naqueles anos

⁵ O jornal contou ao longo do tempo com a colaboração de Epitácio Soares, Osmário Lopes, Stênio Lopes, Raymundo Asfora, Nilo Tavares, Orlando Tejo, entre outros. Também se fazia constante a publicação de crônicas e artigos de escritores que não moravam na Paraíba, sendo estes paraibanos ou não, dos quais se destacam as figuras de Assis Chateaubriand, Austregésilio de Athayde, Ademar Vidal e outros.

⁶ A historiadora Silvana Torquato Fernandes cita como exemplo a ligação mantida pelos Diários Associados com Newton Rique, iniciada quando o banqueiro se apresentou como postulante ao cargo de prefeito em 1959 e teve envolvimento direto com a fundação da TV Borborema, rede de comunicação que pertencia a Assis Chateaubriand. A televisão foi instalada no mesmo prédio onde funcionava o banco de propriedade de Rique, que cedeu o espaço físico ao grupo no centro de Campina Grande.

que antecederam a ditadura empresarial- militar. Alguns trabalhos chegam a argumentar, inclusive, que o periódico nascia com a responsabilidade de ser o principal difusor da imagem de uma Campina Grande desenvolvida, moderna e de “ares” progressista⁷.

Por sua vez, o primeiro exemplar do *Jornal da Paraíba* foi publicado no dia 05 de setembro de 1971, quando o Brasil atravessava um dos momentos mais tristes de sua história, pois “nove anos antes, um movimento preventivo articulado por poderosas forças econômicas, sociais, políticas e intelectuais das elites brasileiras dirigido pelas forças armadas derrubou violentamente o então presidente constitucionalmente eleito João Goulart” (LIMA, 2011, s/p). O periódico pertence ao grupo liderado por José Carlos da Silva Júnior, importante empresário do ramo alimentício, militante orgânico das entidades da classe dominante local (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e Associação Comercial de Campina Grande) e que chegou a ocupar o posto de vice-governador do Estado em 1982. Seguimos ao lado de Gramsci quando o sardo afirma que os jornais burgueses “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária”, não esquecendo que:

Tudo o que se publica [na imprensa burguesa] é constantemente influenciado por uma ideia: servir à classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. (...) E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (GRAMSCI, 1916, s/p)

Diante do exposto, temos alguma segurança em afirmar que, embora possam apresentar divergências pontuais, os dois periódicos analisados neste trabalho, ao agirem de acordo com os interesses econômicos e políticos de seus proprietários, não terão a mínima pretensão de apresentar uma narrativa favorável à aproximação entre o grupo de poder familiar que comandava o Executivo Municipal desde 1982 e uma liderança oriunda do setor sindical e ligada ao Partido dos Trabalhadores. Além da desconfiança causada pela ascensão de uma figura que antes militava ao lado dos grupos subalternos, a extensão da própria da classe dominante via cooptação dos elementos ativos da classe dominada também não agradava aqueles que já tinham à sua disposição importantes canais de comunicação junto ao governo municipal e queriam preservar sua posição.

⁷ Conferir FERNANDES (2011) e SILVA (2007).

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Os parâmetros teórico-metodológicos deste trabalho estão agora apresentados, em suas linhas gerais. Além dessa introdução, compõem o texto cinco capítulos organizados da seguinte forma. No primeiro, intitulado “CAMPINA GRANDE: BASE MATERIAL, PODER OLIGÁRQUICO E O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES”, apresentamos, brevemente, a formação social, econômica e política da cidade de Campina Grande. A necessidade de realização desse tópico foi apontada pela banca no momento da qualificação e desenvolvida espalhando-se no fundamental trabalho de Igor Gomes dos Santos, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. No texto, o autor procura desenvolver a história do PT de Feira de Santana. Muitas das passagens dessa dissertação observaram o realizado pelo camarada da Bahia.

No que concerne ao conteúdo do primeiro tópico, justiça seja feita à disciplina “História de Campina Grande”, ministrada pelo Professor Luciano Mendonça, e as teses e dissertações defendidos no mestrado em Sociologia Rural da antiga UFPB durante os anos 80 e 90. Além disso, o capítulo tenta desvendar a base material na qual se alicerça o poder político e econômico do grupo Cunha Lima. Uma breve caracterização da estrutura da cidade no início da década de 80 também é apontada, bem como as ligações de classes que o referido grupo produzirá objetivando o soerguimento econômico do município. Por fim, destacamos a emergência do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande e suas bases sociais.

No capítulo dois, “E NINGUÉM PODE NEGAR O IDEALISMO DESSES MENINOS”: O PT DE CAMPINA GRANDE INTERAGE, tentaremos observar com quais forças políticas e sociais o Partido dos Trabalhadores da cidade de Campina interagiu, entendendo que os militantes que animaram sua constituição não estavam isolados, mas tinham amigos, afins, adversários, inimigos. Os petistas respondem questionamentos da imprensa local. O maior destaque é dado à relação que o PT manteve com os militantes oriundos dos partidos comunistas à época abrigados no PMDB jovem. Como veremos, havia antipatia de parte a parte. O primeiro contato com a arena eleitoral será também objeto de reflexão.

No terceiro capítulo, O PT DE CAMPINA GRANDE E A LUTA DE CLASSES, o objetivo central será o de acompanhar a relação que o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande manteve com os grupos subalternos ao longo dos primeiros vinte anos

de sua atuação na cidade. Portanto, metodologicamente, optamos por não nos concentrarmos nos desdobramentos internos do partido, pois entendemos que o mais interessante era observarmos alguns, não todos, episódios nos quais o PT campinense tentou andar ombro a ombro com as classes sociais das quais tentava ser a expressão mais consequente. Dentre eles, o leitor poderá acompanhar a participação do PT no Comitê de Solidariedade aos operários da Wallig, o caso da desapropriação dos foreiros da antiga Fazenda Ramada, a participação dos militantes petistas na organização da Greve Geral de 1989 contra o Plano Verão do governo Sarney e o processo que determinou a venda da Companhia de Eletrização da Borborema (Celb).

O quarto capítulo, **DIVERGÊNCIAS E APROXIMAÇÃO ENTRE O PT CAMPINENSE E O GRUPO CUNHA LIMA**, procuramos debater a manutenção de algumas divergências e qual será a linha de raciocínio político que condicionará a aproximação entre o setor majoritário do partido e o grupo político que durante vinte anos também foi seu principal antagonista na cidade. Tentamos responder às seguintes perguntas: Será que podemos falar em ingerência do Diretório Estadual? Qual foi o papel de Lula nessa história?

No quinto e último, **O PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE: UM CASO HISTÓRICO DE TRANSFORMISMO**, examinamos os desdobramentos finais da aliança que já havia sido tomada como correta a nível estadual e nacional. A ideia foi acompanhar os episódios emblemáticos relativos aos meses que antecederam o plebiscito que aprovou a coligação, a impermeabilidade da campanha, a dinâmica interna entre os petistas favoráveis e contrários ao processo e, finalmente, fechar o argumento demonstrando a forte burocratização que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande e o fragmentou internamente.

CAPÍTULO I

CAMPINA GRANDE: BASE MATERIAL, PODER OLIGÁRQUICO E O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

No presente capítulo apresentamos, brevemente, a formação social, econômica e política do município de Campina Grande. Em seguida, tentamos desvendar a base material na qual se alicerça o poder político e econômico do grupo Cunha Lima. Para tanto, será necessário realizar uma rápida caracterização da estrutura do município no início da década de 1980, assim como a partir de qual estratégia o referido grupo buscará soerguer economicamente o município. Por fim, destacamos a emergência do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande e suas primeiras bases sociais.

1.1- FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DE CAMPINA GRANDE

Antes de mais nada, é importante ressaltar que a exposição realizada nas próximas páginas terá como referências os trabalhos produzidos durante a década de 1980 e 1990 no importante Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural do campus 2 da UFPB, conforme informado na introdução. A estratégia de exposição aqui adotada é mais convencional quando se trata de situar historicamente, e de forma muito sumária, o município que circunscreve o objeto de estudo escolhido. Serão apresentadas, repito, brevemente, as condições históricas que influenciaram seu povoamento, o desenvolvimento econômico do município e suas composições políticas ao longo dos anos.

Dentro de um quadro mais geral, Josefa Gomes de Almeida e Silva (2000, p. 14) nos informa que a “origem de Campina Grande remonta à política expansionista da Coroa Portuguesa do final do século XVII, cujo objetivo precípua era o de encontrar solução para os problemas internos do Reino, incentivando a ocupação de áreas do interior do Brasil”. A autora, grande professora e fundadora do curso de História do qual somos provenientes, alerta que “esta política estimulou a criação de gado e agricultura de subsistência com base na apropriação de terras e na subordinação do braço nativo pela escravidão” (Idem). Nessa direção, a ocupação humana que daria origem ao município é assim recuperada pelo trabalho da professora Martha Lúcia (1985, p. 43):

Desde o século XVIII, a expansão crescente da pecuária e as exigências da monocultura canavieira, sempre absorvedora de terra, começaram a empurrar o gado para o interior, contribuindo com sua expansão para promover a ocupação e povoação de uma área até então despovoada. É a partir deste momento que se formam as primeiras fazendas, nas sesmarias doadas aos Oliveira Ledo em recompensa pela dizimação dos Índios Cariri.

A historiadora nos faz perceber que o agreste e o sertão surgiram como uma alternativa diante da necessidade de as zonas litorâneas criarem condições para a reprodução da força de trabalho dedicada à extração da cana de açúcar, principal atividade econômica da época. As cidades localizadas no interior deveriam empregar seus principais esforços na lavoura de subsistência e na pecuária, não eliminando a possibilidade de outros gêneros serem produzidos. Segundo a estudiosa, a exploração da força de trabalho dos “moradores de condição” ganharia ora em diante densidade. Assim, “a fazenda, passada a fase de expansão e ocupação da terra, torna-se a base de orgânica econômica da região” (Idem). O município, já nessa época, cercava-se de características especiais, uma vez que:

Inicialmente pouso de tropeiros, que se abasteciam de gêneros de 1º necessidade, depois local preferido pelos sesmeiros da Caatinga e do Agreste, que aí levantaram currais, desde a sua origem, apresenta a cidade os germes latentes da contradição, de ser ao mesmo tempo, ponto de apoio das grandes propriedades pecuaristas, que se formavam a sua volta, e núcleo que se desenvolveria em razão das trocas comerciais (ARAÚJO, 1985, p. 45)

Favorecida por sua posição geográfica, ponto de confluência entre o sertão, o brejo e o litoral, a feira de gado da cidade ganhou notoriedade atraindo comerciantes das regiões adjacentes. A ligação com a chamada zona da mata também passou a ser mais efetiva, “o que possibilitou uma diversificação maior nas atividades produtivas, quer as diretamente ligadas à agricultura e a pecuária, quer as artesanais”. Talvez por isso, analisando as “Raízes Históricas de Campina Grande”, Silva (2000, p.19) chegava à conclusão que “Campina Grande funcionou, desde seu nascedouro, como ponto de contato entre os interesses do latifúndio pecuarista conjugado com a lavoura de subsistência”.

Aranha (1991, p. 52) também destaca que “erigida à condição de Vila no final do século XVIII (1790), Campina Grande chega ao século XIX mantendo as tradicionais fazendas de gado e as não menos tradicionais lavouras de subsistência, ao que se pode acrescentar o desenvolvimento da pequena lavoura para fins comerciais”. Por outro lado, o historiador chama atenção para o fato segundo o qual “um elemento novo começa a se delinear: trata-se da constatação de que aos poucos o pasto cede terreno à lavoura, o que é decorrente dos estímulos ao cultivo de mais uma cultura, o algodão” (Idem). Silva

(2000, p. 14) constata que o estabelecimento do novo gênero precisa ser dimensionado no interior de um processo econômico mais global:

A revolução industrial fez desenvolver no Norte/Nordeste brasileiro atividade que já existia de forma embrionária no agreste e no Sertão: a plantação de algodão que, de simples complemento da pecuária, passou a interessar ao mercado internacional, a partir da segunda metade do século XVIII. A cultura algodoeira, na condição de economia de mercado, passou a depender do capitalismo industrial- subordinação que se prolongou até o século XIX, estendendo-se até o século XX- já sob nova configuração: a do capitalismo financeiro internacional.

Há certo consenso entre os autores consultados no sentido de que é a produção algodoeira é responsável por dinamizar a economia da área polarizada por Campina Grande. Haverá, nesse momento, forte adesão à cultura do algodão, envolvendo a maior parte da população aqui residente. As forças produtivas locais também experimentaram algum nível de desenvolvimento tanto que “quando elevada à categoria de cidade (1864), Campina Grande já se constituía como centro polarizador da região, estabelecendo-se pequenas indústrias artesanais” (ARAÚJO, 1985, p. 46). Vale ressaltar, porém, que a chegada do trem na cidade, inaugurado oficialmente em 2 de outubro de 1907, oferece novo fôlego ao processo em curso. A importância da estrada de ferro é tamanha que levou o professor de Teoria e História da UFCG ao seguinte comentário:

Campina Grande chega à segunda metade do século XIX contabilizando alguns importantes elementos em termos de evolução econômica. Surgem novas artérias em seu traçado urbano, o comércio se dilata e suas feiras continuam a incrementar-se. Das 100 edificações existentes no final do século XVIII (1790) quando fora erigida à condição de vila, esse número é acrescido de mais 200 edificações na segunda metade do século XIX, aí por volta de 1864. Mas em que pese essas transformações e o fato de que possuía maior arrecadação do interior paraibano, ela não se tornara ainda o grande empório do Sertão, posição que só é alcançada na primeira década do presente século, com a chegada da estrada de ferro. (Aranha, 1991, p. 52)

Araújo (1985, p. 48) constata que a estrada de ferro “marca de forma concreta a inserção de Campina Grande na economia mundial e, conseqüentemente, na divisão internacional do trabalho, que se processa na sua necessidade de reprodução e acumulação”, tudo assentado na expansão da economia agroexportadora, do latifúndio e na escravização nativa e africana. O município entra, então, em ritmo acelerado de crescimento, seja quanto ao número de edificações ou densidade demográfica, seja no que concerne às suas atividades comerciais, com especial atenção para seu mercado algodoeiro. Assim sendo:

Nas décadas seguintes, o algodão, vai-se constituindo a atividade econômica em torno do qual se desenvolve o espaço mercantil da cidade. Começaram então, a proliferar as prensas de algodão, em substituição às bolandeiras, empreendimento que não exigia grande investimento inicial, permitindo assim,

que muitos participassem do processo de acumulação. Em 19 de agosto de 1919, a firma exportadora de algodão Whator Pedrosa e Cia. inaugurou a primeira prensa hidráulica na rua Almeida Barreto, proximidades do Açude Velho. Outras não demoraram a seguir o seu exemplo. A pequena produção mercantil que se instaura, possibilita a formação de um mercado regional de porte médio. Multiplica-se, também, a produção artesanal ampliando-se a possibilidade de instauração de pequenas indústrias nacionais. (Araújo, 1985, p.49-50)

A concentração da produção do algodão em Campina Grande vai favorecer a expansão do seu comércio, sobretudo o atacadista, que, além de abastecer o sertão e o brejo do Estado, atingia os estados vizinhos, especialmente Pernambuco e Rio Grande do Norte. A historiografia consultada atesta, ainda, que o fluxo comercial com os grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo também era constante. Aqui, uma observação é inadiável:

É óbvio que todo esse processo está de acordo com as relações de propriedade que estão subordinadas ao capital monopolista, de caráter concentrador e centralizador. A riqueza que aciona a vida econômica da cidade procede de mais-valia e da renda fundiária, que o processo mercantil extrai do campo. Entretanto, os benefícios gerados na agricultura beneficiaram, exclusivamente, os grandes proprietários. Quanto aos trabalhadores agrícolas, meeiros, arrendatários e outras categorias, o processo de concentração fundiária obrigou-os a abandonar as suas atividades e a procurar a cidade como solução dos seus problemas. (ARAÚJO, 1985, p. 52)

O aparente progresso verificado no município, portanto, realiza-se em nome do latifúndio e do grande comércio associados aos interesses dos latifundiários e da burguesia comercial. No que concerne à incipiente indústria em desenvolvimento o quadro não é diferente. Em 1935, a historiadora destaca a instalação das empresas Samba e a Anderson Clayton na cidade, ambas dedicadas ao beneficiamento de algodão e agave. Estas, representantes do capital internacional, acentuam o fenômeno segundo o qual grande parte da riqueza oriunda da produção algodoeira local é remetido para o exterior, “privando a região polarizada por Campina Grande de utilizar o processo de acumulação em benefício próprio” (Ibid., p. 50). Na sua visão, o episódio é revelador no sentido de demonstrar que “a perspectiva de industrialização não ultrapassa os limites impostos pela divisão internacional e nacional”. (Ibid., p.54)

Como característico das economias periféricas e dependentes, situação piorada quando estamos falando de uma cidade localizada no interior de um estado do Nordeste brasileiro, o aparente desenvolvimento verificado sofre ainda mais a ingerência das flutuações no mercado internacional, a concorrência de novos países agroexportadores e o próprio ciclo de crises cíclicas e permanentes inerente ao processo de acumulação

capitalista. Tendo em vista essa série de elementos, a historiadora deduz o seguinte do paulatino enfraquecimento da cultura do algodão:

Passada a conjuntura que propiciou o desenvolvimento de uma economia mercantil em Campina Grande, o capital internacional em articulação com o capital monopolista da região sudeste utiliza as relações mais atrasadas para absorver, em seu benefício, a riqueza que se tinha gerado. Inicia-se o processo de empobrecimento da região polarizada por Campina Grande e as cidades litorâneas como Recife e João Pessoa, vão cada vez mais, assumindo a função de homogeneizar o espaço de atuação do capital. (Araújo, 1985, p. 55)

Do quadro até então esboçado, é fácil presumir que o poder local emanava da propriedade da terra, isto é, da posse de latifúndios concentrados nas mãos de uma minoria. Impõe-se, conseqüentemente, “uma sociedade na qual o grande proprietário submetia à sua tutela os demais segmentos sociais” (SILVA, 2000, p. 20). Conforme prossegue delineando a historiadora, “gerou-se, assim, o mandonismo local, cuja atuação identificava-se com as poderosas famílias campinenses que mais tarde se configurariam no poder político dos coronéis”. Partidariamente, o poder político no município passou a ser dividido entre duas correntes partidárias dominantes durante todo o Império. Reproduzindo o esquema a nível nacional, de um lado estavam os liberais e, do outro, os conservadores. No entanto, conforme anuncia Gurjão (2000, p. 29):

Nesta cidade, a divisão da elite local entre liberais e conservadores era particularmente contraditória. O partido Liberal era constituído por descendentes das famílias antigas, grandes proprietários rurais e figuras de projeção local. Enquanto isso, no partido conservador predominavam os comerciantes que se estabeleceram na cidade vindo de fora.

As disputas político-partidárias entre os dois grupos marcariam a história da cidade, manifestando-se em diversos aspectos, tais como o lugar no qual se localizaria a feira local (Mercado velho ou Mercado novo), as ruas nas quais cada membro dos grupos poderia habitar e circular (Rua de baixo e Rua do Seridó), os cinemas frequentados e os episódios de violência presenciados a cada alteração no poder (rasga-vaies). A implantação da República parece não ter provocado muita mudança no quadro. De acordo com a historiadora:

Proclamada a República, a exemplo do ocorrido em toda Paraíba, em Campina Grande todos se tornam republicanos. Mesmo os conservadores mais radicais durante todo o Império, logo encastelados nos novos cargos, assumem subitamente a defesa da república, tal como ocorreu com Cristiano Lauritzen, do Partido Conservador, nomeado por Venâncio Neiva presidente do primeiro conselho de Intendência. (Ibidem, p 34).

Vale a pena continuarmos acompanhando a argumentação da autora quando ela constata que os integrantes da tradicional elite política campinense, tanto aqueles egressos do Partido Conservador, quanto do Partido Liberal, continuam a exercer cargos

importantes na estrutura do poder local, dando continuidade ao que já acontecia no regime político anterior:

A este respeito, veja-se, inicialmente, alguns exemplos referentes a elementos do Partido Conservador: Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, conforme já foi dito, durante o Império exerceu cargos políticos, chegando à Presidência da Câmara Municipal e a chefia do Partido. Em 1885, através de prestígio, seu genro Cristiano Lauritzen assumiu a chefia do partido, nele continuando tornando-se o mais influente político local. Atuou como membro da primeira legislatura da República, como presidente do Conselho de Intendência e governou Campina Grande durante dezenove anos, tendo como subprefeito Manuel Cavalcanti Belo, filho de Alexandrino Cavalcanti. As lideranças do Partido Liberal local também embarcaram na República sem dificuldades. João Lourenço Porto, então chefe do Partido, compôs com seus antigos correligionários o Partido Republicano, foi deputado estadual e conselheiro Municipal. Honorato da Costa Agra, que exercera importantes funções como liberal, no segundo governo republicano (Álvaro Machado) assumiu a presidência do Conselho Municipal. (Ibidem, p.34- 35)

A ligação dos partidos com as parentelas políticas é orgânica e a denominação mais usual que as legendas recebem associa-as aos nomes de seus chefes políticos em âmbito estadual, a saber, Venacistas (Venâncio Neiva), Alvaristas (Álvaro Machado), Valfredistas (Valfredo Leal) e Epitacistas (Epitácio Pessoa). A bibliografia consultada permite-nos afirmar que é por meio das querelas ocasionadas no interior das oligarquias, dadas a inúmeras composições e recomposições, que o poder local se estrutura, viabilizando a ocupação dos cargos públicos pelos componentes dos grupos políticos em disputa. O nome de Argemiro de Figueiredo desponta na cidade a partir de 1928, quando este organiza o Partido Democrático e sintoniza seus interesses aos da Aliança Liberal a nível nacional colocando-se “inteiramente emancipado dos preconceitos de politiquice local” (Jornal *O Século*, Campina Grande, 01/09/1928 *apud* Gurjão, 2000, p. 54).

É evidente que nos limites deste trabalho não poderemos explorar a diversidade de acontecimentos que cercam toda a história política da cidade, nunca a compreendendo como instância separada do que acontece a nível nacional e internacional. O fato é que “vitorioso o movimento de outubro de 1930, segue-se a reorganização da política local em consonância com os ditames dos novos grupos dominantes” (Ibidem, p. 55). Neste sentido, prossegue a autora, “prevalece, agora, uma nova correlação de forças, cuja tarefa mais complicada é adequar os pressupostos burocráticos e centralizadores da política comandada por Getúlio Vargas à velha política oligárquica dominante nos municípios” (Idem). Tarefa na qual a cidade parece ter se saído relativamente bem, tanto é que consegue alçar um de seus novos representantes à condição de governador do Estado entre 1935 e 1937 e depois Interventor entre 1937 e 1940, o político Argemiro de

Figueiredo. Nesse meio tempo, em 1937, nomeia seu irmão, Bento Figueiredo, para prefeito de Campina Grande. De acordo com Araújo (2000, p.79):

Durante o seu governo foram adotadas medidas que beneficiaram os setores de algodoeiros, como, por exemplo, o decreto que criou o Serviço de Classificação do Algodão e a abertura de crédito para a compra de máquinas agrícolas, a distribuição de sementes selecionadas etc..... Paradoxalmente, ao lado destas medidas consideradas modernizantes, estruturou o sistema coronelístico, distribuindo os coronéis por zonas de influência. A disciplina que mantinha era tão rígida, que uns não poderiam interferir nas zonas dos outros, o que configura a essência da estrutura de poder existente: modernizar para continuar a dominar.

Ressaltemos que também foi o Interventor Argemiro que nomeou o pai de Ronaldo Cunha Lima prefeito de Araruna, como veremos mais à frente. Avançando no tempo, a autora citada acrescenta que “a conjuntura engendrada pela 2ª Guerra Mundial foi excepcionalmente pródiga para Campina Grande” (Idem). Assim sendo, “o período de 1940/1945, que correspondeu ao governo de Vergniaud Wanderley, foi importante, processando-se transformações infra estruturais que possibilitaram o desenvolvimento posterior” (Ibidem, p. 79-80). As ruas centrais da cidade são alargadas, a rodovia responsável por ligar a cidade à capital é iniciada, estabelecimentos bancários passam a ser implantados, o município recebe um Grande Hotel, entre outros.

Por outro lado, o processo de redemocratização experimentado no período posterior ao ano de 1945 criou um clima favorável à organização de diversas legendas a nível municipal. Apesar do tamanho, pensamos ser importante citarmos na íntegra a próxima passagem do texto de Martha Lúcia, uma vez que a historiadora chama a nossa atenção para relação partidos e classes sociais:

O PSD nasceu logo após a queda da ditadura de Vargas, do agrupamento de indivíduos que permaneceram fiéis ao interventor Rui Carneiro, sendo o seu núcleo instalado em Campina Grande pelo Dr. José Joffily. Em Campina Grande é o partido que vai contar com o maior número de representantes da burguesia industrial e comercial, embora o apoio dos grandes proprietários rurais seja imprescindível para concretização de suas vitórias. A UDN formou-se nos embates políticos contra a ditadura de Vargas. Tradicionalmente, os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural. Inicialmente, reuniu a maior força eleitoral do Estado, ao congregar os dois maiores líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, ambos provenientes da antiga Aliança Liberal e, posteriormente do Partido Progressista, ligados durante certo tempo ao Presidente Vargas, rompendo depois com o mesmo. O PTB estaria aqui representado por poucos Getulistas, tendo como base de apoio comerciários, funcionários públicos. O PSB, Partido Socialista Brasileiro, apresentava uma boa representação dos profissionais liberais e um representante das minorias religiosas. O Partido Comunista do Brasil, o PCB, surgiu na Paraíba com o nome da União Socialista da Paraíba, sendo criado um núcleo em Campina Grande. Entre seus membros, contava-se um percentual da pequena burguesia (Ibidem, p.81)

A pesquisadora nos informa que ao destacar essa relação entre partido e classe sociais, seu objetivo é demonstrar “que depois do período do Estado Novo, a sociedade civil começa a organizar-se.” (Ibidem, p.82). Logo, as classes dominantes locais são exigidas a pensar em outras maneiras de viabilizar a manutenção de sua hegemonia. A utilização da democracia e do liberalismo marcam, segundo a autora, “definitivamente a nova estratégia das elites políticas para conseguir perpetua-se no poder” (Ibidem, 85). Ademais, o acirramento da disputa interna nas hostes da UDN entre José América de Almeida e Argemiro de Figueiredo passariam a interferir nas eleições municipais locais, com destaque para as de 1947, 1951 e 1959.

O processo de concentração fundiária e a paulatina crise instalada no setor agrícola, em virtude da decadência do algodão e do sisal, estimulam o êxodo rural para Campina Grande, aumentando o número de favelas e deteriorando as condições de vida nos bairros. A “Capital do Trabalho” não possuía a estrutura necessária para absorver esse contingente humano atraído, ainda, pelo sonho da melhoria de vida e de condições de sobrevivência. Esse processo não deixou de ser acompanhado pela historiografia crítica local:

Malocas, cortiços, favelas. O que existe de comum entre tais 'habitats'? Uma única coisa: seu estado absoluto de miséria. Mas algumas diferenças podem ser observadas. As favelas, por exemplo, além de constituírem um fenômeno relativamente recente (dos anos 60 para cá), se caracterizam pela ocupação de espaços abertos na periferia, muitas ultrapassando a fronteira do antigo perímetro urbano. Já as malocas e os cortiços têm em comum o fato de terem surgido num momento em que as camadas mais empobrecidas se arrumavam como podiam no interior mesmo do antigo perímetro urbano. Os cortiços são bons exemplos. Em sua quase totalidade construídos na fase áurea do algodão eles formam um intensivo emaranhado de quatinhos, com esgoto a céu aberto e banheiro coletivo (um para cada cortiço), se constituindo, em muitas casas, pelo seu caráter retilíneo, em verdadeiros labirintos incrustados no interior dos quarteirões de bairros populares (antigos bairros de José Pinheiro e Liberdade). Pois era esse habitat que estava destinado a muitos atraídos pela forma da cidade rica. (ARANHA, 1999, p.28 *apud* SILVA, 2010, p.24).

A queda da economia algodoeira já era patente e se consolidava cada vez mais a perspectiva segundo a qual haveria necessidade de uma intervenção mais efetiva do governo na economia, a fim de que uma ação mais planejada se concretizasse. A cidade sedia em maio de 1956, por exemplo, o primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, momento no qual se perseguiu uma nova alternativa econômica para a região. Entre suas iniciativas, destacou-se a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste- GTDN, cujos estudos delinearão a futura Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Segundo Araújo (2000, p. 90), “a saída para crise econômica da cidade, através de um programa de industrialização, começou a partir

deste momento, a ser defendida com mais ênfase por importantes segmentos das classes políticas da cidade”.

Politicamente, quem melhor parece ter encarado esse espírito desenvolvimentista que a cidade requeria foi o banqueiro e industrial Newton Rique, preceptor político de Ronaldo Cunha Lima. No entanto, apoiado por Argemiro de Figueiredo (agora no PTB), Rique não obteve o resultado esperado na disputa da eleição municipal de 1959 contra o candidato do PDS e da ala udenista, Severino Cabral. Melhor sorte teve na eleição de 1963, um ano anterior ao golpe, quando os adversários de outrora, Argemiro de Figueiredo e Severino Cabral, esqueceram, momentaneamente, as divergências que os fizeram militar em partidos diferente desde 1947 e lançam a candidatura Newton Rique (PTB) e Willian Arruda (PSD). Araújo (2000, p. 94), novamente, esclarece:

Newton Rique, desde a última eleição para prefeito, quando fora derrotado por Cabral, tinha avançado com relação ao apoio das camadas populares. Candidato pelo PTB, com penetração nas esferas federais, era apontado como candidato capaz de conseguir os recursos necessários para impulsionar o desenvolvimento da cidade. Tendo como vice William Arruda, respaldado por Cabral, a vitória estaria praticamente assegurada.

A autora salienta que o candidato vinha defendendo propostas moderadas em relação às perspectivas de mudança e esteve, em 1963, “para ser nomeado ministro da fazenda” (Sylvestre, 1988, p. 514) de João Goulart, além de ser presidente do diretório municipal do PTB e ter participado do governo como diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Parecia nutrir, também, alguma simpatia pelo governador Leonel Brizola, tanto é que, em 1962, saudou-o quando este visitava a cidade⁸. O certo é que Newton Rique superou nas urnas Langstaine Almeida (Partido Republicano Paraibano, ex- Partido Integralista Brasileiro), tomou posse em 30 de novembro de 1963 e teve seu mandato cassado no dia 15 de junho de 1964. A historiadora arremata da seguinte forma a questão:

Banqueiro, conhecido pelas propostas moderadas de transformação, disposto a promover a política desenvolvimentista requerida pela capital nesta fase (empenhou-se bastante para instalação da Wallig e da CANDE), tomando medidas que objetivavam a concretização deste projeto- encaminhou, por exemplo, projetos de eletrificação, de reorganização do serviço público e do sistema tributário. Introduzido na política por Argemiro de Figueiredo, reconhecidamente um anticomunista, o pretexto de sua cassação foi a amizade que o ligava a Leonel Brizola e João Goulart. (Ibidem, p. 97)

⁸ **Reforma com Democracia:** pregou Newton Rique saudando Brizola. Diário da Borborema, edição do 1 de dezembro de 1962.

Daí para frente, a Ditadura Militar adota, a partir de 1965, uma política de centralização econômica, que iria se consolidar nos anos seguintes. Segundo Lima (1996, p. 84), “enquanto as capitais se desenvolviam, os municípios - sem recursos e sem capacidade de investimentos -, mergulhavam cada vez mais numa profunda crise econômica”. Os dividendos auferidos pela cultura do algodão pareciam ser “coisas do passado”, embora até o fim da década se instalem na cidade vultoso número de indústrias com a fundamental ressalva que deve ser feita:

No caso de Campina Grande, esta situação era agravada pelo fato de as indústrias incentivadas pela SUDENE, na sua maioria, apenas transformarem matérias-primas de outras regiões, sobretudo do Centro-Sul do país. E a demanda dos produtos das empresas acima citadas situar-se, praticamente fora do Nordeste. Na verdade, estas empresas se localizaram aqui apenas para aproveitar a mão-de-obra barata e, principalmente, os incentivos fiscais e financeiros. (LIMA, 1996, p.85)

Após nova cassação do prefeito eleito em 1969, como exploraremos no próximo tópico por se tratar de Ronaldo Cunha Lima, o município passou a ser administrado por interventores nomeados pelos golpistas no poder. O primeiro deles, o general reformado Manoel Paz e Lima, assume a administração do município em 14 de maio de 1969 e fica até 15 de julho de 1970, quando renuncia e é substituído por outro interventor. O escolhido para o cargo é Luiz Mota Filho, que administrou a cidade de 15 de julho de 1970 até 31 de janeiro de 1973, quando tomou posse o prefeito, recém-eleito pelo partido governista, Evaldo Cavalcanti da Cruz. Sucede-o o também ligado aos militares golpistas, Enivaldo Ribeiro.

Damião de Lima nos ajuda a perceber que durante as administrações dos interventores, assim como, na administração de Evaldo Cruz (31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977) e Enivaldo Ribeiro (de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983), percebe-se a ascensão de forças políticas simpáticas ao sanguinolento regime militar no município de Campina Grande. De acordo com o autor, “esses políticos, por suas posições políticas ou pela ausência delas, em nada incomodavam o sistema estabelecido e, no âmbito administrativo, restringiram suas ações a mera obediência às diretrizes traçadas por Brasília” (LIMA, 2012, p.197-198)

Sob essas circunstâncias, Ronaldo Cunha Lima voltará à Campina Grande e tentará reerguer economicamente o município, buscando aliar os interesses do seu grupo político aos das classes dominantes locais. Faz-se necessário, então, investigar as bases materiais do poder político do grupo e acompanhar, minimamente, o chão histórico no qual a

oligarquia se estruturará e também se formará o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.

1.2- O PROJETO DE CLASSE DO GRUPO CUNHA LIMA

A história dos componentes que integrariam o tronco campinense da família Cunha Lima tem início a partir do casamento consumado entre o Coronel João da Cunha Lima e Maria José da Cunha. João da Cunha Lima foi funcionário público e deputado estadual, atuante no município de Areia⁹. Desse matrimônio nasceu Demóstenes da Cunha Lima, agente fiscal do Estado e também prefeito do município de Araruna, designado, em 1937, pelo ainda Interventor da Paraíba, Argemiro de Figueiredo¹⁰, nomeado durante a vigência do Estado Novo. Em 1940, após o nome de Argemiro de Figueiredo ser preterido pelo de Rui Carneiro, a grande maioria dos prefeitos municipais empossados anteriormente acabaram sendo trocados, o que acarretou na transferência da família de Araruna para Campina Grande. Antes disso, Demóstenes estabelece vínculo afetivo com Francisca Bandeira Moura da Cunha (Nenzinha), cuja família é proprietária do Engenho de Barra, localizada em Cuitegi, à época distrito de Guarabira, município pertencente ao brejo paraibano.

Da relação matrimonial nasceram 11 filhos, entre os quais Aloísio Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, Lúcio Cunha Lima, Zélia Cunha Lima, Fernando Cunha Lima, Roberto Cunha Lima, Marta Cunha Lima, Maria José Cunha Lima, Terezinha Cunha Lima, Renato Cunha Lima e, finalmente, Ronaldo José da Cunha Lima. No universo da

⁹ Sobre o tronco Areiense da família Cunha Lima, recomendamos, fortemente, o trabalho de conclusão de curso de Gerson Paulino de Lima Júnior intitulado “**As origens da Família Cunha Lima: sua representatividade política e social no brejo de Areia (1889-1930)**”, defendido junto ao curso de História da Universidade Estadual da Paraíba.

¹⁰ Nasceu em Campina Grande, no ano de 1901. Seu pai, o cel. Salvino Gonçalves Figueiredo, de origens humildes, tornou-se uma das grandes lideranças políticas da cidade por ter se casado com Brígida da Costa Agra, filha do cel. Honorato da Costa Agra, detentor de uma das maiores fortunas no município. A morte do cel. Agra e, posteriormente, de sua esposa, faz Salvino herdeiro de uma fortuna e da liderança política do seu sogro. Do casamento com Brígida da Costa Agra, nasce um dos seus filhos, Acácio Figueiredo, irmão de Argemiro por parte de pai, que viria a ser deputado estadual por duas legislaturas e deputado federal por três. O segundo casamento do Cel. Salvino amplia sua força política, haja vista que sua segunda esposa, Luiza Viana Borges da Fonseca, era filha do Dr. Bento José Alves Viana, um dos deputados provinciais de 1892. Deste segundo casamento nasceu Argemiro. Para não alongar ainda mais a nota, vamos direto aos cargos políticos ocupados por Argemiro: Secretário no governo de Gratuliano Brito (1932-1934), Deputado estadual (1929), Secretário do Interior e Justiça da Paraíba até 1934, Interventor Federal (1935-1940), Deputado federal na Assembleia Constituinte de 1946, Senador pela UDN, em 1954, assumindo a vaga de Assis Chateaubriand. Reelegeu-se senador em 1962, passou pelo PTB e filiou-se ao MDB após o Golpe Militar de 1964, onde permaneceu até o fim do mandato em 1970. Informações extraídas da tese de Monteiro (2016).

política, três deles se destacaram, a saber, Fernando, Ivandro e Ronaldo. O primeiro constitui fortuna graças à presidência da ITN Trading Company S.A. – empresa cuja atividade principal era deter a participação acionária de mais 18 empresas do ramo de exportação de soja, amendoim e pimenta, controlando, assim, suas administrações e políticas. Segundo o blog *Retalhos Históricos de campina Grande*, que apesar do tom ufanista adotado na maioria das postagens, promove a circulação de informações de eventos marcantes na cidade:

Na década de 70, Fernando era considerado o mais próspero dos ‘Cunha Lima’. Dispunha de avião particular, um jato Navajo, importava gado Nelore em grande quantidade, possuía uma capacidade ímpar de negociar, inclusive com países da Ásia ou África, com agilidade e eficiência, numa época em que os limites geográficos ainda não haviam sido vencidos pela *internet*. (**Memória Fernando Cunha Lima**. Disponível em <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/09/memoria-fernando-cunha-lima.html>>. Acessado em 07 de set. 2021.)

Em 1974, o empresário lança sua candidatura a Deputado Federal pelo MDB, mas acaba sendo assassinado no Rio de Janeiro um pouco antes do pleito, o que, evidentemente, interrompeu suas aspirações políticas. Nesta mesma eleição, Ivandro Cunha Lima - advogado, tabelião e agropecuarista- tornou-se suplente do senador Rui Carneiro, aquele mesmo que em 1940 fora nomeado interventor do Estado. Com a morte do titular, assumiu o mandato em agosto de 1977 e “passou a ser o articulador político do MDB e da família Cunha Lima na região de Campina Grande” (MONTEIRO, 2016, p. 44). Casou-se com Walnyza Borborema Cunha Lima, pertencente à família do ex-prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, que governou Campina Grande de 1935-1938 e de 1940-1945.

Exerceu, ainda, entre cargos eletivos e de confiança o mandato de deputado federal por duas vezes (1991-1995 e 1995-1999), Presidente da Companhia de Eletrização da Borborema (CELB) de 1983 a 1985 ao qual somou à função de Coordenador de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande (1984-1985), ambos nomeados pelo prefeito da cidade e seu irmão, Ronaldo Cunha Lima. Indicado por Tancredo Neves, ocupou de 1985 a 1988 uma diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi secretário da Casa Civil do governador Cássio Cunha Lima, seu sobrinho, de 2002 até 2006. O seu neto, Bruno Cunha Lima, é, hoje, o chefe do Executivo Municipal de Campina Grande, o qual, lamentavelmente, cumpre à risca e devoção o receituário bolsonarista no plano local. Um dos primeiros e mais importantes cartórios da cidade pertence também a Ivandro.

No entanto, o mais importante político do grupo é Ronaldo José Cunha Lima. Advogado, promotor, poeta (especialista da obra de Augusto dos Anjos¹¹), membro da Academia Campinense e Paraibana de Letras, Ronaldo se insere na política a convite de Newton Rique – empresário, banqueiro (depois também foi prefeito de Campina Grande) - e elege-se vereador em 1959, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em seguida, contando com o beneplácito de Argemiro de Figueiredo (o mesmo interventor que indicou seu pai para prefeitura de Araruna), migrado da União Democrática Nacional (UDN) e principal nome da agremiação na cidade, é eleito Deputado estadual duas vezes (1963-1967, ainda no PTB; 1967-1969, já no recém-criado Movimento Democrática Brasileiro¹²). Disputa e ganha a Prefeitura de Campina Grande pela primeira vez, em 1969, mas, após 43 dias de mandato, tem seu registro cassado e perde seus direitos políticos por 10 anos. Transferiu-se primeiro para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro, local no qual se fixou exercendo a função de advogado. Anistiado, de volta à cidade em 1982, inaugura em versos sua campanha para retomar a prefeitura do município:

Se Campina devolver o meu mandato
Roubado pelo arbítrio e a ditadura
De assumir a gestão da Prefeitura
E por seu voto ser eleito
Não prometo ser santo nem perfeito
Mas juro defendê-la com bravura.

Prá que esta e a geração futura
Se orgulhem de mim como prefeito
Se a 15 de novembro esta cidade
Proclamar seu direito à liberdade, ao amor, ao bem, à paz
Eu lhe darei meus sonhos e meus planos
E mostrarei nos próximos 6 anos
O Quanto do meu amor por ela eu sou capaz
(O poema é datado de 5 ago, 1982. *Gazeta do Sertão*, 1 fev. 1983.)

É interessante notar que Ronaldo passará a explorar eleitoralmente o fato de ter sido cassado, mas que “por amor a Campina” aguardou, ansiosamente, o momento de seu regresso. Sente-se o acionamento desse recurso logo no primeiro discurso realizado após o pleito:

Repete-se o cenário e, pela segunda vez, eu vivo o mesmo instante. Dentro de mim, até parece que o tempo parou, marcando compasso de espera. Para que

¹¹ Tanto é que cassado, morando no Rio de Janeiro, participou do programa “O Céu é o Limite, da TV Tupi, apresentado por Jota Silvestre, respondendo perguntas referentes à vida e à obra do autor preferido. Segundo periódico local, “foi até o final do programa sem errar uma pergunta, mas o programa saiu do ar quando Ronaldo se aproximava do prêmio máximo e há quem afirme que houve interferências políticas para afastá-lo, já que alcançava notoriedade nacional” (*Gazeta do Sertão*, 1 fev. 1983)

¹² Quem melhor acompanha a formação do partido no Estado ainda é o historiador José Octávio de Arruda Mello no livro “Da resistência ao Poder: o (P) MDB na Paraíba (1965- 1999) ”.

não se fragmentassem ilusões, não se dissipassem sonhos nem se me adiassem esperanças. O povo esperou pela volta de quem só esperava por esse dia, fazendo-o o mais belo de sua vida. Aqui, neste mesmo teatro, há 14 anos eu assumia, como agora, o cargo de prefeito constitucional de Campina Grande. Lembro-me bem: eu era ainda muito moço e todas as ilusões da juventude passavam pelo meu coração. De repente não mais de quarenta e três dias de mandato, o duro arbítrio, então dominante, arrancou-me da prefeitura, como quem arranca as raízes de uma sementeira de sonhos. Aquele ato, todavia, que me cassou os direitos políticos por 10 anos, não conseguiu reduzir meu ânimo, mudar minha vocação, abater-me o espírito nem revogar a cívica resistência do meu povo. Eis, aqui, de novo, o meu mandato! Mandato que se restaura em reimplantadas esperanças. Mandato e esperanças devolvidas hoje, por forças de uma das mais heroicas e comoventes eleições de nossa história. (Idem)

O historiador Wagner Geminiano é um dos primeiros a atentar-se para o apelo simbólico que teve a reeleição de um prefeito outrora cassado pela ditadura militar. Na visão do autor, referindo-se a Ronaldo Cunha Lima, tal fato:

[...] lhe conferia, aos olhos da sociedade local, uma aura de mártir, de homem resignado em árdua luta "contra tudo e todos", mas "por amor" a sua "terra" de adoção, assim que Ronaldo se apresentava para os eleitores de Campina Grande nas eleições de novembro de 1982, como um "verdadeiro campinense" que havia incorporado todos os valores, princípios e qualidades da "gente de Campina" e que estava pronto a defendê-los, assim como a projetar Campina para "um novo tempo". (SANTOS, 2008, p. 80)

Ainda sobre o discurso da vitória, o recém promovido prefeito aproveitava a oportunidade para realizar seu diagnóstico particular dos problemas enfrentados pelo município ao criticar, subliminarmente, seu antecessor e ressaltar o imenso desafio que teria pela frente. Também havia espaço para destacar seu comprometimento programático com o PMDB, que, apesar do fraco desempenho no resto do Estado¹³, conquistava o segundo mais importante colégio eleitoral da Paraíba:

Vejo, como supremo desafio, uma cidade estagnada. Aí estão nossas fábricas, ou paradas ou em vias de parar, que é a forma mais dolorosa de agonia. O seu comércio- em declínio- ele que merecia todos os fundos, menos do abismo. Aí está o desemprego geral, germinando não apenas crimes- ataques ao direito do cidadão, mas agressão à segurança do Estado. Ideologicamente estou comprometido com os princípios do PMDB, com as lutas e liberdades e com a democracia. As grandes lutas do povo brasileiro, haverão de encontrar aqui ressonâncias patrióticas e respostas cívicas corajosas. A injustiça social, por exemplo, inserida na gigantesca moldura dos problemas nacionais, com efeitos que nos afetam e com mazelas que nos enfeiam, há de ser combatida, como busca suprema de paz social, ameaçada pelas desigualdades que se aprofundam

¹³ Nas eleições do dia 15 de novembro, o candidato ao governo do Estado do PDS Wilson Braga venceu o peemedebista Antonio Mariz. Para o Senado, elegeu-se também pelo PDS Marcondes Gadelha superando os peemedebistas Pedro Gondim, Ney Suassuna e Djacir Arruda. Na câmara federal, o PDS elegeu 7 representantes e o PMDB somente cinco. Na Assembleia legislativa, das 36 cadeiras em disputa, 22 foram ocupadas pelo PDS e 14 pelo PMDB. Já a nível municipal, 134 prefeitos sufragados pelo PDS e 136 pelo PMDB, além dos 1004 vereadores contra os 434 do partido de Ronaldo Cunha Lima. Esses resultados levaram Mello (2010, p. 166) a concluir que “a vitória do governo, através do PDS, foi esmagadora, e a derrota das oposições representadas pelo PMDB, acachapante”.

e que nos humilham, nos ferem, nos deprimem e nos desagradam. (*Gazeta do Sertão*, 1 fev. 1983.)

Ronaldo finalizaria seu discurso prometendo à Campina que a tornaria novamente grande. A bibliografia consultada chama atenção para um conjunto de fatores que julgamos fundamentais antes de seguirmos. Em primeiro lugar, Marciano Monteiro (2016, p.56- 57) alerta-nos que, embora herdeiro sanguíneo e de patrimônio do Cel. Cunha Lima (avó) e Demóstenes Cunha Lima (pai), “o chamado grupo Cunha Lima não se constitui sob o comando do Cel. João Lima, mas a partir da inserção do grupo familiar no município de Campina Grande, respaldado por Argemiro de Figueiredo e o empresário Newton Rique”. Ainda na mesma passagem, o sociólogo destaca:

Em 1982, a família Cunha Lima se torna herdeira, em certo sentido, da estrutura político-partidária do MDB argemirista em Campina Grande¹⁴. Com a morte de Petrônio Figueiredo – filho de Argemiro – o nome que se tornou herdeiro sucessório de Argemiro na política é Cunha Lima. (Monteiro, 2016, p. 57)

O autor também nos oferta a possibilidade de dimensionarmos qual o peso que teve o controle político-administrativo da cidade para o grupo Cunha Lima:

O controle na década de 1980, por meio do agente político Ronaldo Cunha Lima, do principal município do Estado – Campina Grande – e a representação no Senado do seu irmão Ivandro Cunha Lima, possibilitou o fortalecimento do grupo familiar que, desde 1935, possuía relações políticas no Estado e controle sobre alguns municípios na região do Brejo e do Curimataú. (Monteiro, 2016, p. 245)

No entanto, o leitor há de convir conosco que não seria tão interessante para Ronaldo, naquele momento, ligar sua imagem diretamente a uma família política tradicional, até porque seu principal adversário nas eleições de 1982 era Vital do Rêgo¹⁵. Assim, aproveitando-se de tudo que cercava seu retorno à cidade, o peemedebista logo

¹⁴ A partir da lista de fundadores do MDB, nos mais diversos municípios da Paraíba, elaborada por Mello (2010, p.49), chegamos aos seguintes dos nomes para a cidade de Campina Grande: “Na importantíssima Campina Grande, o senador Argemiro de Figueiredo, assistido pelo filho Petrônio, motor do partido na região, genro Orlando Almeida, deputados Ronaldo Cunha Lima e Raimundo Asfóra, e ex-vereador Mario Araújo arregimentaram o MDB, que contava, na zona satélite campinense, com antigas lideranças do argemirismo- João Jerônimo da Costa, em Lagoa Seca, Dulce Barbosa em Queimadas, e ainda Abdias da Mata Ribeiro, em São José da Mata, entre outros”.

¹⁵ Como bem lembrado por Monteiro (2016, p. 57-58), Vital do Rego “além de pertencer geneticamente a uma herança tipicamente coronelista – tanto materna como paternalmente – soma-se o fato de ter pactuado, em certo momento de sua trajetória política, com o regime militar. Quando da influência de Ernesto Heráclio do Rêgo – chefe político do município de Boqueirão e do seu primo José Braz do Rêgo– se filia a Arena. Além disso, nas “aberturas democráticas”, pertence aos quadros políticos do PDS. Partido que foi constituído como herança institucional da Arena. Tais evidências dificilmente permitiriam a Antônio Vital do Rêgo se constituir como um defensor dos “ideais democráticos”. Situado partidariamente dentro do campo político, no período de transição democrática, no PDS, Antônio Vital do Rêgo passou a simbolizar as forças mais retrógradas do Estado, principalmente aos olhos dos movimentos populares, como as SABS”.

tenta vincular seu nome aos ideais democráticos e liberais, buscando distanciar-se da tradição oligárquica da qual ele é produto (os Cunha Lima de Areia). Tendemos a concordar com o autor referenciado quando ele conclui que Ronaldo Cunha Lima “consegue imprimir a imagem do candidato moderno, democrático e vinculado aos anseios da esquerda existente, embora apregoado na prática e no modo de operacionalizar a política de forma populista permeada por ações e práticas clientelísticas. (Monteiro, 2016, p. 57).

1.3- A CAMPINA GRANDE DOS ANOS 1980 E A ESTRATÉGIA CUNHA LIMA

Vale interrogar, ainda, como a literatura acadêmica campinense observava os problemas econômicos e sociais experimentados pela cidade nos inícios dos anos 1980. Elizabeth Cristina destaca o desaquecimento da economia causados pela redução de investimentos realizados pela Sudene no Estado da Paraíba, com óbvia ressonância em Campina Grande:

A década de 80 chega com o fim dos incentivos fiscais da SUDENE, muitas indústrias fecham as portas. Dá-se a diáspora do parque industrial, a transferência de capitais e empresas e um processo geral de desinvestimento, com repercussões negativas no setor comercial e de serviços da cidade. As transformações nas relações de trabalho no campo, aliada a uma série de outros fatores conjunturais, como a seca, fazem engrossar a corrente migratória para Campina Grande, que vai sendo absorvida precariamente, dentro de um quadro geral de desaquecimento da economia e aumento do desemprego, crescimento horizontal da cidade e favelização. (LIMA, 2002, p. 189).

O Anuário da cidade de 1982 também é taxativo ao afirmar que “Dos recursos distribuídos pela SUDENE, nos seus vinte anos de atuação, especificamente para a industrialização, verifica-se que a Paraíba recebeu apenas 5,4% do total, enquanto Pernambuco recebeu 29,0% e a Bahia 40% “ (*Anuário de 1982*, p 79). Com isso, “mais de 25% das indústrias apoiadas pela SUDENE na Paraíba acham-se fechadas”. É este o caso de várias empresas instaladas no município. O historiador Damião de Lima (1996, p. 82-83) contabiliza os danos gerados:

Se a abertura da Wallig é o marco da segunda fase da industrialização campinense, caracterizada pelos incentivos federais via SUDENE, seu fechamento definitivo, em 1979, pode ser tomado como o fato mais marcante da crise que passou a assolar Campina Grande. Nossa mais importante indústria chegou a oferecer 1.500 empregos diretos e produzir 22.500 fogões por mês. Após o fechamento da Wallig, outras empresas importantes, como a Cooperativa Regional dos Produtores de Sisal da Paraíba (COOPERSISAL), criada em 1974, e que administrava 1 indústria de corda, 2 usinas de beneficiamento de leite, instalações para beneficiamento de sisal e algodão, 1 rede de supermercados e 1 frota de veículos pesados, incluindo tratores, também fecha no início dos anos 80, mais precisamente em 1982. Na esteira

destes fechamentos ainda entram outras grandes empresas, como a Sanbra, Susy, Bravisa, Sanca, Mimonor, Sibril, Fracalanza, Incopresa, Fibrasa etc. Outras empresas diminuíram seu ritmo de atividades e, portanto, passaram a oferecer menos empregos. Tudo isso sem falar nos inúmeros casos de pequenas e médias empresas - nem por isso menos importantes -, que silenciosamente deixaram de operar

Restavam poucas alternativas para os trabalhadores dispensados das fábricas, reféns entre o desemprego puro e simples e a tentativa de sobreviver no mercado informal. O historiador Jonas Duarte indica, ainda, um vultoso processo de migração do campo para a cidade, fruto do declínio do ciclo de algodão. Segundo ele, “Campina Grande “incha”. Sem condições econômicas de absorver a inesperada mão de obra e de planejar a infraestrutura para alojar os novos moradores, “a cidade esborra de becos, favelas e moradias de péssimas condições” (COSTA, 1996, p.44). Na mesma passagem, o pesquisador prossegue completando o quadro:

O Nordeste passa a ter nos anos oitenta uma grande onda de imigração. Agravaram-se as contradições sociais e o trabalhador rural sem meios para sobreviver dignamente no seu pedaço de chão, fugiu para a cidade. Para se ter uma ideia, pesquisas realizadas em cidades paraibanas de forte tradição algodoeira como Campina Grande, mostram que durante a década dos oitenta surgiram o maior número e as maiores favelas de sua história, na maioria de ex-moradores da zona rural da região por esta cidade polarizada (Idem)

A formação de um perímetro de pobreza urbano decorrente da calamitosa situação pode ser imaginada. Santos (2008, p. 77), apesar de adotar uma postura teórica e metodológica diametralmente oposta à nossa carregada de termos como “tessituras”, “narrativas”, “sensibilidades”, também contribui para o entendimento daquele contexto quando afirma que a classe dominante local buscava explicar o declínio vivenciado pela cidade associando-o à inaptidão de seus recentes dirigentes políticos:

Esta situação de rápidas e bruscas mudanças no panorama econômico e social que a cidade vinha presenciando era construída no discurso de letrados e intelectuais ligados aos grupos industriais e comerciais da cidade como uma profunda “crise política e econômica”, produto das más administrações que Campina tinha presenciado em anos anteriores e da “perseguição” por parte do Governo do Estado. E isto se agravava ainda mais, aos olhos daquelas elites, pela falta de um pulso firme à frente dos “destinos de Campina”, que na época era governada por Enivaldo Ribeiro.

A partir desse chão concreto que conjuga crise econômica, social e política que vai emergir a estratégia implementada pelo grupo Cunha Lima, com Ronaldo à frente, para o enfrentamento da gama de problemas apontados e a recuperação econômica de Campina Grande. No centro da estratégia esteve o maciço investimento no que se convencionou a denominar de “turismo de eventos” a partir da promoção de grandes

festas realizadas na cidade, com destaque para aquela que ficou conhecida como “Maior São João do Mundo”. Conforme acentua Lima (2002, p. 34-35):

A indústria do turismo, a chamada “indústria sem chaminés”, surge como uma alternativa econômica para o município que, principalmente a partir da década de 80, assiste a um contínuo declínio econômico, após a perda de sua autonomia, principalmente de pólo centralizador de comércio no interior do Estado da Paraíba e até mesmo da região Nordeste. Com esta crise no setor econômico, a festa surge como uma promissora alternativa; neste sentido ela passa a adquirir um sentido ímpar; é inventada para instituir na cidade o chamado turismo de eventos. Ou seja, em substituição à antiga “vocação” da cidade que era o comércio, a cidade passa a investir no comércio da festa junina.

A festa junina, além de palanque político para o grupo, fez Ronaldo transitar habilmente entre os círculos burgueses locais, consolidando seu poder junto a estes e implementando seu projeto de classe pensado para a cidade. Basta observarmos a lista de apoios e patrocínios que a festa obteve ao longo do recorte temporal adotado neste trabalho, para que possamos oferecer maior consistência para a hipótese acima enunciada.

No primeiro ano (1983), o único apoiador contido no folder do evento era a empresa “Café Aurora” com seu inconfundível lema “gostoso toda hora”. Entre 1984 e 1987, o capital financeiro já se fazia representado pelo “Banco Itaú” (Itaú turismo: consulte o Itaú turismo e veja como é fácil conhecer Campina Grande). No último ano de seu mandato (1988), Ronaldo não só utilizou o palco da festa para lançar o nome do seu filho para substituí-lo na prefeitura como também angariou recursos junto ao governo Estadual (mandato do peemedebista Tarcísio Burity) e da Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR). O “Banco Bradesco” também passou a apoiar o evento a partir daquele ano.

Em 1989, a empresa de gênero alimentício “São Braz” e “Caixa Econômica Federal” se somaram à lista. No período subsequente, até o ano 2000, podem ser citados o apoio e o patrocínio das sandálias Havaianas (as originais), Banco Bandeirantes/Banorte, Parmalat, Listel, Cerveja Antártica, Coca-Cola, Brahma, Agemed (assistência médica integral), Vitamilho, Tim (Vivendo sem fronteira), Ministério da Cultura, Banco do Nordeste, Tam (um estilo de voar), entre outras¹⁶.

O turismo de eventos, portanto, desempenharia um papel crucial no decurso da administração Ronaldo Cunha Lima. O prefeito passou a ter maior poder de barganha

¹⁶ Todas as informações aqui expressas foram coletadas graças ao hercúleo esforço presente na tese de Zulmira Nóbrega junto ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Recomendamos a leitura na íntegra do seu trabalho intitulado “A festa do maior São João do mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande”, defendida no ano de 2010.

junto às frações da classe dominante locais, interessadas nos recursos provenientes da nova relação construída com o poder municipal. A indústria sem chaminé também promoveu as condições objetivas para realização das obras que tanto marcaram a gestão do poeta à frente da chefia do executivo municipal, alterando a própria espacialidade da cidade, como nos ajuda a perceber Sá (2002, p. 186-187)

As duas últimas décadas (1980-1990) foram marcadas pela preocupação crescente na política de preservação e construção de novos espaços destinados ao lazer e aos eventos culturais. Pode-se ressaltar a recuperação das ruas centrais da cidade, particularmente, devolvendo-as ao trânsito livre, que foram antes transformadas em calçadas, embora ainda permaneçam as barracas de pequenos comerciantes que margeiam as calçadas. Quanto à construção de novos espaços, destacam-se o Parque do Povo, área destinada às manifestações populares, encontros políticos, religiosos e é o lugar que sedia o Maior São João do Mundo, a festa mais popular da cidade, entre outros eventos; o Parque da Criança, o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia, o Ginásio dos esportes [o Meninão], além da abertura de novas vias de acesso ao centro da cidade, entre outro empreendimento socioeconômico e cultural.

Como parte dessa estratégia empalmada pelo grupo Cunha Lima vale também elencar a estadualização da Universidade Regional do Nordeste (FURNE) em 1987, a restauração do Teatro Municipal e a fundação da TV Paraíba, afiliada da Rede Globo de Televisão no mesmo ano. As relações estabelecidas entre o grupo Cunha Lima e o empresário José Carlos da Silva Júnior adquirem a partir desse momento fortes colorações. Além disso, foi inaugurado o Parque do Povo em 1986, espaço destinado a realização da festa junina, e mais duas casas de show, o Forrock, em 1985 e o Spazzio, em 1987.

Outra característica do grupo foi sua forte ligação com a intelectualidade local. Em diversas situações, as folhas dos periódicos estampavam textos escritos pelos homens das letras do grupo Cunha Lima. A título de exemplo, quando da passagem do terceiro ano de mandato de Ronaldo Cunha Lima, o professor Itan Pereira usou o espaço editorial do Jornal da Paraíba com dois objetivos em mente. O primeiro era criticar o chamado PB-Tur, um programa do governo federal idealizado para atender as necessidades turísticas das cidades de porte médio, caso de Campina Grande. Na visão do articulista do JP, no entanto, o projeto não estaria cumprindo seu papel. Vejamos:

Em matéria de turismo, tudo que tem sido realizado se concentra na capital, a PB-Tur existe em função de João Pessoa. O programa do Governo Federal para as chamadas cidades de porte médio no qual Campina Grande foi incluída e que pretendia impedir o êxodo da população interiorana para os grandes centros metropolitanos, não passou de uma formidável piada. Não é que se queira, por um falso bairrismo, negar o direito que tem a capital de se desenvolver. O problema está em que não se pode sacrificar o progresso de Campina Grande pelo contexto que ela representa da região. Temos a impressão que suas lideranças cochilaram no momento em que, por conta de

fatores conjunturais, o seu poderio comercial começou a perder terreno (*Jornal da Paraíba, 04 fev. 1986*)

Demonstrando forte insatisfação quanto à divisão de recursos oriundo do programa de fomento ao turismo, Itan também alfineta os antigos administradores locais. O segundo e mais forte objetivo do autor é congratular a administração Ronaldo Cunha Lima, acentuando a quantidade de obras realizadas no município sob sua gestão e indicando que uma “nova onda de otimismo invadia a serra”:

Nesta ocasião em que a administração completa três anos em verdadeiro clima de euforia pela quantidade de suas obras que estão sendo inauguradas, sente-se uma nova onda de otimismo invadir a serra. Recuperam-se praças e edificam-se outras. Rasgam-se avenidas, constroem-se calçamentos, criam-se creches e escolas, pavimentam-se os bairros, abrem-se estradas vicinais. Ouve-se falar em novas galerias, bueiros, meios fios e linhas d’água. As máquinas estão fuçando o terreno em que se levantará o chamado “Parque do Povo”, com seu futuro Forródro e seu ginásio de esportes. A garra campinense está sendo de novo posta à prova. Parece até que o desafio do “Maior São João do Mundo” que inebriou a cidade no ano passado sacudiu o brio da terra. (Idem)

A última parte do texto, escrito sob o título “por uma nova Campina Grande”, destaca que mais uma virtude do grupo de poder familiar Cunha Lima foi reavivar a capacidade de investimento e de lucro da iniciativa privada, sobretudo, a do capital imobiliário e hoteleiro a partir da “febre de construção de edifícios” e por meio da construção de “hotel de grande porte”. Reafirma-se que na cidade “respira-se uma atmosfera de renascimento”, facultando o mérito a seu então prefeito. Por tudo isso, advoga-se a ideia de que seria preciso acreditar “numa nova Campina Grande”:

Da parte da iniciativa privada que, por muito tempo, só conhecia os desafios da bolsa mercadoria, está dando grandes sinais de vida. Existe uma febre de construções de edifícios. Novos voos aéreos no João Suassuna. Hotel de grande porte. A FURNE se reabilitando. Enfim, respira-se uma atmosfera de renascimento. Deve-se ter o cuidado, porém, de pensar em obras de alcance produtivo. Aí está a vocação coureira a desafiar a tina dos campinenses. É preciso acreditar numa Nova Campina Grande (Idem)

Não à toa o professor Itan Pereira passou a ocupar o cargo de Secretário de Educação em duas das administrações de Cássio Cunha Lima e depois o de Reitor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), quando Ronaldo era governador. As articulações de classe entre o grupo Cunha Lima e as frações dominantes locais não pararam por aí. Tentaremos demonstrá-las. A primeira delas seria a burguesia industrial a partir da relação com a Ecomel. LTDA, corporação especializada na instalação e fornecimento de materiais elétricos. Representantes dessa empresa, não perdendo de vista os lucros que poderiam ser auferidos, mostraram-se satisfeitos com o projeto que

colocaria Campina Grande novamente nos trilhos do “desenvolvimento”. Em relação ao dia de inauguração do parque do povo, por exemplo, destacou:

Campina Grande é sinônimo de progresso! Prova maior do que afirmamos é esta na monumental obra que hoje é inaugurada pela Administração Ronaldo Cunha Lima- FORRÓDROMO- cuja execução teve a nossa participação, com o fornecimento do material elétrico, ensejando ao dinâmico povo campinense e aos turistas que aqui chegam, momentos de merecido e saudável lazer, em belas e iluminadas noites de festas. Assim como Campina Grande, nosso progresso depende do seu extraordinário povo, que nunca faltou com o seu decisivo apoio e incentivo. PARABÉNS, RONALDO! PARABÉNS, CAMPINA! (Jornal da Paraíba, 31 maio. 1986)

O remodelamento do espaço urbano, portanto, esteve *pari passu* ligado a um projeto de classe pensado para cidade e mediados por suas elites. O último ano de mandato de Ronaldo Cunha Lima ofereceu alguns exemplos de como se operou essa relação. As celebrações do quinto ano da administração peemedebista culminou com um grande jantar realizado nos salões do Spazzio, no qual compareceram nomes ligados à classe política, legislativa, financeira e empresarial de Campina Grande e da Paraíba.

A mesa de honra do evento foi composta pelo desembargador Miguel Levino, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o secretário Walter Arcoverde, da Casa Civil, representando o governador Tarcísio Burity, os deputados José Maranhão e João Fernandes, pelas bancadas do PMDB na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, o vereador Félix Araújo Filho, presidente do Legislativo Campinense e o senador Humberto Lucena. O nome ligado ao capital financeiro era Rivaldo Carlos de Carvalho, presidente do Banco do Estado da Paraíba (Paraiban), além do empresário Roberto de Aguiar Loureiro, presidente da Associação Comercial (ACCG) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande. Os jornalistas Rubens Nóbrega e Carlos César, presidentes da Associação Paraibana de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Paraíba também estiveram presentes.

Dos componentes da mesa, os políticos fizeram as honras da casa. O deputado João Fernandes, já inaugurando a campanha ronaldista para governo do Estado nas eleições de 1990, concitou o seu partido, “a deixar Ronaldo fazer pela Paraíba o que está fazendo por Campina Grande” (*Jornal da Paraíba*, 31 jan. 1988). José Maranhão preconizou que “a Paraíba reserva grandes destinos políticos a Ronaldo Cunha Lima”. Já Félix Araújo Filho, o mesmo que seria indicado para manter o poder local dos Cunha Lima nas eleições de 1992, conclamou “o PMDB a desfraldar com Ronaldo a bandeira da vitória em 90, na sucessão estadual”.

A fala do representante da burguesia comercial da cidade também chama atenção. Roberto Loureiro destaca que “Ronaldo era pela sua conduta política e administrativa o que a Paraíba poderia e poderá esperar de Campina Grande, por parte do empresariado e da sua classe política”. O senador Humberto Lucena buscou sublinhar a liderança e a competência político-administrativa do peemedebista na cidade, destacando que “de Ronaldo, Campina Grande, a Paraíba, o Nordeste e o Brasil têm muito a esperar”.

Para quem não pôde estar presente na festa, restou emitir notas de cumprimentos ao prefeito da cidade através das páginas do Jornal da Paraíba, que dedicou parte do segundo caderno do dia 31 de janeiro de 1988 somente às congratulações. O requintado Restaurante La Costa ofereceu a sua “homenagem pelo 5º aniversário da administração RONALDO CUNHA LIMA”, o qual manifestava-se “sempre com o desejo de servir ao seu povo, numa atitude de reconhecimento pela confiança recebida” e ainda asseverou que “o atual governo não para e continua na busca de maiores realizações”.

O Restaurante & Drinks também se colocava solidário “às manifestações que Campina Grande tributa ao prefeito Ronaldo Cunha Lima, no seu 5º ano de governo, pelos múltiplos empreendimentos realizados em favor do nosso desenvolvimento”. Tendo em vista as alianças de classe forjadas pelo peemedebista ao longo de seu mandato, a rede de restaurantes pontua ainda que “no nosso símbolo, sempre em marcha a locomotiva do progresso de nossa cidade. Afinal, uma cidade que tem o nome da nossa, não pode parar, e o prefeito Ronaldo Cunha Lima deu continuidade a essa marcha, da qual nos orgulhamos muito”. Para a Associação Comercial de Campina Grande, não bastou estar presente no jantar. Fazia-se, também, necessário uma menção honrosa ao prefeito:

No transcurso do 5º aniversário da administração de Ronaldo Cunha Lima, a Associação Comercial de Campina Grande, em nome da iniciativa privada, sente-se no dever de cumprimentar aquele que, com criatividade e trabalho, superou obstáculos e desafios, atraiu novos investimentos tornando Campina Grande a cidade do Maior São João do Mundo, das maiores casas de shows e que tanto tem contribuído para o desenvolvimento social da cidade (*Jornal da Paraíba*, 31 jan. 1998.)

Observa-se que a ACCG, na figura de seu presidente Roberto Aguiar Loureiro, tributa a administração de Ronaldo a superação da crise ou dos “obstáculos e desafios” nos quais Campina Grande estava mergulhada antes de seu mandato. Pontua, ainda, o mérito do prefeito de ter “atraído novos investimentos” para a cidade, aquecendo, deste modo, a economia e o lucro da iniciativa privada. Além destas, três empresas representantes do capital imobiliário também tecem elogios ao prefeito por meio do jornal.

A primeira, a Construtora Paraná LTDA, em sua comunicação, coloca que “sempre pensando em trazer o melhor para Campina Grande, o Prefeito RONALDO CUNHA LIMA vem realizando uma administração digna de elogios”. A nota assinada por seu diretor-presidente, Tarcísio Costa Figueiredo, e o gerente administrativo, Robson Dutra, enaltecem ainda que “hoje, quando comemora o 5º ano de sua administração, os campinenses, satisfeitos, parabenizam seu atual dirigente pelo sucesso com que está comandando o seu governo”. Por sua vez, a Construtora DUBU LTDA declara que se sente satisfeita “em constatar o zelo com que tem sido tratada nossa querida cidade”. Diz esperar que o “progresso e o desenvolvimento desta terra continuem sendo a meta prioritária de seus administradores”, formulando, ainda, seus “votos de parabéns por mais um ano de brilhante desempenho administrativo” de Ronaldo.

A Construtora RODOARTE LTDA afirma ter executado obras entregues à população campinense, nos bairros da Catingueira e Vila Cabral de Santa Terezinha. Assim, afirma na nota que “não poderia ficar indiferente a este fenômeno que vem beneficiar todos nós que amamos nossa querida terra. Nesta oportunidade, expressamos todo o nosso apreço ao ilustre Prefeito RONALDO CUNHA LIMA que ora conduz os destinos de nossa querida Campina”.

Por fim, destacamos a nota oficial emitida pela Câmara Municipal de Campina Grande, assinada por seu presidente, Félix Araújo Filho, e o primeiro secretário, João Dantas. Nesta, um balanço geral das obras realizadas durante a gestão de Ronaldo na cidade é mais uma vez copiosamente destacado, argumentando que o prefeito teria “perante à comunidade campinense, um acervo largamente positivo a apresentar”:

A metragem de calçamento espalhado por toda a cidade que foi construída; inúmeros grupos escolares edificadas e postos em funcionamento; cerca de uma dezena de creches entregues aos filhos de mães carentes campinenses; milhares de refeições distribuídas em forma de merenda escolar, reajustes concedidos ao funcionalismo municipal, o Parque do Povo, etc., tudo isso, situa o governo municipal como realizador e participativo (Idem).

A mesa da Câmara Municipal de Campina Grande em tom laudatório afirma que “por todos quanto o realizam, aproveita o transcurso do quinquênio da administração municipal, para render-lhe um preito de reconhecimento e exaltação”. Já a Companhia Eletricidade Borborema (CELB) utilizou-se da representação de lâmpadas acesas relacionando-as aos anos correspondentes ao mandato de Ronaldo Cunha Lima como prefeito da cidade, isto é, entre 1983 e 1988. Sob o título de “os anos dourados de Campina Grande”, a ideia era passar a imagem de que o período em que o pemedebista teve as rédeas do executivo municipal em suas mãos foi realmente de reaquecimento da

economia local e que a cidade enveredava novamente pelos trilhos do desenvolvimento, vivenciando, por assim dizer, os anos dourados de sua história.

Diante do exposto, verificamos que Ronaldo Cunha Lima durante seu primeiro mandato buscou soerguer economicamente a cidade através do investimento no turismo de eventos. Para tanto, foi preciso estabelecer uma série de articulações de classe com setores das elites campinenses, remodelando, assim, o espaço urbano em função da produção e reprodução do capital, seja ele industrial, comercial, financeiro ou imobiliário. Nosso objetivo consistiu em explorar, minimamente, sob quais bases materiais se sustentou o poder do grupo Cunha Lima no município. Será esse grupo o alvo privilegiado das críticas dos petistas campinenses durante toda a década de 80, mas também aquele com o qual um setor importante da legenda selou uma aliança nos anos 2000.

1.4 – A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE E SUA BASE SOCIAL

Vamos legalizar o PT! Esta é a palavra de ordem do momento. É sobre esta tarefa que hoje devemos nos empenhar com todos os nossos esforços: mostrar com a legalização do Partido aqui na Paraíba, que o PT é um partido viável e que os trabalhadores e o povo oprimido em geral têm capacidade de construir e organizar o seu próprio partido político. (*Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981)

Os membros integrantes da primeira Comissão Executiva Provisória do Partido do Trabalhadores de Campina Grande tiveram seus nomes, oficialmente, registrados em ata somente no dia 26 de maio de 1981, embora fosse eleita desde o primeiro Encontro Municipal do partido realizado nos dias 14 e 15 de março daquele mesmo ano. No entanto, a documentação encontrada na sede do partido do município indica que a formação do núcleo do partido em Campina Grande remonta ao primeiro semestre de 1980.

Assinaram a ata do dia 26 de maio, oito pessoas: o médico Erinaldo Antonio Duarte Guimarães (presidente), o agrônomo e estudante de pós-graduação em Sociologia Rural, Severino José de Lima (secretário), a fonoaudióloga Kathryn Marie Pacheco Harrison (tesoureira), o líder estudantil e aluno do curso de Engenharia Elétrica Lamarck Bezerra de Melo, o professor de Desenho Industrial do Departamento de Engenharia Mecânica da UFPB Wagner Braga Batista, a também fonoaudióloga e professora do Departamento de Educação Eleny Gianini, o professor do Departamento de Sociologia e tradutor da edição da Abril Cultural de “O Capital”, de Karl Marx, Edgard Afonso Malagodi e o estudante, à época, de sociologia Roberto Vêras de Oliveira. Mesmo não se

fazendo presentes naquela reunião, o professor Marcos Antônio Barbosa de Melo e o estudante Antônio Humberto Lopes de Almeida foram credenciados enquanto delegados para representar o partido junto ao Juiz Eleitoral da 16° Zona.

Percebe-se que os “fundadores” do PT de Campina Grande são, em sua maioria, provenientes do então Campus II da Universidade Federal da Paraíba, seja na condição de professores ou alunos. O peso que a universidade passou a exercer dentro da formação do partido é, portanto, enorme. Roberto Vêras de Oliveira, por exemplo, nos relatou que recém ingresso na UFPB se deparou com uma notícia em um dos jornais da cidade que despertou sua curiosidade. Tratava-se de um chamamento para uma reunião de organização do PT em Campina Grande. Deduzimos que a matéria teria relação com a formatação do partido em núcleos, passo anterior à constituição de uma comissão executiva provisória. O militante petista, assim, esclarece:

Eu estava na universidade. Eu costumava frequentar a biblioteca. Na biblioteca tinha acesso aos jornais do dia. Então eu ia para biblioteca também para ler jornais. Eu lembro que vi numa reportagem, numa matéria, numa notinha. Uma notinha, dizendo que ia haver uma reunião no PT, o Partido dos Trabalhadores. Eu nunca tinha ouvido falar no PT dos Trabalhadores, eu nunca tinha ouvido falar. Eu vi lá uma notinha, a reunião do PT, de fundação e tal, alguma coisa assim, reunião do PT, Partido dos Trabalhadores. Aí falou em São Bernardo, aí falou nas greves do ABC, uma coisa assim, uma chamadinha. E aquilo me interessou profundamente. Me interessou. Eu nunca tinha ouvido falar do PT. Não era uma pessoa politizada. Tinha, sim, um certo nível de politização geral. Não tinha militância de nada, absolutamente de nada.

Podemos depreender que o partido estava aberto e buscando novos filiados. Estes seriam de suma importância para o atendimento dos critérios necessários para construção do partido do ponto de vista legal. É mais intrigante ainda como a agremiação, contando, claro, com todas as dificuldades adjacentes a um partido que se propunha se colocar à esquerda no espectro político, possuía certa capacidade de absorver adeptos entre os estudantes universitários e secundaristas¹⁷, alguns deles, inclusive, que possivelmente acompanharam de perto os dissabores advindos dos funestos anos do regime ditatorial.

Por outro lado, o sindicalista militante Wagner Batista chama nossa atenção para o fato de que seria insustentável a manutenção da legenda na cidade sem uma rápida aproximação junto aos trabalhadores campinenses. É interessante seu relato a esse respeito, sobretudo, por destacar que diversos metalúrgicos oriundos da Wallig, empresa

¹⁷ Encontramos, a título de exemplo, uma pequena cartilha diagramada artesanalmente datada no dia 26 de maio de 1981 que convidava os estudantes da cidade para uma reunião que aconteceria na sede do partido, localizada na Rua Marquês do Herval, n° 27, 1° andar, sala 3, a fim de se discutir sobre o papel destes na construção deste partido. **Garanta sua educação- Entre no PT.** Arquivo da Sede do Partido de Trabalhadores de Campina Grande.

localizado no distrito industrial do município, também passaram a constituir a base social do partido:

Uma coisa que é desconhecida, ignorada. A primeira base do PT aqui em Campina Grande- sempre disseram que era um PT ligado à pequena burguesia, era ligado à universidade- foi uma base oriunda do movimento metalúrgico, da Wallig. Aqui, teve uma fábrica que se beneficiou de recursos da Sudene, incentivos fiscais, ela foi fechada quando esses incentivos deixaram de ser destinados a ela. Então, pode ser que eu esteja equivocado no que estou te dizendo, mas havia cerca de cinco mil metalúrgicos empregados na Wallig. Ela funcionava no distrito industrial. Então, esses metalúrgicos, de uma hora para outra, eles foram jogados na rua. Criaram oficinas de fundo de quintal, ficaram desempregados, foram trabalhar em oficinas de mecânica, foram fazer o “cão”. E havia um sindicato de metalúrgicos, que era dirigido por um cara que depois se tornou advogado, que é o Paulo. Mas essa base. Base que eu estou dizendo é o seguinte: as primeiras pessoas que foram recrutadas por esse embrião do PT foram esses metalúrgicos oriundos da Wallig.

Já tivemos a oportunidade de discutir a respeito das condições históricas que determinaram o fechamento da empresa citada, mas a relação que o PT local manteve com aqueles funcionários desempregados será melhor avaliada no capítulo dois deste texto. Por ora, o mais importante é fazer o registro que parte daqueles metalúrgicos contribuíram para a formação do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande. Outra base social importante, sem dúvida, proveio da zona rural do município. O professor Edgard Malagodi comentando sobre o caminho da legalização do partido e campanha de filiação de militantes esclareceu a questão:

Sim, foi difícil o começo, a legalização e a filiação. Eu consegui filiar um grande número de agricultores, “os agricultores da antiga Fazenda Ramada” (agricultores do roçado, agricultores independentes que pagavam o foro, para o sobrinho da Dona Merquinha), na área onde estão hoje as Malvinas. Depois da ocupação das Malvinas, conseguimos atrair muita gente de lá também.

A antiga Fazenda Ramada, na verdade, ficava situada no bairro de Bodocongó. A pequena parte na qual os trabalhadores rurais apoiados pelo PT entraram, inicialmente, em conflito com o novo proprietário, hoje denomina-se Ramadinha II. Conforme informa-nos Câmara¹⁸ (1995, p, 102), “essa fazenda sofreu processo de partilha em 1953. A propriedade pertencia a Dinamérica Alves Correia, popularmente conhecida como Dona Merquinha”. Após seu falecimento, a terra foi partilhada entre suas filhas (uma área correspondente a mil e quinhentos hectares), que doaram quatrocentos hectares a Roberto Correia do Monte (neto da falecida Merquinha).

¹⁸ Vale citar que a autora do texto foi durante muito tempo presidente da SAB de Bodocongó, milita até hoje no PT campinense e é professora aposentada do curso de História da UFCG.

O novo proprietário deu continuidade à prática anterior, arrendando parte das terras aos agricultores que o procuravam. O problema surgiu quando o governo municipal decidiu comprar a propriedade para edificar conjuntos populares dentro da política do Banco Nacional de Habitação. Em 1983, quando a maior parte do conjunto estava erguido, mas ainda sem uma infraestrutura adequada, famílias ocuparam o espaço e deram-no o nome de Malvinas. Já é sobre esse momento que Malagodi se refere na entrevista. O fato é que a maioria daqueles agricultores se filiou ao PT campinense, transformando-se também em sua base social.

Por último, o depoimento de Socorro Ramalho nos fez perceber que havia também alguma relação do PT local com uma parte da igreja Católica. A militante filiou-se, formalmente, ao partido somente em 1986, mas já atuava politicamente no movimento estudantil e na Pastoral Universitária. A professora foi e ainda é um importante quadro da tendência Articulação, que hoje recebe a nomenclatura de Construindo Novo Brasil (CNB), e atualmente ocupa o cargo de vice-presidente estadual da CUT. Segundo a docente do ensino básico:

Esses núcleos iniciais do PT eram bem interessantes, porque tinham uma relação também com o pessoal da igreja, pessoal das Comunidades eclesiais de base. Aquele pessoal que seguia a orientação de Dom Helder Câmara, que sempre tem células em todas as cidades. Então, claro que tinha aquela parte da igreja que não queria nem ver a gente, mas tinha a parte da igreja que até deixava a gente se reunir na secretaria da Diocese ou mesmo no salão das igrejas. Fazer encontros de formação, formação política: o que é partido político? A gente, então, estudava essas coisas, o que é partido político, várias versões. Eu me lembro que até Gramsci a gente estudava naquele tempo. Eu dizia: “Meu Deus”. A gente não entendia muita coisa, mas ia ao fundo. E trazia professor e tal. Fazia aqueles encontros de formação nos salões da igreja.

Pelo menos dois militantes importantes do PT de Campina Grande são provenientes das Comunidades Eclesiais de Base: o primeiro secretário da legenda, Severino de Lima (Xangai) e o futuro presidente do Diretório Municipal, Raimundo Cajá. Sem contar com Edgard Malagodi que começou sua militância na cidade de São Paulo quando ingressou na Juventude Escolar Católica (JEC) e a própria Socorro Ramalho, como vimos, integrante da Pastoral Universitária.

Nesse tópico, buscamos indicar o perfil socioeconômico dos primeiros militantes do PT de Campina Grande, mapeando, sumariamente, as bases sociais sob as quais a legenda se erigiu. Trabalhadores liberais ligados à área da saúde, professores universitários, estudantes de graduação, pós-graduação e secundaristas, metalúrgicos, agricultores, militantes provenientes da ala mais progressista da Igreja Católica, todos envolvidos nesse processo inicial de constituição do partido no município. Entendemos o

objetivo aqui perseguido como importante, pois está em jogo o registro de momentos da política local, pouco escrita, deixando passos indiciários para futuros pesquisadores e estudiosos.

1.5- O JORNAL DO PT, OS NÚCLEOS DE BASE E AS TENDÊNCIAS

Outra iniciativa importante foi a elaboração do jornal petista local. A epígrafe que abre o último tópico foi extraída precisamente deste documento. Trata-se da edição inaugural do jornal impresso do partido na cidade e surgiu da necessidade da agremiação de dispor de um meio de comunicação que divulgasse notícias relativas às lutas e tarefas do partido entre os militantes, filiados e simpatizantes. Além disso, conforme destacado pela comissão de imprensa encarregada para sua elaboração, “é também um instrumento através do qual se dará cobertura e apoio aos trabalhadores nas suas lutas do dia a dia” (*Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981)

Na capa podemos perceber o local no qual funcionava a sede do partido à época, o número e ano do periódico, o valor de cada exemplar, as principais matérias contidas no primeiro número e o desenho de um militante empunhando uma faixa com as palavras de ordens “Vamos legalizar o PT”. Internamente, a edição inicial do periódico partidário contava com os seguintes itens: a) o editorial “Surge o órgão do PT local”; b) breve relato das atividades que o PT campinense passava a desenvolver junto aos bairros, fábricas e zona rural da cidade, com ênfase para a luta dos camponeses da Fazenda Ramada, as greves protagonizadas pelos professores do ensino fundamental e médio da rede estadual; c) um das matérias reforçava a importância da arrecadação de recursos financeiros para atuação do partido; d) rápida descrição da visita de Francisco Weffort a Campina Grande; e) uma pesquisa intitulada “Quanto deveria ser o salário mínimo de nossa região?”, com o intuito de denunciar o quadro de superexploração no qual vivia o trabalhador, sobretudo, o da região Nordeste, f) uma seção que objetivava prestar esclarecimentos sobre termos que eram constantemente empregados pelos militantes petistas, tais como *mais valia*, *expropriação*, entre outros. Finalmente, um espaço também seria reservado para o envio de cartas por parte dos leitores.

A matéria “PT, presente” é, particularmente, interessante, uma vez que objetiva evidenciar o trabalho desempenhado pelos petistas na cidade, suscitando a ideia que o partido “cada vez mais se torna presente no dia a dia da população dos bairros de Campina Grande” (Idem). Era fundamental buscar uma capilarização pela cidade, pois tanto na

experiência formativa partidária nacional, quanto na campinense, entendia-se que a agremiação seria construída pelas suas bases.

Neste particular, a noção de núcleo passa a ter uma importância crucial, visto que, além da Declaração Política de 13 de outubro de 1979 (atestado de nascimento do partido), o Encontro de São Bernardo aprovou também *Sugestões Para Normas Transitórias de Funcionamento* (GADOTTI; PERREIRA, 1989, p. 46-47), cuja intenção era a de oferecer um padrão organizativo de funcionamento, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente naquele atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Inicialmente, portanto, os militantes petistas se definiam “por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/1979 e da Declaração Política de 13/10/79”. (Idem)

Os núcleos seriam reconhecidos como tais, para efeito de representatividade partidária, quando contassem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação a nível municipal e regional. Contudo, frisa o Jornal, “aqui na Paraíba, por uma questão tática, o número foi reduzido para 7 militantes” (*Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981). Seria reconhecido também o direito de expressão aos núcleos em formação. Deste modo, seguindo orientação nacional, já haviam se formado na cidade os seguintes núcleos, considerando-se, paralelamente, os que estariam em fase de organização:

- Por local de moradia- bairros do Catolé, Liberdade, Monte Santo (Norte e Sul), bairro do 40, Vila Libera, Pedregal e Bodocongó, estando em formação os núcleos de Santa Terezinha;

- Por categoria profissional- núcleo de professores de 1º e 2º graus e, em formação, o dos professores universitários, o dos estudantes e os das empregadas domésticas.

O PT também se faz presente apoiando as lutas populares, incentivando a organização do povo na luta por seus direitos, reivindicando melhores condições de vida para a população. Atua, neste sentido, em diversas frentes de trabalho: no Tambor; na Pedreira; no Canal e nos becos do Catolé; em Sandra Cavalcanti; na fazenda Ramada; em Santa Terezinha e na Associação dos Motoristas. (Idem)

O depoimento dos militantes petistas é pródigo em acentuar a importância dos núcleos campinenses para vida orgânica do partido. O militante Raimundo Augusto de Oliveira nos relatou que à época se “tinha a orientação para nuclear o partido onde tivesse base social”. Neste sentido, o entrevistado confirmou a existência inicial de dois núcleos fortes na cidade localizados, respectivamente, nos bairros de Bodocongó e do Catolé, além das iniciativas de nucleação nos bairros do Pedregal, Ramadilha e no Serrotão. Diz,

ainda, que “a base social do partido nasce em Bodocongó, com um pé muito grande na universidade e também nas lutas sociais” (Idem) que correspondem ao “enfrentamento por direito à terra, por direito à moradia e dentro daquela lógica, que foi a lógica nacional, de ter um partido que represente os trabalhadores com um viés mais de classe” (Idem).

Wagner Batista também comenta que os trabalhos desenvolvidos nos núcleos reforçaram “a abertura de um nicho propício para o trabalho organizativo”, muito embora seja de opinião de que os únicos núcleos mais organizados fossem mesmo os dos Bairros da Conceição e do Catolé, o qual ele era membro mais efetivo. Socorro Ramalho traz mais informações a respeito do núcleo do qual ela participou:

Olha, eu participei ativamente dos núcleos de base. Eu participei de um núcleo aqui no Presidente Médici. Na época, eu morava aqui, 81, 82. Então, a gente se organizava e a partir daí planejava como iria fazer a militância, por exemplo, na Associação de Moradores. Eu me lembro que, nessa época, eu militei na Associação de Moradores, aqui, no Médici, com Antonio Pereira. Antonio Pereira que foi vereador muito tempo depois do PT. A gente participava desses núcleos mesmo sem ser filiado, porque as pessoas filiadas chamavam a gente e nós íamos, discutíamos, participávamos. Então, na época de formação do PT era assim. Onde tinha um grupo que era oposição, que estava lutando por alguma coisa, por moradia, contra a carestia, contra a fome, contra a miséria, por educação, era o povo do PT, mesmo que a gente não fosse filiado. Isso já nos colocava em um lugar na sociedade.

Nos núcleos predominavam intensa atividade de formação política a partir das discussões de textos, reuniões que aferiam as necessidades dos bairros e forte trabalho de mobilização centrado na filiação de simpatizantes. Vale destacar a existência de certa coesão programática ligando os militantes dos variados lugares nos quais o Partido dos Trabalhadores se concretizava. Isso era realizado por meio da leitura e discussão dos textos relacionados à fundação da agremiação. Roberto Véras, em outra passagem, esclarece-nos:

O interessante dessa reunião é que ela discutiu, ela foi convocada para discutir o manifesto do PT. Era o manifesto de lançamento do PT. E era um textinho, assim, pequeno, sei lá, de poucas páginas e a reunião foi convocada para debater o texto. Nós lemos o texto, debatendo. Então, para mim, foi sensacional, porque eu digo, pô, eu me identifiquei completamente com que estava ali. Eu não tinha tido contato nenhum, só aquela notinha no jornal. Então, eu fiquei assim. Digo, eu vou ficar participando. A partir daquele momento, eu me engajei, entende? Então, eu comecei minha militância. Esse foi meu primeiro ato militante. Propriamente, foi esse. Interessante, minha militância no PT foi curta, mas eu comecei por aí.

O relato de Jairo Oliveira confirma a boa impressão causada pelos textos de formação debatidos nas primeiras reuniões do partido. Inquirido sobre qual o impacto que a criação do PT exerceu sobre sua militância, o mesmo asseverou que “O PT representa para mim tudo aquilo que está contido em seu Manifesto de Fundação, ou seja, um partido

comprometido com as lutas sociais; um partido de massas; e um partido de trabalhadores”. É interessante também observar a percepção que o sindicalista Zé Neto demonstra ter sobre o percurso trilhado pelo PT no duro caminho de sua legalização. Vale destacar que o militante também foi um dos fundadores do partido em Campina Grande:

Dos caminhos trilhados posso destacar um conjunto de reuniões que ocorreram, “nos fundos da Igreja Matriz”, as profundas dificuldades de filiação partidária, dos debates teóricos, de sua constituição, os impedimentos de encaminhamentos, o medo da ditadura dos participantes, os cuidados para com essas reuniões (algo muito subversivo), e, inicialmente, sob a coordenação de pouquíssimos sindicalistas e, principalmente, de professores da Universidade Federal da Paraíba, boa parte deles vindo de outras partes do país (Wagner, Malagodi, João Otávio e outros). Por parte de sindicatos: Agamenon Vieira, Chico Lopes e, posteriormente, Cozete, Therezinha, Alda Mendonça, Socorro Ramalho e demais).

Dois pontos importantes podem ser extraídos do depoimento acima, a saber, a sensação de ininterrupta vigilância causada pela periclitante, mas ainda violenta ditadura nos militantes de esquerda e o peso dos professores universitários ligados a suas entidades de classe na constituição do PT local e regional. Outra informação que aparece em uma posterior fala do entrevistado diz respeito à relação entre a legenda e suas tendências internas. Afirma Zé Neto:

O PT, desde sua origem, admitiu tendências. Na organização de encontros, sejam municipais ou estaduais, as tendências políticas sempre se manifestavam com muita determinação. Isto aconteceu também na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também em sindicatos como na própria AMPEP, hoje Sintep. Foram tempos em que cada grupo escrevia as suas teses sobre a política geral no país e no estado. Desde esse tempo até o momento, vejo como tempos de maior produção intelectual sobre política, sobre esses sindicatos e sobre os movimentos sociais. Talvez, posso afirmar que nunca se escreveu tanto. Em todos esses eventos, as tendências se manifestavam por meio de suas teses políticas e importantes marcas do marxismo conhecido e discutido nacionalmente. Me parece que hoje, essa produção está muito minguada e as teses passam ser meras cópias daquilo que se produz em outros ambientes políticos, principalmente São Paulo. Vejo que se tinha maior esforço intelectual para uma “melhor” compreensão do ambiente Paraíba. (IDEM)

Indo de encontro a versão oferecida por Zé Neto, Edgard Malagodi, primeiro candidato a prefeito pelo partido em Campina Grande nas eleições de 1982, afirmou que jamais foi ligado a qualquer tendência e disse que abrigá-las internamente foi um dos grandes erros da legenda:

Acho que esse foi um grande erro do partido de abrigar e incentivar a formação de tendências. Sempre tive uma consciência muito clara que as tendências foram um estorvo para o partido, e uma legitimação de práticas equivocadas e confusas, que encobriram falhas gritantes. Foi ademais uma coisa mentirosa no partido. As tendências nunca representaram ideias, mas interesses mais mesquinhos de seus organizadores e militantes.

O mais curioso é que, além de diminuir a importância das tendências internas quando da fundação do PT de Campina Grande, o entrevistado logo em seguida passa a acentuar o caráter, na sua visão, deletéria, da corrente que se tornaria hegemônica nos anos 1990, a Articulação. Percebamos:

Em Campina Grande a disputa das tendências não tinha um papel muito pronunciado, principalmente no início dos anos 80. Na Paraíba, de um modo geral, havia disputa nas plenárias, mas depois saía todo muito junto para tomar cachaça. Eu era amigo de todos, e nunca dei grande importância ao pertencimento dos companheiros a este ou aquele grupo. Achava, sempre achei, isso muito mais uma perda de tempo. Fui “cantado” para entrar em várias tendências, mas nunca consegui tomar a sério o convite. Pelo fim dos anos 80, a Cozete, então sindicalista do SINTAB, se aproximou da DS (Democracia Socialista), de perfil trotskista. Também elegemos o Chico Lopes, deputado estadual, que era da DS (e que foi uma decepção); enquanto o Jairo e o Antonio Pereira, e outros, estavam fechados com a chamada Articulação. Isso dividia o partido. Eu nunca fui da DS, mas senti muito cedo o caráter autoritário, controlador e manipulador, verdadeiro caráter stalinista imprimido pela direção da Articulação – Zé Dirceu à frente – e por isso eu nunca gostei de apoiar esse grupo.

O militante já anuncia as duas maiores correntes internas que se organizarão mais à frente no PT Campinense: a Democracia Socialista (Terezinha Cavalcanti, Cozete Barbosa, Zé Neto) e a Articulação (Jairo de Oliveira, Raimundo Cajá, Antonio Pereira, Socorro Ramalho). Da época de sua fundação, vale citar ainda a presença de militantes oriundos do proscrito Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), com destaque para Wagner Batista, e da corrente “O Trabalho”, integrante da Organização Socialista Internacionalista (OSI) ligado à reconstrução da IV Internacional. Desse bloco, quem se destaca em Campina Grande é o militante Josevaldo Cunha.

Com isso, finalizamos o primeiro capítulo do nosso texto. Tentamos apresentar o ambiente no qual se ergueu o Grupo Cunha Lima e seu principal antagonista na cidade, o Partido dos Trabalhadores. Para tanto, acompanhamos, brevemente, a evolução econômica e política de Campina Grande, a base material de poder dos Cunha Lima e o momento fundacional do PT local, destacando o perfil de seus primeiros militantes, o trabalho inicial nos núcleos e as correntes internas que animaram a conformação do partido. No próximo bloco, nosso intuito é explorar a relação que o PT local manteve com outras forças políticas da cidade e seu primeiro contato com a arena institucional.

CAPÍTULO II

“E NINGUÉM PODE NEGAR O IDEALISMO DESSES MENINOS”: O PT DE CAMPINA GRANDE INTERAGE

Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico (GRAMSCI, 2007, p.87)

Inspirados na ideia extraída do fragmento acima, neste capítulo tentaremos observar com quais forças políticas e sociais o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande interagiu, entendendo que os militantes que animaram sua constituição não estavam isolados, mas tinham amigos, afins, adversários, inimigos. Os petistas respondem questionamentos da imprensa local. O maior destaque é dado à relação que o PT manteve com os militantes oriundos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B), à época, abrigados no interior do setor jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Como veremos, havia antipatia de parte a parte. O primeiro contato com a arena eleitoral será também objeto de reflexão.

2.1- UMA CONCEPÇÃO ALARGADA DE CLASSE TRABALHADORA

O Partido dos Trabalhadores de Campina Grande trabalhava com uma concepção alargada de classe trabalhadora concatenada aos pressupostos estabelecidos pela *Cartas de Princípios nacional* de 1º de maio e 1979¹⁹. É contundente a esse respeito a promoção do jogo de perguntas e respostas que envolveu os redatores do Jornal *Diário da Borborema* e a executiva do partido em Campina Grande. Uma das inquietações do jornal girava em torno se haveria algum trabalhador integrando a direção provisória do PT local e, caso a resposta fosse negativa, como se justificaria a existência da legenda na cidade. De forma datilografada, obtiveram a seguinte resposta advinda do partido:

A executiva do partido em Campina Grande é composta de três membros, dentre os quais dois são trabalhadores assalariados e um é estudante de pós-

¹⁹ “O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os trabalhadores- bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais estudantes, etc.- que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política”. (ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI 1998, p.54.)

graduação que exerce também um árduo trabalho e recebe uma bolsa que mal dá para seu sustento: sofre todos os descasos que tem a política educacional do governo para com a educação neste país e que, portanto, é explorado também: e tem no PT um instrumento de luta política contra esta estrutura. (**Documento sem título**, Sede do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande, 20 mar. 1981.)

Os dois trabalhadores assalariados aos quais o texto se refere são Erinaldo Antonio Duarte Guimarães, médico, ocupante do posto da presidência, e Kathryn Marie Pacheco Harrison, fonoaudióloga, tesoureira daquela executiva provisória. O estudante de pós-graduação e secretário à época trata-se de Severino José de Lima (Xangai), graduado em agronomia e cursando o Mestrado em Sociologia Rural. As evidências coligidas apontam que o partido local tentou manter-se ligado às agruras sofridas pelos estudantes, tanto universitários quanto secundaristas, pois já se esboçava uma política setorial que levasse em consideração as demandas estudantis.

Deduzimos que poderia ser uma forma de criticar a política elitista educacional da ditadura militar, além de trazer para órbita do partido um importante segmento social da população, uma vez que a cidade sempre se destacou como polo universitário a partir da antiga UFPB campus II (atual UFCG) e a FURNE. Haveria ainda espaço para se afirmar que o “Partido dos Trabalhadores luta nos planos políticos e organizativos em defesa dos interesses dos trabalhadores de uma forma geral” (Idem).

Percebamos a abrangência que aquela comissão provisória atribuía à classe trabalhadora, pois a ideia era converter-se em um polo aglutinador de diferentes setores de classes, “seja ele operário, trabalhador do campo, comerciário, bancário, professor, radialista, gráfico, médico, engenheiro, etc., que na sociedade capitalista são explorados e oprimidos, ainda que de forma diferenciada”. Supomos que como forma de demarcação da identidade do PT local foi preciso defender que “ainda que ela tenha surgido da iniciativa dos operários metalúrgicos, o PT não orienta sua ação política exclusivamente nestes últimos, e sim em todos os trabalhadores tomados em conjunto” (Idem)

Gostaríamos ainda de nos demorarmos um pouco mais no documento citado, pois foi, provavelmente, a primeira vez que o PT local pôde interagir com a sociedade campinense de um modo mais abrangente, mesmo que mediado por um órgão da imprensa burguesa. Outras questões importantes dizem respeito à relação do partido campinense com as demais forças políticas da cidade, seu suposto caráter “fechado”, a disposição ou não em realizar coligações para o próximo pleito que se avizinhava e o trabalho organizativo junto às suas bases sociais. Em primeiro lugar, o periódico local

inquiriu quanto ao nível de “simpatia” que os outros partidos de oposição no país teriam em relação ao PT. A resolução da propositiva foi enfática:

O problema, achamos, não é o de tal ou qual partido ser maior ou menos simpático ao PT. Simpático ao PT será todo aquele que se disponha verdadeiramente a defender a causa dos trabalhadores e para as suas reivindicações orientar a atuação política, que favoreça a organização do povo brasileiro nas suas lutas, a realização de um trabalho de base, numa oposição séria e honesta a esse regime de força que se instalou no Brasil em 64 e que explora e oprime as classes trabalhadoras de todo país. (Idem.)

No próximo item, mais uma tentativa de demarcar a posição frente aos outros partidos. O primeiro argumento mobilizado é reiterar que “o PT não é e nunca foi um partido fechado” (Idem). A diferença, alega o documento, seria que a emergência do partido estava concatenada “com as lutas operárias e da necessidade de todos os trabalhadores intervirem na vida social e política do país”, além de se constituir de “baixo para cima”, características que o distinguiria dos demais partidos. No discurso dos militantes, até hoje, parece subsistir essa noção de pioneirismo petista. Vejamos mais um trecho do relato de Edgard Malagodi:

Para a minha cabeça, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a formação do PT, no Brasil, iria permitir a formação de uma esquerda democrática, sem os equívocos e deformações das organizações de esquerda, do período da ditadura, e sem os absurdos do PCB, o partidão, que controlou a esquerda desde os anos 30 até o golpe militar de 1964. Para mim, na época, a esquerda marxista iria ter uma chance, pois traçaria uma linha popular – não no sentido “populista”, de controle das massas, mas no sentido de Paulo Freire, de educação política, e de organização. O PT, para mim, não seria um partido para um grupo de políticos, mas para as lideranças de bairro, de categorias profissionais, de índios, de negros, para agricultores sem-terra, para que eles pudessem fazer política.

A partir da declaração do primeiro candidato a prefeito do partido conseguimos supor que a relação entre o PT e as outras forças políticas já existentes foi inicialmente marcada pela tensão e o estranhamento de ambas as partes, inclusive no campo, digamos assim, mais progressista. Ainda em relação ao discurso enfrentado pela agremiação a nível local no momento de sua constituição, o militante Wagner Batista afirmou que desde cedo havia começado por parte do PMDB jovem de Campina Grande uma campanha de enfrentamento na qual era usada a “cantilena que o PT surgiu para dividir as oposições, que o PT é articulado por forças anticomunistas”. Antes de seguir, vale lembrarmos a conformação tomada pelo MDB jovem no Estado, de acordo com indicação feita por Mello (2010, p.157):

O segmento onde o PMDB adquiriu maior consistência foi o estudantil que, com o universitário à frente, transformar-se-ia mediante atuação das entidades classistas ADUF, AFUF e DCES, no principal suporte do novicho PT. A estratégia do PMDB no setor consistiu em valer-se do MDB Jovem, na prática

“os comunistas dentro do PMDB”. E o que era o PMDB jovem? Em verdade, heterogênea agregação da nova esquerda do PCB, MR-8 e PC do B, além de outros grupúsculos de extrema esquerda. Egressos da clandestinidade buscavam a cobertura do PMDB e até a sede própria por esta financiada, na esquina das ruas Diogo Velho e Pedro II, em João Pessoa.

Localmente, é provável que o PMDB Jovem tenha tomado a mesma configuração. Destacam-se entre seus militantes Hermano Nepomuceno, Emília Correia de Lima e os prestistas David Lobão, Fábio Freitas e Jonas Duarte. Um ofício datado no dia 2 de abril de 1981 e endereçado a esse mesmo setor jovem é mais um dos exemplos que evidencia a má relação entre as legendas. Neste, o presidente da comissão executiva provisória do PT, Erinaldo Guimarães, protesta, veementemente, contra o procedimento que, segundo ele, foi adotado pelo presidente do setor jovem do PMDB, David Lobão, que, supostamente, dirigiu acusações ao Partido dos Trabalhadores, colocando-o na condição de uma legenda anticomunista. Em sua defesa, o petista adverte o seguinte:

Entendemos que tais insinuações tem o objetivo claro de denegrir a imagem do PT, apresentando nossa agremiação como um setor alinhado com as forças retrógradas e conservadoras, além de contribuir com aqueles que combatem a classe operária, buscando isolar seus aliados, erigindo inverdades como bandeiras de lutas. O PT sempre se pautou por um procedimento coerente com seu programa e neste nada se observa ou permite inferir que sejamos anticomunistas. Contudo, se o exame ou de nossa prática deixar margens a dúvidas, que isto seja denunciado e comprovado publicamente de modo que possamos desfazer equívocos. (Ofício n° 002/81, 2 abr.1981)

O documento prossegue advogando que “verdades que interessam ao povo não se constroem nas sombras nem se edificam através de murmúrios e insinuações”. A temperatura aumentou um pouco mais no fim do ofício, pois se considerava que “Comentários levianos desse gênero não são próprios de companheiros que pregam pela unidade e pelo fortalecimento do movimento popular” (Idem). A crítica é direta ao dirigente do setor jovem do PMDB quando se coloca que “tampouco acreditamos que as responsabilidades que pesam sobre os ombros de um dirigente de um partido opositor sejam de menor monta, a ponto de deslocar o móvel de construção do seu partido para a tentativa de dismantelar um outro partido de oposição”.

No reverso da moeda, os militantes do PT também nutriam uma enorme antipatia em relação aos comunistas locais abrigados no interior do setor jovem do MDB. Isso fica muito evidente quando Malagodi relata que ao chegar em Campina Grande pensava o seguinte sobre o projeto de constituição do partido:

O PT representaria uma opção democrática para a esquerda. Embora seja uma ideia vaga e não elaborada como hoje, mas, para mim, era muito claro que o PT era muito diferente do PC. Era, inclusive, uma relação com o povo, o público, o eleitor, muito diferente, porque um dos slogan do PT era dar voz e

voto a quem nunca teve voz e voto. Então, a gente queria, no meu entender, o PT não era para apresentar candidatos e para fazer uma carreira política, mas era para gente abrir a política para o povo. Uma coisa, então, inteiramente nova.

Da fala do militante infere-se o quanto o partido buscava se diferenciar das outras forças de esquerda já organizadas na cidade, as quais, na visão do petista, não eram democráticas e nem ofereciam voz e voto para o povo, além de serem plataformas para carreiristas políticos. Por essa e outras, compreende que o Partido dos Trabalhadores nascia muito diferente dos Partidos Comunistas e, portanto, era algo “inteiramente novo”. Noutra passagem, Malagodi revela que foi ingênuo em acreditar que o PT poderia representar mesmo essa novidade, mas endossa as críticas direcionadas ao PC e ao PC do B:

No caso da esquerda, mesmo, do Partido Comunista, eles, por outro lado, vieram com a velha história (o pessoal que representava o PC na época era Hermano Nepomuceno, o David Lobão e tinha também o pessoal do PCdoB), que chamava a gente do PT como divisor das esquerdas, como agentes do imperialismo, agente de Golbery e tal. Então, nesse momento, eu tinha uma visão idealista e ingênua de que o PT era uma novidade, que era uma esquerda honesta e que teria uma chance política justamente por ser uma esquerda honesta e não golpista como tinha sido o Partido Comunista Brasileiro sempre. Como tinha sido o Partidão sempre. E o PC do B é um exímio partido golpista. Eu, ingenuamente, sem ter estudo direcionado, tinha essa vaga noção e achava o seguinte: se a gente trabalhar com a comunidade, por exemplo, com os bairros, com os movimentos sociais, a gente teria condições de construir uma coisa nova.

Apesar de reconhecer que sua visão era ingênua e idealista, persiste a ideia de pioneirismo e novidade petista. Os Partidos Comunistas são caracterizados muito negativamente pelo militante, denominados de esquerda desonesta, golpista. É como se a história do movimento operário e da classe trabalhadora tivesse começado no Brasil somente a partir da constituição do PT. José Francisco de Melo Neto também acaba reforçando a imagem negativa a respeito dos Partidos Comunistas esboçada por Malagodi. De acordo com o docente:

O PT é produto de toda uma mobilização nacional pela retomada da democracia no Brasil. Foram grupos com formação no campo do marxismo, teologia da libertação e sindicalistas que juntos passaram a constituir essa síntese política, PT. Representava, portanto, essa expressiva vontade de que os trabalhadores também passassem a atuar na política, mais diretamente, na política partidária. O PT passou a ser essa superação da tradição de um socialismo autoritário, representado pela URSS, e o desejo de construção de um socialismo com a “cara” do país.

Além da indicação dos grupos que, na visão do entrevistado, conformaram a criação do partido, conseguimos perceber no seu relato alguns elementos que depois estariam fortemente presentes nos discursos produzidos pelos dirigentes nacionais, tais

como a necessidade de os trabalhadores participarem com mais afinco da vida política parlamentar e a exigência histórica de superação da experiência soviética ou “da tradição de um socialismo autoritário”. Para tanto, a condição seria construir “um socialismo com a cara do país” ou, como depois passou a ser conhecido, o *socialismo petista*²⁰.

Do ponto de vista metodológico, conforme nos orienta Verena Alberti, as palavras empregadas pelo entrevistados são importantes para interpretação de sua narrativa e no modo como o declarante busca oferecer sentido “retrospectivo e prospectivo” às suas lembranças, uma vez que “a escolha de determinadas palavras e formas de se expressar informa sobre a visão de mundo e o campo de possibilidades aberto àquele indivíduo, em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio” (ALBERTI, 2010, p. 185).

Assim sendo, a necessidade imperiosa de superação da experiência soviética constatada nas palavras empregadas pelo militante pode estar articulada com o espírito que conduziu as discussões que redundaram nas resoluções partidárias do I Congresso do PT (1990). Neste, o partido decide manter distanciamento crítico dos episódios que marcaram a queda de URSS e dos países em seu entorno e adere ao reconhecimento do “esgotamento do ciclo revolucionário, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado” (ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI (org.), 1998, p. 484.) Os maiores erros do regime soviético, segundo a visão petista exposta no documento final daquele congresso, seriam a sua incapacidade de avançar em direção “a liberdade individual, a democratização nas relações Estado- indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza” e é taxativo quando afirma que a experiência russa, naquele momento, não mais se constituía “em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.” (Idem).

Não devemos esquecer, portanto, que a memória narrada por todo e qualquer entrevistado pode buscar atribuir um sentido estabelecido no presente ao que aconteceu no passado. O que chama atenção nas falas de Malagodi e Zé Neto é a evidência dada aos “absurdos” erros que o PCB teria protagonizado na condução de sua política junto às classes trabalhadoras. Conforme atesta o texto de Igor Gomes Santos (2007, p.31), “é certo que a política do PCB, em alguns momentos, adotou a colaboração de classe, provocando a desconfiança dos trabalhadores mais combativos, mas isso não é toda a

²⁰ Para melhor compreensão dos elementos constitutivos da noção de socialismo petista, recomendamos a leitura de LYRA (1992), (1994).

verdade”. O pesquisador de Feira de Santana também percebeu nas falas dos petistas da sua cidade a constante afirmação segundo a qual “só no PT o elemento operário tinha voz e vez, e que de resto, na tradição da esquerda brasileira, os partidos eram construídos de cima para baixo” (Idem). A partir dos relatos acima e da reflexão realizada, pensamos já ser bastante evidente que os militantes e dirigentes petistas desde muito cedo atribuíam para si próprios o lugar de esquerda democrática, quase que à prova de “equivocos e deformações”. Tudo isso compõe o que na nossa visão constitui o paradigma da novidade petista. Achamos pertinente explorarmos essa questão, que parece ter se reproduzido em âmbito nacional.

2.2- PT VERSUS PCB E O PARADIGMA DA NOVIDADE

O episódio relatado acima ocorrido no plano local permite-nos trabalhar a relação entre duas questões que também se reproduziram na esfera nacional: a antiga querela entre PT e PCB e o paradigma da novidade incorporado pelos petistas. Como vimos, militantes e dirigentes petistas constantemente se colocavam enquanto primeiro partido político na história brasileira que emergiu das classes trabalhadoras. O sociólogo Francisco de Oliveira foi quem preliminarmente nos alertou que há “verdades, meias-verdades e equivocos nesta afirmação” (OLIVEIRA, 1986, p.10). Dentre os equivocos, o principal residia em desconhecer a anterior história do movimento operário brasileiro e suas projeções em partidos políticos. Queiram os petistas ou não, provoca Oliveira:

O Partido Comunista do Brasil- denominação original do atual PCB, como secção brasileira da Internacional Comunista- constitui o primeiro partido de origem operária, no cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos 20. Embora a controvérsia sobre a origem e a formação do PC brasileiro ainda dê margem ao consumo de muitas laudas de papel, é inequívoco que algumas lideranças operárias estiveram desde o início na sua constituição e participaram de sua direção. A história posterior do Partido Comunista Brasileiro mostra também uma expressiva militância operária e de trabalhadores em geral. (IDEM)

Embora discordemos de algumas passagens desse texto específico escrito por Oliveira²¹, pensamos que o autor levanta uma questão fundamental, à qual podemos

²¹ Por exemplo, quando o autor entende que a discussão entre “revolução” e “reforma” é um velho, “rebarbativo e pouco consistente, tanto teórico como praticamente” clichê, argumentando que se deve “empreender firme e seguramente o caminho das reformas” (Ibidem, pp. 29-30). Talvez o autor não esteja aqui defendendo o reformismo fraco, termo cunhado por André Singer, ou, como prefiro, “o reformismo quase sem reforma”, expressão cara ao marxista Valério Arcary, mas a passagem em questão nos soou levemente estranha, sobretudo porque acreditamos que a discussão levantada por Rosa Luxemburgo em polémica com Eduard Bernstein no começo do século XX mantém-se ainda hoje mais viva do que nunca,

também constatar durante a realização da nossa pesquisa: “Por que a base operária do PT rejeita a precedência, digamos, para sermos coloquiais, de seu irmão mais velho na representação política da classe trabalhadora?” (OLIVEIRA, 1986, p. 11). A questão exige uma reflexão mais complexa.

Em primeiro lugar, a maior parte dos agrupamentos menores que se aglutinaram em torno da formação do PT era bastante reticente em relação aos partidos comunistas e, por tabela, às organizações políticas marxistas, julgados como organizações que faziam política pelas cúpulas, excluindo as bases das decisões mais significativas. Conforme destaca Coelho (2012, p. 63), “para estes setores, o PT deveria romper com a “concepção vanguardista e messiânica do partido” que caracterizaria o leninismo e fundar seu projeto socialista e revolucionário na autonomia dos movimentos sociais”. O descrédito generalizado do socialismo real e o êxito provisório da social democracia nos países centrais do capitalismo, mesmo que depois tais experiências também passem a ser combatidas no interior do PT, germinavam entre esses grupos vistos como “independentes”.

Oliveira (1996, p. 11), por seu turno, defende que a razão da querela entre PT e PCB “é simples, embora não banal”. O autor argumenta não haver entre os setores que construíram o Partido dos Trabalhadores uma cultura política socialista ou comunista, sobretudo, dentre outras razões, porque “o regime autoritário teria cortado todas as relações entre sindicatos e partidos, mesmo os não operários, além de cortar as relações com outras experiências socialistas, como a de Cuba” (Ibidem, p.13), estimulando a não identidade de qualquer grupo ou classe social. Como produto, “o socialismo saiu do horizonte de qualquer discussão, de qualquer comunicação, o que produziu, entre outros péssimos resultados, uma nova classe operária sem cultura socialista ou comunista e mesmo sem cultura política” (Idem).

Sobre o paradigma da novidade petista é bom que se diga, inclusive, que o movimento operário atual não começou apenas no ano de 1978, com a greve da Scania. E aqui não se trata de diminuir o significado dos históricos movimentos paredistas do ABCD paulista, que se transformariam no símbolo da retomada da luta operária, mas somente chamar a atenção para a justa “ligação entre o processo de acumulação de forças na clandestinidade, na qual esses operários anônimos atuavam numa fronteira perigosa entre a vida e morte, e a explosão das greves em 1978” (COSTA, 1997, p.194). O autor

uma vez que amplos setores que se colocam no campo da esquerda insistem em defender a tese que é possível “aperfeiçoar o capitalismo”. Conferir Singer (2012), (2018) e Arcary (2011).

insiste que essa conexão é necessária “não só para recuperar a memória das lutas naquele período, mas também como forma de quebrar o mito difundido por certos setores da esquerda pouco conhecedores da história de que o movimento operário começou em 1978” (Idem)

Coelho também nos alerta que a procura pela antecedência cronológica da primeira manifestação pública por um novo partido operário seria um falso dilema, pois se olharmos “o conjunto dos sujeitos que tinham emergido com as mobilizações, e não só para os metalúrgicos de São Bernardo, perceberemos elementos com os quais se pode construir uma narrativa diferente” (COELHO, 2012, p. 55), oposta ao delírio exclusivista professado pelos dirigentes, militantes e simpatizantes petistas. Tendemos a concordar que

O mais importante não é que fosse Lula ou outro sujeito qualquer a vocalizar pela primeira vez a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora. O que é realmente decisivo é que esta necessidade se impunha, naquele contexto histórico, a vários sujeitos²². Lula e os sindicalistas perceberam a necessidade de construir um novo partido ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos em várias regiões do país chegavam à mesma conclusão. (Idem)

Contudo, achamos conveniente explorarmos alguns trabalhos nos quais prevalecem ao máximo a ideia da construção do PT como novidade absoluta na realidade brasileira e outros que insistem um pouco mais em relativizar essa noção. A maior parte dos trabalhos que buscaram caracterizar o partido como uma novidade na política brasileira assim o fizeram tendo em vista seu processo de formação, organização e funcionamento interno, bem como sua proposta política. Apontamos como textos exemplares os estudos de Meneguello (1989) e Keck (1991). Para as autoras, a formação do PT está diretamente ligada ao surgimento do novo sindicalismo urbano no final dos anos 1970, uma vez que as mobilizações de trabalhadores entre 1977 e 1979 transformaram o novo sindicalismo em um importante ator político e deram impulso às

²² O autor cita as seguintes organizações: “Assim como há falas de Lula mencionando o novo partido, há também de outros sujeitos. O Movimento Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista, lançado em janeiro de 78 pela organização trotskista que mais tarde seria a Convergência Socialista, formulava a proposta de fundar um partido operário legal e heterogêneo, incorporando setores revolucionários e reformistas. O periódico O Trabalho, publicado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI), estampou na capa do seu primeiro número, que circulou no 1º de maio de 1978, a luta por um partido operário. Nas greves metalúrgicas de São Paulo e Osasco, em 78, havia faixas com os dizeres “Por um partido operário”” (Idem)

discussões para a formação de um partido de trabalhadores, possibilidade aberta com a reforma partidária de 1979²³.

Particularizando, Meneguello, já na introdução de seu texto, aponta o que no seu entender singularizam a experiência petista no cenário político brasileiro: a) a origem externa, ou extraparlamentar, do partido e sua vinculação a bases sociais organizadas b) a negativa em se alinhar automaticamente a qualquer matriz ideológica específica e o caráter classista de sua proposta política e, finalmente, c) no aspecto organizacional, a garantia da participação das bases no processo decisório, além da ligação com os movimentos sociais.

Keck acaba por desenvolver argumentação semelhante à da autora mencionada acima. Enfatizando a atuação do “Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira”, subtítulo da obra, a autora afirma que seu livro é um estudo de uma anomalia, pois “diferentemente de outros partidos políticos criado nos anos 80, o PT tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais e formulava a sua proposta em termos programáticos” (KECK, 1991, p.13). A autora pretendia deixar claro que, na sua visão, o partido e a central sindical com a qual estava vinculado, a Central Única dos Trabalhadores, “constituíram os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos durante a transição brasileira” (Idem). Fechando sua discussão, Keck assevera:

Afirmar que o Partido dos Trabalhadores constituiu um fato novo entre as instituições políticas brasileiras por diversas razões: primeira, porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política; segunda, porque procurou ser um partido internamente democrático; e, por fim, porque queria representar todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Todos esses conceitos evoluíram muito desde sua fundação, mas permaneceram elementos centrais na identidade do partido e são justamente o que faz dele uma inovação. (Ibidem, p.271)

A citação acima nos leva a concordar com aquilo que Igor Gomes Santos denomina de “historiografia do mito fundador”. Para o autor, determinada leitura do passado a respeito do processo de constituição do PT “não só deixava à sombra o aprendizado de luta da classe trabalhadora dos períodos anteriores, como também, silenciava a respeito das atividades da militância clandestina que se fizera presente em diversas fábricas” (SANTOS, 2007, p. 26). Com efeito, Santos advoga que parte da

²³ Tal reforma foi concebida por setores governamentais como meio de enfraquecer a oposição a partir do fracionamento do MDB e assegurar maior controle sobre o processo de abertura política.

historiografia referendou e contribuiu para o obscurecimento da “memória da militância de outros agrupamentos políticos, como o PCB” (Idem).

Tentemos realizar um equacionamento dessas interpretações iniciais sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores e o suposto paradigma da inovação difundido em suas páginas. Frisemos, uma vez mais, que o ciclo de greves deflagradas com as mobilizações dos operários de São Bernardo em 1978 e 1979 é um dos mais importantes acontecimentos da história recente do Brasil. Estudiosos do mundo do trabalho são praticamente unânimes quanto a isso.

Lembremos, também, que a ditadura militar havia reprimido duramente as greves de Contagem e Osasco, em 1968, o que levou a Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, a descrever os anos posteriores aquelas mobilizações como de período de “calmaria”²⁴. Expressão, contudo, um tanto quanto inadequada para nomear, como nos alerta mais uma vez Coelho (2012, p. 44), “um período em que as lideranças ligadas ao PCB e ao PTB haviam sido perseguidas e cassadas e durante o qual os operários não cessaram de desenvolver formas de lutas e resistência no chão da fábrica”.

Marcelo Badaró é outro historiador que, ressaltando as claras discontinuidades em termos do quadro sociopolítico e econômico de inserção dos dois sindicalismos, o que por si só já garantiria suas particularidades, observa a necessidade de demonstrar as importantes conexões entre as experiências dos trabalhadores nas lutas anteriores ao golpe e na resistência à ditadura e a eclosão do chamado novo sindicalismo (MATTOS, 1998). Portanto, o autor nos faz perceber que as grandes greves do final da década de 1970 “não surgiram do ar”.

Outros autores também realizaram suas leituras acerca do paradigma da novidade incorporado ao discurso dos líderes ligados à formação do PT. Antonio Ozaí da Silva defende “que embora tivessem discurso e prática que efetivamente contestavam a estrutura sindical varguista, esses sindicalistas eram produto desta e frutos de uma conjuntura ditatorial que reprimiu e dificultou o máximo que pôde a reorganização da oposição sindical autêntica, democrática e organizada na base” (SILVA, 2009, p. 17). O novo sindicalismo, segundo o autor, “não era tão novo como pareceu”, afirmando o mesmo em relação ao PT e alertando para a necessidade de se relativizar o caráter de novidade absoluta que lhe foi impingido:

²⁴ “Considerando os anos de calmaria que seguiram a repressão das greves de contagem e Osasco em 1968, o movimento sindical brasileiro reorganizou-se de modo surpreendentemente rápido”. (RODRIGUES, 1991, p. 13).

A novidade que o PT representa só pode ser definida e apreendida em razão do *velho*, isto é, da tradição. Com efeito, a *ruptura* deste partido com a tradição marxista não é absoluta: permaneceram elementos de continuidade. A crítica aos equívocos anteriores não induz necessariamente a sua superação. A ânsia de superar o passado pode resultar na tentação de desconsiderá-los, inclusive em seus aspectos positivos (Ibidem, p.18)

Percebamos que o autor quando fala de tradição marxista parece querer se referir aos militantes de setores da esquerda, sobretudo, aos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fazendo-nos retroceder ao entrevero PT versus PCB. Agremiação, esta, que os integrantes do novo sindicalismo e do próprio PT tentariam, obstinadamente, se afastar, uma vez que “será sobre o PCB que recairá o peso maior das responsabilidades pelo pré-64” (SANTANA, 1998, p. 22).

A leitura que se fazia era que o Partido Comunista teria cometido erros fundamentais que levaram à derrota dos setores populares naquele período, apresentando desvios reformistas e de colaboração de classe. Deste modo, “o fato de que o movimento [operário] renascia baseado em sindicalistas puros, verdadeiros trabalhadores, a partir da base, reforçava as referidas perspectivas e lhe dava um certo ar imaculado” (Idem). A interpretação esboçada pelo autor parece-nos interessante. Ele sustenta que, mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, o sindicalismo petista queria representar uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, tomado como um todo, mas principalmente aquele demarcado pelo período compreendido entre 1945/1964. Assim, assevera o sociólogo:

As práticas propostas pelo “Novo Sindicalismo” deveriam ser entendidas como uma negação do que se havia feito o período anterior ao golpe militar de 1964. Ao velho sindicalismo, dito populista, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento das bases e o pouco empenho reivindicativo no que diz respeito aos interesses imediatos da classe trabalhadora em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos. Ele seria responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tomando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites. (Ibidem, p.19)

Partindo deste pressuposto, Santana se sente confortável ao afirmar que, em fins dos anos setenta e início dos oitenta, o que se estabelecia era uma luta pelo presente, trazendo o passado como referência. Importante ter essa noção em mente para construirmos duas hipóteses a respeito do paradigma da novidade representado pelos líderes petistas, acentadamente carregado nas tintas dos seus intérpretes de primeira hora.

Em primeiro lugar, percebemos que do ponto de vista da história enquanto processo, seria ingênuo acreditar que o movimento operário atual começou apenas no ano

de 1978, com a greve da Scania, desvinculando daquelas mobilizações de final de década do processo de acumulação de forças levados à frente pelos trabalhadores nas lutas anteriores ao golpe e na resistência à ditadura. Diante das leituras realizadas e levando em consideração todo aparato repressivo ditatorial, pensamos que seria apressado compreender os anos anteriores às greves do ABC enquanto “tempo de calmaria”.

Em segundo lugar, conforme ressaltam Santana (1998) e Coelho (2012), como a dialética da construção de identidade conjuga os elementos contraditórios de reconhecimento (nós) e diferenciação (eles), mostrou-se ser importante para os líderes do PT demarcarem sua especificidade frente aos outros militantes da esquerda na disputa pela hegemonia político-sindical, que trouxe em seu bojo uma disputa por certa leitura do passado e a possibilidade de construção de um determinado projeto político para o futuro. Daí julgamos proceder sua necessidade de terem se auto afirmado sempre enquanto o novo em detrimento do que era considerado velho.

2.3- CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1982

Após essa breve digressão, voltemo-nos ao PT de Campina Grande. Observada a relação nem sempre amistosa entre as forças políticas campinenses, a suposta novidade que representava o PT nacional e local também era acompanhada de desafios, pois faria o partido enfrentar “uma série de problemas financeiros, sem falar das manobras e tentativas do regime em impedir a sua legalização” (**Documento sem título**, 22 mar. 1981). A Executiva enfatizava, a título de exemplo, a necessidade de dispor de uma estrutura que permitisse o partido ter um relacionamento mais estreito com a imprensa falada e escrita. Devido a essa necessidade, se construiu o jornal local do partido, conforme já observado no texto.

Quanto às coligações, o conjunto de perguntas e respostas encontrado na sede do partido local é claro. Afirmar-se, peremptoriamente, que a questão seria discutida na cidade de Patos, isto é, na Plenária Estadual do Partido²⁵, bem como avaliada dentro do quadro mais geral das eleições para 1982. Além disso, a preocupação mais precípua da agremiação no estado era sua legalização e sobre tamanha tarefa dever-se-ia concentrar

²⁵ Marcada para os dias 21 e 22 de março, no Centro de Treinamento da Diocese. **Convocatória para plenária Estadual do PT**, sem data. Junto à convocatória emitida pela Comissão Diretora Regional Provisória do PT da Paraíba foi disponibilizado um modelo de ata para as plenárias municipais que antecederiam a Estadual.

todos os atuais esforços. No entanto, antecipa a documentação, “podemos afirmar que é pretensão nossa, depois da legalização, discutir e encaminhar o lançamento de candidatos próprios, mantendo a fisionomia própria do partido” (Idem).

Aparece aqui pela primeira vez no capítulo o quase nulo interesse do PT local em protagonizar alianças, quadro que mudará drasticamente nos anos subseqüentes. Conforme nos ajuda a perceber Virgínia Fontes, o entendimento inicial na agremiação era que determinados mecanismos eleitorais- em especial, o das composições partidárias- “descaracterizava cada partido, pela constituição de coligações eleitorais que implicam em ulterior partilha de cargos entre legendas diferentes, entre políticos com práticas distintas, e que associa dirigentes que, na véspera, acusavam-se mutuamente” (FONTES, 2005, p. 376). Tal movimento era combatido pelo PT, ao privilegiar a organização e uma expressão partidária unitária, lembra a historiadora. Fontes também nos mostra que o partido passou a sofrer por parte de seus detratores a acusação de purista, isto é, “a de querer permanecer puro e encerrado em seus ideais” quando deveria adaptar-se às injunções da normalidade parlamentar então instaurada. Em sentido contrário, a autora conclui que “o PT, por sua atuação, trazia uma inflexão e um comportamento distintos no conjunto da participação dos foros eleitorais. Não se tratava, necessariamente, de purismo (embora pudesse haver puristas nos foros eleitorais), mas de perseverar no intuito organizativo, o que as práticas representativas arriscavam secundarizar” (Idem).

Após o diálogo inicial com o corpus documental acima apontado é chegado o momento de uma breve análise antes de prosseguirmos. Podemos perceber ao menos algumas características que estão explícitas no corpus documental até então reunido. Referimos- nos, sobretudo, a alguns elementos programáticos que informavam a ação do partido e que estavam também articulados com os princípios mais gerais da agremiação no âmbito nacional: a) a afirmação necessária, consciente e organizada da independência social e política da classe trabalhadora tomada em conjunto, b) uma visão geral da política e dos agentes políticos pautada por critérios classistas, o que justifica o afastamento dos partidos mais tradicionais e c) a valorização das bases sociais enquanto motor imprescindível para/da ação política.

Coelho nos ajuda a perceber que todos esses componentes são centrais para formulação inicial do discurso petista. Segundo observa o autor, “trata-se do marco pragmático fundamental, princípio organizador de um efetivo discurso hegemônico, no sentido que produzia um elemento de unificação em torno de um consenso politicamente construído” (COELHO, 2012, p. 67). Além do mais, a mobilização de tais elementos não

se dava de maneira isolada, permeava toda “a prática política dos petistas, sejam as lideranças nacionais, os quadros intermediários ou os militantes de base” (IDEM). O caminho que levaria até 1982, contudo, foi animado. É hora de apreciá-lo com mais vagar.

Meses antes do encontro que tornou oficial os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores, a comissão executiva municipal do PT divulgou nota visando “esclarecer a opinião pública e, ao mesmo tempo, manifestar seu protesto a propósito das notícias veiculadas pelo Jornal Gazeta do Sertão do dia 18/05/82, sob uma bombástica manchete que afirma: crise do PT de Campina poderá mudar candidato” (**Nota da Comissão Executiva Municipal de Campina Grande**, 22 maio 1982). O relacionamento com a mídia impressa local aparentava não ser dos melhores, conforme o outro caso que envolveu o horário de propaganda eleitoral na TV Borborema, analisado mais à frente, ratificará.

A aludida comissão buscava argumentar sua defesa em torno de três pontos principais. Em um primeiro plano, a direção local do partido afirmava desconhecer qualquer manifestação no sentido de fazer uma alteração na sua chapa que disputaria a prefeitura municipal, mesmo porque este tipo de movimento só poderia ser realizado democraticamente em processo de discussões internas. Os petistas que redigiram a nota tentam se defender partindo para ao ataque quando apontam que

Não temos em nossas fileiras “chefetes” políticos que imponham sua vontade, segundo seu poder econômico, como existem em outras agremiações partidárias, sobretudo no partido do governo. Portanto, ao contrário do que pretende a Gazeta do Sertão, a chapa do PT que disputará a prefeitura de Campina Grande goza do apoio e da confiança do conjunto partidário, porque foram as bases quem a escolheram (IDEM).

Em segundo lugar, prossegue a nota, a plenária marcada para o próximo dia 30 daquele mês não teria “como objetivo discutir uma mudança na chapa para a prefeitura municipal, mas, ao contrário, tematizaria exclusivamente questões referentes à campanha eleitoral, para lançar o partido nas ruas”. Não seria verdade também, em terceiro lugar, que a chapa do PT para a prefeitura de Campina Grande estaria causando um impasse e diminuindo a frequência nas reuniões do partido. As dificuldades atravessadas pela agremiação seriam resultado dos obstáculos colocados “pelos donos do poder, através da legislação eleitoral vigente, que tenta a todo custo barrar a organização política dos trabalhadores em nosso país, por um lado”. O outro lado corresponderia a luta desigual travada no sentido de “organizar nacionalmente um partido de tipo novo, onde os trabalhadores nunca foram chamados à participação política a não ser para votar nesse ou naquele representante da burguesia”. A última parte da nota merece destaque:

Finalizando queremos lançar nosso protesto público contra qualquer tentativa de enlamear o Partido dos Trabalhadores com boatos e mentiras, que visam tão somente confundir os trabalhadores, desarmá-los politicamente e perpetuar o regime de miséria e opressão em nosso país. Somente deverão merecer o crédito do conjunto do povo, sobre notícias do PT, aquelas que partirem de seus órgãos de direção, que serão prontamente divulgadas, assim que se fizer necessário fazê-lo. (IDEM)

A comissão executiva do partido em Campina Grande desautorizava, portanto, todas as notícias que não partissem de seus canais oficiais de direção. Quase que como cereja no bolo, argumentava-se que “já são muitos os poderosos que se lançam contra nosso partido. Não é necessário que o Jornal Gazeta do Sertão se preste a este serviço” (IDEM). A briga com um dos mais tradicionais *aparelhos privados de hegemonia*²⁶ da burguesia paraibana estava comprada, evidenciando o caráter combativo do PT local em seu nascedouro. Sigamos em direção às escolhas dos candidatos do PT local para aquele já conturbado processo eleitoral.

Tivemos acesso à ata que estabeleceu as escolhas dos candidatos do PT campinense a prefeito, vice-prefeito e vereadores, para as eleições de 15 de novembro daquele ano. A convenção partidária municipal reuniu os militantes “aos 01 (um) dias no mês de agosto de 1982, às nove horas, na rua João Pessoa, número 527, sob a presidência de Marcos Antonio Barbosa de Melo, presidente do Diretório Municipal” (**Ata da convenção municipal do Partido dos Trabalhadores- PT- do município de Campina Grande**, 01 ago.1982). Além dos filiados da agremiação, esteve presente na convenção Maria do Socorro de Almeida Ramalho, observadora eleitoral designada pelo Juiz eleitoral. A ata confirma que foi lido o edital de convocação da convenção, datado de 23 de julho de 1982, e seguiram-se os demais trâmites legais como rezava a forma da lei. Apurados os votos dos 14 convencionais presentes na reunião, verificou-se o seguinte resultado: para prefeito Edgard Afonso Malagodi obteve 13 (treze) votos; para vice-prefeita, Maria de Lurdes da Cunha Silva também foi sufragada com o mesmo número de

²⁶ Utilizamos essa categoria a partir de a sua vasta aparição em diversos momentos nos Cadernos do Cárcere. Entre elas, a que mais se destaca é a contida no § 37 do Caderno 13: “O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.” (GRAMSCI, 2007, p. 95). Portanto, além de fruto da iniciativa privada da classe dominante, entendemos os jornais de grande circulação local enquanto aparelhos de hegemonia ligados ao Estado, uma vez que, agora lançamos mão do exposto no § 47 do Caderno 1, o “Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”. (GRAMSCI, 2007, p. 119).

votos. Portanto, além de ser computado um voto em branco, os dois nomes acima expostos foram indicados para concorrer ao cargo de chefe do executivo municipal representando o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.

Terminada a apuração inicial, a sessão foi suspensa por quinze minutos para apresentação das listas dos candidatos a vereadores. Nova votação indicou os seguintes nomes: Rafael Romualdo do Nascimento, Jurandir Marcelino Barbosa, Severino Crispim da Silva, Carlos Alberto Nunes de Oliveira, Iracy Félix Marques, Nicodemos Barbosa da Silva, Cícero Martins Sobrinho, José Roberto Donato e Maria Malaquias dos Santos. Consoante o documento, “disse o Sr, presidente que iriam ser tomadas as providências para o registro dos candidatos, pedindo que os escolhidos entregassem, no mais breve prazo, na secretaria do partido, os documentos exigidos por lei para o registro” (IDEM).

As eleições de 1982, que marcaram a primeira participação do PT na arena eleitoral campinense, cercaram-se de características especiais, pela conjunção de praticamente todas as consultas, com exceção de presidente da República: governador, senador, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. Por isso, o pleito também passou por constantes mudanças nas regras do jogo eleitoral. Conforme esclarece Santos (2007, p. 108), “a conjuntura desfavorável para o partido do governo (PDS), impôs diversas restrições aos partidos de oposição. Nesta eleição o governo militar baixou o pacote eleitoral, e alguns adendos sobre ele”. Um dos mais notáveis foi aquele que permitia a formação de até três chapas em um mesmo partido na clara tentativa dividir os votos dos partidos de oposição, “haja vista, o PT e PMDB terem sido formados como conglomerados de tendências” (Idem).

Localmente, existiram problemas quanto às regras eleitorais promulgadas, bem como ao não seguimento delas por alguns dos partidos em disputa, a saber, o PDS, partido do regime. Tanto é que no dia 21 de setembro de 1982 o PT campinense veio a público manifestar sua “insatisfação e o seu mais veemente repúdio ao ato de burlar a Lei Falcão que está se verificando em Campina Grande, por parte do partido que representa o regime ditatorial, o PDS, e da TV Borborema, onde a propaganda eleitoral foi levada ao ar” (**NOTA do Partido dos Trabalhadores, Diretório Municipal de Campina Grande-PB**, 21 set. 1982). A indignação dos petistas era devido ao fato de que no dia anterior, 20 de setembro de 1982, “por volta das 19:35h, no intervalo entre a telenovela “elas por elas” e o Jornal Nacional da TV Globo, no horário reservado à propaganda do PTB de Pernambuco, a TV Borborema aproveitou este espaço para veicular a propaganda do PDS local” (Idem).

Ou seja, o PDS estava tendo dupla divulgação, aproveitando, além do seu espaço, aquele que seria destinado ao PTB, inexistente [naquele momento] na Paraíba, ferindo, assim, frontalmente a legislação sobre a matéria e “tomando, indevidamente, parte do já pequeno espaço de propaganda dos outros partidos, e em especial dos candidatos dos trabalhadores do PT” (IDEM). Além do mais, havia a compreensão de que a Lei Falcão era lesiva aos interesses dos trabalhadores, não apenas porque seria um atentado a qualquer processo eleitoral democrático, mas

[...] sobretudo porque esta famigerada lei é um instrumento da ditadura criado para impedir à oposição desmascarar as teses demagógicas do seu legítimo representante, o PDS, pelo debate franco, frontal e direto, através dos veículos de comunicação de massa como o rádio, o jornal, a televisão, entre outros. Porém, o PDS e seus agentes não buscaram e jamais buscarão burlar esse aspecto da “lei Falcão”: o debate público pelos veículos de comunicação. O fazem no aspecto da propaganda gratuita do TRE, porque sabem que suas teses demagógicas são indefensáveis e não resistem a mais tênue crítica. Sabem também que seu compromisso histórico de explorar, esmagar e oprimir os trabalhadores ficaria desnudo, levando o PDS à derrota esmagadora nas eleições (Idem).

A nota finalizaria alertando que o PT local se manteria vigilante e não permitiria a repetição de fatos dessa natureza. Vemos, a partir da observação dos fatos, o cumprimento por parte do PT campinense de um dos objetivos traçados pela direção nacional na sua “carta eleitoral”, isto é, “denunciar, durante a campanha, o caráter de “abertura”, as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do legislativo” (**As eleições e os objetivos do nosso partido**, 1982). Isto leva-nos a concatenar o episódio a uma das importantes práticas levadas a cabo pelo PT em seus primeiros anos, para o conjunto da experiência político-parlamentar brasileira, consoante destaca a professora Virgínia Fontes, qual seja, “o de fiador da requalificação dos procedimentos parlamentares” (FONTES, 2005 p. 380). Os petistas locais buscavam assumir, portanto, “o papel de avalistas dos procedimentos normativos” (Idem) e denunciadores das práticas corriqueiras desqualificadoras da política brasileira.

2.4- O ESCRUTÍNIO DO DIA 15 DE NOVEMBRO

No que toca à esfera estadual, as candidaturas dos deputados federais Wilson Braga e Antônio Mariz, respectivamente pelo PDS e o PMDB, ao governo do Estado, estavam praticamente consolidadas desde fins de 1981. O ano de 1982 ficaria, assim, reservado para a escolha dos nomes que haveriam de completar as chapas partidárias nos planos federal (Câmara e Senado), estadual (vice-governanças e assembleia legislativa) e

municipal (prefeito e vereadores). Para os cargos majoritários, a tarefa não era fácil, pois no interior de cada partido, inclusive no recém-formado Partido dos Trabalhadores, formavam-se diferentes grupos em favor dos candidatos de sua preferência.

Como discutido no primeiro capítulo, o município fez parte do grupo de cidades do interior que sofreu intervenção militar nos anos 1960, pois teve seu prefeito eleito em 1968, cassado. Tratava-se de Ronaldo Cunha Lima, que voltaria à Campina Grande para tentar reaver seu mandato nas eleições de 1982. É a partir deste período que se inaugura a já discutida estratégia produzida pelo grupo Cunha Lima de destinar para si a tarefa de reerguer economicamente o município. Abaixo, do pronunciamento do peemedebista denota-se aquela que seria sua principal plataforma política:

Não há honra maior do que ser convocado pelo seu povo. Estou disposto para lutar! Agora, sinto aqui em Campina Grande, o chamamento de mais companheiros para disputar a Prefeitura, reocupando o lugar que me foi tomado pela força. Havemos de desfraldar a bandeira das grandes lutas. O povo está com a oposição, cansado da espoliação que lhe impõe ao longo de 18 anos. Não adianta acionar a maquinaria governamental, não adianta ameaçar. O povo quer mudar. Está cansado de tanta mentira e tanto sofrimento. Estou disposto para lutar e aguardo, apenas, a manifestação do partido (**Anuário de Campina Grande de 1982**, p. 44).

De uma só vez, o candidato buscava colocar seu interesse particular, regresso à cidade, como interesse geral da população campinense, assumindo a figura daquele que teve seu mandato cassado pelas forças do arbítrio e contra a vontade da maioria dos eleitores, além de denunciar o candidato situacionista de estar aparelhando o Estado, obstando, assim, sua candidatura. Ronaldo insistiria na tese da grande retomada:

Os que quiserem protestar, os que quiserem arrancar do peito o grito de revolta, de sua inconformação (sic) e do seu inconformismo, ou aqueles que queiram alentar a esperança mais alta ou o sonho mais nobre, que manifestem a sua opção e a sua escolha nos candidatos da oposição, para grande retomada, porque é a grande decisão. (Ibidem, 45)

Ora em diante o candidato de oposição, filiado ao PMDB, declarava assumir o objetivo de reconduzir Campina Grande nos trilhos do desenvolvimento e do progresso, reeditando o sonho do grupo desenvolvimentista dos anos 1960. Seu principal oponente era o então Reitor da FURNE (hoje UEPB), Antônio Vital do Rêgo. Quanto ao dia de eleições, as apurações municipais foram iniciadas na manhã do dia 16, no Ginásio César Ribeiro e os resultados iniciais logo demonstraram uma tendência do eleitorado em sufragar os candidatos oposicionistas, embora, no tocante a governança estadual, os votos em branco asseguravam um relativo equilíbrio entre o candidato pelo PDS, Wilson Braga e o peemedebista, Antônio Mariz.

Concluída oficialmente a apuração, Ronaldo Cunha Lima sagrou-se nas urnas chefe do executivo de Campina Grande, obtendo em relação ao segundo melhor colocado uma diferença de 12. 054 votos²⁷. O PT campinense ficou na quarta posição nas urnas, alcançando 571 votos. Para os petistas, as eleições, embora ainda cercadas de limitações e casuísmos, representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização dos trabalhadores e talvez esse fosse o saldo mais positivo do processo institucional, haja vista as lutas travadas pela agremiação local junto aos movimentos sociais. O Anuário de 1982, por outro lado, como podemos acompanhar abaixo, avaliou negativamente o desempenho do partido na cidade em sua primeira experiência eleitoral:

Apesar de oferecer ao eleitorado um programa que compreendia a luta contra o desemprego, contra a carestia, pela reforma agrária, pelo saneamento básico, pela educação para todos, assistência médica, urbanização, respeito ao trabalhador e o fim dos órgãos de repressão, o Partido dos Trabalhadores teve não só em Campina como em todo o país uma votação decepcionante. Em nosso município seu candidato a prefeito somou apenas 571 votos, sendo este aproximadamente o total de votos dos nove candidatos a vereadores do partido (Ibidem, 54).

No começo do ano seguinte às eleições municipais, o jornalista William Tejo avaliou o pleito passado. No box dedicado a apreciar a participação do PT local, o redator do caderno especial “Gazeta Ilustrada” iniciou sua narração rememorando que o partido havia indicado o professor Edgard Malagodi, “esperando eleger dois ou três vereadores, sem esperança é claro de eleger o prefeito” (*Gazeta do Sertão*, 05 fev. 1984). O analista ressaltava que o partido realizou sua campanha pautado somente em frases teóricas, “esperando que o grito de guerra “de pé, trabalhadores”, sensibilizasse as massas eleitorais”. No entanto, o jornalista concluiu da participação do PT nas eleições de 1982 o seguinte:

Não sensibilizaram em nada e o resultado nas urnas foi desalentador com apenas um pouco mais de 500 votos. O jesuitismo dos partidários do PT, cuja ordem se assemelha a de Santo Inácio de Loyola, sem aceitar alianças com nenhum partido da burguesia, teve como resultado uma derrota nas urnas, sem precedentes em Campina Grande. Pode ser que agora, depois da surra eleitoral, a ordem local do PT resolva tomar outro caminho e não excomungar os outros partidos. E ninguém pode negar o idealismo desses meninos. (Idem)

²⁷ Ronaldo Cunha Lima/ Vice-Prefeito: Antonio de Carvalho Sousa (PMDB 1) -40. 679. Vital do Rêgo/ Vice-Prefeito: José Buarque de Gusmão Neto (PDS 1) - 28.625. Moisés Lyra Braga/Vice-Prefeito: José Tarcísio Rolim Cartaxo (PDS 2) - 2.067. Edgard Afonso Malagodi/ Vice-Prefeito: Maria de Lourdes da Cunha Silva (PT) - 571. Geraldo de Magela Barros /Vice-Prefeito: Edson Romero de Oliveira Lima (PDS 3) - 191. Manuel Joaquim Barbosa/ Vice-Prefeito: João de Sousa Castro (PMDB 2) - 65. Hermano Nepomuceno/Vice-Prefeito: Iêdo Leite Fontes (PMDB 3) - 12. Os vereadores petistas obtiveram a seguinte votação: Rafael Romualdo do Nascimento (110), Iracy Felix Marques (106), Nicodemos Barbosa da Silva (81), Cicero Martins Sobrinho (60), Alberto Nunes de Oliveira (53), Maria Malaquias dos Santos (41), Jurandir Marcelino (36), Severino Crispim da Silva (14). Disponível em <<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

Ao que parece, na visão de William Tejo, o fraco desempenho do PT deve ser somente atribuído à pouca disposição dos petistas em dialogar com as demais legendas burguesas, o que é uma meia verdade. Sim, de fato, ainda não estava no horizonte petista dialogar com nenhuma força política (à direita ou à esquerda). O jornalista só esqueceu de mencionar que o partido disputava as eleições com dois influentes políticos provenientes de família tradicional, embora o representante do grupo Cunha Lima buscasse mascarar essa realidade, com recursos financeiro e prestígio a serem explorados. Sem contar que tanto Ronaldo como Vital do Rêgo terem sido cassados pelo regime, apesar do apoio inicial desse último.

Aquele primeiro contato com arena institucional servia ao PT para marcar presença no panorama político da cidade e reforçar os laços que estavam sendo construídos com os movimentos sociais, tema do nosso próximo capítulo. É verdade também que o PT não elegeu ninguém nesta eleição, nem mesmo teve uma votação expressiva. Em nenhum lugar da Paraíba. Algum abatimento deve ter sido sentido entre os petistas. O relato de Socorro Ramalho nos leva a acreditar nisso:

Eleitoralmente, a gente era considerado muito radical, comia criancinha, papa figo, coisa e tal. Então, a gente prestava para fazer o movimento, ir para rua, para lutar contra a carestia, mas para eleger.... Tanto é que Edgard Malagodi foi candidato a prefeito de Campina, você deve ter aí anotado quantos votos ele recebeu, que eu não me lembro de cabeça, mas foi uma votação não muito expressiva. Não foi expressiva.

O importante militante Josevaldo Cunha também fez sua avaliação daquele primeiro processo eleitoral. Sempre muito espirituoso, o professor chamou a atenção para o fato que aquela eleição serviu para que o partido se apresentasse diante das oligarquias locais como uma legenda que não cederia facilmente às coligações (com os “partidos da ordem”). Notem que a querela com as outras forças de esquerda permanece.

Aqui, para nós, do ponto de vista eleitoral foi um desastre. Mas foi importante para a gente mostrar as oligarquias de Campina Grande que nós não chegamos, não é? Nós não nos constituímos como um partido político na cidade para ficar cedendo, como um partido que se reivindica ser de esquerda, como o PCdoB, que passou décadas no suvaco dos Cunha Lima. PC do B, Partido Comunista do Brasil, passou anos no suvaco dos Cunha Lima em Campina Grande. Todo mundo sabe disso, inclusive eles. Estou só registrando isso aqui. A gente, não, a gente até 2000, está certo, a gente não tinha feito coligação com nenhum desses partidos da ordem de Campina Grande.

Por seu turno, quando instado a avaliar o resultado da votação no pleito, o candidato Edgard Malagodi afirmou que “o PT era ainda um partido jovem e somente poderá aparecer no cenário como grande força quando houver uma conscientização da

classe em torno de seus princípios” (**Anuário de Campina Grande de 1982**, p. 54). Na entrevista que nos concedeu, o petista tentou deixar mais claro o real ganho daquelas primeiras movimentações no plano eleitoral:

Acho que a importância maior que demos foi para os movimentos sociais, a luta pelos direitos na luta da Fazenda Ramada, e a ocupação das Malvinas. Também o apoio ao sindicalismo local, ao SINTAB e aos movimentos dos professores de Primeiro e Segundo grau. Mas na política, também foi muito bom em Campina Grande, foi muito rica nas décadas de 1980 e 90, mas depois entrou no ciclo em que o partido já estava envolvido no plano nacional, ou seja, ocupar cargos eletivos em proveito próprio, para se reproduzir e se locupletar na política.

A declaração do primeiro candidato a prefeito do partido na cidade nos permite chegar a uma conclusão parcial. O núcleo local do partido que nascia estreitamente associado tanto aos movimentos sociais que emergiram ao longo da década de 1970 quanto ao sindicalismo e recusava explicitamente as duas formatações organizativas até então preconizadas pelos partidos populares (o modelo comunista e trabalhista), a despeito do inexpressivo desempenho nas urnas, buscava pautar sua atuação naquela primeira experiência na arena institucional de acordo com o que Gramsci denomina de reforma intelectual e moral, isto é, “construindo na reflexão e na própria prática a percepção de que era possível agir de outra forma, conduzir-se de outra maneira, não perder os vínculos com a classe e solidificar uma visão de mundo que não se reduzisse a um agregado fragmentário de imprecisões” (FONTES, 2005, p. 380). Acompanhamos a historiadora quando ela defende que no horizonte daquele pequeno partido que se formava parecia haver precedência da organização classista sobre a representação eleitoral.

Contudo, seguindo ainda Fontes, ao passar dos anos, o mesmo partido começaria a admitir como eixo central de sua atuação a representação eleitoral e não mais a organização da classe, uma vez que para conseguir melhores êxitos seria necessário recorrer às práticas e hábitos vencedores de eleições, o que demandaria a escolha da arena institucional como palco central da ação partidária e seu local de investimento prioritário. Isso também já é apontado na fala de Malagodi. Analisaremos esse processo com mais atenção nos dois últimos capítulos desse trabalho, a partir do repertório conceitual gramsciano e direcionando nosso foco investigativo para uma aliança local entre petistas e peemedebistas.

Antes disso, contudo, discutiremos a relação do PT campinense com os grupos subalternos da cidade. Compreendemos, portanto, a necessidade de analisar a atuação da

legenda nas lutas de classe em Campina Grande, buscando “observar a eficiência real desempenhada pelo partido político entre as classes sociais das quais almeja ser a expressão das vontades” (SANTOS, 2007, p. 14). Será esse o objetivo perseguido no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O PT DE CAMPINA GRANDE E A LUTA DE CLASSES

O objetivo central do presente capítulo é acompanhar a relação que o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande manteve com os grupos subalternos ao longo dos primeiros vinte anos de sua atuação no município. Portanto, metodologicamente, optamos por não nos concentrarmos nos desdobramentos internos do partido, pois entendemos que o mais interessante era observarmos alguns, não todos, episódios nos quais o PT campinense tentou andar ombro a ombro com as classes sociais das quais tentava ser a expressão mais consequente. Dentre eles, o leitor poderá acompanhar a participação do PT no Comitê de Solidariedade aos operários da Wallig, o caso da desapropriação dos foreiros da antiga Fazenda Ramada, a participação dos militantes petistas na organização da Greve Geral de 1989 contra o Plano Verão do governo Sarney e o processo que determinou a venda da Companhia de Eletrização da Borborema (Celb).

3.1- O PT E OS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1980

No início da década de 1980, o PT campinense priorizou o estabelecimento de uma relação junto aos grupos subalternos na cidade. Em especial, dois episódios prenderam mais fortemente nossa atenção: a participação no Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig Nordeste e o envolvimento no conflito protagonizado pelos lavradores da antiga fazenda Ramada. Quanto ao primeiro, lembremos que entre 1961 e 1965, “foram aprovados pela SUDENE, para Campina Grande, 9 projetos, sendo 5 de implantação de novas indústrias e 4 de modernização das indústrias já existentes” (LIMA, 2001, p.73). Entre esses projetos, o estabelecimento da WALLIG NORDESTE S/A²⁸, empresa de grande porte, em terras campinenses mais fortemente nos interessa. Consoante nos apresenta Lima (2001, p. 74):

Para se aferir a importância da Wallig, basta dizer que, tendo iniciado suas operações em 1967, inaugurada festivamente pelo então Presidente da República, General Costa e Silva, já em 1968, a empresa foi responsável por 12,22% do valor da produção industrial do Estado. O item “fogões não elétricos” alcançou o 4º lugar, abaixo de tecidos de algodão, farinha de trigo e

²⁸ Especializada na produção de fogões, pertencia ao Grupo Wallig do Rio Grande do Sul, surgida em Porto Alegre em 1904. Tinha como acionista maior o industrial paulista, Werner Wallig, que acenou positivamente ao convite realizado pelo prefeito de Campina Grande, Newton Rique, que acaba não estando presente quando da implantação da empresa na cidade em função de sua cassação. Para maiores esclarecimentos convidamos a leitura de GURJÃO (2000); LIMA (2012) e SANTOS (2016).

cimento Portland. O objetivo da Wallig era abastecer todo o mercado de fogões do Nordeste e Norte do país

Não é difícil imaginar o impacto causado pelo encerramento das atividades da empresa no dia 17 de setembro de 1979, posto o alto índice de desemprego direto e indireto gerado. Daí a necessidade de formação do Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig, o qual o núcleo do PT de Campina Grande estava envolvido junto a diversas entidades da *sociedade civil*²⁹. A fim de não nos estendermos muito, localizamos nos jornais locais, ao menos em dois momentos, as ações da aludida comissão. A primeira, remonta ao dia 06 de maio de 1980 e adveio a partir de uma demanda dos trabalhadores. Estes requeriam parte das indenizações a que tinham direito após suas demissões. Segundo matéria veiculada pelo Jornal da Paraíba, o comitê faria “uma viagem à Brasília para entrar em contato com a presidência da República e os Ministérios e órgãos governamentais envolvidos no problema”. (*Jornal da Paraíba*, 6 de maio de 1980).

Chama a atenção as dificuldades atravessadas por aqueles trabalhadores, agravadas com a demora na solução de seus dilemas, “tais como fome, doenças, desemprego, exploração e humilhações” (Idem), sem falar na angústia de inserirem-se novamente no mercado de trabalho³⁰. Outro ponto reclamado diz respeito à promessa realizada pelo governador Tarcísio Burity³¹ ao Sindicato dos Metalúrgicos, de que dispensaria uma “ajuda” aos mais necessitados³². Essa listagem, conforme indica o periódico local, já havia sido elaborada e remetida através do escritório de representação do Executivo Estadual em Campina Grande. A outra ação do Comitê junto aos trabalhadores da Wallig foi mais ousada, uma vez que pretendia organizar uma

²⁹ Entre as pessoas e organizações que participaram mais sistematicamente das reuniões promovidas pelo comitê estavam “dezenas de funcionários da Wallig, representantes do Sindicato de Metalúrgicos, Comissão de Justiça e Paz, Comissão Municipal do PMDB, Núcleo do PT, Pastoral da Juventude, Diretório Central dos Estudantes da UFPB, Setor Jovem do PMDB, SAB do Catolé, Juventude Franciscana, estudantes da FURNE”, além dos vereadores peemedebistas Lindaci Medeiros e Mário Araújo. (*Jornal da Paraíba*, 06 maio 1980).

³⁰ O Núcleo Microrregional do SINE- Sistema Nacional de Emprego de Campina Grande- constatou que o índice de desemprego em Campina Grande sofria aumento considerável no primeiro trimestre daquele ano. A justificativa apontada para tal estado de coisas, no entanto, era creditado quase exclusivamente a seca que vinha assolando toda a região do Estado e a falta de qualidade técnica dos que estavam em busca de emprego, como se isso não estivesse atrelado a trágica política econômica da ditadura nos seus estertores e a crise econômica mundial. (*Jornal da Paraíba*, 29 maio 1980).

³¹ Através de eleição indireta, como ocorria à época, assumiu o governo da Paraíba, em 1979, pela Aliança Renovadora Nacional, Arena, extinta em 20 de dezembro daquele ano.

³² Não nos enganemos com o aparente tom de denúncia do Jornal da Paraíba. Já na edição do dia 25 de maio, data em que se comemorava o “dia da indústria”, há uma matéria bastante elogiosa ao governador Burity, na qual se enfatiza que, apesar dos efeitos deletérios do fechamento da empresa, “não pode ser negada, no entanto, a presença constante do Governador Tarcísio Burity no encaminhamento de todas as negociações e o seu interesse na solução mais rápida e prática possível”. (*Jornal da Paraíba*, 25 maio 1980.)

manifestação pública quando da visita à Campina Grande do ditador de plantão, João Batista Figueiredo. A edição do dia 21 de junho estampava na primeira página:

Os trabalhadores da Wallig Nordeste, reunidos ontem à noite no plenário da Câmara Municipal, decidiram ir às ruas, no dia 26, exibindo faixas e exigindo do Presidente João Batista Figueiredo uma solução para o problema daquela indústria, paralisada há vários meses. Esta foi a primeira proposta colocada em votação e aprovada pela maioria dos operários que participaram do encontro. (*Jornal da Paraíba*, 21 jun. 1980)

A reunião foi promovida, mais uma vez, pelo Comitê de Solidariedade aos Operários da Wallig e liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulo Fausto Torres. O plenário aprovou ainda a proposta de fazer intensa divulgação, bem como a formação de uma comissão que iria ao prefeito Enivaldo Ribeiro em busca de uma audiência com o general Figueiredo. A possibilidade de haver um ato público em Campina Grande, no dia da visita do ditador da República, marcada para 26 de junho daquele ano, pelos trabalhadores da Wallig, gerou tamanha preocupação nos governos estaduais e municipais “ao ponto do prefeito Enivaldo Ribeiro procurar entendimentos com os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e com os vereadores que integram o Comitê de Solidariedade aos operários da Wallig Nordeste.” (Idem).

Notemos que nesse momento desaparece qualquer menção aos outros setores sociais que conformaram a ideia de organização do comitê, diminuindo, assim, a importância dos mesmos. Na tentativa de demonstrar a face legal e ordeira do movimento, o jornal fazia questão de se referir somente aos dirigentes do sindicato e aos vereadores locais, obscurecendo os anseios dos grupos subalternizados. Apesar do já mencionado presidente do Sindicato dos Metalúrgicos vir a público desacreditar a decisão coletivamente tomada pela base no sentido de se manifestar, os trabalhadores foram às ruas, exibiram suas faixas na Praça da Bandeira³³ e distribuíram “10 mil cópias de uma carta aberta do Comitê de Solidariedade aos trabalhadores da Wallig, denunciando a situação vexatória dos operários e de suas respectivas famílias” (Idem).

O comitê obteve parte de suas reivindicações, pois, no dia 27 de junho, a agência local do Banco do Brasil confirmou que estaria com o crédito destinado a pagar aos 756 funcionários que recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento, restando, ainda, a presença do proprietário da empresa, Werner Wallig, para assinatura da confissão da

³³ Lugar no qual o General Figueiredo e sua comitiva oficial participaram da concentração pública promovida pela prefeitura municipal. Vale apontar que os agentes do serviço de segurança da Presidência da República tomaram as faixas conduzidas pelos trabalhadores da Wallig Nordeste ao local indicado. (*Jornal da Paraíba*, 27 jun. 1980).

dívida junto aos operários da Wallig Nordeste (*Jornal da Paraíba*, 27 jun. 1980). Apesar de muito importante, o principal êxito da mobilização não se media tão somente pela conquista parcial de suas reivindicações, pois, conforme aponta o pressuposto marxiano, “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 2010, p. 48). A ideia dos petistas era continuar o trabalho organizativo junto às classes sociais.

Já a antiga Fazenda Ramada se localizava no bairro de Bodocongó e foi adquirida, à época, pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) dentro do controvertido plano de habitação³⁴ levado a cabo pela ditadura militar, replicado nos estados e municípios Brasil afora. Aqui, necessitamos, mais uma vez, de uma curta reflexão. Optamos por iniciá-la a partir de uma importante discussão sugerida na dissertação de Mestrado em Geografia de Lima (2010, p. 38):

A produção do espaço, por se tratar, de algo intencional e articulado no modo de produção capitalista, concretiza-se a partir da atuação de alguns agentes: os promotores imobiliários, os proprietários do solo, os construtores e os incorporadores, o Estado em todos os seus níveis de atuação (Federal, Estadual e Municipal) e os trabalhadores que podem ou não estar organizados em movimentos sociais. Esses agentes atuam dentro de marcos jurídicos que não são neutros. São construídos dentro de estruturas de poder existentes e deixam brechas para que a legislação seja burlada sempre que a classe dominante necessite.

Didaticamente, articulando a citação acima com o nosso caso particular, observamos como os agentes que influenciam na produção do espaço se movem no terreno da luta de classes, isto é, agindo em benefício próprio e desconsiderando as necessidades dos *grupos subalternos*. É interessante pontuar, ainda, que havia constante demora na construção e entrega de casas populares em todo o Estado da Paraíba, fato noticiado em profusão nos jornais locais. Mereceu, particularmente, nossa atenção uma matéria veiculada pelo *Jornal da Paraíba*, na qual o governo estadual aponta que a maior dificuldade no que tange a entrega das 50 mil casas prometidas é “a falta de iniciativa dos prefeitos municipais de desapropriarem terrenos destinados à construção das unidades residenciais” (*Jornal da Paraíba*, 13 jun. 1980).

O prefeito Enivaldo Ribeiro não poderia tolerar ser ele o culpado por inviabilizar empreendimento tão auspicioso para a cidade, bem como para sua carreira política. Arenista de primeira hora, com o fim do bipartidarismo, o político filiou-se ao PDS. Ele

³⁴ Sobre a temática, recomendamos a leitura do texto de MARICATO (1987).

administrou a cidade de 31 de janeiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983, o que contabilizava um período de seis anos sem interrupção. Ademais, o partidário do regime militar chega às eleições de 1982 com a imagem desgastada e sem conseguir consolidar sua figura como a de um líder local. Segundo elucida SANTOS (2016, p.101):

A Campina produzida por Enivaldo e sua administração era uma cidade populosa, popular e empobrecida que necessitava da intervenção de um governo que conhecesse o seu “povo” e suas “carências”. Enivaldo, assim como Cabral no final da década de 50, era um produto político das mudanças econômicas e sociais que Campina estava atravessando. Era o efeito eleitoral de uma massa de desempregados e pessoas sem nenhuma ligação política com as “tradicional famílias” ou elites políticas locais e que viam na figura daquele a possibilidade de estarem melhor representados na municipalidade e assim conseguir ter atendidas suas reivindicações e demandas, que aquela época se concentravam mormente em torno das questões de moradia e emprego”.

A construção e entrega de casas populares, portanto, era tarefa número zero a ser cumprida para um político que edificou sua plataforma política sobre os elementos acima apontados. Cremos que a desapropriação das terras da antiga fazenda Ramada adquiriria, assim, grande interesse. O grande problema é que estas já se encontravam ocupadas por cerca de 200 famílias, que alegavam trabalhar na mesma havia cerca de 10 anos mediante pagamento de foro ao seu proprietário. Segundo denúncia do jornal petista:

Tudo começou em setembro do ano passado. Os agricultores, que já tinham pago o foro ao proprietário das terras, Sr. Roberto C. do Monte, viram, de repente, SEM QUALQUER AVISO, suas roças serem invadidas pelo gado, que destruiu tudo. Depois de tentarem resolver o problema de várias formas, os agricultores entraram com uma ação na justiça, que se arrasta até hoje, sem qualquer solução. Apesar de eles terem conseguido autorização para cercar as lavouras, essa cerca- construída com muito esforço e apoio financeiro do povo de Campina Grande- foi derrubada. (*Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981).

Dois aspectos precisam ser ressaltados. Em primeiro lugar, percebemos que o proprietário das terras extraiu enquanto pôde renda fundiária do trabalho daquele coletivo de trabalhadores rurais. Aliou seus interesses também ao dos especuladores imobiliários, esperando a valorização das áreas próximas à sua. Diante do novo quadro, isto é, criada a necessidade de apropriação de novos terrenos para construção de casas populares, não pestanejou no sentido de transformar suas terras rurais em terras urbanas, com total anuência do executivo e judiciário campinense. Do outro lado, o Partido dos Trabalhadores, objetivando se inserir nas lutas sociais locais, tal como no caso Wallig Nordeste, apoiou o movimento e tentou acompanhar de perto a precipitação dos acontecimentos, denunciando as práticas cometidas pela classe dominante, visto que

[...] aos poucos, as autoridades governamentais vão deixando cair a máscara e mostrando os reais motivos de seu silêncio. A CEHAP- também implicado no caso- manda as máquinas destruírem os roçados e pede “proteção” policial, para protegê-la dos violentos foreiros. E talvez esteja com a razão: por trás das

foices dos 200 foreiros estão os milhares de trabalhadores rurais da Paraíba.
(Idem)

Observamos, portanto, que o PT campinense tentava se fazer presente na vida política e social do município, oferecendo apoio às lutas populares e incentivando suas formas de organização. Inicialmente, o partido tomou na cidade essa configuração e partia do pressuposto que teria cada vez mais força enquanto as populações dos bairros pobres locais e as massas trabalhadoras de uma maneira geral se utilizassem dele como instrumento de suas lutas e reivindicações.

Apesar da imediata necessidade de se envolver nos problemas relativos ao plano local, o contexto mais geral não poderia ser esquecido pelo PT de Campina Grande. É nesse sentido que se insere a nota publicada pela agremiação quando da condenação dos líderes sindicais protagonistas das greves do ABC, com destaque para as figuras de Lula, Djalma de Souza Bom e Osmarzinho. Vale ressaltar o tom de denúncia presente no documento. Segundo o mesmo, toda a campanha levada a termo pelo regime militar contra os líderes nacionais do ABC Paulista, desde o enquadramento na lei de Segurança Nacional até suas condenações mais recentes, desnudaria a verdadeira face e os reais objetivos daqueles que exerceriam o poder no Brasil, pois visariam

[...] em última instância, impedir a interferência organizada dos trabalhadores e explorados deste país, que despontam lutando pelas reivindicações econômicas mais elementares, por um sindicalismo autêntico, contra a atual estrutura sindical atrelada ao aparelho de Estado, pelo direito à livre organização e independência política dos trabalhadores; enfim, pela livre manifestação, organização e expressão, e contra a atual estrutura do poder vigente, antidemocrática, anti operária e antipopular (**Nota de protesto do Partido dos Trabalhadores contra a condenação arbitrária dos líderes do ABC Paulista**, 27 fev. 1981).

A sentença imposta aos sindicalistas do ABC representava, conforme argumentavam os dirigentes campinenses, uma manobra com objetivo de atingir diretamente todos os trabalhadores que estariam se lançando na luta pelas suas reivindicações específicas e as mais gerais, bem como teriam o fim derradeiro de atemorizar as classes trabalhadoras de todo país, inviabilizando qualquer tentativa de organização política independente por parte dos explorados e, mais especificamente, impossibilitar a formação do Partido dos Trabalhadores, que a nível nacional vinha obtendo êxito em direção a construção dessa alternativa. O próximo trecho foi dedicado a expressar a perplexidade e o desacordo do PT local quanto à promulgação da lei de Segurança Nacional:

Nós que fazemos o PT aqui em Campina Grande, manifestamos o nosso mais veemente repúdio a esta punição arbitrária e a mais este ato de força perpetrado

contra as forças populares e, em particular, contra todos os trabalhadores e explorados. Posicionamo-nos de forma contundente contra a famigerada Lei de Segurança Nacional enquanto instrumento antipopular e contra os demais instrumentos de arbítrio e terror que assegura a dominação imperialista em nosso país (IDEM).

Salta aos olhos, na interpretação das ações empreendidas pelo PT local e nas notas assinadas por seu núcleo dirigente, aquela que seria a referência central no discurso petista em sua origem aqui e alhures: a independência política e autônoma da classe trabalhadora³⁵. Segundo adverte COELHO (2012, p.68), “a afirmação da necessidade de organização política da classe trabalhadora é uma constante nas intervenções dos petistas, desde 1979”. Tal assertiva funcionaria como marco programático e identitário do partido, uma vez que eram os trabalhadores, organizados a partir de seu próprio espaço de interlocução política, que deveriam comandar as mais importantes transformações sociais, como o eram, à época, as lutas por melhores condições de trabalho e vida no campo e na cidade, o combate travado contra a ditadura e a bandeira levantada pela democratização com um corte predominantemente classista e anticapitalista.

Não custa lembrar. A construção da identidade de classe é decisiva, pois “ela pode permitir subtrair os trabalhadores do domínio do capital. A contraposição a esse processo de construção é a subordinação ao discurso antagonista, a perda de capacidade estratégica” (DIAS, 2006, p. 108). Portanto, o desafio número zero para qualquer partido que buscasse desempenhar o papel de intelectual coletivo *ou moderno príncipe*³⁶, negador da ordem vigente, como buscava ser o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande na

³⁵ Princípio compatível com aquele proposto no Manifesto de fundação do Partido (1980), como transparece na passagem que segue: “O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobras para os políticos e partidos comprometidos com a manutenção da economia, social e política. Nasce, portanto, da vontade da emancipação das massas populares. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser a real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um partido dos trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores”. (ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI (org.), 1998, pp.65-66. Não é difícil perceber que uma das características marcantes nos documentos e publicações iniciais do PT é seu caráter anticapitalista, classista ampliado, basista e de massas, além de apontar para um horizonte socialista. No desenvolvimento do partido grande parte desses componentes sofreriam alterações. A este respeito, recomendamos novamente a leitura IASI (2006).

³⁶ Gramsci esboça sua concepção de partido político no § 1 do Caderno 13. Em primeiro lugar, de acordo com o comunista sardo, “o moderno príncipe, o mito- príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade de coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. (GRAMSCI, 2007, p. 16). Quanto à função desempenhada pelo moderno príncipe (ou partido político gramsciano), o teórico segue: “o moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”. (GRAMSCI, 2007, p. 18.)

década de 1980, residia na tarefa de oferecer organicidade, sentido e direção às classes trabalhadoras. Para tanto, visando o cumprimento desse objetivo, o envolvimento nas lutas dos operários da Wallig, o caso protagonizado pelos agricultores da antiga fazenda Ramada, o apoio aos sindicalistas do ABC Paulista e o estar presente no dia a dia dos grupos subalternos da cidade informava a ação do PT campinense.

3.2- O PLANO VERÃO DE SARNEY E A GREVE GERAL EM CAMPINA GRANDE (1989)

Outra luta social importante que o PT local deu sua contribuição foi a organização de dois dias de Greve Geral chamado pelas Centrais Sindicais se colocando contrária ao Plano Verão do Presidente José Sarney. Passado o processo eleitoral local do ano anterior, 1989 chega e traz consigo o anúncio oficial de mais um plano econômico por parte do governo federal, o chamado Plano Verão. Configurando-se na terceira tentativa de combate à inflação empreendida pelo presidente José Sarney (as duas primeiras foram os planos Cruzado (1986) e Bresser (1987), tratava-se, em linhas gerais, de um conjunto de medidas econômicas destinadas a controlar a inflação lançadas em 14 de janeiro pelo Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega). Numa abordagem mais técnica, o plano pretendia conjugar os que os economistas costumam denominar de medidas heterodoxas e ortodoxas, privilegiando estas últimas. O trecho abaixo escrito por Renato Fragelli Cardoso nos auxilia na compreensão do tema:

Do lado heterodoxo, adotou-se o congelamento de preços e da taxa de câmbio por prazo indeterminado; criou-se um fator de conversão de créditos aplicável a obrigações e títulos emitidos antes do lançamento do plano com valores nominais prefixados; aboliu-se o uso das obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) como indexador oficial. Os salários foram convertidos pela média dos últimos 12 meses, acrescidos da variação da Unidade de Referência de Preços (URP) — indexador criado pelo Plano Bresser — de 26,1% de janeiro, e eliminou-se o mecanismo de correção de salários baseado na URP. A desindexação salarial era mais ambiciosa do que a dos planos anteriores, pois não embutia nenhuma regra de correção futura. Com esta medida, o plano pretendia estimular a livre negociação entre empregados e patrões. Do lado ortodoxo, desvalorizou-se a taxa de câmbio em 18%, passando um dólar a valer mil cruzados e, em seguida, criou-se uma nova moeda, o cruzado novo, equivalente a mil cruzados; reajustaram-se tarifas públicas (telefonias: 35%, energia elétrica: 14,8%, gasolina: 19,9%); adotou-se uma rígida política monetária, com limitações ao crédito e taxas reais de juros que atingiram cerca de 14% no primeiro mês; prometeu-se um ajuste fiscal amplo com extinção de ministérios, demissão de servidores, privatizações e controle de despesas em regime de caixa. **(Plano Verão.** Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-verao>. Acessado em 07 set. 2021)

Como vimos, entre as principais medidas ortodoxas estavam a desvalorização da taxa de câmbio, o reajuste de tarifas públicas (ficavam mais caras), as limitações ao crédito, o aumento da taxa de juros e a promessa de um amplo ajuste fiscal (arrocho). Quanto às medidas heterodoxas, destacou-se o congelamento de preços (subiram uma semana antes de serem congelados), da taxa de câmbio e a desindexação salarial sem regra de correção futura (o que significava na prática achatamento da remuneração), além da introdução de uma nova moeda.

Entidades classistas, sindicalizados, partidos, militantes e intelectuais de esquerda locais logo passaram a se organizar com o objetivo de denunciar as graves consequências embutidas no novo plano econômico. Pedro Lúcio, à época diretor regional da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP) e futuro secretário de educação da prefeita Cozete, por exemplo, usou a mídia impressa. Em artigo escrito no *Jornal da Paraíba*, o militante da categoria docente lembrava o samba enredo da escola de samba “Unidos da Tijuca”, no carnaval carioca de 1988, intitulado “salário baleado”. A ideia era convidar os leitores a realizarem o seguinte questionamento: “Se fosse falar em salário, como definiria o sambista, se o fizesse agora? Daria samba ainda? Ou viraria funeral?” (*Jornal da Paraíba*, 25 jan. 1988)

Para o articulista, o “Plano Verão, Pacote ou Choque” dado na economia se não feria mortalmente a remuneração dos trabalhadores deixava-a agonizante. Na sua visão, “o Presidente e o partido (PMDB) que disse e jurou que ia distribuir as riquezas e melhorar o nível de vida classe trabalhadora, piorou, digo esfrangalhou os nossos salários”. O professor também alertava para o fato que o pronunciamento do Presidente Sarney não traria nenhuma novidade para os empresários, que passaram a semana anterior ao anúncio marcando e remarcando preços, isto é, os valores dos produtos colocados na tabela não correspondiam aos preços que vinham sendo praticado no mercado, o que minorava as perdas da classe empresarial mesmo com o congelamento anunciado. Fazia sentido inquirir: “E os trabalhadores remarcaram salários?” Ao fim, Lúcio Flávio construía uma linha argumentativa criticando os principais pontos do pacote de verão:

Os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos de diversas formas: a remarcação das mercadorias, a história da média dos doze meses do ano passado e a perda do cálculo da inflação de quinze dias deste mês que não serão computados. Temos aí um plano recessivo e que aumentará o exército de desempregados, que já é composto por milhões. Criou o governo incentivos às exportações e desestimulou o consumo interno. Tudo em nome de exportar mais e pagar os juros de uma dívida externa já paga. Somos nós que sustentamos e contribuímos com a riqueza dos Estados Unidos, às custas da fome e da miséria de milhões de brasileiros. (Idem)

A indignação do militante também pôde ser medida quando ela considerava “ladainha do governo e seus economistas” a insistência na tese segundo a qual conteria-se o déficit público exonerando-se 90 mil funcionários públicos e extinguindo-se ministérios (como o da saúde, bem-estar social e da reforma agrária transformando-os em secretarias), “quando a folha total com o funcionalismo público representa 14% da despesa do governo”.

O texto do sindicalista assumiu ainda um caráter anti-imperialista, característica tão presente nos encontros municipais, estaduais e nacionais do PT durante os anos 1980, como demonstram as leituras das obras de Iasi (2006) e Coelho (2005). Por último, o autor do artigo convoca os assalariados à luta ao afirmar que será “necessário diante dos desmandos governamentais refletir e agir. Porque estão se apropriando de forma fraudulenta daquilo que é nosso”. Tudo levava a crer que os petistas campinenses buscariam disputar mais espaço na mídia impressa local. Dois dias após o artigo de Pedro Lúcio, o polêmico Jairo Oliveira, último candidato a prefeito pela legenda, deduzia na coluna “Calçadão” que “um congelamento em pleno verão só pode resultar em choque térmico, fato que costuma ser crítico quando ocorre” (*Jornal da Paraíba*, 27 jan. 1989).

Do ponto de vista mais coletivo, uma ampla discussão foi realizada no auditório do Sindicato dos bancários e serviu para engrossar a mobilização que as centrais sindicais do país, CUT (ligado ao PT) e CGT, pretendiam articular. De acordo com o noticiário campinense, “ao fórum participaram entidades sindicais, populares e vários partidos de esquerda constituindo-se, desta forma, uma forte ala dissidente ao pacote, denominado por eles do “Arrocho” (*Jornal da Paraíba*, 27 jan. 1989)”.

Dentre os debatedores do encontro, destacaram-se os professores de economia do campus 2 da UFPB (hoje UFCG) Jurandir Xavier e Carlos Alberto, bem como o representante da Central Única dos Trabalhadores em âmbito estadual, o professor David Lobão (ex-presidente do PMDB jovem). Com o objetivo de realizarem explanações acerca do processo econômico brasileiro como um todo, “além de comentários minuciosos do Pacote de Verão”, ressaltou-se o peso que o novo plano depositaria sobre os ombros do trabalhador. As entidades e demais segmentos organizados restavam definir uma posição mais formal relativa ao “pacote”, mas já se cogitava nos bastidores a possibilidade de greve geral.

O fato é que uma Comissão de Mobilização contra o Plano Verão foi formada na vaga aberta pela greve geral convocada para os dias 14 e 15 de março daquele ano. Estes líderes sindicais lotaram as dependências da Câmara Municipal e também marcaram

presença nas ruas da cidade na manhã do dia 10, com o objetivo de informar aos vereadores e ao público o real motivo do movimento paredista. Entre eles, podemos citar a presença de Pedro Lúcio da AMPEP e CUT, Cozete Barbosa ligada à Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Campina Grande (ASPMCG), Jairo Oliveira, presidente do PT, Valtécio Brandão, representante da Corrente Sindical Classista e então presidente do diretório municipal do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Na Câmara, o vereador Ivan Freire (PCdoB), autor da propositura, que foi apoiada por unanimidade, fez uma síntese da real situação dos trabalhadores, bem como lançou a proposta ao presidente do legislativo, Lindaci Medeiros, que nos dias 14 e 15 a Casa Félix Araújo esse a fechar em solidariedade ao movimento grevista. Em resposta, Lindaci adiantou que nesses dois dias o ponto seria facultativo. Após isto, Pedro Lúcio realizou uma retrospectiva dos três planos já apresentados pelo Governo Federal, cujas medidas, frisou, “serviram apenas para subtrair o salário dos trabalhadores, ludibriando a todos” (*Jornal da Paraíba*, 11 mar. 1989). Ivan Freire comentava ainda que a expectativa dos líderes gerais era que os campinenses aderissem ao movimento, “haja vista que não podemos nos compactuar com a arbitrariedade do Governo Federal”.

Nas ruas, conforme relato do mesmo jornal, “poetas populares, violeiros, artistas da terra, além de centenas de pessoas, participaram, ontem à tarde, em Campina Grande, na Praça da Bandeira, da manifestação pública organizada pelo Comitê de Mobilização contra o Plano Verão (Idem). O intuito do ato político era alertar os trabalhadores campinenses para a importância da greve geral deflagrada em todo país. O já mencionado Valtécio Brandão detalhou quais os danos que vem representando o Plano Verão para todas as categorias dos trabalhadores brasileiros. Para ele, “o desemprego, a miséria e os desajustes sociais em grande escala vem sendo gerados por tais medidas econômicas”.

Os sindicalistas Pedro Lúcio e Cozete Barbosa, ambos ligados ao PT, também usaram da tribuna livre daquela praça para conclamar a comunidade campinense a se juntar em grande corrente, “no sentido de dar um basta ao plano governamental”. Os representantes das Centrais Sindicais e dos partidos políticos de esquerda citados explicaram que o movimento paredista assumiria um caráter reivindicatório, e não seria apenas contra o Plano Verão, mas, também, “em defesa da Reforma Agrária, e, sobretudo, a favor do não pagamento da dívida externa”.

A burguesia do campo e da cidade também se preparava para a luta de classes. O presidente da Associação Comercial de Campina Grande (ACCG), empresário Maurício de Almeida, além de ter recebido comunicado do secretário de Segurança Pública do

Estado, Coronel Geraldo Navarro, informando que “o sistema estadual de segurança está acionado, no sentido de garantir a ordem pública e a incolumidade do patrimônio das empresas, das pessoas e do público em geral”, convocou os dirigentes de outros órgãos da classe dominante, como a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), a Sociedade Rural da Paraíba e os sindicatos patronais, com a intenção de definir a posição da burguesia local em relação ao movimento paredista.

O primeiro mecanismo utilizado seria a repressão. Nesse sentido, o subcomandante do II Batalhão da Polícia Militar, Major Valderei Borba, informava que a partir da próxima segunda-feira (primeiro dia da greve geral) todo o seu contingente estaria de prontidão. Segundo a mesma edição do JP, a maior preocupação do subcomandante se prendia ao cumprimento “integral” da segurança aos trabalhadores que quiserem exercer suas atividades normalmente naqueles dois dias. Como se estivesse vivendo, formalmente, nos funestos anos de chumbo, em tom de ameaça, frisou:

Estaremos prontos para agir também pela ordem e pelo cumprimento da segurança dos bens públicos e particulares. Se for necessária à nossa atuação estaremos dispostos, e para tanto colocaremos viaturas e os nossos 500 homens nas ruas, para que cada cidadão possa usufruir de seus direitos plenamente.

A bravata do subcomandante de polícia era um reflexo local do pronunciamento feito pelo Ministro da Justiça na noite de domingo do dia 13 de março. Através de uma cadeia de rádio e televisão, Oscar Dias Corrêa advertiu aos líderes da greve geral “de que o governo não hesitará em mandar as tropas federais para a rua, caso sejam registrados incidentes visando impedir o direito ao trabalho àqueles que assim o desejaram” (*Jornal da Paraíba*, 14 mar. 1989). Sob a argumentação de ter informações “seguras” de que existiria todo um planejamento de violência no sentido de impedir que os trabalhadores compareçam aos seus locais de trabalho, o ministro afirmou categoricamente “que a greve não é aceita pela maioria dos brasileiros e que não serão admitidos processos anárquicos que objetivam tomada o poder por grupos minoritários”.

Ao citar lemas como “Liberdade com Responsabilidade” e “Democracia com Disciplina”, o ministro “sugeriu” que a população meditasse sobre tudo o que havia falava, isto é, a respeito das suas ameaças, e conclui dizendo que “o Brasil precisa de trabalho e não de anarquia”. Havia tempo, claro, de questionar “para quê” e “contra o quê” a greve seria desencadeada, “se o governo estava lutando para manter a estabilidade dos preços e havia conseguido baixar a inflação para 3,6 por cento”. Ele chegava a conclusão, portanto, que a greve seria contra a sociedade. Ainda a nível nacional, a

ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, foi clara ao sinalizar que o servidor público que participar do movimento paredista teria “naturalmente” o ponto cortado, mas não seria demitido.

O governador do Estado, por sua vez, manteve postura ambígua em relação à greve, afirmando que não tomaria nenhuma medida excepcional contra a mesma, mas sugeriu aos trabalhadores que eles soubessem “utilizar bem esse direito constitucional, de modo que a greve seja realizada de forma ordeira e pacífica” (Idem). O presidente da CUT, na Paraíba, José Raimundo, foi recebido na sede do governo estadual pelo secretário- chefe de gabinete civil, Sólton Benevides, e comunicou que a paralisação de 48 horas “será ordeira e pacífica”. Sólton, então, garantiu que não haveria repressão por parte do Executivo e “apelou para que a classe trabalhadora respeite a Constituição e as instituições”.

Voltemos à classe trabalhadora campinense e a organização do movimento paredista. No esperado dia 14 de março, como certos a adesão à greve geral na cidade estavam os funcionários e os professores das Universidades Federal e Estadual da Paraíba. Nelas, programações específicas foram planejadas. Na UFPB, discussões a respeito dos problemas da categoria garantiriam a permanência deste no campus 2; na segunda, decidiu-se acompanhar “o calendário central de mobilizações na Praça da Bandeira” (Idem). O presidente do Sindicato dos Comerciantes, José Antônio Araújo, também garantiu que o comércio local estaria totalmente paralisado, com sua programação unificada na praça. Ademais, acentuava, “piquetes serão formados em frente às casas comerciais, com a finalidade de impedir os trabalhadores de furarem a greve”.

No setor de serviços, tanto os funcionários da Companhia de Água e Esgoto (CAGEPA) quanto os da Companhia Elétrica da Borborema (CELB) decidiram em assembleia geral da categoria paralisar por completo as atividades, funcionando apenas uma equipe de plantão para os atendimentos de urgência. As escolas estaduais, municipais e particulares de Campina Grande também estariam de portas fechadas nos dias da greve, organizados pela CUT e CGT. A mobilização, segundo asseverava ao jornal David Lobão, do Sindicato dos professores particulares, e Pedro Lúcio do magistério municipal seria realizada na Praça da Bandeira, “juntamente com as demais categorias. Cozete Barbosa garantia também que a adesão era de 100 por cento entre os funcionários municipais filiados à ASMCG. Mesma decisão tomada pelos servidores da Previdência Social. Na saúde, não haveria expediente nos seis postos de saúde do estado sitiados em Campina Grande. Glicia Lopes, vice-presidente do Conselho Regional de

Farmácia, adiantou que a mobilização desses profissionais se unificaria aos demais trabalhadores.

No que tange à indústria, não havia unanimidade quanto ao movimento. Algumas categorias, a exemplo dos trabalhadores nas indústrias da construção civil, metalurgia, mecânicas e material elétrico, estariam com suas atividades paralisadas, de acordo com o assegurado pelos dirigentes que congregavam essas categorias. No ramo da tecelagem, no entanto, os trabalhadores desempenhariam suas atividades normalmente. A explicação para essa decisão surpreendia. Fernando Luiz Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem, afirmava que a mobilização para greve geral teria sido insuficiente, sobretudo “porque ele é novato à frente da entidade, sem muita experiência de greve”.

Até a tarde que antecedia o primeiro dia de mobilização, o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Coletivos não havia decidido sobre adesão ao movimento, porém, informação veiculadas pelo próprio sindicato, davam conta de que mesmo se não houver decisão a favor da paralisação por parte dos motoristas e colaboradores, frisava o periódico, “os ônibus serão obrigados a parar, tendo em vista os possíveis tumultos que deverão acontecer na cidade, obrigando assim aos empresários recolherem a frota, sob pena de prejuízo”. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) informava que funcionaria normalmente, graças ao entendimento dos seus dirigentes com a polícia civil e militar, que assegurava “dar condição para o desenvolvimento das atividades coibindo qualquer ação por parte dos grevistas”.

Enquanto várias categorias já estavam de fato organizadas e decididas a irem às ruas para a greve geral, os empresários se mantinham contrários ao movimento, julgando não haver necessidade dessa paralisação. O presidente da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), Agostinho Velloso da Silveira, opinava que “a greve não tem razão de ser, pois, a sociedade de uma forma geral tem de fazer sacrifícios no momento, para que o Plano Verão possa dar certo” (Idem). Indagava o empresário: “Os preços estão congelados, como repassar nos custos, mais despesas do pessoal, se os produtos da indústria e do comércio estão com seus preços congelados? ”. Suponha-se que sua resposta seria a “socialização” das perdas entre os trabalhadores.

Em que pese alguns incidentes registrados- a única loja que ousou abrir suas portas foi a “Marisa” e maior contratempo ocorreu em frente de agências bancárias de iniciativa privada (Bradesco e Itaú) - o primeiro dia da greve geral em Campina Grande foi marcado com manifestações pacíficas. Nas primeiras horas da manhã do dia 14, o centro da cidade

se apresentava calmo. Por volta de 7h30m, no entanto, um carro de som, animado pelo vereador Ivan Freire, do PC do B, “foi instalado na rua Maciel Pinheiro, com a finalidade de impedir que as várias lojas comerciais daquela artéria e adjacências viessem a abrir, no que contribuiria para o enfraquecimento do movimento” (*Jornal da Paraíba*, 15 mar. 1989).

Às 10 horas, os transportes coletivos foram impedidos de prosseguir a sua rota, as principais vias de acesso acabaram ocupadas e a ação dos manifestantes levou os empresários a retirarem os veículos de circulação. Em seguida, ao fechar todo o comércio central campinense, o comando de greve, liderado por Cozete Barbosa, Pedro Lúcio (ambos petistas) e Valtécio Brandão (comunista), percorreu a rua João Suassuna proferindo palavras de ordem, tais como “liberem o pessoal, a greve é geral”. O mais interessante é que à medida que os quadros de funcionários eram liberados, juntavam-se ao comando e também aderiam ao protesto, evidenciando o “repúdio e insatisfação dos campinenses contra os planos adotados pelo Governo Federal”. Após a realização de vários piquetes e denso trabalho de convencimento dos transeuntes, todos dirigiram-se para o principal ponto de concentração, isto é, a Praça da Bandeira.

Em sentido mais amplo, a rede hospitalar não aderiu em todo ao movimento grevista, desempenhando suas atividades normalmente durante o dia. No entanto, o Hospital Alcides Carneiro, único na cidade vinculado ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), órgão que vigorava antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), não funcionou. Os trabalhadores ligados aos postos de saúde também fortaleceram amplamente o movimento, bem como os funcionários do Centro de Saúde Francisco Pinto. O Comitê de Mobilização não chegou a atingir as indústrias campinenses, os operários do distrito industrial da cidade trabalharam em ritmo normal, não tendo acontecido nenhum incidente no complexo que se localizava distante do centro. Em linhas gerais, o primeiro dia de manifestações na cidade obteve parcial sucesso. Tanto é que periódico local logo constatava que “se as casas comerciais de Campina Grande se atreveram a abrir as portas na manhã de ontem, vindo a fechar logo em seguida, a adesão dos campinenses ao movimento foi surpreendente, pelo menos no que se prendeu à rua João Pessoa”.

No final do dia, em torno das 18 horas, o Comitê de Organização da Greve Geral de Campina Grande reuniu-se no Sindicato dos Bancários, a fim de realizar uma breve avaliação de todo o trabalho de paralisação e acertar os últimos detalhes do próximo dia. Para os sindicalistas, representantes de movimentos populares e demais entidades, o

primeiro dia de greve geral contra o Plano Verão em Campina Grande “foi coroado de êxito. Foi uma vitória”, destacando-se que os “trabalhadores foram às ruas”. A última deliberação dos grevistas presentes definiu que a partir das 6 horas do dia seguinte os piquetes estariam organizados no centro da cidade, mais especificamente na Praça da Bandeira, objetivando paralizar os transportes coletivos e “convocar um maior número de trabalhadores para seguir em passeata, que caminhará pelas principais ruas”.

Vale por último destacar em relação ao primeiro dia do ato a mensagem da ACCG. Em nota assinada pelo seu presidente, Maurício Clóvis de Almeida, a entidade classista externava que “preocupada com a total falta de segurança que atinge o setor comercial de nossa cidade, principalmente com o patrimônio privado, bem como com a integridade física dos empresários, trabalhadores e do povo em geral, recomenda a permanência do fechamento das empresas neste dia 15 de março” (Idem). Interessante como uma simples nota nos fornece elementos explicativos sobre o comportamento e a visão de mundo de um dos setores da classe dominante. Primeiro, obviamente, a preocupação principal é “com o patrimônio privado”. Em segundo lugar, “com integridade física dos empresários”. Só depois, ainda que de forma abstrata, com “os trabalhadores e do povo em geral”.

Já no que diz respeito ao segundo dia de greve geral na cidade, outro órgão da imprensa local destacou:

A continuidade do movimento paredista de 48 horas começou às primeiras horas de ontem e nesse segundo dia o “comando de greve” não enfrentou muita dificuldade para sustentar o sucesso da paralisação obtido no primeiro dia de protestos, quando conseguiram suspender as atividades do comércio, rede bancária e até parte do setor industrial de Campina Grande (*Diário da Borborema*, 16 mar. 1989)

Ainda segundo o *Diário da Borborema*, os líderes do movimento se esforçaram ao máximo para sustentar fechados os setores produtivos da cidade, tendo uma “grande vantagem” em relação ao dia anterior, a saber, “é que os transportes coletivos não funcionaram, o que significou dizer que a maioria dos estabelecimentos comerciais não teve a preocupação de abrir suas portas”. Exceções, mais uma vez, feitas ao Banco Bradesco, de iniciativa privada, e as lojas de supermercados Bompreço, “únicos setores que ainda tentaram desenvolver suas atividades durante o dia de ontem”. No entanto, prossegue o jornal:

[...] a pressão dos trabalhadores prevaleceu e estes estabelecimentos foram obrigados a encerrar as atividades, principalmente, para evitar maiores consequências, uma vez que os grevistas chegaram a ficar irritados em razão dos diretores dessas lojas terem demorado a liberar os funcionários que ainda davam expediente.

Além dos mais, em termos de mobilização, a greve chegou ao seu final registrando uma vitória significativa, de modo que “pelo menos três das maiores empresas do Distrito Industrial sucumbiram ante a força dos grevistas e cerraram suas portas”. Após intensa atuação dos piquetes na frente das fábricas, os paredistas, liderados pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Gilvan Pereira, convenceram as direções das empresas Metalurgia Silvana Ltda., a Metalouças e o grupo São Braz a findarem o dia de efetivo trabalho. Conforme destacava outra matéria desta mesma edição do *Diário*, apesar do número pequeno de empresas paradas em relação à quantidade de fábricas localizadas na área, “os dirigentes sindicais fizeram questão de chamar atenção para o ineditismo do fato. Em 12 anos de movimento na cidade, pela primeira vez uma greve conseguiu suspender as atividades produtivas, possibilitando aos trabalhadores demonstrarem o seu repúdio”.

A análise da classe empresarial campinense, evidentemente, era outra. Convidado a fazer um balanço da greve geral dos trabalhadores, o presidente do Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande (CDL), Carlos Noujaim Habib, declarou que o êxito do movimento “se deveu em parte ao recolhimento da frota de ônibus e em sua maioria à completa ausência, no primeiro dia, do policiamento ostensivo” (Idem). Ao que parece, segundo depreende-se de sua fala, uma atitude mais enérgica da polícia refrearia o ímpeto dos grevistas. Na sua avaliação, na manhã da terça-feira do dia 14, “uma considerável parcela dos trabalhadores do comércio compareceu aos locais de trabalho, sem, no entanto, poder cumprir o expediente em virtude dos piquetes armados em frente aos estabelecimentos comerciais”.

Em “telex” enviado ao governador Tarcísio Burity e ao Secretário da Segurança Pública, Geraldo Navarro, o presidente do CDL voltou a enfatizar que a maior parte dos comerciantes da cidade estavam dispostos a abrir seus estabelecimentos, “só não fazendo, por falta de garantias das Polícias Civil e Militar, no sentido de manter a integridade do patrimônio do empresário”. Por fim, acentuava o DB, que o dirigente reconhecia a defasagem salarial dos trabalhadores, mas, “ao mesmo tempo, é de opinião, que, agora, mais do que nunca o País precisa de Trabalho”.

Ainda mais duro é o artigo publicado na edição do dia seguinte do *Diário da Borborema*. Assinado por R. R. Cavalcante, sempre em letras garrafais, o articulista sugeria que “não pode haver esperança onde viceja a GREVE” ao garantir que o resultado de muitas delas “foi a revolta do povo contra Deus, Pátria e Família”, talvez fazendo

menção aos atos populares que precipitaram o golpe militar de 1964. Reproduzamos o início do inconformado texto:

Houve GREVE. Respiramos Greves. Vivemos GREVE. Quem não compactou teve de aderir por força das circunstâncias, pelo medo da violência e insanidade criminosa da multidão. Quais os resultados desses dias paralisados? Somente no dia 15 de novembro próximo saberemos. A GREVE é uma impostora insaciável, fruto de decisões gananciosas e inconsequentes na sua essência. Não pode haver esperança onde viceja a GREVE, mesmo que seu objetivo seja altruísta e pacífico, como paz de criança dormindo. Poucos, entretanto, entendem dessa maneira. A maioria deseja que o circo pegue fogo; não importando quantos possam ser atingidos pelos destroços. (Diário da Borborema, 18 mar. 1989)

O virulento autor insistia que “GREVE e TUMULTO foram e serão o epílogo malogrado de golpes maldosos, que levaram muitas pessoas à desilusão, à morte”. Ademais, reforçava, “o sucesso de uma GREVE, por mais glorioso que seja, não se compatibiliza com os anseios de um povo que aspira pela paz, pelo progresso e pelo desenvolvimento social”. Cavalcante também enumera o que considera “perdas” ocasionada pela deflagração dos dois dias greve geral e chega à conclusão que enquanto sociedade, diferente das “grandes nações”, não dispomos do que ele denomina, abstratamente, de “habilidade sócio política” para resolução de problemas de modo civilizado:

Perde-se muito em dignidade, em realizações importantes no campo mercadológico, da assistência social, dos interesses diplomáticos da nação, da educação do povo, da saúde e de quanta coisa possa manter a engrenagem nacional rodando sem parar. É bom salientar que toda GREVE é um insulto, pois, deixa-se de dirimir uma contenda pelo diálogo, pela persuasão, pelo pacifismo, pelo carisma, em troca de solavancos da GREVE que traz consigo uma bateria de insultos a pessoas, a organismos nacionais, às autoridades. Local para resolver contendas, é no foro legal. Chega-se à conclusão que não dispomos de habilidade sócio-política para resolver brigas civilizadamente, como o fazem as grandes nações, que não procuram os campos de batalhas, mas as mesas de negociação.

Para o articulista do Diário da Borborema, então, os problemas estruturais ligados à inflação, à carestia e o gradual achatamento dos salários dos trabalhadores deveriam ser resolvidas em uma mesa de negociação, dissipando-se os eventuais contrastes entre as partes em conflito através do “diálogo”, da “persuasão”, do “pacifismo” e do “carisma” ao invés dos “solavancos” do movimento paredistas. Infere-se das considerações do autor do artigo sua forte antipatia em relação aos atos dos dias 14 e 15 de março. Naturalmente, o leitor tem o direito de questionar: qual a posição oficial do órgão de imprensa que ofereceu espaço em seu corpo editorial para um texto tão contundente? Além disso, qual a relação que os petistas locais possuíam com os jornais burgueses? Como eles avaliavam essa relação?

A pergunta não é de tão simples resposta. Apesar de já termos apontado as relações que os proprietários dos veículos de informações locais mantinham com a classe política e empresarial da cidade, isto é, a classe dominante campinense, seus jornais também reservavam espaço editorial para intelectuais orgânicos ligados aos grupos subalternos, como foi o caso do sindicalista e petista campinense Wagner Batista, que teve coluna semanal no mesmo DB durante o começo dos anos 90, e o também professor militante Pedro Lúcio, assinante de diversos textos para o Jornal da Paraíba. Os próprios petistas que entrevistamos divergem quanto a isso. O professor Edgard Malagodi, por exemplo, afirmou o seguinte:

Havia uma relação muito boa com a imprensa, e eu sentia que os jornalistas gostavam de nós, e nós deles. Pelo menos, eu sentia uma atmosfera muito boa, ao entrar em uma redação de jornal, ou em um estúdio de rádio ou TV. Acho que eles sentiam que nós éramos honestos, ou melhor, sinceros, e que tentávamos fazer o melhor para convencer o eleitor; e eles talvez nos vissem como idealistas e despreparados para a “séria e pesada política”, para o jogo político tradicional e convencional, no que talvez tivessem toneladas de razão. A boa relação com a imprensa, e também com certos setores da política de Campina Grande, me motivava a continuar na política, e a ser candidato várias vezes, ainda que com pouca chance de me eleger.

Já o militante Zé Netto economizou mais palavras quando instado a avaliar a relação mídia impressa/falada e o PT local ao somente comentar: “Eu nunca vi maiores simpatias da imprensa para com o PT e também qualquer rechaço por parte dela. Jairo de Oliveira também parece ter tido a mesma sensação positiva de Malagodi: Durante os quase 10 anos que dirigi o PT/CG ganhamos espaço e visibilidade na “grande” mídia local e nos inserimos no rol da “grande” política de discussão com os demais grupos políticos de Campina”. Como podemos observar, alguns dos militantes petistas apenas aumentaram as dúvidas do pesquisador em relação à questão.

Embora leve-se em consideração essa aparente ambiguidade, um indício mais forte da posição oficial do periódico, pelo menos quanto à realização da greve geral, pode ser seguido na trilha do editorial daquela mesma edição. Pensamos que não por acaso localizado acima do artigo escrito por R. R. Cavalcante e com o sugestivo título “Quem ganhou?”. A fim de avaliar o conteúdo e a forma dos últimos dias de paralisação decretados pela CUT e CGT, apoiado pelos partidos de esquerda e os movimentos sociais, a questão central do editorial girava em torno da seguinte problemática: “Afinal, quem ganhou e quem perdeu a batalha da greve geral: ou governo ou as centrais sindicais?” O texto é claro ao apontar o maior “prejudicado”

Mas uma coisa é fácil de perceber. Foi o Brasil, com a sua sociedade angustiada e inquieta, com grande parte de sua população engrossando as filas dos

desempregados, com a produção industrial em declínio, com a classe política procurando equacionar os termos da campanha sucessória para escolher um governo que consiga pelo menos botar a casa em ordem, foi o Brasil o grande perdedor. (Idem)

O editorial atestava que “situações como essas causadas pelas lideranças trabalhistas só fazem atormentar o País ainda mais”, uma vez que a greve não teria “apresentado objetivos sólidos”, tampouco “defendido justas e inadiáveis reivindicações”, pois somente sob essas justificativas “os prejuízos seriam de lamentar, mas não teriam sido inúteis, nem razoavelmente criticáveis”. Entre os principais prejuízos, elencam-se:

Quase todos os portos ficaram paralisados; siderúrgicos, refinarias, milhares de fábricas, interromperam suas produções, escritórios, bancos, lojas, repartições tiveram de cerrar as portas. Foi uma fábula de recursos que se escoaram gratuitamente, quando em todo território nacional se sofre tremenda falta deles, roído que está o País pela pré-falência, com grande parte de sua população abatida pela fome e pelo desespero.

Parece que aos olhos dos redatores o movimento paredista é mais a causa do que o efeito daquele estado de coisas por eles mesmo alinhavadas. O texto, por fim, argumenta que a greve geral só tinha a intenção “de derrubar o Plano Verão, que congela provisoriamente preços e salários para combater a inflação, o mais grave problema econômico e social”. Logo, na visão dos editores do DB, conclui-se pela classe trabalhadora que “o fim do congelamento dos preços não é e nem deve ser um interesse lógico dos trabalhadores. Daí as denúncias de que o movimento teve objetivos meramente políticos”. Há, portanto, uma distorção do impacto que a nova medida econômica acarretava na vida dos assalariados, como discutido desde o último tópico, e insistia-se na separação do “mais grave problema econômico social” do país das decisões e escolhas políticas que o conformavam.

No próximo item, o longo e tortuoso processo que determinaria a venda da principal estatal campinense no fim do ano de 1999. O PT local se colocou contra a privatização em todo o momento, apesar de nos bastidores já ter alguma aproximação com o grupo político que era o mais interessado na venda da Companhia de Eletrização Estatal, como veremos no capítulo quatro deste texto. Antes, vamos ao processo de privatização da CELB.

3.3 - O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CELB (1998-1999)

Um outro momento, também, que eu me lembro que foi muito forte, na época já com Cássio Cunha Lima prefeito- foi a privatização da Celb. Ali, foi um momento em que a gente, assim, sindicatos, todos os movimentos sociais, partidos políticos, todo mundo se envolveu naquele momento contra a privatização da Celb. E teve ocupação da Câmara, teve polícia, repressão policial, teve plebiscito para ver se vendia a Celb ou não, mas foi um momento importante, eu acho, da luta dos trabalhadores e da população. (Depoimento dado por Socorro Ramalho ao autor no dia 23 de junho de 2021).

Assim que cogitada a possibilidade de privatização da Companhia Energética da Borborema (Celb), coube, ironicamente, a um parlamentar do Partido Liberal, o vereador e vice-presidente da Câmara de Vereadores, João Leite Filho, a solicitação para uma sessão especial a fim de discuti-la. Entre os convidados para a reunião ocorrida no auditório da Associação Comercial estavam, além do governador José Maranhão e o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, representantes da FIEP, sindicatos patronais e de trabalhadores, clubes de serviços e entidades de base.

O petista e secretário geral da CUT, na paraíba, Arimatéia França, antecipou sua presença na plenária e assegurou que iria “questionar todos os pontos referentes à privatização da Celb e apresentar propostas para que a mesma continue sendo um patrimônio do município” (*Jornal da Paraíba*, 11 mar. 1998). Um dos pontos defendidos pelo petista era a realização de um plebiscito junto à comunidade campinense, para que esta pudesse se posicionar a favor ou contra a venda da empresa. Outro questionamento se prendia à emenda apresentada pelo prefeito Cássio Cunha Lima pedindo a supressão do art. 268 da Lei Orgânica do Município, no qual determina-se que “a Celb S/A não poderá sair do controle municipal”.

Em um auditório tomado por sindicalistas, funcionários da empresa, políticos e cidadãos interessados no assunto, justamente quando Arimatéia apresentava suas razões contra a privatização da empresa, sucedeu uma queda de energia no recinto, que durou em torno de vinte minutos. O militante aproveitou o ensejo para distribuir, entre cada parlamentar presente à sessão, uma lamparina. Esta, além de iluminar o ambiente, serviu “como símbolo de luta da entidade (a CUT) em prol de sua continuidade como estatal”. (*Jornal da Paraíba*, 12 mar. 1998).

O grupo também oligárquico e opositor aos Cunha Lima na cidade também marcou presença na assembleia. O ex-deputado federal Vital do Rêgo, com um adesivo da Celb no peito e uma lamparina na mão, “bateu na tribuna da Casa e gritou a plenos pulmões: A Celb é nossa”. O patriarca da família Rêgo fez questão de ressaltar que não

estava falando como político, mas como cidadão comum, acentuando que “Campina Grande não aceita que globalização signifique tomar (de nós) uma empresa como a Celb, pois isso seria querer transformar o quadrado em redondo”.

Em sentido contrário, ao fazer uso da palavra, o presidente da companhia de energia, Franklin Araújo, apelou para a tese da inevitabilidade da venda, argumentando que o sistema energético seria um todo e a Celb apenas deste, taxativamente, propugnou que “independentemente da posição a ser adotada em Campina Grande, brevemente estaremos diante de um sistema totalmente privatizado” (Idem). Para sustentar sua ideia, o presidente ainda utilizou a recente onda de desestatização do setor elétrico na Bahia, em Sergipe e no Rio Grande do Norte.

A pressão petista, no entanto, não arrefeceu. Outra trincheira de luta política e ideológica utilizada eram as próprias páginas do mais importante jornal local. Edgard Malagodi, em provocante artigo, avaliava a exposição do prefeito na Câmara Municipal, quando da abertura do ano legislativo. O assunto principal: privatização da Celb. Malagodi, ao entender como “desconcertante” a fala do chefe do executivo municipal, afirmava esperar da parte de Cássio um gesto de prudência face à onda privatizante, “leia-se, a alienação e a perda do patrimônio de empresas estatais no país”. (*Jornal da Paraíba*, 13 mar. 1998).

O petista esclarecia que aquilo que acontecia na Paraíba (lembramos que o governador também negociava a venda da Saelpa) e em Campina Grande não passava de um alinhamento no plano estadual à política neoliberal e entreguista de FHC, o que ia de encontro à tese defendida mais à frente pelo setor hegemônico petista de que Cássio Cunha Lima e seu grupo representara o centro da política paraibana, portanto, passível de disputa.

O então presidente do Diretório municipal (1997-1999), que depois passaria a ser controlado pela Articulação entre os anos de 1999 e 2005 sob a presidência de Raimundo Cajá e Socorro Ramalho, interrogava-nos se “diante desta derrota, estará tudo perdido, como anda apregoando certa imprensa oficiosa?” Em ato contínuo responde, “acredito que não, mesmo porque a tese da privatização cresceu diante do quadro de muitas empresas deficitárias e mal administradas em nível nacional. Mas este não é, nem nunca foi, a situação da Celb. Eis porque ousou pensar que a batalha final ainda não foi travada”. Ao constatar que o prefeito revelara, entre outras coisas, que Brasília havia desenvolvido todo um cronograma com os passos para efetuar o programa de desestatização do setor

energético do país. Para tanto, estudos preliminares, consultorias e avaliações foram levadas a efeito.

Entretanto, argumentava Malagodi, em Campina Grande, isso não foi feito, uma vez que o prefeito acabava de cortar todas essas etapas e enviava para Câmara uma peça acabada, um projeto de lei, para vender o controle acionário que a prefeitura tinha sobre a empresa. Isso porque a cidade contava com Universidades com cursos de Engenharia Elétrica, de Administração e Ciências Econômicas e Sociais, plenamente capazes de realizarem simulações e previsões sobre a situação futura da produção, distribuição e comercialização de energia elétrica. A despeito disso, insistia o prefeito que “decidir pela privatização da Celb não é, em absoluto, uma opção política; infelizmente é um imperativo técnico”. Malagodi contesta tal afirmação a partir do seguinte ponto de vista:

Isso é muito estranho. Como pode uma decisão, inspirada na política de Brasília, e tomada em conjunto com alguns membros do secretariado local ter um caráter apenas técnico? Como poderia essa gente, que não faz outra coisa que se preocupar com o futuro político do Grupo Cunha Lima, ao qual estão todos dependurados, agir em base a um “imperativo técnico”?

Ainda mais interessante é quando o petista busca definir o eixo argumentativo central adotado pelo peemedebista no poder. Além de fazer longa exposição sobre a política nacional de privatização do setor energético- razão pela qual não seria possível manter a Celb por muito tempo como uma empresa pública municipal, sobretudo, diante da concorrência desleal possivelmente imposta pela iniciativa privada (logo, seria melhor vendê-la agora do que depois a preço vil)- Cássio Cunha Lima falou da situação do mundo, “citou autores (Marx mereceu destaque), a derrocada do socialismo e a globalização, e voltou a Campina, não a Campina “grande” das poesias serranas, mas a uma Campina “muito pequena”, um grão de areia na imensidão do oceano”.

Para o militante, seguindo os argumentos elencados pelo chefe do executivo municipal, se a alienação da empresa significaria exposição ao monopólio, ao domínio externo e ao descontrole de energia elétrica, não dever-se-ia estar discutindo sua venda, mas, sim, estratégias para preservação. No final do artigo, ele busca interagir com o público alvo do periódico, chegando à conclusão que “se queremos evitar que a febre da privatização contamine Campina Grande, e destrua o esforço de muitas gerações, é do lado do movimento sindical e das oposições que deveremos estar” ao exigir argumentos mais claros e uma discussão aberta da questão. A ideia era envolver a população campinense sobre a discussão do futuro da estatal através de um plesbicito popular.

Apesar do clima de forte tensão ocasionado pela votação, na sessão do dia 18 de março, aprovou-se por 13 votos ⁷³⁷ o projeto encaminhado à Casa pelo Executivo, que determinava a exclusão do artigo 268 da Lei Orgânica do Município. Estava dado, assim, o primeiro passo em direção à desestatização da empresa, defendida pelo prefeito Cássio. O vereador Romero Rodrigues primeiro apresentou requerimento solicitando que o projeto fosse votado em caráter de urgência, o que já acirrou os ânimos entre os edis.

Com adesivo no peito e entoando palavra de ordem “plebiscito já”, Cozete usou a tribuna da câmara para criticar o governo Cássio Cunha Lima e denunciar que “vender a Celb é atender aos interesses do poder econômico que hoje domina e financia campanhas políticas do PMDB na cidade” (*Jornal da Paraíba*, 19 mar. 1998). Segundo a vereadora petista, “o maior interessado na compra da companhia é o grupo Embratex” (filial em Campina Grande da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e que tem até hoje por objetivo social a produção e comercialização de fios e tecidos em geral, a importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais).

Quase ao mesmo tempo, dessa vez estava com a palavra o vereador Peron Japiassu (PFL), Antonio Ricardo Marques, funcionário da justiça eleitoral, adentrou ao plenário empunhando um relatório que discorria sobre a necessidade da realização de um plebiscito junto à população campinense, uma vez que a solicitação feita pelo vereador Veneziano Vital conseguira recolher aproximadamente 20 mil assinaturas, percentual que ultrapassava o necessário para a consultar popular, que é de 5% do eleitorado. O documento foi entregue ao presidente da Casa, Rômulo Gouveia, que não escondeu seu descontentamento ao recebê-lo. Acompanhemos:

Sob os gritos de “plebiscito já”- da oposição e de sindicalistas- e em meio a uma baderna generalizada- o presidente Rômulo Gouveia foi obrigado a suspender a sessão para poder receber o documento. Mesmo assim ele o recebeu sob protesto, questionando o “intuito” da entrega naquela hora e em plena sessão, e disse que iria comunicar sua insatisfação ao diretor do Fórum Eleitoral de Campina Grande. (Idem)

Retornada a sessão, o presidente resolveu não atender aos pedidos da oposição para suspender os trabalhos programados, a fim de pedir orientação sobre a realização do

³⁷ Entes os vereadores presentes na votação, foram favoráveis a supressão do artigo: Pimentel Filho (PMDB), Cícero Nascimento (PTB), Evilásio Junqueira (PMDB), Paulo Muniz (PMDB), Gealanza Guimarães (PMDB), Edevaldo Batista (PRP), Ivan Batista (PRP), João de Deus (PRP), João Leite Filho (PL), Manoel Ludgério (PMDB), Maria Barbosa (PMDB), Romero Rodrigues (PSDB) e Rômulo Gouveia (PMDB). Contra: Alberto Agra (PV), Jairo Sales (PPB), Cozete Barbosa (PT), Guilherme Almeida (PPB), Orlandino Farias (PSB), Peron Japiassu (PFL) e Veneziano Vital (PDT). José Cláudio (PRP) faltou à sessão.

plebiscito, evitando, desse modo, a votação. Ao que Rômulo, duramente, respondeu propugnando que “o Legislativo é independente e que a sessão continua para votação da matéria; e quem se sentir prejudicado recorra à Justiça”. Diante da possibilidade real do plebiscito, entidades da classe patronal e a prefeitura se lançaram na batalha de ideias. A ACCG, na coluna “Informe Empresarial”, buscou logo transmitir um tom pretensamente neutro ao tratar da temática, alertando para o fato de que “os debates em torno da privatização da CELB devem ser realizados também fora das emoções político-partidárias” (*Jornal da Paraíba*, 22 mar. 1998). Além disso, já fazia um chamamento aos demais setores da classe dominante campinense, obviamente “comprometidas com o futuro da cidade”, conforme evidencia-se abaixo:

A Associação Comercial de Campina Grande, entidade independente e dentro dos princípios que norteiam a sua existência, pretende participar ativamente desse processo, e antecipadamente já convida instituições comprometidas com o futuro da cidade, a exemplo da FIEP, CDL, Sindicatos do Comércio e da Indústria, Sociedade Rural, Conselho de Consumidores de Energia Elétrica da Celb para um debate mais amplo em torno do tema.

Para terça próxima, dia 24, marcou-se uma reunião do Conselho Diretor com o objetivo de definir a posição e o programa de debates da entidade frente à questão de interesse. Curiosamente, na mesma edição, a prefeitura publicava uma nota na qual tentava informar a população a respeito dos últimos acontecimentos. O documento intitulado “A privatização da Celb” é importante porque reúne as principais razões que determinariam a venda da empresa na ótica do grupo oligárquico local. Ao primeiro apontar que a Câmara Municipal estava examinando a proposta de privatização da Celb, o prefeito Cunha Lima fez crer que relutou, “enquanto pôde e as circunstâncias permitiram”, para propor essa medida.

Mesmo entendendo que “a Celb dá lucro, atende bem aos consumidores, é uma empresa modelo para todo país”, argumentava-se que no Nordeste todas as empresas do setor já foram ou estão em processo de desestatização, inclusive a Chesf. Assim, “a privatização tornou-se irreversível no país, no setor elétrico, na telefonia, talvez até no petróleo”. A conclusão óbvia que chega à nota é que “se o jeito é privatizar, é preciso privatizar logo, enquanto a Celb não perde mercado para a concorrência privada”, pois “isso diminuiria seu preço”. Entendia-se, também, que era necessário tranquilizar os campinenses quanto à manutenção da qualidade dos serviços e a capacidade de novos investimentos que a prefeitura adquiriria a partir da venda da estatal. Percebamos:

Mesmo privatizada, tenha certeza, a Celb continuará prestando bons serviços a você. Vamos vender a Celb para investir em obras e criar empregos para os campinenses. Obras de infraestrutura, de esgoto, saneamento e calçamento de

ruas. Obras que criarão milhares de empregos. E um dinheiro para preparar Campina para receber novas fábricas, abrir avenidas, preparar, enfim, a estrutura urbana da cidade para mais desenvolvimento. De que vale a Prefeitura ser dona da Celb se os campinenses não têm emprego. De que adianta ter a Celb se os campinenses não têm casa para morar. Campina vai vender a Celb para ter mais obras, melhor educação, mais saúde e emprego. (Idem)

Logo acima do slogan da prefeitura municipal “Você faz Campina grande”, a nota finaliza-se ressaltando que “a Celb mudará de dono, mas não de marca; será sempre marca de progresso e energia”. Cabe-nos provocar a reflexão. Dentro das justificativas para vendas da Celb estavam a criação de empregos para os campinenses que não os possuíam, bem como a construção de casas para a população que não tinha local para morar. À primeira vista, nada mais justo e convincente. No entanto, vale a pena questionar o seguinte: será que o grupo Cunha Lima, o mesmo que já estava à frente da prefeitura municipal desde pelo menos 1982 (com uma passagem pelo governo do Estado na figura do patriarca Ronaldo), não tinha nada a ver com aquela situação de desemprego e o alto índice de campinenses sem teto? Seria a venda da Celb a única solução capaz de resolver um problema que se arrastava há quase duas décadas?

O sindicalista docente Josevaldo Cunha, um dos mais tenazes petistas contrários à aliança do ano 2000, por exemplo, defende que por si só a privatização da Celb já expunha a fragilidade da estratégia que seria encampada logo mais pelo setor majoritário do partido. Como não queremos adiantar o que será discutido nos próximos capítulos, vale destacar somente que o militante não acreditava que uma associação aos Cunha Lima permitiria “trazer cenários de melhoria na vida socioeconômica do estado e do município”. Na visão do militante, o maior exemplo do modo Cunha Lima de governar era justamente o processo que privatizou a estatal. Vejamos:

Em Campina Grande tem o grande exemplo. Privatizaram o principal patrimônio, que era a Celb, para fazer calçamento de rua e para campanhas eleitorais do grupo. Os cem milhões da Celb se esfaleou. Diga uma coisa feita em Campina Grande com a venda da Celb? Nem eles mostraram nem a gente encontra, não é verdade?

O fato é que a luta de classes se acentuava. ACCG e prefeitura articulavam esforços para oferecerem respostas ao movimento popular que mais uma vez eclodia na cidade. Tanto é que sindicatos, movimentos organizados e partidos políticos de oposição foram às ruas de Campina Grande, na tarde do dia 27 de março, alertando os cidadãos sobre os perigos representados pela privatização da empresa fornecedora de energia elétrica. Com concentração inicial na frente da Câmara dos Vereadores, os manifestantes exibiram suas faixas e cartazes chamando a atenção para as seguintes palavras de ordem:

“ Diga não à Privatização”, “A Celb também é minha”, “Quem ama Campina não tira a sua luz, “A Celb não tem preço”, não deixe a luz se apagar”, entre tantas outras. Segundo matéria da mídia impressa local, “bandeirolas, carros de som, fogos e uma bandinha de música se encarregaram de puxar o grande arrastão pelas ruas centrais da cidade, onde o tráfego de veículos ficou parado por mais de uma hora” (*Jornal da Paraíba*, 28 mar. 1998).

Já diante do calçadão, na Rua Cardoso Vieira, sindicalistas e políticos de oposição centravam seus discursos nos prejuízos inerentes à alienação da companhia, tais como a elevação da tarifa de energia e a queda da qualidade dos serviços prestados. O Partido dos Trabalhadores Campinense se juntou ao ato e confeccionou 10 mil panfletos expondo as fotos dos 14 vereadores favoráveis à privatização, além daqueles contrários ao processo. Outros tantos panfletos foram produzidos pelo Sindicato dos Urbanitários, bastante participativo na organização do movimento popular. No entendimento dos seus dirigentes, sobretudo o seu presidente Antonio Cavalcanti, “a Celb não é deficitária, e que a venda da empresa trará grandes preocupações para a sociedade campinense, levando em conta, principalmente, o povo não saber para onde será destinado o dinheiro” (Idem).

A luta na Casa Félix Araújo também se intensificava. A vereadora Cozete distribuiu junto à imprensa a fotocópia da Emenda Aditiva ES24070-6, do livro de propaganda “Caminhos de Futuro”, publicado em 1988, contendo os discursos, aparições na mídia e propostas de lei do prefeito Cássio Cunha Lima, quando era deputado federal. Segundo a petista, a emenda, que acrescentou no artigo 1º do Substitutivo do Projeto de Constituição a determinação segundo a qual “a soberania nacional pertence ao povo que a exerce através de seus representantes e por meio de referendun ou plebiscito”, evidenciaria “a contradição entre o discurso de Cássio, hoje quando defende a privatização da CELB, de forma imperiosa, sem que seja ouvida a opinião da sociedade campinense sobre o assunto através de um plesbicito” (*Jornal da Paraíba*, 27 mar. 1998). Cozete insistiu que na justificativa apresentada, Cássio demonstrava preocupação quanto à necessidade de aumentar a representatividade popular no parlamento, recortando passagens integrais do documento:

O Congresso Nacional, com seus membros, não pode continuar como procurador absoluto da sociedade, onde tudo pode fazer, sem qualquer consulta aos representados. Numa democracia, quanto maior o vínculo entre eleitor e eleito, maior a representatividade. Através do referendun, o povo adquire o direito de se manifestar, votando por um texto elaborado pelo Parlamento, que poderá ser decisivo no destino da nação. Com o plebiscito, a população poderá de forma ampla e democrática expressar sua opinião sobre temas polêmicos e controvertidos, que estão em discussão nas Casas do Congresso Nacional.

A vereadora afirmou que o discurso do prefeito não correspondia com suas atitudes recentes, “quando agora ele tenta impedir o plebiscito, a consumação da democracia através da opinião popular, apoiando a realização do exame grafológico dos milhares de assinaturas para inviabilizar o plebiscito”, além de determinar, prossegue acusando a petista, “que os vereadores da situação aprovem projetos que visem atender interesses políticos pessoais, como no caso da privatização da CELB, atropelando os interesses da coletividade”. No fim da matéria, conclui a edil:

Essa é uma postura autoritária que não condiz em nenhum momento com o discurso de democracia, de defesa do plebiscito, feito pelo prefeito na Câmara de Deputados, em Brasília. Aliás, as atitudes adotadas pela sua bancada de sustentação na Câmara têm sido uma demonstração permanente dessa contradição, pois obedecendo cegamente às ordens de Cássio, os situacionistas vêm atropelando sem constrangimentos os interesses da população. (Idem)

Aqui, o espanto da vereadora petista seria dirimido se esta levasse em consideração a noção marxiana segundo a qual é necessário, tanto na vida privada quanto nas lutas históricas, diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, bem como diferenciar as fraseologias e ilusões nutridas pelos representantes do grupo de poder dominante do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses (MARX, 2011, p. 61). O importante mesmo para o prefeito e a classe dominante campinense (CDL, AACG, FIEP, sociedade rural da Paraíba) naquela conjuntura de fins dos anos 1990 era que o processo de privatização prosseguisse no legislativo local.

Apesar de duas liminares impetradas em Campina Grande- “uma pelo vereador Veneziano Vital do Rêgo (PDT), juntamente com o ex-deputado federal Vital do Rêgo (PDT), e outras pelas Curadorias do Patrimônio Público, do Consumidor e dos Direitos do Cidadão” (*Jornal da Paraíba*, 7 abril 1998), que impediam até aquele momento a votação, pela segunda vez, da emenda de autoria do Executivo que determinava a suspensão do já citado artigo 268 da Lei Orgânica do município - a Câmara Municipal recorreu da decisão judicial e conseguiu suspender as duas liminares, proporcionando, dessa forma, a possibilidade de votação. Com o artigo suprimido, a desestatização da companhia ficaria, em tese, autorizada. Ao prefeito, cabia ora em diante conduzir as negociações em torno do assunto. E foi justamente nesse ponto que ele foi obrigado a dar um recuo estratégico.

Ao invés de ser votado, o projeto de lei teria que ser, momentaneamente, retirado de tramitação ou modificado. A decisão adveio logo após reunião do prefeito com sua

bancada de sustentação na Câmara. Nela, Cássio fora informado da mudança de posição de quatro vereadores- Antônio Pimentel Filho (PMDB), Cícero Nascimento (PTB), João de Deus e Ivan Batista (PRP)³⁸, que antes o acompanhavam em suas “sugestões”, mas agora eram contrários à privatização.

Assim sendo, o número de votos do governo municipal, os mesmos que na primeira votação garantiram a aprovação do mecanismo legal que viabilizava a alienação da estatal junto à iniciativa privada, não seria mais suficiente para aprovar a matéria. A empresa continuaria, portanto, pertencendo ao município, pelo menos até que o Executivo obtivesse novamente maioria no Legislativo. Outra linha de atuação, segundo especulava a mídia impressa, seria “enviar para a Câmara uma mensagem pedindo autorização para abertura de capital da empresa, o que é muito mais simples e não retira da prefeitura o controle acionário da empresa, uma vez que ficaria com 51% do seu capital” (*Jornal da Paraíba*, 28 mai. 1998).

Entre os setores contrários à privatização, por outro lado, a nova estratégia adotada era agilizar, o mais breve possível, a segunda rodada de votação do projeto e ao mesmo tempo conseguir a realização do plebiscito, para que a população pudesse se pronunciar sobre o assunto. Em reunião promovida no auditório da ACCG pelo Sindicato dos Urbanitários da Paraíba, por exemplo, o petista Arimatéia França garantiu a imprensa local que “a ideia é apressar o quanto antes o processo de votação da matéria no Legislativo, pois agora já temos maioria e vamos derrotar o projeto, acabando de uma vez por todas com esse impasse.

O Executivo agiu primeiro. Unilateralmente, a Mesa Diretora da Câmara Municipal, ciente da derrota, alterou a pauta do dia 29 de maio e propôs a modificação do projeto de lei a ser apreciado pelos edis. A oposição reagiu e ao seu lado, além do regimento interno da Casa³⁹, contavam com os sindicalistas da CUT, os parlamentares contrários à propositura da Mesa Diretora, os trabalhadores da Celb e os mototaxistas, que se juntaram à manifestação em decorrência da recente regulamentação imposta pelo

³⁸ Sob a liderança do deputado estadual Robson Dutra (PMDB), os vereadores passaram a receber da imprensa a denominação de bancada “El Ninõ”. Uma das razões que pode ter influenciado a mudança de postura de parte dos parlamentares guarda relação com o rompimento político de Cássio ante o governo Maranhão.

³⁹ Conforme argumentavam os vereadores Veneziano Vital do Rêgo (PDT), Cozete Barbosa (PT), Bruno Gaudêncio e Peron Japiassu (ambos do PFL), o Regimento interno da Casa em seu artigo 137, parágrafo 1º, determinava que a retirada de uma matéria de pauta só pode acontecer antes do início de sua votação, o que não era o caso no tocante à privatização, pois o projeto já estava em tramitação, uma vez que havia sido aprovado em primeiro turno (*Jornal da Paraíba*, 29 mai. 1998)

Executivo. O Presidente Rômulo Gouveia, intransigentemente, ousou por duas vezes conduzir os trabalhos até os oposicionistas, determinados em suspender a sessão, tomarem uma atitude mais contundente ocupando a tribuna. A sessão da manhã foi prorrogada para 15 horas daquele mesmo dia, mas diante da permanência dos trabalhadores nas dependências da Câmara, inclusive utilizando seu espaço para realizar suas refeições, foi remarcada para segunda-feira seguinte.

Ainda sobre o agitado dia na Câmara Municipal, uma matéria é bastante elucidativa quanto à relação que o periódico presidido pelo industrial e político ligado ao grupo Cunha Lima, José Carlos da Silva Júnior, mantinha com a oposição (no geral) e com o PT local (em específico). Escrita pelo autointitulado repórter político, Apolinário Pimentel, um tópico sob o codinome “invasão dirigida” prende a atenção. O articulista inicia seu texto indicando que com o afastamento temporário dos vereadores situacionistas da tribuna, “a oposição tomou conta de tudo e resolveu ditar as ordens” (*Jornal da Paraíba*, 29 mai. 1998). Ao associar o “lado sindicalista” da vereadora Cozete Barbosa a um temperamento animalesco, o qual, em função da circunstância, encontrava a situação adequada para se fazer “liberto”, o repórter relata que a parlamentar petista “convocou os celbianos e os mototaxistas a invadirem o plenário”.

Ele conduz seu leitor a pensar que só foi a partir da “invasão” que a segurança da Casa interveio e “alguns atritos físicos foram registrados”. Além dos assessores, alguns vereadores, a exemplo de Peron Japiassu e Bruno Gaudêncio, e sindicalistas, como o secretário geral da CUT no Estado, Arimatéia França, “participaram da briga”, com direito a muito “empurra-empurra e gritaria geral”. O prefeito ao tomar superficial conhecimento do que tinha acontecido, emitiu através de sua assessoria uma nota com o seguinte conteúdo:

Repudio a baderna registrada na Câmara Municipal de Campina Grande, na manhã desta quinta-feira, patrocinada por vereadores da oposição. Não é possível que uma minoria, truculenta e desesperada, com atitudes de violência, agressão e intimidações para fazer valer sua vontade à base da força. A baderna praticada é um desrespeito à democracia e ao debate político; não é aceitável que o Poder Legislativo seja impedido de funcionar pela força. (Idem)

O episódio da venda da Celb, bem como a imposição quanto à regulamentação do serviço de transporte via motocicletas são representativos da forma pela qual o prefeito e seu grupo agiam em desfavor da classe trabalhadora campinense. Dali um ano, parte dos militantes petistas, que naquela ocasião foram acusados de “baderneiros”, “minorias truculentas”, “desesperadas”, “violentas” e antidemocráticas, defenderão junto às bases que

esse mesmo prefeito compunha o que se denominaria nas resoluções petistas de “centro da política paraibana”.

Mais uma vez, o PT campinense distribuiu nota com a imprensa, na qual protestava contra a atitude da Mesa Diretora da Câmara Municipal em relação à votação do Projeto de Lei que autorizaria o Poder Executivo a privatizar a Celb. A legenda repudiava a intenção do presidente da Casa Félix Araújo, que agindo à revelia do regimento interno, “quis impor uma votação de um novo Projeto de Lei, retirando da pauta a votação da emenda ao artigo 268, da Lei Orgânica do Município” (*Jornal da Paraíba*, 30 mai. 1998).

Na visão do Diretório do PT campinense, fazia-se compreensível a manobra utilizada por Rômulo Gouveia, “uma vez que perdeu a maioria de 2/3 na Câmara, não tem mais o poder para modificar a LOM, sem negociar com os vereadores da oposição”. Deste modo, prossegue a nota, “a tática do prefeito era retirar tal projeto de pauta, substituindo-o por outro que exige apenas maioria simples: o Projeto de Lei autorizando a Prefeitura a abrir o capital da CELB, ou seja, vender 49% das ações”. Os petistas buscavam demonstrar que Cássio contradizia seus próprios argumentos, pois mesmo afirmando que a Celb era viável, objetivava vender 49% do seu patrimônio, alegando que, com o dinheiro, poderia construir um gasoduto e uma usina termoelétrica. Nesse ponto, os redatores da nota subiram o tom:

Onde estão os estudos para isso? Por que esta mudança tão drástica e tão repentina? Enquanto isso todo mundo está perguntando, o que estaria por trás desta mudança: uma descoberta de última hora ou a necessidade de fazer caixa para a convenção do PMDB que se avizinha⁴⁰? Sejam quais forem os motivos, o PT repudia a intervenção do Poder Executivo, reunindo com os vereadores da situação a portas fechadas e ditando o posicionamento de cada vereador.

Ao final, advertia-se, “O PT exige do presidente da Câmara respeito com o direito dos vereadores de recorrerem a todos os procedimentos regimentais para impedir que medidas de forças, vindas de fora do Poder Legislativo, impeça o livre posicionamento dos vereadores”. O presidente da Executiva Municipal do PMDB reagiu à nota petista ao afirmar que o desrespeito ao regimento interno partiu da oposição, “que confunde democracia com bagunça”. Desrespeito este, continua José Marques Filho, decorrente do instante em que “a oposição tentou fazer prevalecer a força sobre a razão e a discussão

⁴⁰ Uma convenção estadual decisiva para o futuro do PMDB paraibano, pois antecedida pelo explosivo racha entre Ronaldistas e Maranhistas, o qual teve como seu corolário o famoso incidente do clube Campestre, como, oportunamente, esclareceremos mais à frente.

no campo das ideias. Para ele, os setores contrários à alienação da estatal “têm se mostrado truculentos e tentam implantar a ditadura da minoria” (Idem)

O peemedebista também contestou as acusações perpetradas pelo PT campinense, quando este afirmara que o prefeito necessitava fazer caixa para a convenção do PMDB ao colocar que “esse partido ou desconhece o processo ou tenta camuflar o flagrante desrespeito patrocinado por sua parlamentar ao Poder Legislativo”. Sob o fraco argumento de que o processo de privatização da CELB, após a autorização do Legislativo, demandaria pelo menos um ano para se efetivar, o presidente do PMDB local manifestou a solidariedade do partido ao presidente do Legislativo, vereador Rômulo Gouveia, que supostamente teria sido “barbaramente agredido verbalmente e quase atingido fisicamente pela truculência da oposição”

A sessão ordinária marcada para terça do dia 2 de julho prometia. Desta vez, a situação desejava (e assim o fez) realizar a discussão a portas fechadas, só permitindo a entrada dos vereadores e jornalistas, escamoteando, assim, a participação de sindicalistas, integrantes dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. No entanto, um acordo, segundo a imprensa, selado entre o Sindicato dos Urbanitários, os vereadores que davam sustentação ao prefeito e a direção da Celb, arquivou mais uma vez a matéria que rezava sobre a privatização, assim como do projeto de lei que garantia a abertura do capital da empresa para o setor privado. Como podemos acompanhar, além da difícil negociação em torno da temática e, sobretudo, em razão da pressão dos setores progressistas da cidade, a questão se arrastava.

O caro leitor supõe, contudo, que a bancada governista na Câmara Municipal não desistiria de seu desígnio. Neste sentido, uma outra sessão de rotina da Casa Félix Araújo presenciou mais um episódio atravessado pela luta de classe em torno da venda da Celb. De acordo com uma nova matéria que versava sobre o evento citado:

O que parecia mais uma sessão ordinária normal se transformou, de repente, numa grande confusão no plenário da Câmara Municipal de Campina Grande, e quase acabou em quebra-quebra. Tudo por conta do surgimento, na Mesa Diretora, de um requerimento da bancada que dá sustentação ao governo municipal autorizando a abertura de capital (venda de parte das ações) da Companhia Energética da Borborema. (*Jornal da Paraíba*, 24 de julho de 1998)

O mais enigmático é que segundo o próprio secretário geral da Casa, o vereador Ivan Batista (PRP), o documento “foi colocado às escondidas entre outras matérias e sem comunicação prévia” (Idem). O parlamentar, ao tomar conhecimento de sua “inusitada” presença, comunicou aos demais edis e antevê-se a revolta gerada no setor oposicionista.

Mais uma vez, o presidente Rômulo Gouveia buscou justificar o acontecido, “afirmando que o requerimento já estava na Mesa e que ele poderia, como era em caráter de urgência especial, ser apresentado a qualquer momento”, o que fez a discussão só aumentar.

Em pouco tempo, os vereadores e seus assessores conseguiram mobilizar sindicalistas, políticos de esquerda, representantes de movimentos sociais, professores e funcionários da Celb, com destaque para o deputado Luiz Couto, presidente à época do PT no Estado, e o presidente da CUT na Paraíba, Hamurabi Duarte. Os militantes passaram a puxar palavras de ordem ao protestarem contra a votação da matéria, levando o secretário Ivan Batista, “em nome da decência e da própria Casa”, a abandonar a Mesa Diretora.

Rômulo Gouveia instruiu o vereador Romero Rodrigues (PSDB), na posição de presidente da Comissão de Justiça e aliado-mor dos Cunha Lima, a dar seu parecer sobre o requerimento. À medida que “os vereadores defendiam suas ideias literalmente aos gritos”, a tensão crescia e a trama atingiu seu clímax quando o vereador João de Deus “gesticulando muito e dizendo isso é uma vergonha, convocou todos os manifestantes a invadir o plenário e quebrarem tudo se fosse preciso, para impedir a votação”. Além da narração caricatural dos eventos, escolhendo sempre transmitir a ideia de que os militantes estavam dispostos a promoverem quebra-quebra, usar a violência despropositada, o jornal comunicou, assim, o resultado da ação popular:

Diante da baderna geral na Casa e da iminente situação de atrito corporal entre todos os presentes, o presidente da Câmara achou por bem encerrar a sessão, para alegria de todos os presentes que são contra a privatização da CELB. Os manifestantes ainda permaneceram de plantão no plenário da Casa, comemorando a vitória e protestando contra o que chamaram de ato de autoritarismo.

Sempre hábil diante de situações limites, o representante da oligarquia rival aos Cunha Lima na cidade, o vereador Veneziano Vital do Rêgo (PDT) usou a tribuna da Câmara para sugerir que “a atitude do presidente Rômulo Gouveia em querer colocar em votação o requerimento, se justificava pelo fato da venda da companhia valer exatamente a sua eleição para deputado estadual”. Em troca da aprovação da matéria, seguindo a linha de raciocínio do parlamentar, Gouveia teria o apoio do grupo Ronaldista para se eleger no próximo escrutínio. A venda da estatal se cercava, desta forma, de diferentes interesses, desde àqueles contrários até aos favoráveis a ela.

Não há mais tempo. Vamos à cartada final. Para terça do dia 28 de junho de 1998 foi marcada a votação do projeto que autorizaria a abertura do capital social da Celb. No dia anterior à sessão, o prefeito Cássio Cunha Lima revelou à imprensa que, “apesar de

preocupado com os dois episódios recentes”, aguardava, confiante, a aprovação da matéria. Na sua opinião, dever-se-ia requisitar policiais para evitar que “novo tumulto” se forme no plenário do Legislativo. O chefe do Executivo Municipal acreditava que um bom esquema de segurança seria uma “solução clássica” para aplacar os “ânimos mais exaltados”, uma vez que, ressaltava, “é uma medida que se adota inclusive na Câmara Federal, quando um assunto polêmico e de grande interesse público está em discussão” (*Jornal da Paraíba*, 28 jul. 1998). Começamos a analisar o caso, então, pelo que se passou pelo lado de fora da Câmara Municipal:

Apesar do número de manifestantes em frente ao prédio da Câmara não ser considerado grande, o barulho e o tumulto causados por eles foi intenso. Carros de som, gritos, cartazes, faixas e bandeiras foram as armas usadas para enfrentar os escudos e cassetetes da tropa de choque da Polícia Militar, que formava um cordão de isolamento na frente do prédio, impedindo a entrada de todos. (*Jornal da Paraíba*, 29 jul. 1998)

Com o prédio cercado pela Polícia Militar, alguns sindicalistas, prostrados em frente ao portão da Casa que deveria ser do povo, mergulhados numa situação em que “gritos, cartazes, faixas e bandeira” pareciam estar à altura de “cassetetes da tropa de choque”, entraram em confronto físico com integrantes do forte esquema de segurança montado. Foi o caso, por exemplo, do petista e secretário geral da CUT no Estado, Arimatéia França, que “acabou sendo jogado no chão por um PM, saindo com o braço machucado”. A truculência das forças de repressão era tão descabida que levou até o brigadeiro Ivan Frota, candidato a presidente do PMN, de passagem em Campina Grande, a sentenciar a seguinte frase ao avistar o que acontecia nos arredores da Câmara: “Não sou contra a abertura de capital, mas sou contra a forma violenta como ela está sendo feita nesta cidade”.

O prefeito, por outro lado, afirmou que a Polícia Militar agiu “com neutralidade e firmeza”, no impedimento à “invasão” de manifestantes à Câmara. Ademais, prosseguia argumentando o peemedebista, “apesar da tentativa de intimidação à PM, por parlamentares ligados ao Governo do Estado, os militares se mantiveram irreduzíveis na defesa do patrimônio público e da integridade dos vereadores situacionistas.

No interior da Câmara, oposição e situação também entravam em rota de colisão. A primeira acusava a presidência de autoritarismo ao defender a abertura dos portões para a entrada de todos os manifestantes. A segunda entendia que o forte esquema de segurança implementado garantia “a defesa do patrimônio público e a integridade física dos parlamentares”. Às 9:30 horas deu-se início a sessão, que contava somente com a presença dos 21 vereadores, sem seus assessores, e a imprensa “devidamente

credenciada”. Não sem acalorada discussão, o famigerado requerimento da bancada governista, solicitando que a matéria fosse analisada em regime de urgência, foi aprovado. Dado esse pontapé inicial, a abertura do capital da empresa foi questão de tempo, como vemos abaixo:

Depois de cada vereador da oposição expressar sua opinião contrária à abertura de capital da CELB, protestar, fazer apelos e denunciar a respeito do assunto, o projeto foi finalmente colocado em votação, sendo a mesma nominal e com chamada por ordem alfabética. O resultado da votação foi um empate em 10 a 10, sendo o voto de “minerva” dado pelo presidente da Casa, Rômulo Gouveia, que optou pelo “SIM”, garantindo a vitória da situação e a autorização para a abertura de capital da CELB. (Idem)

Fazemos questão de registrar em ordem alfabética tanto os votos contrários à abertura de capital- Antônio Pimentel Filho (PMDB), Bruno Gaudêncio (PFL), Cícero Nascimento (PTB), Cozete Barbosa (PT), Guilherme Almeida (PPB), Ivan Batista (PRP), João de Deus (PRP), Orlandino Farias (PSB), Peron Japiassu (PFL) e Veneziano Vital (PDT)- quanto, seguindo o mesmo critério, os votos favoráveis- Alberto Agra (sem partido), Evilásio Junqueira (PMDB), Fausto Teixeira (PMDB), Gealanza Guimarães (PMDB), Ivaldo Batista (PRP), João Leite Filho (PL), José Cláudio (PRP), Manoel Ludgério (PMDB), Maria Barbosa (PMDB), Romero Rodrigues (PSDB) e Rômulo Gouveia (PMDB).

O fato é que, após todo aquele arrastado processo, a gestão Cássio Cunha Lima conseguia garantir os meios formais para a venda da estatal. O que veio a acontecer no final do ano de 1999. Conforme noticiava o JP, sem concorrência, demorou apenas dois minutos para que controle acionário da Celb passasse para as mãos do grupo Cataguazes-Leopoldina, sediado no estado de Minas Gerais. A empresa pagou o preço mínimo de 87,3 milhões, ficando com 75 por cento do capital social da Celb, que acabou sendo a única companhia de energia privatizada naquele ano.

O prefeito Cássio Cunha Lima, presente ao leilão, classificou a transação financeira “de excelente negócio para Prefeitura” e atribuiu a efetivação da venda a um trabalho técnico abalizado desenvolvido ao longo de todo processo de privatização (*Jornal da Paraíba*, 1 dez. 1999). A vereadora Cozete Barbosa e ao PT de Campina Grande restou a simples afirmação segundo a qual “Campina deveria estar de luto, pois seus filhos vão pagar caro com a privatização da Celb” (Idem).

Desta forma, finalizamos mais um capítulo do nosso texto. Acompanhamos a relação que o PT local buscou manter com os grupos subalternos nos primeiros vinte anos de sua existência em Campina Grande a partir de episódios singulares. Seguindo Gramsci,

tentamos observar a “eficiência real” do partido, aquilo que foi capaz de construir, aquilo que não foi capaz, ou o que foi e não foi capaz de destruir. Como preconizado por Santos (2007, p. 303), “essa interpretação alerta o historiador para a questão da luta de classes, e da relação do partido com a classe à qual está vinculado”. Esperamos ter deixado ao menos indicado a forma pela qual a maior parte dos militantes e dos dirigentes partidários se relacionaram com o movimento real da luta de classes na cidade.

Os dois últimos capítulos debatem a manutenção de algumas divergências e a gradual aproximação entre o setor majoritário do partido e o grupo político que durante vinte anos também foi seu principal antagonista. É chegada a hora de testarmos nossa hipótese inicial segundo a qual poderíamos avaliar a mudança de postura política da corrente hegemônica do PT de Campina Grande como um caso histórico de transformismo. A estratégia movida pelo setor majoritário do partido necessita ser precisada. Será que podemos falar em ingerência do Diretório Estadual? Qual foi o papel de Lula nessa história? Quem se colocou contrário à aliança? Qual foi o saldo da eleição 2000? Tentaremos responder essas e outras perguntas nos próximos dois capítulos.

CAPÍTULO IV

DIVERGÊNCIAS E APROXIMAÇÃO ENTRE O PT CAMPINENSE E O GRUPO CUNHA LIMA

Sim, sem dúvida, houve uma evolução, mudanças significativas, houve um amadurecimento, muita coisa boa. Mas esse desenvolvimento – esse crescimento – foi aos poucos chegando à sua “hora da verdade”, e para esse momento não estávamos preparados. Minha conclusão é que, enquanto uma parte do PT, a mais numerosa e mais barulhenta, vivia uma experiência inovadora e uma busca de ação e de transformação da política brasileira, um outro setor, agia de outra forma. Nós fundamos o PT para ser outra coisa. Eu paguei por mais de 20 anos um centésimo do meu salário para que o partido fosse diferente, e na década de 2000 as coisas se revelaram. (Depoimento de Edgard Malagodi dado ao autor no dia 17 de setembro de 2020)

Seria muito idealismo admitir-se que só o PT iria provocar influência política aos demais partidos e não sofrer influência dos demais. É como que na década de 1990, o partido tivesse aprendido a como atuar no mundo político, obtendo um número razoável de parlamentares e crescendo em postos executivos, por meio de eleições. Se alguém tem bases teóricas com maior radicalidade política numa determinada agremiação e assistindo o exercício político daquela agremiação com práticas distintas das que vinham sendo apregoadas, então, a pessoa se ressentia disso. Por outro lado, é preciso se entender que o exercício da política em uma sociedade tão heterogênea como a brasileira, a sua formulação teórica passa distante do exercício prático da mesma. A realidade parece ser mais corretiva, neste momento. (Depoimento de Zé Neto dado ao autor no dia 28 de outubro de 2020)

Como anunciamos no final do capítulo anterior, o objetivo deste é debater a manutenção de algumas divergências e qual será a linha de raciocínio político que condicionará a aproximação entre o setor majoritário do partido e o grupo político que durante vinte anos também foi seu principal antagonista na cidade. Adotaremos, aqui, a seguinte estratégia de exposição. Nos dois primeiros tópicos, situados historicamente entre o biênio 1988-90, acompanharemos duas situações nas quais o PT local e Estadual rechaçou qualquer tipo de conexão com o referido grupo. Numa delas, o presidente do Diretório Municipal da legenda teve a prisão decretada por acusar um membro da família rival de ter usado indevidamente recursos da depois privatizada Companhia de Eletricidade da Borborema. Na outra, apesar de algumas vozes internas já defenderem uma modesta aproximação, os Diretórios municipal e regional em uníssono disseram “Não” aos Cunha Lima no segundo turno das eleições estaduais.

A partir daí, mais precisamente no ano 1999, um encontro estadual define uma nova diretriz a ser adotada quanto à política de alianças, que coloca no centro da política paraibana o Grupo Cunha Lima e o apoio ao projeto Lula 2002. A nova estratégia passa a ter inegável ascendência sobre alguns dos militantes do PT Campinense. O racha havido

no interior do PMDB estadual entre maranhistas e ronaldistas no ano de 1998 animou ainda mais o setor majoritário do partido. Também no ano de 1999, a corrente interna Articulação conquista a presidência municipal de Campina Grande. O prefeito Cássio Cunha Lima buscando se reeleger de forma mais “sossegada”, convida o PT local a sentar na mesa de negociação. Há, claro, muita resistência interna. O diretório Estadual e o próprio Lula intervêm. Cargos são negociados, apoios mútuos garantidos. Testemos a hipótese gramsciana de deslocamento no terreno das lutas de classe, bem como a estratégia pela qual os interesses dos grupos subalternos são subsumidos quando comparados ao projeto eleitoral considerado “maior”, pois só assim saberemos se o PT de Campina naquele momento protagonizou um caso histórico de transformismo.

4.1- AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988 E A QUERELA JAIRO DE OLIVEIRA VERSUS IVANDRO CUNHA LIMA

É um evento de triste memória. Findada a eleição municipal de 88, onde fui candidato a prefeito, o à época senador Ivandro, sentindo-se atingido por denúncias que fiz durante a campanha, me processou penalmente, resultando, daí, uma condenação em primeira instância e absolvido na segunda instância. (Depoimento dado por Jairo de Oliveira ao autor no dia 29 de julho de 2020)

A pendência entre o ex-senador Ivandro Cunha Lima e o advogado Jairo Oliveira remonta à campanha eleitoral de 1988, quando o militante petista, durante debate realizado no dia 12 de novembro, nos estúdios da Rádio Caturité, acusou Ivandro de ter eletrificado uma fazenda de sua propriedade com material da Companhia de Eletricidade da Borborema (Celb). Em resposta, o ex-senador ingressou na Justiça, tendo Jairo sido condenado a sete meses de prisão. Ao receber a sentença inicial do Juiz Amaury Ribeiro de Barros, Jairo manteve as acusações desencadeando um novo processo, que mais uma vez resultou em outra condenação.

Em retrospectiva, consoante matéria publicada pelo Jornal da Paraíba, em 15 de junho de 1989, o petista, ao reagir à primeira condenação, teria afirmado que “não sou eu que digo que o senhor Ivandro Cunha Lima eletrificou a fazenda dele. Isso é um fato que em Campina Grande corre de boca em boca. Ele terá que fazer uma ação popular contra o povo de Campina Grande” (*Jornal da Paraíba*, 05 jun. 1990). Em tom combativo, o dirigente petista acrescentou que “outro assunto comentado, é que a família Cunha Lima é proprietária das empresas de transportes coletivos de Campina Grande”, assunto sempre

retomado durante os períodos eleitorais (como também veremos na campanha do ano 2000).

Denominou ainda de “espúria e imoral” a nomeação realizada pelo governador Burity, que contemplou um dos filhos do ex-prefeito de Campina Grande com o cargo de procurador do Estado, asseverando que “para se falar de moral, tem que se dizer o que a família Cunha Lima faz em benefício dela própria, nomeando seus parentes, amigos e aqueles que lhe cercam, dando benesses” (Idem). Soa, no mínimo, contraditório a mesma pessoa que teceu críticas tão contundentes ao Grupo Cunha Lima- o que lhe geraram duas condenações- liderar uma década mais tarde a opção pela aliança.

Quando da segunda condenação, o presidente do PT local admitiu, inclusive, fazer “uma greve de fome até a morte”, caso fosse preso em função da nova sentença decretada pelo Juiz da 4ª Vara Criminal, que determinou a sua detenção por 21 meses, sem direito à possibilidade de liberdade condicional. O petista manifestou-se sobre a decisão judicial enfatizando ter “ideologias e ideais” e que “eles jamais seriam traídos”. O magistrado externava, ainda, que:

Acho até que politicamente foi um grande erro da oligarquia Cunha Lima e, principalmente, do ex-senador Ivandro Cunha Lima, porque demonstra claramente a perseguição e a intenção de prejudicar o Partido dos Trabalhadores, demonstra também que eles estão com medo de uma candidatura que, se vingar, vai denunciar muitas outras coisas, como diz o dito popular, por debaixo do pano. (Jornal da Paraíba, 06 jun. 1990)

Conforme mencionado, a nova sentença expedida teve como origem um processo desencadeado pelo ex-senador campinense e membro do grupo familiar Cunha Lima. Determinado a seguir o mesmo comportamento até então adotado em relação ao litígio judicial, o presidente do diretório municipal do PT revelou que pretendia desvelar “as contradições dessa sociedade. E ninguém vai me calar. Não vai ser uma prisão de um ano e nove meses que vai me calar. Onde eu estiver vou continuar falando”, atestou.

Além de categorizar a acusação impetrada por Ivandro, contida no processo que culminou na sua condenação, como “leviana, irresponsável, impropriedade e imoral”, Jairo insistiu na tese segundo a qual os integrantes do grupo Cunha Lima estariam “terrivelmente perdidos, porque têm medo da candidatura de um trabalhador, da disputa político”. Na parte final da entrevista concedida à Rádio Caturité, o petista apontou qual seria o real propósito do seu adversário político e denunciou o sistema judiciário brasileiro:

Há uma intenção do ex-senador de prejudicar a minha campanha e o que o registro dessa candidatura se faça. Vou recorrer. Quero justiça neste país, embora saiba que a justiça neste país é uma coisa muito secundária, muito

difícil, mesmo porque o próprio Poder Judiciário está aviltado, desmoralizado, no que pese os exemplos que tem dado o governo federal, quando proíbe o trabalhador de recorrer à Justiça do Trabalho. Ou seja: a Justiça participa desse sistema imoral e injusto que nós temos hoje (Idem).

A falta de credibilidade relativa à Justiça e ao Direito se expressava localmente, segundo Jairo, a partir do momento que os dois processos contra ele movido foram distribuídos para o mesmo cartório e Juiz, que o condenou em ambas as situações, além do “fato da promotoria tê-lo inocentado”. Já na Câmara Municipal, o presidente da casa, vereador Lindaci Medeiros (PMDB), ao reagir à solidariedade emprestada pelo vereador Ivan Freire (PCdoB) ao presidente municipal do PT, argumentou que “Jairo nem moral tem para estar criticando ninguém em Campina Grande” e que “ficar solidário com quem mente não é bom negócio” (Idem). Temos alguma segurança em afirmar, portanto, que no início da década de 1990 ainda não eram amistosas as relações mantidas entre PT e PMDB campinenses.

4.2- ELEIÇÃO ESTADUAIS DE 1990 E O NÃO ALINHAMENTO A RCL NO SEGUNDO TURNO

Vale lembrar que nas eleições de 1990 Ronaldo Cunha Lima disputou, em segundo turno, a vaga de chefe do executivo estadual contra o ex-governador de 1982, Wilson Braga. Seria fundamental para as aspirações do grupo político peemedebista conquistar o pleito, exercendo seu domínio tanto em Campina Grande com o filho, Cássio Cunha Lima, sufragado pela primeira vez prefeito do município em 1988, quanto no Estado a partir da figura do pai.

Nesse ponto, o apoio dos partidos que participaram do primeiro turno virava questão de interesse. Reuniões nas quais as estratégias de atuações para a segunda fase do escrutínio passariam a ser acompanhadas atentamente pelos postulantes aos cargos. A Frente Paraíba Popular, composta pela PCB, PT, PSB e PC do B, por exemplo, sugeriu aos seus dirigentes partidários que, separadamente, reunissem-se com suas bases, a fim de tomarem uma decisão conjunta a respeito do segundo turno da votação.

O Partido dos Trabalhadores, em instância estadual, convocou uma primeira reunião geral para o dia 17 de outubro. No evento realizado em João Pessoa, com os representantes de todos os Diretórios Municipais, a maioria dos militantes estavam tendendo para o voto nulo. O entendimento predominante era o de “fazer oposição a qualquer governador que não atenda aos interesses dos trabalhadores e do funcionalismo

público em particular" (*Diário da Borborema*, 16 out. 1990). Por isso, a adesão formal a uma das candidaturas em tela responsabilizaria a legenda por qualquer erro da futura administração estadual.

Lembrava, ainda, a matéria de que até aquele momento, dos partidos da esquerda, tanto o PCB quanto o PC do B “decidiram caminhar ao lado Coligação Movimento de Oposição Popular, posição já anunciadas publicamente pelas suas direções municipais”, isto é, apoiariam ao peemedebista Ronaldo Cunha Lima. A questão passaria a ser melhor debatida nos respectivos Diretórios Municipais até a decisão majoritária ser ratificada em nova sessão estadual. Assim foi em Campina Grande. Em matéria publicada no DB, por exemplo, afirmava-se que a nível municipal:

O Partido dos Trabalhadores decide de forma definitiva amanhã a sua posição com relação ao segundo turno da eleição para Governador do Estado. Uma considerável parcela do partido defende a anulação intencional do voto para a segunda fase, enquanto outros pregam a liberação dos militantes e dirigentes partidários. Depois de uma avaliação política da candidatura do médico Genival Veloso como a única descomprometida com as oligarquias, os petistas vêm discutindo de forma acirrada em suas bases um reordenamento do partido com vistas às eleições municipais de 1992, fato que pressupõe uma tomada de decisão consciente neste segundo turno, sob pena de se comprometer com a futura administração municipal. (*Diário da Borborema*, 27 out. 1990)

A previsão, portanto, era a de se deliberar pela anulação intencional de voto. Os militantes entendiam que essa seria a saída mais consequente para os trabalhadores, defendendo o afastamento tanto da candidatura Ronaldo Cunha Lima quanto da levada a termo por Wilson Braga. Na edição do dia seguinte do periódico, obtemos ainda mais informações a respeito da reunião:

O Partido dos Trabalhadores em reunião a ser realizada hoje em sua sede, decide de forma definitiva a sua posição a respeito das eleições no segundo turno. Caracteriza-se entre os militantes e dirigentes a intenção da anulação do voto contra uma ala que defende a liberação de seus membros. Na primeira reunião realizada, não se obteve consenso na votação, inclusive os militantes chegaram a trocar socos, com o partido adiando sua posição para hoje⁴¹. (*Diário da Borborema*, 28 out. 1990)

Como podemos observar, uma parcela do partido, liderada pelo sindicalista Josevaldo Cunha, temia qualquer aliança com os candidatos envolvidos na disputa, entendendo que seria mais prudente o não comprometimento do partido com nenhum dos dois. No entanto, outros propugnavam o que se costuma qualificar de “apoio crítico”,

⁴¹ Embora ressaltemos o nosso grande respeito pelos dois históricos militantes petistas, Josevaldo Cunha e Wagner Braga protagonizaram verdadeiro “papelo” quando da primeira reunião convocada a nível municipal para debater a questão. Um parece ter se referido ao outro de forma pouco educada, o que acabou gerando agressões físicas de ambas as partes. Decidimos não explorar a questão pela pouca relevância para os efeitos da pesquisa. Reforçamos os agradecimentos aos dois por não se furtarem a conversarem conosco sobre o indigesto episódio.

segundo o jornal, “posição adotada pelo PT em diversas regiões do país e assumida por alguns militantes em particular”. Destes, destaca-se no plano local a figura do também sindicalista Wagner Braga, defensor de um possível apoio à candidatura Ronaldo Cunha Lima desde que discutisse suas tratativas com base em um programa político. O militante, por mais de uma vez, confessou que talvez estivesse se aproximando o momento no qual devesse ser discutido o que denominara de “antimunicipalismo” e sentimento “anti-Cunha Lima” dominante naquela época do interior da legenda. Em que pese a profunda admiração do pesquisador pelo militante citado, não podemos deixar de levantar a hipótese que aquela atitude, sem que o propositor tivesse plena consciência ou deliberada intenção disso, continha em dose homeopática uma pequena centelha do transformismo que, embora residual, já se fazia sentir na legenda em plano nacional quanto mais Lula se aproximava da presidência.

Apesar da discordância interna, o fato é que o PT local, majoritariamente, decidiu pela anulação intencional de voto. Com isso, “uma nova reunião com a direção estadual deverá ratificar essa opção dos petistas com data ainda a ser marcada, podendo ser no próximo final de semana” (*Diário da Borborema*, 30 out. 1990). Interessante assinalar como o comportamento das demais legendas da esquerda da cidade também eram acompanhadas pelo periódico, com PC do B, PCB, PT e PSB em destaque:

Dos partidos componentes da Frente Paraíba popular que disputou a eleição no primeiro turno apenas o PC do B e o PCB decidiram pela formalização da adesão à candidatura peemedebista. O PT e o PSB vêm mantendo equidistância do processo eleitoral nesse segundo turno. Os socialistas decidiram pela liberação de seus militantes e dirigentes para votar em que quiserem no segundo turno. Foram derrotadas as propostas de apoio à candidatura peemedebista e a anulação intencional do voto.

PT e PSB, portanto, mantinham o entendimento que uma tomada de decisão em favor de qualquer candidato poderia comprometer o futuro político da agremiação de acordo com a administração que vier a ser preconizada pelo próximo governante. A ideia era também já ir pavimentando uma linha de atuação com vistas nas eleições municipais de 1992. Atrela-se ao mandato Ronaldo Cunha Lima ou Wilson Braga inviabilizaria uma postura mais combativa no pleito futuro, necessária ao partido que objetivava permanecer lançando candidatura própria

A batida de martelo final em âmbito estadual foi marcada para o dia 8 de novembro. Nesta, os até então 96 Diretórios e Comissões Provisórias Municipais do Estado participariam de um plebiscito no qual deveriam optar pelo voto nulo, branco ou o apoio a uma candidatura. Já havia certo consenso entre os petistas que as duas

candidaturas estavam “desvinculadas das propostas dos trabalhadores” e a opção pelo voto branco não sintetizaria “o sentimento político- ideológico da agremiação” (*Diário da Borborema*, 8 nov. 1990).

Conforme adiantava o mesmo órgão de imprensa, em consonância com o regimento interno, “por volta das 10h da noite a direção estadual do partido já estará de posse dos resultados em todos os Diretórios e Comissões Provisórias, anunciando definitivamente qual a posição do PT com relação às propostas apresentadas pelas bases da agremiação nos diversos pontos do Estado” (Idem). Em matéria do dia 10 de novembro, finalmente:

O Partido dos Trabalhadores decidiu pela anulação intencional do voto através de um plebiscito realizado em nível estadual, com 75 por cento da militância aprovando este posicionamento para o segundo turno da sucessão estadual, depois de prolongadas discussões internas. Na defesa do voto nulo, a tendência majoritária do PT argumenta que o segundo turno é consequência do primeiro e, como o partido não concorre, não pode apoiar nenhum dos concorrentes por se encontrarem em campos contrários em termos ideológicos. Dessa forma abriu-se duas perspectivas para o posicionamento do Partido dos Trabalhadores neste segundo turno: o voto branco e o nulo (*Diário da Borborema*, 10 nov. 1990)

Segundo propugnava àquela altura a corrente hegemônica, o voto em branco “não representa ideário político substancial no movimento partidário”. Ademais, “não iria convencer nem os eleitores que votaram no PT no primeiro turno, o que seria deixar os trabalhadores sem nenhuma alternativa política”. Oposto a isso, o voto nulo seria uma posição política consequente, pois “é a afirmação dos petistas de que os dois candidatos não representam a independência política da classe trabalhadora” (Idem). Assim mobilizados os argumentos, “os dirigentes petistas afirmam que qualquer decisão do partido que não seja a do voto nulo contra os candidatos e seus programas, não terá consequência política no segundo turno”.

Duas últimas questões reforçam nossa afirmação quanto à pouca disposição dos diretorianos petistas em alargar naquele momento- início dos anos 1990- seu arco de alianças com forças políticas consideradas retrógradas ou vacilantes. Em primeiro plano, gera curiosidade a declaração do presidente da legenda em João Pessoa, Joaquim Neto, que classificou a atitude do candidato do PMDB ao governo do Estado, Ronaldo Cunha Lima, “de oportunista, cínico e mentiroso”, ao anunciar em debate realizado na televisão “que parte majoritária do PT está lhe apoiando”. De acordo com o presidente petista na capital, o peemedebista não teria “autorização do PT para falar qualquer coisa em nome do Partido dos Trabalhadores, mesmo porque 80 por cento dos filiados decidiram, na última quarta-feira, optar pelo voto nulo.” (*Diário da Borborema*, 11. Nov. 1990)

As palavras mais duras vêm em seguida. Na avaliação de Joaquim Neto, Ronaldo Cunha Lima, além de naturalmente associado ao governador Tarcísio Burity, tinha ligação com o partido do presidente Collor, do PRN. Assim, o político somente aparentava ser progressista. No entanto, convalidava o dirigente pessoense, “todo nós sabemos que, no momento em que teve oportunidade de ir às ruas protestar contra os desmandos do atual governo, da repressão, não foi, pois estava recebendo as benesses do poder”. Disse ainda que “a única preocupação dele é manter a grande família no poder”. Logo, “não tem nada de progressista” (Idem).

Na matéria enfatizava-se, ainda, que na última reunião do partido, realizada no Centro de Treinamento do Miramar, a dirigente campinense Cozete Barbosa teria revelado aos petistas que compareceram ao local “que, quando Ronaldo era prefeito, para entrar na Prefeitura, era escoltada por policiais”. Para os representantes da sigla, acentua o jornal, “são essas atitudes que mostram a verdadeira personalidade do candidato do PMDB”.

É importante destacar que no final de 1990 a sindicalista já ocupava a função de vice-presidente do Diretório Municipal, era considerada um importante quadro eleitoral da agremiação e também contava com algum reconhecimento da imprensa local. Tanto é que a coluna “Polo Político” do DB sugere que a petista e a integrante do PCB, Emília Correia Lima, poderiam ter sido eleitas deputadas estaduais, considerando-se a manutenção das votações do pleito anterior. Segundo o redator da coluna, no entanto:

Acontece que não foram candidatas de si mesmas, e sim dos seus partidos. Portanto, uma foi escolhida para ser derrotada para vice-governadora e outra foi escolhida para ser derrotada deputada federal. Emília para ter se elegido deputada estadual, bastaria tão somente repetir em 90, os 7000 votos obtidos para esta postulação na eleição de 86. Cozete também teria se elegido para o legislativo estadual, bastando para tal, ter mantido a mesma performance eleitoral com que obteve 2000 votos para vereadora e quase 6000 para deputada federal neste pleito”. (Diário da Borborema, 5 nov. 1990).

Noutra coluna propugnava-se que havia uma crença firmada no interior do PT local segundo a qual “se a candidata a governador fosse a sindicalista Cozete Barbosa o desempenho do partido teria sido melhor” (Diário da Borborema, 28 nov. 1990). Voltando às refregas havidas entre PT e Grupo Cunha Lima, o secretário da Executiva Regional do partido, Júlio Rafael, aquele mesmo que será um dos mais ativos defensores da aliança PT-PMDB dez anos depois, reafirmou o posicionamento da legenda diante do suposto apoio petista ao candidato Ronaldo Cunha Lima. O membro da Executiva Nacional frisava que “existe uma tentativa de manipulação por parte do PMDB em torno do PT e nós não podemos aceitar isso.” (Diário da Borborema, 13 nov. 1990).

Júlio reforçou que por ampla maioria decidiu-se pelo voto nulo e todos os filiados petistas foram orientados a seguir o deliberado em reunião. Ele também criticou a tentativa do peemedebista de vincular o PT ao seu candidato denunciando a falsificação de adesivos em uma serigrafia de Campina Grande. De acordo com o secretário, “nós já entramos com uma representação contra o PMDB para apurar os responsáveis pela falsificação, pois o Partido dos Trabalhadores não autorizou a confecção de adesivos de apoio a Ronaldo do tipo “oPTei Ronaldo”. (Idem)

No que concerne ao Diretório Campinense, foi a vez de Jairo de Oliveira, presidente à época da sigla na cidade, declarar à imprensa que o PT não formalizaria nenhuma frente para a disputa da prefeitura do município com os partidos comunistas (PCB e PC do B), uma vez eles teriam deixado um “saldo negativo na campanha sucessória a nível estadual, fazendo uma aliança com os segmentos ligados ao PRN e até o PDS” (*Diário da Borborema*, 27 nov. 1990).

Jairo acentuou as críticas ao assinalar que “os comunistas são acostumados a este tipo de comportamento, quando apoiam em um primeiro momento os esquemas oligárquicos e direitistas, rompendo em segundo momento, quando não obtém os cargos desejados (Idem). Sem “papas na língua”, o dirigente petista resolveu “dar nome aos bois” ao acusar a dobradinha do PC do B na cidade, Simão de Almeida e Valtécio Brandão, de se colocarem a serviço das oligarquias no segundo turno da votação, isto é, aderindo à candidatura de Ronaldo Cunha Lima. Na sua avaliação, “a mensagem anti-Collor transmitida no primeiro turno era falácia, pois os candidatos já se encontravam trabalhando os nomes que não integravam os quadros da Frente Paraíba Popular”.

A lição extraída do recente contato com a institucionalidade, conforme assegurava o petista, recomendava a não adoção de alianças para próxima eleição municipal. Assim sendo, decidia-se pelo caminho em faixa própria ao fazer uso de sua linha programática, diferenciando a forma de atuação do partido junto aos segmentos comprometidos com a conquista dos trabalhadores. No final da declaração, o militante ainda asseverou: “Nós sempre fomos a verdadeira oposição aos governos sustentados pela burguesia”. Os Partidos Comunistas, ao contrário, estariam “se reciclando”.

Em resposta, o vereador pelo PC do B, Ivan Freire, afirmou que o dirigente do PT não poderia “tomar uma posição precipitada com relação a este assunto nem fazer qualquer julgamento particular do processo das eleições passadas” (*Diário da Borborema*, 28 nov. 1990). No entendimento do vereador Márcio Rocha, o presidente petista também se equivoca quando defende que a política adotada pelos PC’s não vem

se coadunando com a prática ideológica dos partidos de esquerda. Do lado petista, a matéria garante ainda que o fato teve repercussão no interior da legenda, o que teria levado a vice-presidente Cozete Barbosa a convocar uma reunião com o Diretório Municipal, a fim de discutir a postura adotada por Jairo.

Chegamos a mais uma conclusão parcial. A pesquisa até aqui indicou que até o fim do ano de 1990 a posição dominante dentro do PT de Campina Grande, apesar do aparecimento de algumas vozes dissonantes, era a de crítica visceral à família Cunha Lima. Havia, portanto, a preservação do caráter de oposição à política perpetrada pelo grupo na cidade, considerada oligárquica. Tal característica era compatível com o espírito que ainda conduzia a atuação do partido a nível estadual e continuou a gerar uma forte antipatia frente às demais forças políticas- fossem colocadas mais à esquerda ou mais à direita- localizadas no município.

4.3- CRISE NO PMDB ESTADUAL E COZETE QUASE SENADORA

No ano de 1998 também se disputariam as eleições para todos os cargos eletivos, excetuando os municipais. O PT paraibano, compondo com o PSB, PCdoB e PV o que recebeu a nomenclatura Frente de Oposição Popular, decidiu indicar a vereadora campinense, que já gozava de certa popularidade no âmbito local, como candidata ao Senado. Deste modo, a chapa majoritária da Frente ficou assim constituída: Gilvan Freire (agora no PSB) para governador, Hamurabi Duarte (presidente à época da CUT-PB) na vice e Cozete Barbosa (ambos do PT).

A escolha da vereadora parece não ter agradado o histórico militante da Articulação Campinense, Jairo de Oliveira. O advogado até decidiu abandonar momentaneamente o partido, “por discordar da “indicação cupular” da vereadora Cozete Barbosa como candidata a senadora pela cognominada frente de esquerda”. Ainda segundo o periódico, Jairo teria afirmado “se eu pudesse, transferiria essa mulher (Cozete) para a lua (Jornal da Paraíba, 13 mai. 1998). Precisar o real motivo da frustração do ex-presidente do Diretório municipal é difícil, mas talvez a luta pelo cargo eletivo, atestando já uma forte burocratização do PT campinense, e a permanência pelo menos formal de Cozete na tendência interna Democracia Socialista (DS) tenham contribuído para tal.

A relativa votação dessa chapa (os candidatos a governador e vice ficaram na segunda posição do pleito com 16, 11 % dos votos e Cozete acabou recebendo exatos 216.006 votos) pode ter guardado relação com um dos acontecimentos mais importantes

dessa eleição, isto é, o já citado incidente do Clube Campestre. De acordo com Mello (2010, p. 237):

[...] sob qualquer ângulo que o apreciemos, o acontecimento central do PMDB da Paraíba, ao final do século XX, residiu na festa do Senador Ronaldo Cunha Lima, no Clube Campestre de Campina Grande, em 21 de março de 1998, e no explosivo discurso, então pronunciado pelo aniversariante.

O evento materializou um conflito interno decorrente do problema da sucessão do governo estadual, no qual os dois maiores caciques políticos do Estado não abriam mão de suas candidaturas. A rusga entre Ronaldo e Maranhão condicionou, assim, uma série de eventos: a) a implosão do chamado “Acordo da Granja”, firmado em 1997, estabelecia que o governador em exercício José Maranhão (vice que logo assumiu o governo após a morte de Antônio Mariz no mandato conquistado nas eleições estaduais de 1994) seria reeleito em 1998 (lembrar que a emenda pela reeleição foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1997), com Ivandro Cunha Lima na vice e Ney Suassuna como candidato ao senado, quebrando-se, portanto, o monolitismo do partido; b) teve influência na futura decisão de Ronaldo de trocar o PMDB pelo PSDB⁴²; c) não se limitou ao interior do PMDB, irradiando-se pela dinâmica interna dos demais partidos. No nosso caso, em particular, como lembra Mello, “não tardou a influenciar o próprio PT, como organização à margem da chapa governista”. Argumenta o historiador (2010, p. 255):

Neste sentido, quando o Partido dos Trabalhadores, abdicando da plataforma socialista, elegeu o moderado microempresário Walter Aguiar para presidência do Diretório Municipal de João Pessoa, não faltou quem o enxergasse capaz de dificultar a candidatura a prefeito do Deputado Ricardo Coutinho, em prol de possível aliança com o PMDB do M. Isso em João Pessoa. Em Campina Grande, o PMDB do R foi quem se movimentou na intenção de cooptar o PT do professor Malagodi, a fim de, em especial, capturar os votos da promissora sindicalista Cozete Barbosa.

A indicação feita por Mello nos leva a lançar a hipótese que a aproximação entre o grupo Cunha Lima (ou ainda PMDB do R) e o PT de Campina Grande tenha adquirido seus contornos iniciais a partir desse processo de fragmentação interna do PMDB, apesar do contato ter se fortalecido no segundo semestre de 1999, já sob a gestão de Raimundo Cajá no Diretório Municipal. Aproximação vista com bons olhos pelo Diretório de João Pessoa, pois o mesmo Walter Aguiar, citado acima, presidente do PT da capital, defendia

⁴² O mais novo tucano usando seu mais eficiente palco político, o palanque do Parque do Povo, em Campina Grande justificou em versos sua escolha, demonstrando bastante insatisfação em relação ao seu antigo partido: “A vida dedicada a um partido/muitas lutas, meus sonhos e ideias/ eu lhes dei tudo isso e muito mais/para depois por ele ser traído. / Deixo-o, agora, e ainda comovido/ dou-lhe o meu adeus. Foram demais/ seus golpes traiçoeiros, cruciais/ na pretensão de ver-me destruído. / Em breve, nós nos vamos ver de novo/ em luta aberta e franca, frente ao povo/ quem sabe, já na próxima eleição? / Então, vitorioso, eu gritarei/ perdoar o traidor, eu poderei, mas não posso olvidar a traição”. (LIMA, 2004, p. 81)

que os entendimentos entre a frente de esquerda e o Grupo Cunha Lima prosseguiriam “enquanto não for oficializado o apoio de Ronaldo a Fernando Henrique” (*Jornal da Paraíba*, 04 jul.1998).

Já a vereadora Cozete Barbosa, candidata ao Senado pela frente, declarou estar otimista com a possibilidade da eleição do deputado Gilvan Freire para o governo do Estado. De acordo com o periódico local, a parlamentar petista “disse ainda que não colocará nenhum empecilho em receber o apoio dos Cunha Lima, que tanto combate dentro de sua atuação política na Câmara Municipal”. (*Jornal da Paraíba*, 7 jul. 1998)

Um outro indício validador da nossa hipótese pode ser buscado no resultado eleitoral presenciado na cidade. Em Campina Grande, a vitória de Lula (56.962) contra Fernando Henrique Cardoso (41.922) indica a possibilidade de votos ronaldistas serem transferidos para o candidato petista, além dos 24.581 alcançados por Ciro Gomes. Já no que se refere à disputa pelo governo do Estado, os sufrágios direcionados ao candidato pela Frente, Gilvan Freire (26.901), somados aos votos brancos e nulos (13.057 e 44.054), superam os obtidos por Maranhão (81.396).

4.4- O ENCONTRO ESTADUAL DE 1999 E OS CUNHA LIMA NO CENTRO DA POLÍTICA PARAIBANA

Além das diversas forças sociais que o compuseram, o Partido dos Trabalhadores apresenta, como um de seus traços distintivos, a existência no seu interior de vários agrupamentos que nele atuam no sentido disputar a sua direção. Tratam-se das chamadas tendências. As formações dessas tendências internas consubstanciam os embates entre os petistas, o que se percebe de modo mais claro na realização dos seus encontros nacionais, estaduais e municipais, posto que as chapas se constroem tendo como critério básico algum tipo de pertencimento a esta ou àquela corrente, ou seja, “as chapas inscritas nos encontros são a tradução, para a disputa pelos votos dos filiados, de divisões já existentes no PT. Em suma, é a divisão intrapartidária que delinea a estrutura de conflitos entre petistas” (COUTO, 1995, pp. 95-96).

O Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores Paraibano aconteceu entre os dias 16 e 17 de outubro de 1999, no Hotel Ouro Branco, localizado na capital do estado. Duas chapas foram construídas a fim de disputar a direção do partido. A primeira conformava o campo majoritário, hegemônico pela corrente Articulação. Era encabeçada por Luiz Couto (à época deputado estadual), Júlio Rafael, José Bezerra e

Luciano Cartaxo (vereadores de João Pessoa) e resolveu lançar a tese "Vida Nova para o PT - rumo às eleições 2000". (Cadernos de Teses do Encontro Estadual de 1999, João Pessoa, 1999). Da delegação campinense subscreveram a tese: Maria do Socorro Ramalho, Antônio Pereira Barbosa, João Lima e Jairo de Oliveira.

Dividindo-se em três eixos principais, os proponentes da tese esboçam uma leitura da conjuntura nacional e estadual, com destaque para as avaliações acerca dos governos FHC e José Maranhão, além de apontarem a forma pela qual o conjunto partidário deveria se comportar em relação à proximidade das eleições municipais do ano 2000. O segundo eixo da tese intitula-se "Por uma política de alianças amplas", ilustrando com todas as letras a natureza do conteúdo. Suas considerações iniciais acenam no mesmo sentido da prerrogativa nacional, que prioriza a construção do campo democrático e popular com os partidos da esquerda (PSB, PCdoB e PDT), mas afirma entender essa orientação como um projeto geral do PT e "não como uma camisa de força que venha inviabilizar a construção positiva do nosso diálogo político com setores e personalidades de diversos partidos". O critério, se assim ainda podemos dizer, "seria a disposição política de rompimento com o governo FHC e o neoliberalismo" (Ibidem, p.4)

Quando realiza sua análise sobre quais seriam "as forças conservadoras da Direita" na Paraíba, denuncia a hegemonia política conduzida historicamente no estado pelas famílias Maia, Braga, Suassuna, Pereira, o Grupo da Várzea, Burity, mas não inclui, deliberadamente, o grupo de poder familiar que, pelo menos desde os idos de 1982, mandava e desmandava na segunda maior cidade do estado: os Cunha Lima. Contudo, o que mais importa destacar é o exposto no subtópico "a disputa passa pelo centro". A tentativa é argumentar que uma pontual coligação com o PMDB, na cidade de Campina Grande, não desrespeitaria as orientações nacionais. Ao contrário, estaria em perfeita sintonia com a mesma, uma vez que

A política de alianças defendidas pelo campo majoritário e aprovado no 11º ENEPT em 1997 ampliava o leque de forças visando o fortalecimento da candidatura LULA já propunha a disputa do centro, de setores e personalidades, particularmente do PMDB que vêm se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC (Idem)

Além do mais, destaca o documento, os entendimentos levados a cabo com o PMDB em outros estados, como nos casos de Minas Gerais e do Paraná, reafirmam quão possível seria uma aliança também na Paraíba. Aqui, particularmente, continua o texto, a suposta fratura do PMDB teria dado visibilidade ao centro na política estadual. A leitura era que o segmento de ruptura (os prefeitos ligados ao grupo Cunha Lima, que tinham em

suas mãos o controle das cidades de Campina Grande e João Pessoa) com o maranhismo apontava para um projeto de poder nas duas cidades, "em oposição à direita, e dialogando como a esquerda" (Idem). Mas haveria uma diferença substancial entre os chefes do executivo municipal de Campina Grande e João Pessoa, posto que

Enquanto a representação campinense sinaliza para uma postura de democratização, ainda que tópica, da gestão pública municipal e para uma posição de independência, senão de rompimento, em relação ao governo FHC, a banda pessoense além de manter uma postura de governo autocrática, permanece subserviente ao governo federal (Idem).

O recado dado era mais claro que águas cristalinas: qualquer tentativa de entendimento para eleições municipais de 2000 em Campina Grande com o peemedebista Cássio Cunha Lima estaria referendada de acordo com o que já se preconizava em âmbito nacional e nos demais estados. O que o PT paraibano parece ter esquecido é que até as águas mais cristalinas costumam afogar. Ainda haveria espaço, no eixo temático, para uma contundente crítica aos partidos colocados mais à esquerda no campo político e que não comungavam com a guinada petista em direção ao centro.

Conforme assinala o documento, "os minúsculos partidos de posturas sectárias como o PSTU, PCR e PCO, que apesar da curta formação nacional e estadual têm demonstrado uma opção de isolamento político, comportando-se até mesmo como um ferrenho adversário do PT nas eleições e nos processos administrativos"(Ibidem, p. 5). O verdadeiro receio dos proponentes da tese vitoriosa no encontro era que a associação do PT paraibano com esses partidos de esquerda inviabilizasse as conversações com as forças do centro, partindo do pressuposto que a

A própria imagem negativa desses partidos, resquícios da esquerda de corte bolchevique, em possível aliança com o PT seria motivo para sérios questionamentos aos nossos reais interesses de dialogar como os partidos de centro, personalidades, artistas, além de setores produtivos que têm demonstrado simpatia por nosso projeto (Idem)

É interessante a compreensão de um militante presente no encontro e que se colocou contra as diretrizes fundamentais contidas no programa do setor que viria a ser majoritário no partido. Trata-se da avaliação preconizada por Josevaldo Cunha, que subscreveu a tese da outra corrente da legenda naquele momento de discussão interna. O militante afirma que a tese da Corrente Articulação foi escrita pelo quadro Júlio Rafael, mantenedor de forte ligação com grandes nomes do PT a nível nacional, e a leitura era a seguinte:

Júlio Rafael tinha uma tese, Lucas, que era a seguinte. Existia um centro político na Paraíba, e esse centro político tenderia, está certo, a aprofundar suas ligações, fazendo rupturas com setores políticos e reacionários da Paraíba. E

esse centro político se circunscrevia a partir da importância dos Cunha Lima. Entendeu agora? Os Cunha Lima era o centro político da Paraíba. Portanto, o PT tinha que fazer uma aproximação com o centro político para fazer algumas contribuições, algumas eleições, algumas contribuições políticas via mandato parlamentar, mandato executivo, para alterar essa correlação de forças na Paraíba. Foi a partir de uma leitura de fora do PT de Campina Grande, mas no âmbito do PT. A partir da Direção Estadual. A partir de Júlio Rafael, e da importância que Júlio Rafael tinha no diretório estadual do PT, e nas ligações que Júlio tinha com pessoas da esfera nacional do PT, como Lula e o próprio Zé Dirceu. Júlio convenceu na política, no campo da corrente dele, de aprovar nas instâncias do partido que os Cunha Lima representavam o centro político da Paraíba, cujo centro o PT deveria se apresentar para ser o protagonista junto desse centro político de novidades na política da Paraíba. Essa é a leitura de Júlio Rafael. E essa leitura foi comprada pelo setor majoritário do PT. Então, veio para Campina Grande e tratou a gente. Eu digo, assim, tratou, mas teve briga, debate, alguma coisa assim. Um conceito político foi construído dentro do PT, lideranças importantes do campo majoritário, de que o centro política da Paraíba gravitava em torno dos Cunha Lima. Então, o PT apoiar, tipo assim, um candidato a governador, o PT não estando na disputa do segundo turno, ou o PT se coligar, fazer aliança, na eleição municipal com os Cunha Lima era a coisa correta. Porque aquele grupo era capaz de protagonizar, com apoio de setores da esquerda, como o PT, e outras forças políticas e populares da esquerda ou centro esquerda, de ir construindo rupturas com a ordem legal, tudo dentro da ordem, pequenas rupturas que levariam a cenários de distensão política, de melhoria das condições de saúde e educação. Eu acho que isso era um grande engodo.

O militante completava sua avaliação afirmando que, a rigor, nunca houve mudança alguma levada a cabo pelo grupo Cunha Lima nem no estado nem no município, o que desaconselhava qualquer tipo de aproximação. Supõe-se que ele, naquele encontro, estava na chapa que se contrapôs à formada pela Articulação, logo, aquela que reunia os setores mais à esquerda do partido, contando com membros da tendência interna Democracia Socialista e alguns independentes que apenas apresentavam algum tipo de identificação em relação a ela. Conforme indica Clóvis Azevedo (1995, p.117), “participante do PT desde a fundação deste, a Democracia Socialista (DS) é o mais importante dentre os agrupamentos trotskistas componentes do PT, particularmente sob o critério de peso e expressão na estrutura partidária”. Na Paraíba e mais especificamente em Campina Grande, entre membros da tendência e simpatizantes dela, temos os nomes como os de Avenzoar Arruda, o próprio Josevaldo Cunha, Sizenando Leal, Terezinha Cavalcanti, Edgard Malagodi e Cozete Barbosa, curiosamente, aquela que protagonizaria a composição da aliança com Cássio Cunha Lima na cidade. Aqui, particularmente, deve ter havido um transformismo interno. Quem era da Articulação conseguiu atrair, de forma individual, membros ou líderes importantes do agrupamento rival.

Estes decidiram se agrupar em torno da tese "Nessa Terra o PT tem História" (Cadernos de Teses do Encontro Estadual de 1999, João Pessoa, 1999) e tinham como

seus principais nomes Frei Anastácio, Ricardo Coutinho (deputados estaduais) e Avenzoar Arruda (único deputado federal paraibano). O texto inicia constatando que “é cada vez mais evidente a impossibilidade de se resolver os problemas fundamentais da humanidade sem se mudar os fundamentos da sociedade atual, quais sejam: a propriedade privada, o lucro, o capital e o trabalho assalariado” (Ibidem, p.11).

Na parte dedicada à análise do “Brasil no momento atual”, o aprofundamento da crise econômica se devia, sobretudo, à transferência da renda líquida para o capital especulativo internacional, ao fim do plano real, o crescimento do desemprego e desnacionalização das empresas estratégicas. Contudo, mesmo sendo o governo refém de tantos problemas, o documento acusa a oposição democrática e popular de estar “muito ilhada na institucionalidade”, incapacitada, portanto, de oferecer direção consciente às demonstrações de insatisfação emanadas pela sociedade brasileira frente à administração FHC. Como as expressas, por exemplo, na Marcha dos Cem Mil⁴³.

Quanto à Paraíba, o quadro construído pela tese é desolador. Explicitando a sua posição de estado mais pobre da Federação e terceiro pior segundo o critério do índice de desenvolvimento humano (IDH) da ONU, o documento assinala que a situação tende a piorar, uma vez que a Paraíba estaria fora dos “eixos de desenvolvimento do plano plurianual do governo federal, e o governo estadual não tem um projeto integrado de desenvolvimento no Estado” (Ibidem, p.12).

A conjuntura ainda era agravada pela crise política do governo local e em especial pela desagregação do seu partido, que governava a Paraíba desde 1986. Conforme avaliação da tese, a luta interna no PMDB- na verdade, o racha entre o grupo liderado por Ronaldo Cunha Lima e, o à época governador e candidato à reeleição, José Maranhão. A querela se dava em torno de quem seria o candidato peemedebista na disputa das eleições estaduais de 1998, como explicitado no tópico anterior- desestabilizaria o governo estadual e as duas principais prefeituras dirigidas pelo partido, mas ainda não era possível dizer que a oposição petista estava tendo o mérito de capitalizar esta crise, pois “seu setor majoritário vive sonhando em conquistar uma parte deste partido para sua política de alianças” (Idem). A discordância com a linha de se coligar com o grupo Cunha Lima defendida pela Articulação salta aos olhos.

⁴³ A Marcha dos Cem Mil foi uma manifestação organizada em Brasília realizada por entidades da sociedade civil, sindicatos e por partidos da oposição (que era liderado pelo Partido dos Trabalhadores), na manhã do dia 26 de agosto de 1999, contra o governo FHC, em especial as atitudes relacionadas com o programa de venda de empresas estatais.

Segundo os membros da DS, portanto, a oposição democrática burguesa, liderada pelo PT não conseguia construir uma estratégia política capaz de tirar proveito da atual crise, pois faltaria a definição clara de seus objetivos e uma distinção mais precisa dos seus aliados e dos seus adversários, de tal modo a tornar possível a unidade na ação de todos os componentes dessa oposição.

O último ponto da tese diz respeito ao “Balanço e Construção do PT” em geral e na Paraíba. A tentativa aqui era apontar o quanto setores majoritários do PT estavam pondo em xeque a sua continuidade como um partido diferente dos tradicionais, desfigurado em comparação ao seu perfil inicial, marcado pela coerência e diferenciação em relação às demais legendas, bem como de suas relações com os movimentos sociais. Entre os principais pontos destacam-se:

Os espaços de debate e construção de políticas estão cada vez mais restritos às instâncias dirigentes, os objetivos estratégicos em torno dos quais o PT foi criado estão sendo cada vez mais esquecidos, a preocupação em formular diretrizes para os movimentos sociais quase não existe mais e cada vez mais as reformas dentro do capitalismo passam a ser um fim em si mesmas. As resoluções são impostas de cima para baixo, as alianças políticas antes feitas com base em programa e numa prática política comum, agora são cada vez mais reduzidas a um frio cálculo de resultados eleitorais nem sempre realizáveis e a influência do poder econômico nas eleições de deputados, vereador, etc., já é bastante evidente (Ibidem, p.13).

O desafio geral, posto por esses setores mais à esquerda ao conjunto partidário, era continuar como um partido das classes populares, independente, sem se adaptar à ordem das classes dominantes. Na Paraíba, particularmente, apesar de um crescimento lento, diversificado e lutas internas muito acirradas, o contexto não parece ser tão diferente comparado ao nacional, pelo menos quanto à política de alianças. Há um grande espaço para discussão deste ponto, sobretudo quando a tese busca avaliar a atuação da corrente majoritária do PT paraibano, a quem, segundo o manuscrito, cabe grande parte do ônus da política praticada pelo partido até então. Esta teria se especializado em fazer luta interna, tratando os diretórios municipais apenas como fonte de votos e crachás nos encontros partidários, dispensando, assim, o potencial mobilizador dessas instâncias de base e ingerindo nas suas decisões mais elementares.

O texto finaliza acusando a corrente majoritária de não acreditar na força do PT no estado, tendendo a subordiná-lo à lógica dos partidos tradicionais, sobretudo ao PMDB quando defende a promoção de uma "política de alianças amplas". Assim, coloca-se o partido como auxiliar de outras legendas e não como aquele que dirigiria o processo seguindo uma política fundamentada em um programa e sob uma prática comum. O processo de formação de candidaturas para as eleições de 1998 teriam demonstrado esta

capitulação diante de setores do partido governante, “quando, via Executiva Estadual, a corrente Articulação publicou nota isentando a administração Ronaldo Cunha Lima pelo quadro de misérias e injustiças que vivia a Paraíba” (Ibidem, p. 14), buscando, assim, seu apoio para chapa LULA/GILVAN/COZETE. Além do mais, asseverava a tese, “mostrando que não perde as esperanças, o campo majoritário tem tentado uma aproximação política com Cássio C. Lima para as eleições de 2000 em Campina Grande” (Idem).

No fim das contas, venceu a tese “Vida Nova para o PT- Rumos às eleições 2000”. O Diretório Estadual estava sob nova direção e dos 13 membros que preencheriam a nova executiva estadual, 8 pertenciam ou ligavam-se indiretamente à corrente interna Articulação: Padre Adelino, Chico Lopes, Charlinton Machado, Noaldo Belo, Davi Coelho, Ivonete Rodrigues, Jaildes e Francisca (Chica) Carvalho. Com direito a voto e a voz, indicada pela outra chapa, mas, devido a não concordância com a distribuição dos postos, sem a titularidade do cargo: Anísio Maia, Zoraida Arruda, Dorival Fernandes, Jucélia Figueiredo e Nelson Aleixo Jr. (*Jornal da Paraíba*, 9 nov. 1999).

4.5- A REPERCUSSÃO E ASCENDÊNCIA DA NOVA TESE SOBRE O PT CAMPINENSE

Com a proximidade do ano 2000, os periódicos locais passam a tematizar em suas páginas as expectativas, dilemas e linhas de ações partidárias para a eleição vindoura. Na coluna de Paulo Santos, por exemplo, o tema da vez é o PT paraibano. Com o sugestivo título “PT na berlinda”, o articulista reflete sobre a suposta intenção de mudança de imagem, “até certo ponto ranzinza”, que o partido mantinha junto ao eleitorado.

Na opinião do jornalista, a primeira questão a ser rediscutida deveria ser a da reeleição, já que “o PT condena com veemência para os cargos executivos, mas pratica internamente com a maior sem cerimônia, como no caso do presidente nacional, deputado José Dirceu, que entrou para o terceiro período consecutivo no cargo” (*Jornal da Paraíba*, 2 dez. 1999). A segunda, e mais importante, questão levantada pela coluna referia-se ao discurso de oposição petista a FHC que incluiria, dentre outros motes, a acusação de que o presidente estaria destruindo o patrimônio estatal com as privatizações. Na sequência, o texto atinge seu clímax ao lembrar que:

O PT da Paraíba vem entabulando conversações com o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, visando a uma composição para as eleições do

próximo ano. Cássio também adotou o modelo federal de privatização e passou a Celb para mãos particulares por R\$87 milhões.

Em seguida, adverte:

Se os dogmas petistas falam mais alto do que suas ambições eleitorais, é evidente que os entendimentos de Campina Grande irão por água abaixo ou o PT cairá na esparrela do provérbio “faça o que digo, mas não faça o que faço”. Não foi à toa que a bancada petista na Assembleia ficou atordoada quando o deputado Vital Filho, arqui-adversário de Cássio, foi à tribuna detonar a privatização da Celb e o PT se encolheu num silêncio tumular. (Idem)

Mais curiosa ainda foi a resposta do partido esboçada a partir da declaração do seu Presidente Estadual, Adalberto Fulgêncio, líder da corrente interna Articulação. Com o intuito de dialogar com a nota publicada dois dias atrás, o petista frisou que o instituto de reeleição interna da agremiação não era idêntico àqueles vivenciados para os cargos majoritários. A principal diferença seria que “o sistema de governo intrapartidário no PT é um misto de parlamentarismo e presidencialismo, pois apesar do presidente ser votado em lista separada, o restante da chapa é eleita por meio de uma lista e de forma proporcional à votação conquistada” (*Jornal da Paraíba*, 4 dez. 1999), o que permitiria em sua direção a representação de todos os grupos, tendências, segmentos e setores.

No tocante ao outro questionamento, a nota afirmava de modo contundente “que o PT não é contrário às privatizações “per si”, mas contrário ao processo de privatização que se deu com mau uso do dinheiro público e com montanhas de irregularidades”. Nesse sentido, prosseguia colocando que a venda da Celb não deveria ser encarada como uma questão programática de partido, mas como ponto de plataforma de governo, isto é, discutível, negociável.

Ademais, no caso específico de Campina Grande, em uma possível composição com o PMDB local, seria “plenamente cabível tal processo ser objeto de negociação, por meio de análise de como realmente se deu”. Também deveria ser objeto de negociação, portanto, a aplicação dos recursos oriundos da privatização. O final da matéria, contudo, parecia esclarecer em qual lugar a presumida “mudança de imagem” repousava. O presidente petista destacava que a agremiação não estava na berlinda, ao contrário, havia, sim, derrotado “os dogmas em nosso II Congresso e saímos de lá com uma orientação programática para que se possa ter como referência em possíveis coligações” (Idem). No entender do petista, além do Encontro Estadual de 1999, as deliberações saídas do II Congresso Nacional poderiam legitimar uma eventual aliança com os Cunha Lima em Campina Grande.

Pelo lado campinense, ao menos na sua ala mais à esquerda, proclamava-se total desconhecimento em relação a qualquer entendimento de Cássio Cunha Lima com o PT local. Edgard Malagodi, pré-candidato pela legenda nas eleições de 2000, por exemplo, enviou e-mail ao articulista da mesma coluna assegurando aos leitores do jornal que “Cássio não quer jantar com o PT. Ele quer jantar o PT”. Mas o nosso partido não é o PSB ou o PSL. Não há assunto para conversar com Cássio” (*Jornal da Paraíba*, 7 dez. 1999). Se até aquele momento não havia entendimento, o assédio peemedebista, no mínimo, já incomodava, pelo menos a uma das tendências no interior do partido. O Diretório municipal pessoense reclamou direito de resposta e repreendeu publicamente o membro do partido de Campina Grande por ter dado tais declarações.

Desta vez, a nota foi emitida pelo vice-presidente do PT da capital, Francisco Linhares, não por acaso, o mesmo que iria ocupar a subsecretaria de finanças no governo Cozete. Sem mais delongas, Linhares iniciou a reprimenda lamentando que, “na ânsia de aparecer”, Malagodi abusasse de termos tão “chulos” como os usados no e-mail enviado à coluna no último dia 7 de dezembro. Acentuava-se, ainda, que o convite formulado pelo prefeito Cássio Cunha Lima só demonstraria a expressividade que a agremiação alcançou em Campina Grande, como de resto em toda Paraíba. A primeira conclusão natural extraída da nota leva a crer no seguinte:

Tentar inviabilizar o diálogo com agressões e termos de baixo nível faz lembrar as formas mais atrasadas de fazer política, no Brasil e aqui na Paraíba, e não deixa nada a desejar à figura do “quinta coluna”, que atuando no interior dos partidos implodem a construção das políticas por estes deliberadas (*Jornal da Paraíba*, 10 dez. 1999)

A fim de justificar a ingerência do diretório estadual e pessoense sobre o campinense, argumenta:

Campina Grande é a 2ª maior cidade do Estado, uma das 50 cidades mais populosas do país e uma das mais dinâmicas do interior do Nordeste, portanto, o que acontece neste município interessa a todo o Estado da Paraíba, já que o que ali acontece influencia nos rumos do Estado. É por isso que o PT, através da Direção Municipal naquele município e de sua Direção Regional, tem dedicado especial atenção a construção de uma articulação democrática de governo naquele município, o que inclui o diálogo com o atual mandatário municipal para enfrentar a articulação de direita que está sendo alinhavada sob a liderança do governador Maranhão. Os pressupostos desta aliança de centro-esquerda é a oposição aos governos neoliberais de FHC e Maranhão, assim como a construção de um programa democrático para ganhar as eleições e governar Campina Grande (Idem).

O comunicado ressalta que a postura do senhor Malagodi, “que é candidato a candidato”, uma vez que até aquele momento nenhuma instância havia deliberado por pré-candidaturas, estaria prestando um desserviço à construção da presumida alternativa.

Além disso, insiste a nota, o histórico petista campinense demonstrava estar desinformado, pois parecia desconhecer as deliberações do último encontro estadual, referendadas no II Congresso Nacional, nas quais “se decidiu que o PT iria buscar construir o diálogo com centro da política e da sociedade paraibana, buscando consolidar a construção de um bloco político, que juntasse forças políticas e sociais de centro esquerda” (Idem). Na avaliação do setor hegemônico estadual, portanto, o grupo Cunha Lima representaria o centro da política paraibana, o que permitiria uma aproximação petista em relação a ele.

Achamos oportuno salientar as declarações dos militantes do partido quando questionados sobre as pressões impostas pelos petistas pessoenses (Diretórios estadual e municipal) em relação aos membros de Campina Grande. Desde um ponderado “sim” de Jairo de Oliveira, pontuando tão somente a “ingerência do DM estadual na forma regimental interna e na definição de política de alianças” até uma incisiva e polêmica afirmação de Edgard Malagodi. Vejamos:

A relação sempre foi muito ruim. Era péssima. Na plenária que aprovou a coligação de Cozete com Cássio, houve uma ingerência total de João Pessoa em Campina Grande. Adalberto Fulgêncio (Presidente estadual e membro da Articulação, e homem de Zé Dirceu em João Pessoa) e uma moça chamada Chica (também a serviço da corrente Articulação) vieram de João Pessoa e praticamente se instalaram na sede municipal para “organizar” as fichas dos aptos a votar, de modo a garantir a aprovação (nos termos impostos pela Direção Nacional, há um detalhe aqui importante), da coligação. Eles eram irresponsáveis, e não administravam as finanças do partido, e sempre estavam devendo para a Nacional. Resultado: em épocas de eleição, para registrar as nossas candidaturas éramos obrigados a pagar pesadas dívidas (deles, e não nossas), geradas pela irresponsabilidade (e desvios) das gestões de João Pessoa.

Como podemos depreender, a relação entre os diretorianos pessoenses e Malagodi não era tão saudável. Na visão do último, a ingerência daqueles sobre as linhas de atuação do PT campinense é incontestável. Além dos presidentes Adalberto Fulgêncio e Francisco Linhares, uma figura importante nesse momento no PT estadual foi o militante Júlio Rafael. Tido como grande organizador interno da corrente Articulação na Paraíba, considerado “um homem de uma mente brilhante”, a visão dos petistas campinenses sobre sua influência na nova política de alianças adotada vale ser tematizada. Wagner Batista, além de apontar o que no seu entendimento caracterizaria o setor majoritário do partido na Paraíba, indica qual seria a posição ocupada por Júlio Rafael no interior desse processo:

A Articulação, aqui, na Paraíba, ela se transformou em um partido dentro do partido. Era aquilo que no passado nos acusavam, de ter um partido dentro do partido. O vetor dessa política de Zé Dirceu aqui, na Paraíba, foi o Júlio Rafael.

Quem que o Júlio Rafael era? Para ele, tudo é possível desde que você consiga lograr êxito na iniciativa que você está desenvolvendo. O Júlio Rafael era isso. Mas, então, o que acontece é o seguinte. Júlio Rafael e de tabela esse pessoal que era a Articulação aqui, em Campina Grande, praticamente cedeu aos encantos do Cássio Cunha Lima.

Quando o sindicalista afirma que a corrente Articulação estava desenvolvendo a política da qual o acusava no período de formação do partido, possivelmente deva estar se referindo ao tempo que era ligado ao PCBR. Vale sinalizar, ainda, de que forma o militante entendeu a aliança consumada entre o PT local e o Grupo Cunha e sua posição em relação a mesma:

Eu não sei se está bem claro na tua cabeça o que eu penso. Eu, em tese, não sou contra a Enivaldo Ribeiro, não sou contra Cássio Cunha Lima, não sou contra o cão. Eu passo a ser contrário a qualquer interlocução na medida em que o cara, sem nenhuma garantia do que ele está dizendo, ele vai dizer, olha, sou a favor ou contrário a isso. A partir daí você vai tentar criar os mecanismos e as forças que deem sustentação ao que está sendo proposto politicamente. Se você não tem mecanismos, não tem programa, não tem forças, o que acontece? Você vira refém, caudatário desse cara com quem estabeleceu compromissos. E o que é pior é o seguinte? Em nome de nada.

O que parece ter incomodado o militante não foi a coligação em si - até porque, de acordo com as fontes impressas e os demais depoimentos, o mesmo havia defendido apoio crítico ao Ronaldo Cunha Lima ou no mínimo liberação dos filiados que quisessem fazê-lo nas eleições estaduais de 1990- mas a forma pela qual se efetivou o acordo, “sem programa”, “sem forças”, sem mecanismos que oferecessem sustentação ao que estava sendo proposto, isto é, havia se dado tudo “em nome de nada”.

Malagodi também reforça que, no seu entendimento, nenhum dos militantes do PT de Campina Grande se opunha, sectariamente, ao acordo político com os Cunha Lima, mas lembra o fato de nos últimos vinte anos a legenda ter feito “oposição feroz ao grupo”. Além do conteúdo, a forma que tomou a aproximação também parece ter desapontado profundamente o militante:

Nós tínhamos durante mais de 20 anos sido oposição feroz ao grupo Cunha Lima (por vários motivos). Eu, pelo que eu saiba ninguém no PT, em Campina Grande, se opunha sectariamente a discutir os termos deste acordo. Mas além do acordo em si, a coisa tomou a forma de um negócio de bastidores, de gente que reúne a portas fechadas, porque algo de muito sério contra o interesse popular está para ser negociado. A partir desta noite na Associação Comercial eu percebi que havia durante mais de 20 anos estado em “uma barca furada”, como se gosta de dizer em Campina Grande. O PT era, e desde a sua fundação tinha sido, uma organização para viabilizar a carreira de um grupo de canalhas, e o discurso sindicalista e de esquerda foi apenas uma roupagem, um estereótipo. O partido tinha um dono, e um certo número de gerentes.

Mais um elemento surge: a participação de Lula no processo. Esta noite a qual o petista se refere, na sede da sempre conservadora Associação Comercial de Campina

Grande, diz respeito a uma visita do presidente de honra do partido à cidade. O tom da fala de Malagodi sobe ao relatar o comportamento de Lula:

O final de 2001 (1999) – início de 2002 (2000), Lula esteve em Campina para abençoar a coligação entre o PT e o PSDB (PMDB), na eleição municipal de 2002 (2000), em que Cássio Cunha Lima foi candidato a prefeito, e Cozete Barbosa, a vice, e teve uma atitude não apenas oportunista, mas hipócrita e cínica, além de absolutamente canalha. Ele se recusou a conversar conosco, os petistas – a direção do partido, municipal – em nenhum momento, e não pudemos conversar com ele. Imagine que ele, no início dos anos 80, se hospedou em minha casa, por duas vezes. Ele só conversou com Cássio, e com a própria Cozete, e eventualmente com outros políticos da cidade. A única oportunidade de vê-lo (apenas vê-lo, e não conversar com ele) foi em uma entrevista coletiva na Associação Comercial. Um jornalista lhe perguntou a respeito dos militantes que não concordavam com a coligação (por motivos óbvios; o futuro iria nos revelar que estávamos corretos) e ele disse: O PT tem duas portas, uma de entrada e outra de saída. Quem não está satisfeito (com a vontade dele) que pegue o boné e desapareça! – E ele disse isso, olhando para nós, e espumando a boca de raiva!

O entrevistado estava tão entusiasmado com a declaração que optamos por não corrigir em ato as imprecisões das datas e o partido com qual o PT local fez a aliança. Retificamo-las somente colocando as informações corretas entre parênteses. A forte declaração impacta pela riqueza de detalhes. Lembremos apenas do que já discutimos anteriormente sobre os cuidados que o historiador deve adotar quando escolhe trabalhar com a metodologia da história oral. A memória narrada por todo e qualquer entrevistado pode buscar atribuir um sentido estabelecido no presente ao que aconteceu no passado. A fala de Malagodi pode reproduzir sua frustração particular em relação ao destino tomado pelos governos petistas.

Ainda sobre o militante Júlio Rafael e com menos veemência na declaração, Zé Neto também traça o perfil do importante quadro da legenda pessoense, reforça a sua ligação com José Dirceu e confirma a influência do petista na conformação da aliança, além de sugerir que este nutria alguma relação de proximidade junto ao Prefeito de Campina Grande:

Júlio Rafael foi um valoroso militante petista que teve alguma vivência com o Dirceu e que o acompanhou politicamente em tempos depois. Mesmo sendo paraibano, de João Pessoa, viveu algum tempo no Mato Grosso e, posteriormente, em São Paulo, tomando contato com petistas, com as tendências partidárias e com a figura do Zé Dirceu. Este sempre teve influência na ação política do Júlio Rafael. Este tinha formação em economia. Júlio também articulava na Paraíba, toda a perspectiva política do Zé Dirceu – “Pão, pão, queijo, queijo”, repetia sempre em seus discursos e nas buscas de soluções para as questões que se colocavam ao partido e a sua atuação partidária. Sobre sua influência na relação PT e PMDB, certamente, mesmo que eu não tenha participado, em qualquer momento, com a sua presença, sobre conversas de coligações ou alianças. Pude sentir a sua presença, em articulações feitas com o PMDB, com o peso, inclusive, de sua estreita relação com o Cássio Cunha Lima. Sempre conversavam e discutiam questões políticas da Paraíba. Era um

petista muito estudioso. O Júlio sempre pensava em políticas gerais, econômicas, para o Estado e, assim, bem interessava também ao Cássio. Tinham livre trânsito de amizade.

Outros militantes, todavia, diminuem o papel exercido por Júlio Rafael quanto à política de alianças perpetrada pelo PT local. O depoimento de Socorro Ramalho sugere que a perspectiva de apoio a Cássio partia de um entendimento interno da legenda em Campina Grande. Aponta, também, para a tese do Grupo Cunha Lima como centro da política paraibana, que se deslocava do PMDB para quem sabe se filiar a um partido próximo. Também segundo a entrevistada, a coligação reforçaria a campanha Lula 2002:

Ela (Cozete) foi eleita naquela aliança com Cássio, que uma parte do PT, uma parte minoritária, não concordou e que uma parte, majoritária, concordou. No caso, eu concordei e defendi essa aliança, porque nós tínhamos, internamente, uma perspectiva de que Cássio viesse a apoiar a Lula em 2002, não é? E aí a gente achou que poderia fazer esse sacrifício de fazer uma aliança com ele. Ele sairia para governador, apoiaria Lula, Cozete continuaria prefeita e se candidataria novamente a reeleição com o apoio dele. Esses eram nossos planos, nós que defendemos a aliança. Então, a gente faz aliança, eles são eleitos e depois Cássio nem apoia Lula nem vai para um partido próximo, pelo contrário, vai para o PSDB, que, no momento, era o pior adversário da gente. E nem apoia Cozete na reeleição. Então, a política nem sempre é como a gente deseja que seja.

O próximo trecho expõe o que na visão da militante condicionou a aliança PT/PMDB nas eleições municipais do ano 2000:

Olhe, Júlio Rafael, na verdade, nunca foi militante de nenhum movimento social. Júlio Rafael foi militante partidário. Júlio Rafael veio de São Paulo, ajudou, foi um dos 113 lá do Colégio Sion. Júlio era da Articulação. Mas não foi Júlio. Não foi Júlio que exerceu pressão. A compreensão foi essa que eu lhe disse. Nós fomos convencidos e convencidas de que nós poderíamos ter o apoio de Cássio para Lula e para Cozete, para reeleição de Cozete e isso foi o que nos convenceu. Nós queríamos eleger Lula de qualquer... fazer tudo. Então, é claro que Júlio Rafael veio fazer vários eventos, encontros. Júlio Rafael, Adalberto Fulgêncio. Então, assim, eu não acho que foi Júlio Rafael. A gente foi convencido disso, principalmente nós, do Sintab, porque nós vínhamos do embate com Cássio, com Ronaldo, com Félix, com Cássio. Então para a gente do Sintab foi muito mais difícil. Foi, tipo, uma coisa assim: nós temos que fazer mesmo, porque o projeto do PT era maior. A eleição de Lula era maior que meu aumento de salário, minha luta sindical. Naquele momento, a gente compreendeu isso. E depois teve o próprio Lula que veio para cá, nós fizemos o plebiscito e o próprio Lula veio. Então, quem vai negar um pedido de Lula? Eu nem neguei e nem nego até hoje. Então, eu acho que quem mais convenceu a gente mesmo foi Lula, com a vinda dele.

A sinceridade e a clareza do depoimento são impressionantes. Pensamos que Socorro Ramalho nos ajuda a elucidar uma série de questões. Seremos fiel ao que dissemos à militante no momento da entrevista. Uma pesquisa acadêmica não procura indicar inocentes nem culpados. Também não queremos personalizar este ou aquele militante. Os nomes são decorrentes da pesquisa, somente investigamos, coligimos dados concretos e oferecemos uma interpretação para o conjunto de elementos levantados. O

fato é que o setor majoritário do PT de Campina Grande foi convencido de que a aliança local seria mais um passo em direção ao projeto transformista do PT nacional. Para tanto, a legenda campinense deveria abrir mão de uma história ligada aos grupos subalternos e de combate acirrado ao grupo Cunha Lima, coligando-se com o mesmo. No terreno das lutas de classe, portanto, a família política demonstrou possuir maior poder de atração, de acordo com a declaração de Zé Neto:

A política campinense, em todos os níveis, respirava a política dos Cunha Lima. Na imprensa, a dominação era deles, a discussão, os arranjos explicativos e as narrativas todas, também. Com os demais partidos, o centro das conversas sempre se arrastava para o campo dos Cunha Lima. Nesse momento, a hegemonia deles era em Campina e em boa parte do Estado. A política era sinônimo de Cunha Lima.

Em dois anos, o partido assumiria a prefeitura a partir do mandato da sua mais importante militante do ponto de vista eleitoral e esperava a reeleição da petista. O mais fundamental, no entanto, seria o apoio do Grupo Cunha Lima para candidatura Lula 2002, pois “a eleição de Lula era maior que meu aumento de salário, minha luta sindical”. Como vimos, os interesses da classe são subsumidos quando comparados ao projeto eleitoral da corrente Articulação. Esperamos ter deixado claro qual foi a lógica dominante presente no interior do PT de Campina Grande associado a um programa político estadual e, sobretudo, nacional.

4.6- O DURO CAMINHO DO CONVENCIMENTO, NOVAS MEDIDAS IMPOPULARES E OS XIITAS DO PT CAMPINENSE COMO ENTRAVES LOCAIS DA ALIANÇA

Enquanto a Direção Municipal do PT Campinense se reunia a fim de indicar os nomes de candidatos à prefeitura e a vereança, o prefeito Cássio Cunha Lima mais uma vez tomava uma medida antipopular. Tratava-se da sanção do projeto de lei que instituía e disciplinava o sistema de transporte individual de passageiros por motocicletas. Logo que o projeto foi encaminhado e aprovado na Câmara Municipal, segmentos de esquerda, sindicalistas e os próprios mototaxistas se mobilizaram no sentido de inviabilizar a matéria. De acordo com a imprensa escrita, “eles pretendiam mudar o texto original, em determinados pontos, como por exemplo, o número de motoqueiro regularizados, além de exigirem uma flexibilidade, diminuindo as exigências contidas no projeto”. (*Jornal da Paraíba*, 11 dez. 1999)

A nova lei, além de concentrar nas mãos na Superintendência de Transportes Públicos a prestação do serviço, determinava que o número de motoqueiros seria fixado na proporção de 1 para cada 800 habitantes. Em termos práticos, portanto, apenas cerca de 432 motos taxistas estariam habilitados para integrar o sistema, levando em consideração uma população de 345.600 mil habitantes.

O mais problemático é que pelo menos 2 mil motoristas (fantasmas e autorizados através de liminar da Justiça) já realizavam o serviço à época em Campina Grande. Assim sendo, o projeto que do ponto de vista formal prezava pela segurança dos passageiros e emprestava a atividade um tom moderno (“disciplinado”), também colocava na clandestinidade mais de 500 pessoas que utilizavam o serviço para complementar a sua fonte de renda, sem nenhuma contrapartida ou alternativa pensada por parte do legislativo e executivo municipais. Frisamos que não é somente questionado a regulação do serviço, mas, sobretudo, a forma monocrática do prefeito de tratar a questão, além da característica falta de diálogo e transparência com os mais interessados na suposta “modernização” da atividade.

Entrementes, do lado petista, quando questionado a respeito da presumida composição com o peemedebista, Raimundo Cajá, novo presidente do diretório municipal campinense, afirmava que apenas a possibilidade de vice candidatura seria insuficiente para convencer o PT a fechar um acordo com o PMDB local. Conforme assinalava, “é preciso vencer alguns entraves locais” (*Jornal da Paraíba*, 20 out. 1999). Esses empecilhos citados, possivelmente, referiam-se à resistência interna no partido, diante da cada vez mais concreta possibilidade de aliança, já que a legenda era historicamente antagônica às administrações Cunha Lima. A “forma Cunha Lima” de lidar com as questões mais urgentes suscitadas durante aquele mandato também levava água para o moinho da oposição interna petista.

Infere-se, portanto, que o PMDB teria que oferecer melhores condições para possibilitar a coligação. Nesse sentido, a progressão textual escolhida pelo redator da matéria logo apresentava ao leitor que “extra-oficialmente foi cogitado que o PT ganharia duas secretarias- Educação e Administração- caso se unisse ao PMDB”. Cabe-nos indagar: seriam estas as condições capazes, segundo avaliação do setor hegemônico do PT campinense, de superar “os entraves locais”? Cajá alegava não haver proposta oficial nesse sentido, mas admitia que diálogos já teriam sido travados de maneira informal.

Outro fato destacado pelo periódico aludia à recente posição da direção estadual (aquela mesma tratada acima) que, “eleita no último domingo, abriu todas as portas da

legenda para coligações com os partidos conservadores” (Idem), o que apontava para uma evolução mais “natural” da referida coligação. Impressão confirmada pela longa e reveladora entrevista dada pelo recém-eleito presidente do PT em âmbito estadual- o já mencionado advogado Adalberto Fulgêncio- ao insuspeito colunista Paulo Santos. O ilustrativo título “presidente petista defende diálogo com Cássio e faz crítica aos xiitas” anuncia o teor da matéria. Mais emblemático ainda é o texto de apresentação que precede o conteúdo da entrevista. Convém transcrevemo-la na íntegra:

Uma nova geração de políticos começa a ocupar espaços na Paraíba. Essa renovação atinge todos os partidos, incluindo o PT, que recentemente realizou encontro estadual e elegeu, para sua presidência, um funcionário público federal de 35 anos: Adalberto Fulgêncio. Ele assume a presidência estadual do Partido dos Trabalhadores com um desafio: começar a praticar, na Paraíba, o processo de abertura que vem sendo desenvolvido pela direção nacional, mas enfrenta inúmeras resistências de alas que considera “sectárias”. Adalberto coloca mais lenha na fogueira quando afirma, em entrevista exclusiva ao JORNAL DA PARAÍBA, que defende um “diálogo já” com o prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima, do PMDB, visando as eleições do próximo ano. (*Jornal da Paraíba*, 29 out. 1999)

O petista justificava a assertiva defendendo que Cássio vinha adotando atitudes compatíveis com as aspirações do PT e um desses exemplos seria a implantação do Orçamento Participativo, mecanismo símbolo das administrações da legenda em outros municípios, com destaque para a prefeitura petista na cidade de Porto Alegre. Ainda no prelúdio da matéria, provocado a elencar possíveis desavenças com correligionários, mencionando especificamente o nome de Avenzoar Arruda, Fulgêncio salientou que continuava sendo um radical, mas não sectário e que “ninguém se elege porque é trotskista”.

Em um primeiro plano, convidamos o leitor a perceber a relação havida entre a maioria das respostas dada pelo autoproclamado “astro ascendente” do PT estadual e o espírito que conduzia as recentes resoluções nacionais. Começamos, portanto, com o isolamento de uma parcela da “esquerda” associada ao autoritarismo e a detenção da “verdade”, o que no fundo quer fazer referência àqueles militantes inspirados pelos pressupostos do marxismo, tais como Avenzoar, Frei Anastácio, Wagner, Cunha, Sizenando, Malagodi, entre outros.

De antemão, procurava-se deixar claro que o PT não seria mais uma frente de partidos ou um “saco de gatos”, na expressão do jornalista, mas, sim, uma agremiação de caráter estratégico, citando o caso de autocrítica realizado pelo à época deputado José Genuíno, antigo militante do PCR, que adentrou ao PT com o objetivo de disputá-lo internamente. O mais importante da primeira resposta, no entanto, é a mensagem que o

presidente buscou transmitir ao identificar no crescimento experimentado pela corrente interna Articulação no Estado uma “exigência” da base partidária (bem como da sociedade paraibana), pois a obtenção dos votos da maioria no último encontro estadual revelaria categoricamente que “cada um faz a sua síntese e não tem medo de deixar para trás o que tem de conservador, não só do lado da direita, que tem muito, e nós não queremos relação. Existe também a esquerda com o autoritarismo, que quer ser o dono da verdade”.

Portanto, seria interessante para esse setor hegemônico que ora se conformava dentro do PT paraibano, e também em Campina Grande, marcar sua diferença em relação aos considerados “xiitas” ou “conservadores de esquerda”. O novo presidente frisava, contudo, que “se existe radicalidade hoje na política brasileira essa radicalidade tem que ser creditada aos petistas. Então, somos radicais”. Conforme assinala Iasi (2006, p. 471) observando os documentos partidários e as declarações de militantes petistas, “certas afirmações estavam se tornando “fraseologia” superada em comparação à realidade”, mas lembrava também que “não é fácil se livrar de uma fraseologia, principalmente se foi em torno dela que se construiu por 10 anos a identidade de um partido, diferenciando-o das demais forças, atribuindo aos seus militantes um perfil e moldando-os ao redor de certas metas e projetos”.

Fulgêncio, para não restar dúvidas, faz a seguinte ressalva: “o que nós não podemos ser é sectários, dogmáticos ao ponto de nos transformamos em uma seita”. A resolução encontrada para a encruzilhada entre “radicalidade” e “sectarismo” seria adotar o caminho da “democracia” e da “generosidade” como valores abstratos e universais. Generosidade para entender que “já existe um segmento empresarial que faz essa disputa em favor dessa política ampla, essa política que dialoga, que vê na tolerância, na generosidade, caminhos que vão traçar a saída para o país”. Outrossim, conclui o dirigente, “por isso que eu sou fundamentalmente um democrata que vê na democracia não um questionamento estratégico para ganhar ou para depois querer detoná-la. Eu acho que a democracia é a grande saída desse país, para a humanidade”.

Quanto à composição em Campina Grande, duas colocações do presidente estadual despertam nossa atenção. A primeira, mais óbvia, sugeria que o diretório municipal local teria a autonomia e independência necessária para encaminhar a política a ser adotada no tocante às próximas eleições. A segunda, mais reveladora, o petista expressou da seguinte maneira:

Agora, eu pessoalmente acho que o PT em Campina Grande deveria abrir um diálogo já com o prefeito Cássio Cunha Lima. Um diálogo em cima das políticas públicas que o prefeito está implementando na cidade de Campina Grande. Ora, o prefeito manda dizer que está implementando programas dos governos petistas. Nós queremos ter um diálogo com esse prefeito. Porque não? Tem também um entendimento e é uma questão muito pessoal e eu quero dizer muito tranquilamente, se eu fosse criado em Campina Grande, eu defenderia desde já um diálogo com o prefeito Cássio Cunha Lima. Eu digo que não vejo nenhum problema. A partir do momento que isto tiver formalizado e o PT também ter formalizado essa intenção, eu, pessoalmente, se fosse filiado em Campina Grande, defenderia essa política. (Idem)

O então presidente ainda colocava que sua leitura mantinha correspondência com a tese da Articulação defendida no último encontro estadual, na qual se fez uma caracterização do que poderia vir a ser o centro, à direita e à esquerda da política paraibano. No centro, como se supõe, as duas principais prefeituras da Paraíba (João Pessoa e Campina Grande), mas que haveria diferenças entre elas. Fazia-se questão de demarcar em tom austero: “E digo mais, o prefeito Cássio Cunha Lima tem diferença, inclusive, com o senador Ronaldo Cunha Lima. Essa também é uma generosidade nossa que estamos podendo demonstrar para sociedade. Nós somos capazes de perceber diferenças”.

Como se vê, a orientação do Diretório Estadual, à época hegemônica pela corrente interna Articulação, recomendava fortemente a composição em Campina Grande, segunda cidade mais importante do Estado, na qual seria possível estabelecer uma aliança com a família Cunha Lima, entendida como centro da política paraibana, conquistando, assim, mais espaço na arena institucional local e endossando a campanha presidencial Lula 2002. Interessante assinalar que a noção de classe social é aqui subsumida. A divisão prevalecente é se o sujeito ou grupo político ao qual este se liga pertencem abstratamente à esquerda, ao centro ou à direita, sem maior aprofundamento do que isso quer dizer. Bastava, ainda, superar os “entraves locais”, impressão que foi confirmada logo após a realização do primeiro encontro oficial envolvendo o prefeito Cássio Cunha Lima e a direção Executiva municipal.

Este aconteceu no dia 19 de novembro de 1999, às 8 horas da manhã, oportunidade em que foi discutida a coligação. Ao ser abordada a respeito da reunião, a vereadora Cozete Barbosa adiantou que não pautaria durante a conversa a possível disposição de cargos na próxima administração. Na verdade, “garantiu que o partido irá apresentar o seu programa de governo e, ao mesmo tempo, tecer algumas críticas a atual gestão” (*Jornal da Paraíba*, 19 nov. 1999). A maior destas recairia, sem muitos detalhes, sobre a condução privada da administrativa ao Cunha Lima.

A correlação de forças no interior da aliança também mereceu destaque, porque não interessaria, segundo Cozete, “participar de uma coligação e não ter força para implantar as reformas que a sociedade exige”. Nesse sentido, declarou que o PT procuraria afinar a relação com os movimentos sociais, a fim de ampliar a sua base de sustentação. Além disso, alertava, “sem dúvida, nós queremos assumir a prefeitura, porém não queremos apenas o poder pelo poder, para efetuarmos as reformas necessárias em favor do público”.

Vacilante, o último ponto levantado pela vereadora esclarecia que apenas a minoria dos petistas campinenses era favorável a uma composição com o PMDB, mas ressaltou que qualquer decisão tomada passaria por discussão em plenária com todos os integrantes da legenda. Um longo caminho de “convencimento”, pressões, silenciamento e ameaças de punições internas se inaugurava. Analisaremos os desdobramentos finais desse processo no quinto e último capítulo da dissertação.

CAPÍTULO V

O PARTIDO DOS TRABALHADORES DE CAMPINA GRANDE: UM CASO HISTÓRICO DE TRANSFORMISMO

Entendemos que o objetivo maior dos Cunha Lima é calar e desacreditar a voz da oposição do PT junto à sociedade paraibana. O PT refuta esta prática antidemocrática dessa oligarquia que, há anos, encastelada no poder, nada fez para que a população da Paraíba tivesse acesso a uma vida mais digna, onde não faltassem o pão, a justiça, a saúde e a educação (*Correio da Paraíba*, 06 jun.1991.)

Nós defendemos que em Campina Grande, é possível articular uma alternativa de centro esquerda, que reúna a administração Cássio Cunha Lima com a esquerda, buscando construir as bases políticas para uma alternativa nas eleições de 2000, na campanha municipal, e 2002, na campanha nacional. (*Correio da Paraíba*, 08 out. 1999)

A primeira citação trata-se de uma nota oficial divulgada pela Comissão Executiva Estadual do PT paraibano denunciando à população os atos de prepotência, calúnia e perseguição política do “clã Cunha Lima” contra o presidente do PT de Campina Grande no ano de 1991, Jairo de Oliveira⁴⁴. Por seu turno, a segunda circunscreve-se ao ano de 1999 e é emitida pelo vereador pessoense Júlio Rafael, membro da corrente interna Articulação, e um dos mais convictos defensores da aliança do PT campinense com o mesmo grupo oligárquico outrora combatido. O capítulo busca examinar os desdobramentos finais da aliança que já havia sido tomada como correta a nível estadual e nacional. A ideia, aqui, é acompanhar episódios emblemáticos relativos aos meses que antecederam o plebiscito que aprovou a coligação, a impermeabilidade da campanha, a dinâmica interna entre os petistas favoráveis e contrários ao processo e, finalmente, fechar o argumento demonstrando a forte burocratização que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande e o fragmentou internamente.

5.1- OS ANTECEDENTES DO PLEBISCITO

Embora o PT historicamente combatesse há quase duas décadas a administração Cunha Lima, a possibilidade de coligação com o PMDB campinense com vistas às eleições municipais tornava-se cada vez mais concreta. Em matéria veiculada pelo Diário

⁴⁴ Em meados de 1989, enquanto ocupava o cargo de presidente do PT local, foi condenado a sete meses de prisão, no processo movido contra ele pelo ex-senador Ivandro Cunha Lima, por crime de calúnia. Jairo havia acusado Ivandro de ter eletrificado sua fazenda com recursos da Companhia de Eletrificação do município (Celb), posteriormente privatizada. No fim das contas, o petista não conseguiu provar a acusação e, no início de 1993, foi sentenciado.

da Borborema, por exemplo, detalhou-se que o canal de conversação entre as duas legendas teria sido aberto na sexta-feira do dia 11 de março de 2000, quando o prefeito Cássio Cunha Lima e o presidente municipal da legenda peemedebista, José Marques Filho, chamaram o presidente municipal do PT à época, Raimundo dos Santos (o Cajá), para uma nova conversa em torno da aliança. Conforme elucidado no periódico local:

Na reunião programada para ontem na residência de Cajá, os petistas iriam aproveitar a oportunidade para apresentar aos peemedebistas um documento aprovado recentemente pela executiva da sigla, contendo os pontos que deveriam nortear o acordo. Conforme adiantou Cajá, os entendimentos só poderiam prosperar se o prefeito Cássio Cunha Lima assumisse publicamente uma postura de oposição ao governo federal e estadual e a política neoliberal. Além do mais, precisaria democratizar a administração municipal, se comprometendo em gerir com mais transparência os recursos públicos. (*Diário da Borborema*, 14 mar. 2000)

Antes de começar a reunião, o secretário do PT local e pré-candidato a vereador, Antônio Pereira, teria colocado as “cartas na mesa”, asseverando que o partido “não poderia jogar fora 20 anos de história e de luta para que haja a inserção de um novo projeto político em Campina Grande” (IDEM). O petista salientava, inclusive, que o partido já tinha articulado duas pré-candidaturas ao cargo de chefe do executivo municipal, sendo uma liderada pelo professor Edgard Malagodi e outra pelo sindicalista Arimatéia de França. Quando questionamos Malagodi sobre a sua pré-candidatura e a possibilidade de concorrer às eleições em legenda própria, o docente respondeu o seguinte:

Não é essa a questão: se havia ou não espaço para uma candidatura só petista. Não tivemos oportunidade de amadurecer essa questão. A proposta foi negociada pelo alto, antes que fosse colocada em discussão. A questão é que essa coligação foi pensada pelo Cássio, e ele conversou diretamente com o Lula (eles são amigos desde a Constituinte, em que ambos foram deputados federais, e um chegou ao outro). Essa coisa de distanciamento pessoal, de não falar com os adversários, foi uma lei que valia apenas para a base, para nós da base. A cúpula sempre fez e desfez o que quis, à revelia das decisões partidárias. Lula encarregou o Zé Dirceu de colocar isso em prática, e aí o Zé Dirceu encarregou o Silvinho (Sílvio José Pereira, o tal que ganhou uma camionete de uma das empresas, que foi condenado no Mensalão) de vir à Paraíba, e ele veio a João Pessoa e a Campina Grande, e montou o esquema com o Adalberto Fulgêncio (que é um cara de extrema direita, e na ocasião dirigia o Diretório Estadual, no governo Lula ele foi indicado para a SANASA). A Cozete gostou dos arranjos, e se beneficiou pessoalmente disso, mas de cara traiu sua trajetória no PT, que era manter uma proximidade com o setor mais combativo e independente do partido, e com a DS, e agora ela entrava para ser uma peça no xadrez da Articulação.

Segundo a declaração acima, os bastidores daquele processo em curso envolveram a mais alta cúpula do partido e contou também com a anuência dos quadros locais, interessados, de acordo com o militante, em obterem benefícios pessoais. A rearticulação

do poder municipal, bem como a divisão de cargos fruto da coligação será discutida no último tópico do presente capítulo.

Voltando à matéria inicial, o fato novo, segundo reportava o jornal a Antônio Pereira, “é que o prefeito Cássio Cunha Lima acenou para uma conversa com o PT, e nós que fazemos parte desse partido, não poderíamos deixar de lado a possibilidade real de uma conversa” (IDEM). O jornal aponta ainda que o secretário petista havia deixado claro que, ao abrir um canal de conversação admitindo firmar uma aliança com o PMDB, a agremiação não estava interessada em apontar o vice nem reivindicar cargos, mas participar efetivamente da administração municipal. De acordo novamente com o Zé Neto, todavia, não era a primeira vez que PT e PMDB tinham sentado numa mesa de negociação. O mais revelador foi o motivo apontado pelo militante capaz de obstaculizar aquele primeiro entendimento:

Pude estar presente em uma dessas conversas, no fórum Afonso Campos, com a presença de Edgard Malagodi e Cássio, quando de uma candidatura de Cássio à prefeitura. O Júlio não estava nessa reunião, mas havia um forte entendimento de lideranças do partido em favor dessa aliança. Eu não tinha expressão política maior no partido. Via alguma possibilidade de aliança, mas não me atrevia à defesa da aliança. Mas, naquele momento, a defesa da direção petista foi clara para formar aliança com o Cássio. O desejo petista foi de fazer gestão com três secretarias, algo rechaçado pelo Cássio que acusou o PT de oportunismo político, algo que não me lembro mais os finalmente das discussões, mas que não se chegou a firmar aliança alguma, naquela campanha.

O militante deve estar se referindo, possivelmente, ao ano de 1996. Os poucos jornais que pudemos consultar antes da pandemia, no centro de documentação da própria universidade, o Sedit, já apontavam uma tímida relação entre os partidos. Como não tivemos mais acesso ao material, o caso não pôde ser explorado da forma que desejávamos. Esperamos que novas pesquisas deixem ainda mais claro a questão. Há, aqui, somente esse apontamento.

Quanto às tratativas do acordo do ano 2000, o mais interessante é que o próprio PMDB reconhecia que os dois partidos estavam dispostos em campos opostos, embora propugnasse também a existência de “alguns pontos convergentes entre as duas legendas, o que poderia reaproximá-las politicamente”. A estratégia de que seria adotada no encontro com os petistas fora discutida em reunião realizada no Hotel Village e contou com participação do próprio Cássio Cunha Lima, Lindaci Medeiros, vice-prefeito à época, do já mencionado presidente do Diretório Municipal do PMDB, José Marques, do secretário do partido, Fábio Nogueira, além do presidente da Câmara Municipal, Manoel Ludgério.

O processo de efetivação da aliança estava a todo vapor. Dois dias após a notícia acima citada, o prefeito Cássio Cunha Lima volta a estampar matéria no Diário da Borborema. Dessa vez, o espaço no periódico serviu para avaliação do contato travado com a executiva petista dias antes. O chefe do executivo municipal haveria dito que a união de setores progressistas do PMDB e do PT tornava-se necessária para conter as forças conservadoras que supostamente avançariam na cidade.

Apesar de reconhecer, novamente, as divergências entre os dois partidos, o peemedebista considerou produtiva a reunião que teve como principal função aprofundar as discussões em torno de uma eventual composição política entre as legendas. Demonstrando já alguma sintonia com a executiva do PT, afirmou que durante a reunião não se cogitou a indicação de cargos, “já que o toma-lá-dá-cá em absoluto, não faz parte da postura política dos dois partidos” (*Diário da Borborema*, 15 mar. 2000). A discussão em torno da coalizão de forças mais democráticas da cidade voltou a marcar o tom do discurso do candidato à reeleição em paralelo com a luta contra as forças conservadoras. Sem nomear quais seriam as tais forças regressivas, Cássio Cunha Lima arremata:

Eu acho que é a nossa missão histórica nesse momento. Ter o aprofundamento dessa discussão deixando claro as diferenças que existem entre um e outro partido, mas buscando numa visão ampla de política, os pontos de convergência para numa atitude histórica, barrar o movimento que se vê de forma muita nítida de evolução de forças conservadoras (IDEM).

Quanto aos pontos em comum existentes entre a agremiação peemedebista e o PT campinense, aqueles que poderiam contribuir para o estreitamento da relação entre as duas siglas, passo decisivo para uma possível coligação, o presidente do PMDB local os enumerou da seguinte forma: a) a consolidação do Orçamento Participativo; b) o Bolsa Escola; c) a assistência a que se tem dado aos carentes; d) o plano de moradia com a reconstrução de casas, além de programa no campo da saúde. Consoante o dirigente, a partir do levantamento dessas bandeiras, “o PMDB tem dado demonstração inequívocas de que tem assumido algumas práticas, defendidas pelo PT. De tal forma que, esses pontos são fundamentais para a composição de uma aliança entre os dois partidos ” (IDEM).

A campanha eleitoral do ano 2000 visando à prefeitura de Campina Grande aparentou ser marcada pela disputa entre os partidos que buscaram a todo momento colocar-se enquanto aquele que seria o mais progressista. O PDT, à época tendo como principal liderança local o deputado Vital do Rêgo, o Vitalzinho, também retomou conversas com o PT a respeito de uma remota possibilidade de composição, com vistas à sucessão municipal. Dois dias após a executiva petista ter uma segunda reunião com

setores do PMDB, isto é, no dia 15 de março, os dirigentes do PDT e do PT abriram diálogo que se fundamentou em cima do documento aprovado pelos petistas, norteador para formação de uma coalizão. Mais uma vez o presidente Raimundo Cajá, segundo redação do Diário da Borborema, teria afirmado “que os entendimentos só poderiam prosperar caso o PDT assumisse publicamente oposição ao governo de José Maranhão” (*Diário da Borborema*, 15 mar. 2000).

Embora os partidos historicamente tivessem pontos convergentes e uma união entre os dois fizesse mais sentido do que a chapa PT/PMDB, na esfera local a relação havia se desgastado em função dos fatos ocorridos na última eleição estadual, colocando PT e o PDT em campos opostos. O motivo do dissenso foi o apoio dado pelos pedetistas a José Maranhão, ao invés do candidato petista Gilvan Freire. Para o pedetista e líder do partido na Câmara Municipal, Veneziano Vital do Rêgo, irmão de Vitalzinho, a exigência do PT, isto é, o rompimento definitivo com o governo do estado, condição imposta para viabilizar a aliança, seria “querer restringir e minimizar o debate, evitando que ele seja municipalizado. É querer fragilizar o processo” (IDEM).

Com a candidatura posta desde 1999, o PDT, confessa Veneziano, externou ao PT o desejo de participar da frente porque acreditava que Campina já teria saturado do atual modelo administrativo e, por isso, precisaria de uma alternativa confiável, ou seja, “de um candidato que aglutine forças progressistas e de mudança” (IDEM). No mesmo número do dia 16 de março, o periódico estampava na página 3, em letras garrafais, a matéria cujo título era “Cozete: eu não luto para ser vice-prefeita”. É ilustrativo do conteúdo o primeiro parágrafo do texto, senão vejamos:

Embora uma eventual composição com o PMDB represente o caminho mais próximo para o Partido dos Trabalhadores chegar ao poder e governar por exatos dois anos e nove meses a cidade, caso o prefeito Cássio Cunha Lima seja reeleito, e se afaste da prefeitura para disputar o governo do Estado, a vereadora Cozete Barbosa reafirmou categoricamente que não está reivindicando o cargo de vice, na chapa que será encabeçada pelo prefeito campinense. Contudo, deixou claro que os seus destinos políticos pertencem ao PT, devendo permanecer como Vereadora. (*Diário da Borborema*, 16 mar. 2000)

Na posição de primeira vereadora petista eleita na cidade (com a reeleição praticamente assegurada ou ainda podendo concorrer a vaga no executivo municipal via chapa única), Cozete, admitindo implicitamente a possibilidade real de aliança com o PMDB, teria afirmado que, naquele momento, a grande preocupação do PT não era conquistar cargos no governo de coalizão, mas com a construção de um programa de governo. Segundo relato da petista veiculado pelo Diário da Borborema, a discussão em

torno da indicação do cargo de vice seria travada internamente no partido de forma muito delicada, levando em consideração os 20 anos de história da sigla, apesar de considerar “normal” a manutenção do diálogo do PT com o PMDB em torno da política de aliança, uma vez que, para vereadora, “os dois partidos têm uma forte inserção política na cidade”. Para ela, ao assumir essa postura de diálogo:

O PT está mostrando que não é um partido sectário, radical, mas aberto a discutir com todos os segmentos as questões que dizem respeito aos interesses da cidade. O PT tem uma importância política muito grande e não pode se negar a discutir com nenhum partido, muito menos com o PMDB que hoje está no poder, os problemas da cidade e apresentar propostas- acentuou. (IDEM)

Com efeito, Cozete buscava deixar claro que naquele momento o PT não era mais um partido que apenas critica a administração municipal, mas que faz uma oposição propositiva, diferenciando-se, assim, das demais legendas por apresentar propostas que visam a contribuir com o governo. É bastante elucidativo, por exemplo, a passagem na qual Cozete defende que “o Partido dos Trabalhadores tem programas e propostas, para os governos, seja o de Cássio, do PDT, PFL ou quem estiver no poder.” (IDEM).

Deste modo, o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande, finalmente, convoca uma plenária para o dia 25 de março de 2000, com o objetivo de decidir se consolidaria uma aliança política com o PMDB ou, ao contrário, ratificaria a decisão tomada pela base petista na convenção municipal, que havia optado pela candidatura própria. Se a opção pela segunda alternativa se mantivesse, o dia 8 de abril reservaria espaço na agenda do PT local para uma prévia que poderia definir entre Edgar Malagodi e Arimatéia França para encabeçar a Frente Democrática Popular.

Contudo, após uma terceira reunião com os setores considerados progressistas do PMDB, ocorrida no dia 20 de março e realizada no escritório do prefeito Cássio Cunha Lima, que contou, inclusive, com a presença do presidente estadual do partido, Adalberto Fulgêncio, entusiasta da política de aliança ora em diante adotada pela agremiação e principal representante da corrente Articulação, a alternativa pela coligação adquiria solidez. Conforme apuramos, pelo PT, marcaram presença, além do já mencionado Adalberto Fulgêncio, Raimundo Cajá, Teresinha Cavalcanti, Arimatéia de França, Cleber Freire, José Basílio, Alda Medeiros, enquanto que, pelo PMDB, compareceram ao encontro, o prefeito Cássio Cunha Lima, José Marques Filho, o vice-prefeito Lindacy Medeiros e os vereadores Evilásio Junqueira e Manoel Ludgério.

A terceira reunião entre as legendas, portanto, segundo mais uma vez o presidente do PT campinense Raimundo Cajá, “aprofundou de forma programática alguns temas que

têm a ver com o modo petista de governar” (*Diário da Borborema*, 22 mar. 2000), uma vez que, frisa Cajá, “a discussão travada com qualquer partido sobre a política de aliança necessariamente tem que passar pela concepção de um programa de governo” (IDEM). Embora assuntos referentes à ocupação de cargos não tenham sido tratados durante a realização das três reuniões, o PT, caso optasse pela composição com o PMDB, teria o direito de indicar o vice na chapa encabeçada pelo prefeito Cássio Cunha Lima. Conforme assegurou o próprio Cássio ao *Jornal Diário da Borborema*, essa questão era consensual dentro do seu partido.

No mesmo número, Raimundo Cajá também garantia que se naquele sábado o plebiscito do PT decidiria pela coligação com o PMDB, o partido ficaria com a vice prefeitura de Campina Grande. O texto da matéria afirma ainda que “os moderados acham que a data representará a derrubada do muro de Berlim do PT” (*Diário da Borborema*, 22 mar. 2000), talvez querendo fazer alusão a pouca disposição do partido em submeter-se a uma política de alianças tão flexível quanto a realizada naquele momento de sua história na cidade.

Mais interessante é o enxerto abaixo deste. Com o título “MR. Godi”, ironicamente, o articulista do jornal refere-se ao professor Edgard Malagodi que, porventura, estaria na “Terra da Rainha Elisabeth, onde faz convênios entre o mestrado de Sociologia da UFPB com universidade inglesas”, colocando que o dirigente petista já estaria arrumando “as malas, para embarcar para Rainha da Borborema”, a fim de “colocar água no Chopp de Cajá” (IDEM). O alerta do periódico parecia fazer sentido, já que, dois dias após aquela matéria, Malagodi teria declarado em relação à prévia que definiria a proposta de indicar o vice de Cássio que “a preço de hoje, há uma ampla maioria contra” (*Correio da Paraíba*, 24 mar. 2000). Aqui, percebemos que a aliança não era de todo consensual no interior da agremiação e a plenária do dia 25 seria ainda atravessada de tensão entre as tendências internas.

5.2- O PLEBISCITO APROVA A ALIANÇA

Acompanhamos o resultado da plenária petista através de matérias de dois jornais, um com circulação em João Pessoa e outro campinense, a saber, o *Correio da Paraíba* e o *Diário da Borborema*, respectivamente. Neste último, constata-se que a executiva municipal do PT de Campina Grande retomaria já na semana seguinte o diálogo com o PMDB, “a fim de consolidar um acordo entre as duas legendas, com vistas às

eleições deste ano” (*Diário da Borborema*, 28 mar. 2000). A autorização, para tanto, foi concedida pela base do partido, no último sábado, por meio de um plebiscito realizado no Centro de Tecnologia Severino Loureiro. Consoante o periódico, após apreciação das urnas, “dos 291 petistas que compareceram à plenária, 173 que correspondem a 63% dos votantes se posicionaram favoráveis à coligação, enquanto que 102, foram contra, optando pela candidatura própria” (IDEM).

Além da cúpula local do partido, que compareceu em peso ao evento que traçou os novos rumos tomados da legenda e definiu sua posição em relação ao pleito do ano 2000, vale destacar, mais uma vez, a presença de integrantes do diretório estadual, não por acaso, lideranças da tendência majoritária do partido, a Articulação, representada na figura do presidente estadual do partido, Adalberto Fulgêncio, do vereador Júlio Rafael e o do deputado Luiz Couto. A tensão parecia estar no ar na manhã do dia 25 de março⁴⁵, o clima entre as tendências internas do PT de Campina Grande durante a realização do evento foi da seguinte maneira resgatado pela equipe de redação do *Diário da Borborema*:

Apesar de ter transcorrido sem nenhum incidente, a plenária do PT foi tensa e marcada por discussões, bate-bocas, insultos e provocações. Durante todo o dia, os integrantes da Democracia Socialista, bem como os militantes da ala Independente tentaram através de discursos contundentes, convencer os petistas de votarem contrários à proposta defendida pela Articulação. (IDEM)

O principal argumento daqueles que se colocavam contra a composição política residia no fato de que o PT não poderia se aliar ao grupo oligárquico que historicamente combateu. Em resposta ao primeiro grupo, “os integrantes da tendência Articulação, utilizando de faixas, afixadas na entrada do Antigo Museu Vivo, tentavam mostrar a importância da coligação, defendida pela maior liderança da sigla, Luiz Inácio Lula da Silva” (Idem). Os ânimos parecem ter se acirrado no momento em que se aproximava o fim da votação, quando o professor Josevaldo Cunha, contrário à aliança, se desentendeu com um militante e foi contido pelos companheiros.

Na mesma edição do jornal, a coluna intitulada “Binóculo” é digna de menção. Dividida em três tópicos, a matéria girava em torno da aliança recente entre PT/PMDB. No primeiro deles, a intenção foi transmitir a ideia de que o prefeito Cássio Cunha Lima, antes de propor uma aliança com o PT, havia conversado com seu pai e tio, Ronaldo e Ivandro Cunha Lima, além do candidato à reeleição em João Pessoa, Cícero Lucena. Após

⁴⁵ Conforme informações do DB, “duas urnas foram instaladas, no Centro de Tecnologia, sendo que a primeira recebeu os votos dos petistas da 16ª e 17ª Zona Eleitoral, enquanto que na outra, foram depositados os votos dos militantes das 71ª e 72ª. A votação começou às 8hrs e foi encerrada pontualmente às 17hrs”. IDEM.

o diálogo, o candidato campinense “recebeu o sinal verde para seguir adiante, inclusive pavimentar o caminho para candidatura a vice de um (a) petista” (*Diário da Borborema*, 28 mar. 2000). Parece-nos que o Jornal da Paraíba buscava demonstrar aos seus leitores que nenhuma decisão do filho poderia ser tomada sem o aval político do pai.

Em outra passagem da coluna, com o ilustrativo título “sedento”, especulava que diante da vitória da proposta de coligação com o PMDB, “alguns petistas já defendem a participação de integrantes do partido, a partir de abril” (IDEM), uma vez que parte do secretariado da prefeitura, observada a fase de transição de um mandato ao outro, deixariam os cargos. O fim do tópico do jornal usa da ironia ao afirmar que “tem neguinho com muita sede” (IDEM), claramente buscando denunciar o suposto interesse de petistas em ocupar cargos no corpo administrativo da prefeitura, caso a vitória se concretizasse.

Por fim, a última tirinha, tendenciosamente designada “cargo”, sugeria que o advogado e membro da tendência articulação, Jairo de Oliveira, “em tom de brincadeira”, havia enviado ao procurador-geral do município, Luciano Pires, a seguinte mensagem: “É bom ir limpando as gavetas e a cadeira, pois a quero bem fresquinhas” (IDEM). Admitida a falta de impessoalidade do veículo de notícias locais na divulgação dos acontecimentos, o fato é que a atitude de integrantes do PT campinense não condizia com a postura tida nas fases de conversação em torno da coligação, quando se defendia um programa de governo para a cidade. Isso para não falar muito no histórico desses mesmos integrantes passados mais de vinte anos do partido em terras campinenses. Algo, claramente, havia mudado.

Mudança essa captada à sua maneira pela pena do articulista Antonio Marcos, integrante do jornal *Correio da Paraíba*. O artigo escrito na edição do dia 28 de março é bastante elucidativo das metamorfoses experimentadas pelo PT campinense. O redator inicia seu texto defendendo que “a decisão tomada no último sábado pelo PT- Partido dos Trabalhadores- de se coligar com o PMDB com vistas a disputa das eleições municipais de outubro, mudou literalmente o quadro político de Campina Grande” (*Correio da Paraíba*, 28 mar. 2000). Mudou, sobretudo, conforme argumenta Antonio Marcos, porque o PT campinense fazia oposição ao PMDB campinense e ao grupo Cunha Lima na cidade e no estado havia 18 anos, quase a idade que possuía o partido. Continua o articulista:

Daquela época até o último sábado, o PT de Campina Grande criticava em todos os níveis a atuação do PMDB. Desde a questão política, e, principalmente, a questão administrativa. Vale lembrar, que em vista desse combate cerrado do PT, o PMDB nunca recebeu aceno para uma mínima aproximação com o partido da estrela. Além disso, a administração do PMDB

na Prefeitura de Campina Grande, era via PT, bombardeada por sindicalistas ligados ao Sintab- Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema, principalmente quando a entidade era dirigida pela hoje parceira do PMDB, a vereadora Cozete Barbosa. (IDEM)

Antonio Marcos atenta, portanto, para outro ponto importante no que concerne às consequências da composição política em Campina Grande: o PT campinense e o sindicato do qual provinham nomes importantes de sua militância não poderiam ser mais os mesmos. Os petistas no governo dificilmente guardariam iguais relações com o movimento organizado dos trabalhadores na cidade, uma vez que teriam a obrigação de apoiar as decisões administrativas tomadas pelo poder municipal, não mais assumindo postura crítica em relação ao PMDB.

Quanto à cobertura do processo que desembocou na aliança, o periódico pessoense analisado privilegiou a exposição dos supostos pontos programáticos que dariam vazão à coligação. Na página reservada ao tema “política”, do dia 27 de março, por exemplo, detalha-se que “o programa de governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores enfatiza quatro pontos” (*Correio da Paraíba*, 27 mar. 2000). Estes, respectivamente, dizem respeito à “geração de empregos e renda, a democratização da máquina pública, a ampliação do programa Médico da Família e o programa de Orçamento participativo” (IDEM).

O jornal também concentrou seus esforços na apreciação dos próprios petistas em relação ao acordo em Campina Grande. Vale ressaltar, primeiramente, o relato da vereadora Cozete Barbosa, quando questionada acerca do resultado do plebiscito que oficializou- em detrimento das divergências internas- a coligação do PT com o PMDB. A parlamentar campinense asseverou que o resultado da plenária se tratava “de algo que já era esperado”, uma vez que “a coligação foi um assunto bem debatido publicamente e o resultado correspondeu àquilo que já esperávamos” (IDEM). Além disso, Cozete acrescentou que confiava “na adesão total dos partidários que se demonstravam contrários”, pois “apenas dois ou três” mantiveram posição desfavorável à decisão tomada na plenária. Os demais integrantes do partido, finaliza a ex- sindicalista, “já acataram o fato” (IDEM). A ex- sindicalista sustentou ainda, na subsequente edição do jornal, “que todos devem seguir a decisão do plebiscito. Quem se recusar, pode até ser punido” (*Correio da Paraíba*, 28 mar. 2000)

É bom que se diga que entre os integrantes dos diretórios, tanto o estadual paraibano quanto o municipal pessoense, também não havia consenso em relação à coligação que avançava em Campina Grande. Os deputados Frei Anastácio, Avenzoar

Arruda e Ricardo Coutinho, por exemplo, manifestaram sua insatisfação no que tange a composição com PMDB na “Rainha da Borborema”. Frei Anastácio defendeu que se deveria lançar a candidatura da vereadora Cozete e somente se poderia conversar com o partido de Cássio em um eventual segundo turno. Para o deputado petista, “Cozete é uma candidata de mão cheia”, lembrando que o partido também teria a opção de lançar o professor Edgard Malagodi. Ainda segundo Frei Anastácio, “o PT não pode aderir ao grupo Cunha Lima quando tem as condições necessárias para disputar a eleição municipal de Campina Grande” (*Correio da Paraíba*, 27 mar. 2000).

Ele demonstrou também profundo desapontamento ao saber que dezenas de petistas, inclusive o deputado Luiz Couto e os ex-deputados Chico Lopes e Francisco Adelino, “assinaram um manifesto de apoio à proposta de lançamento da chapa Cássio (PMDB) - Cozete (PT), em campina Grande” (IDEM). O parlamentar argumenta que os petistas que assinaram o manifesto “demonstraram total incoerência política”, pois, no governo Ronaldo Cunha Lima, os então deputados Luiz Couto, Padre Adelino e Chico Lopes foram aqueles que mais fizeram oposição cerrada e hoje defendem uma coligação petista com o PMDB. Mais interessante é o próximo trecho no qual o articulista Nelson Barbosa analisa os acontecimentos recentes e o opina sobre qual o caminho deve ser tomado pelos descontentes:

Mas a avaliação que se faz é que o PT, que sempre se considerou a palmatória do mundo, resolveu deixar o xiitismo de lado, com objetivo de chegar ao poder. Também há a expectativa do partido lançar um candidato a senador na chapa peemedebista liderada pelos Cunha Lima, em 2002. Neste caso, só resta a Ricardo Coutinho, Frei Anastácio e Avenzoar Arruda (deputado federal) duas opções: aceitar a composição com os Cunha Lima como defende a corrente Articulação, ou deixar o partido. (IDEM)

Ricardo Coutinho, cotado à época para ser o candidato do partido à prefeitura de João Pessoa, já havia, em outra oportunidade, se manifestado contrário à coligação, argumentando que “esta aliança em Campina Grande fere a resolução do PT de ser contra quem apoia FHC como Cássio. Depois, não pode dar suporte a oligarquia que, há muito mandam na política do Estado” (*Correio da Paraíba*, 24 mar. 2000). Outro nome do PT municipal pessoense que se colocava contra a coligação em Campina Grande era Avenzoar Arruda. Este teria revelado ao *Correio da Paraíba* que aguardaria a posição da direção nacional do PT quanto à aliança com o prefeito Cássio. Alegava o petista: “Há uma deliberação do PT de não se coligar com aliados do presidente FHC. E Cássio é aliado” (*Correio da Paraíba*, 27 mar. 2000).

Por outro lado, havia também entre os petistas de João Pessoa, entusiastas da composição política. Era o caso, por exemplo, do vereador Júlio Rafael. O médico e vereador petista pertencia a corrente Articulação e até o último dia que antecedeu o plebiscito que definia a aliança com o PMDB trabalhou no sentido de sua concretização, sendo visto, inclusive, em um evento sentado na mesa do prefeito Cássio Cunha Lima, “conversando animadamente como velhos correligionários”.

Apesar das divergências entre opositores e favoráveis ao acordo, o que percebemos daí em diante foi uma forte mobilização dos setores petistas campinenses defensores da composição política no que toca à defesa do primeiro mandato de Cássio Cunha Lima. Cozete Barbosa, exemplificando, passou a prestar loas à experiência do “Orçamento Participativo” implantado em Campina Grande durante a administração de Cássio. Para a vereadora, a iniciativa tomada por parte da prefeitura seria “algo jamais visto em todo o país” (*Diário da Borborema*, 3 abr. 2000). E que, portanto, merecia ser “reconhecida como iniciativa louvável”. Segundo, ainda, a ex-sindicalista, “somente os cegos não querem ver que a iniciativa do orçamento participativo, por parte do prefeito Cássio Cunha Lima, é um dos mais saltares em se tratando do poder público municipal” (IDEM).

Devemos, contudo, ter clareza necessária para entender que uma aliança dessas proporções não passaria incólume diante das injunções do conturbado e imprevisível dia-a-dia político, isto é, cada nova ocorrência poderia abalar a coligação. Uma delas tomou os jornais locais logo no desabrochar de abril. Trata-se da substituição do nome de Cássio pela indicação do ex-deputado Ivandro Cunha Lima, o que, possivelmente, arranharia o que vinha sendo alinhavado com o PT. Tanto é que o próprio Ivandro fez questão de ligar para o articulista Agnaldo Almeida, redator do *Diário da Borborema*, a fim de esclarecer o que havia passado. Cabe frisar que seu nome causou algum desagrado no interior da agremiação petista, sobretudo, em função do episódio que determinou o encarceramento de Jairo de Oliveira, dirigente do PT local e apoiador da coligação. Conforme aponta o colunista:

O ex-deputado Ivandro Cunha Lima liga para informar que, apesar da receptividade ao seu nome, não está pleiteando a indicação para sair candidato à Prefeitura de Campina Grande. Confirma seu apoio a Cássio e só lamenta que alguns setores do PT tenham, precipitadamente, oferecido restrições caso houvesse a mudança, lembrando que quando foi deputado federal muitas vezes votou com as teses petistas. Além de um excelente relacionamento pessoal que manteve com toda a bancada. (*Diário da Borborema*, 5 abr. 2000.)

O colunista comentava também que uma possível indicação de Ivandro como candidato a prefeito, em nada deveria alterar a coligação entre PMDB e PT, visto que “esta aliança se deu com base em princípios, que obviamente seriam assegurados”. No mesmo sentido, no dia posterior à declaração do tio, o sobrinho manifestou-se acerca dos critérios que norteariam a coligação feita com o PT, em Campina Grande. Segundo ele, “A nossa aliança é ética e foi feita entre partidos, não entre pessoas. Nosso compromisso não é com nomes, é com a cidade” (*Diário da Borborema*, 06 mar. 2000.)

5.3- “AGORA É CÁSSIO E COZETE; E CAMPINA PINTA O SETE”: O CAMINHO DA HOMOLOGAÇÃO E LULA ABENÇO A COLIGAÇÃO

O dia 28 de março de 2000 marcou nos jornais locais a apreciação da primeira prévia eleitoral⁴⁶. Esta demonstrou que os prefeitos Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima marchariam sem grande dificuldade para a obtenção de seus segundos mandatos. Agnaldo Almeida, articulista do *Diário da Borborema*, ironizou o fato de que, no segundo maior colégio estadual do estado, tinha-se como possível que as oposições juntas pudessem ameaçar a posição de Cássio. O jornalista foi enfático ao afirmar que:

Nada disso: quer na pesquisa estimulada, quer na espontânea, o prefeito de Campina Grande apresenta-se com folga com folgada vantagem sobre o conjunto dos seus virtuais concorrentes. No primeiro caso (pesquisa estimulada) parte logo com 53% das intenções de voto. A soma dos percentuais obtidos por Enivaldo Ribeiro (16), Lígia Feliciano (8), Malagodi (3) e Vital Filho (2) não chega a 30%. (*Diário da Borborema*, 28 mar. 2000.)

A surpresa maior ficou por conta da baixíssima receptividade ao nome do deputado Vital Filho. Conforme apontou a pesquisa espontânea, ele sequer teria sido citado pelos entrevistados. Já a médica Lígia Feliciano, consoante a estimulada, obteve a metade do percentual de Enivaldo Ribeiro, nome em tese mais forte da oposição. Quanto aos 3% do PT, talvez agora já deva ser somado aos 53% de Cássio, uma vez que a coligação estava praticamente consolidada.

Em outra matéria, na qual o próprio Cássio foi convidado a avaliar seu desempenho na primeira prévia, o candidato fez menção a dois conjuntos de acontecimentos. No primeiro, mais protocolar, defendeu que os votos levantados pela Vox representariam o reconhecimento da população ao trabalho que vinha sendo

⁴⁶ Pesquisa realizada pela empresa Vox Populi e publicada no domingo do dia 26 de março de 2000 através do jornal *O NORTE*.

realizado pelo governo nos diversos setores da cidade, sendo “o resultado de um governo popular, interativo, democrático que escuta permanentemente a população” *Diário da Borborema*, 28 mar. 2000). No segundo, por sua vez, acrescentou que recebeu com satisfação o resultado da plenária do PT, quando a base do partido optou em se coligar com o PMDB, pois, para o candidato, “o PT deu mais uma demonstração de maturidade, voto que a vontade a maioria prevaleceu” (IDEM).

As águas de março, além de fecharem o verão, traziam dias agitados no que concerne a movimentação dos partidos que concorriam à administração da cidade. Enquanto a bancada governista na câmara revelava a resistência de alguns setores internos do PMDB em relação à coligação com o PT- sobretudo, apresentando reservas quanto à indicação do vice, bem como a oferta de algumas secretarias para agremiação petista -, e os oposicionistas defendiam que todos os partidos políticos, que fazem oposição ao grupo Cunha Lima, efetivassem o lançamento da candidatura do deputado Enivaldo Ribeiro, os dirigentes petistas campinenses se reuniam em João Pessoa com Lula (*Diário da Borborema*, 29 mar. 2000).

A conversa com o presidente de honra do partido teve como objetivo a exposição do atual quadro político do estado, bem como a recente decisão tomada pela maioria da base petista que viabilizou a composição com o PMDB, com vistas às eleições daquele ano. Além do presidente Raimundo Cajá, integraram a comitiva campinense que jantou com Lula, a vereadora Cozete Barbosa, principal cotada para ser a vice na chapa encabeçada pelo prefeito Cássio Cunha Lima, a vice-presidente Teresinha Cavalcante, os sindicalistas Arimatéia de França e o professor Edgard Malagodi. O *Diário da Borborema* assim expôs as motivações e a pauta correspondente ao diálogo:

Basicamente, a conversa com Lula, conforme adiantou ontem Raimundo Cajá, vai girar em torno da política de aliança, principalmente do acordo programático que se vislumbra entre PT e PMDB. Na oportunidade será discutida a pré-candidatura de Lula à presidência da república em 2002. Lula veio à Paraíba para dar apoio aos petistas que vão postular cargos eletivos nas eleições deste ano, sejam nas Câmaras ou Prefeituras Municipais (IDEM).

Durante a visita, o nome de maior expressão do Partido dos Trabalhadores, que já havia, inclusive, defendido publicamente a coligação do PT com o PMDB em Campina Grande, recebeu também o título de cidadão pessoense. A primeira aprovação de Lula foi realizada por telefone, em entrevista à Rádio Campina Grande FM, no dia 22 de abril de 2000. Na oportunidade, o presidente de honra do partido pediu aos militantes que depositassem sua confiança na aliança. Indagado se a composição era contraditória, uma vez que o PT campinense há 18 anos combate a política administrativa do grupo Cunha

Lima na cidade, Lula apenas acenou que “não”. Conforme assinalava o periódico pessoense *Correio da Paraíba*, o petista considerava que “o mais importante nesse momento é a certeza de que ao encabeçar uma chapa com o PMDB, nosso partido terá a oportunidade de avançar no que tange a uma proposta administrativa e social de governo no município”. (*Correio da Paraíba*, 23 abr. 2000).

Após o aceno positivo de Lula, a executiva do PT campinense marcou para sexta do dia 31 de março um encontro que, enfim, definiria a data da pré-convenção que homologaria a candidatura a vice da vereadora Cozete Barbosa. Esta realizou-se no dia 15 de abril, às 9 da manhã, no mesmo local que ocorreu a plenária anteriormente citada. Na oportunidade, conforme pudemos acompanhar, ratificou-se o nome de Cozete para o cargo de vice na chapa encabeçada por Cássio nas eleições de outubro e, portanto, a posição do partido em fazer coligação com o PMDB, “mesmo que algumas alas não concordem com o fato, já confirmado inclusive pela Executiva Estadual, com a aprovação do resultado do plebiscito realizado pelo partido em Campina Grande” (*Diário da Borborema*, 14 abr. 2000).

Além da confirmação do nome de Cozete para vice, a legenda ainda escolheu os candidatos a vereadores⁴⁷, bem como assumiu a possibilidade de negociações com outros partidos, que fizeram campanha pela coligação PT/PMDB. A pré-convenção teve como intuito oferecer, segundo o dirigente Raimundo Cajá, “uma resposta para quem pensava que o PT seria escamoteado do processo sucessório pelo PMDB” (IDEM). A matéria a respeito da prévia petista serviu, ainda, para observarmos o posicionamento de Cajá frente a um rumor que ganhava corpo na cidade. A “boca miúda” corria a informação que o partido de Cássio estaria mantendo entendimentos com aquele que despontava como seu principal adversário naquela disputa eleitoral, o deputado federal, à época, Enivaldo Ribeiro⁴⁸. Sobre isto, Cajá fez pouco caso e apenas comentou: “Não nos importa se o

⁴⁷ Segundo publicação do *Diário da Borborema*, o professor Edgard Malagodi não havia inscrito sua pré-candidatura na convenção. Verdade ou não, o periódico afirma que os membros da Articulação local, cujos nomes mais proeminentes encontramos na figura de Raimundo Cajá e Jairo de Oliveira, imaginavam que a atitude do professor decorria da sua esperança em ser prefeito, “prevendo o fim do namoro entre PT e PMDB”. Nossa atenção voltada à pequena intriga do *Jornal* só se mantém relevante no sentido de ir buscando argumentar que a coligação entre PT-PMDB em Campina Grande sofreu resistência das alas que não compactuaram com o acordo, por menores que o fossem. (*Diário da Borborema*, 30 abr. 2000).

⁴⁸ Se o entendimento não aconteceu naquele momento, ocorreu depois. Não à toa Enivaldo Ribeiro ocupou o cargo de vice-prefeito da cidade na chapa com Romero Rodrigues, integrante do grupo Cunha Lima, no quadriênio 2016-2020. A força do grupo continua, posto que o neto de Enivaldo, o já vereador Lucas Ribeiro, formou a chapa vencedora das eleições municipais de 2020 ao lado de um primo de Cássio, o parlamentar Bruno Cunha Lima.

encontro aconteceu ou não. Nossos entendimentos com o PMDB são sérios e continuam valendo” (IDEM).

Por seu turno, o grupo que se posicionou contrário à aliança não desistiu tão facilmente de impugnar a chapa Cássio/Cozete. A última cartada dessa ala foi o pedido de anulação da pré-convenção que decidiu pela coligação junto ao Diretório Nacional, apesar da composição política já ter sido aprovada a nível local, estadual e pela executiva do partido, faltando somente a palavra final do PT nacional, que foi dada no fim de semana do dia 27 e 28 de maio de 2000. Novamente, a coluna “Binóculo” do *Diário da Borborema* esteve atenta à precipitação dos acontecimentos que norteavam a aliança aqui em Campina Grande. Segundo matéria do periódico, a vereadora Cozete, partindo do adágio popular “seguro morreu de velho” (*Diário da Borborema*, 26 maio 2000), embarcou para São Paulo, com objetivo de acompanhar o julgamento do recurso formulado pelo grupo petista que o jornal local preferiu designar de “ala radical do PT campinense”.

A coluna, de fato, intitulava os desfavoráveis a composição com termos depreciativos. Na edição do dia 6 de junho, por exemplo, novamente ao se referir ao grupo de Malagodi, Cunha, Terezinha Cavalcanti, entre outros, o redator do texto usou do epíteto “xiitas”. A matéria versava sobre a coordenação da campanha proporcional do partido, que ficou sob a responsabilidade de Raimundo Cajá. Para majoritária, os três coordenadores escalados foram os moderados Arimatéia França, José Basílio e Kleber da Celb. A esquerda do PT campinense estava, portanto, isolada. (*Diário da Borborema*, 6 jun. 2000). Na edição do dia 27 de maio, o jornal voltava a se manifestar da seguinte forma acerca da reunião do Diretório Nacional:

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores está reunido neste sábado e domingo, em São Paulo, para definir, de uma vez por todas, se a coligação entre PT e PMDB em Campina Grande tem validade ou não. [...] O recurso junto ao PT nacional foi impetrado pela chamada “Ala do Contra” do PT local, e que não concorda com a união da legenda com o PMDB, ou seja, que a vereadora Cozete Barbosa seja a vice na chapa encabeçada pelo prefeito Cássio Cunha Lima, nas eleições de outubro próximo. (*Diário da Borborema*, 27 maio 2000).

Um dos integrantes da chamada “ala do contra” era o sindicalista e professor Josevaldo Cunha, defensor do fim da coligação e formação, junto ao PCdoB, PSB e PV, de uma Frente Democrática que pudesse lançar candidatos a prefeito e a vice para as eleições municipais daquele ano. Como o dissenso envolveu o Diretório Nacional do PT, na terça do dia 23 de maio, esteve na cidade um dos secretários do partido a nível estadual, Sílvio Pereira (o do veículo apontado por Malagodi em entrevista), a fim de se reunir com

Cozete, Raimundo Cajá e o próprio Cássio, para colher informações sobre a coligação e preparar um relatório que foi apresentado ao Diretório Nacional, durante a reunião que daria a palavra final sobre o processo em litígio. Segundo a matéria consultada:

O relatório vai mostrar o que realmente foi acordado entre os dois partidos, os documentos firmados e as propostas comuns da união, como também os pontos programáticos da aliança. Para Cozete Barbosa, como já ocorreu em três níveis, mais uma vez a coligação entre PT/PMDB será aprovada e será colocado um ponto final na questão. (IDEM)

A parlamentar petista tinha razão, visto que foi mesmo o que aconteceu. Por 42 votos a 22, o DN do Partido dos Trabalhadores deu a palavra final a respeito da coligação e reiterou todas as decisões tomadas pelo partido a nível local, estadual e pela Executiva Nacional. Com isso, a união do PT com o PMDB ficou devidamente aprovada e o nome de Cozete seria aquele indicado para formação da chapa. Conforme aponta o Diário da Borborema em outra edição, a situação uma vez resolvida, “o PT já confirmou sua convenção para o dia 18 de junho, data que também deverá acontecer a convenção do PMDB, já que as mesmas serão conjuntas, apesar de acontecerem em locais diferentes” (*Diário da Borborema*, 30 maio 2000). Com efeito, pelo menos do lado petista, não havia mais nada a ser feito no sentido de desacreditar a composição política, aprovada em todos os níveis possíveis. De fato, o grupo que comandou a inflexão à direita do PT campinense conseguiu colocar “um ponto final na questão”.

A tarefa número zero a partir de agora residia em aplacar os ânimos dos descontentes. A própria Cozete assegurava que o partido estaria unido no apoio a Cássio. A vereadora confirmou a realização de um encontro com Edgard Malagodi, Terezinha Cavalcanti e Josevaldo Cunha, componentes da ala que discordou da coligação, objetivando o aprofundamento do diálogo e uma possível pacificação no partido (*Correio da Paraíba*, 4 jun. 2000). Neste sentido, um jantar fora marcado no restaurante “Luar do Sertão” na noite de 6 de junho, data que antecedia em 12 dias a convenção petista. Ciente do encontro, em nova matéria, o *Diário da Borborema* circulou o seguinte conteúdo: “A vereadora Cozete Barbosa e o presidente da Executiva Municipal, Raimundo Cajá, se reuniram anteontem à noite, no Restaurante Luar do Sertão, com os radicais do PT-Edgard Malagodi, Terezinha Cavalcante e Josevaldo Cunha. Cardápio: pacificação do partido” (*Diário da Borborema*, 8 jun. 2000).

Após o jantar, ficou decidido que os candidatos a vereador do grupo de Edgard Malagodi não fariam campanha contra a chapa majoritária, Cássio/Cozete, seja no guia eleitoral, seja em comícios ou nos panfletos. Além disso, acentua a edição, a ala à

esquerda do PT campinense havia se comprometido em seguir a determinação do estatuto, segundo o qual o material de campanha propagaria também as candidaturas dos majoritários. Como não poderia deixar de sê-lo, ironicamente, o jornal finaliza: “Resta saber, se as estrelas ficarão juntas, com a primeira trovoadas” (IDEM).

As “trovoadas” vieram e do lugar que talvez menos se esperasse. Um dos assessores de gabinete de Cozete, o sindicalista Sizenando Leal, distribui uma carta aberta à imprensa, dirigida à vereadora, renunciando ao cargo e explicando seu desligamento da função ocupada desde a eleição da parlamentar em 1996. Entre outras coisas, Sizenando apontava como justificativa de sua demissão a impossibilidade de fazer parte da equipe de colaboradores de Cozete, “por não se sentir à vontade em apoiar a coligação do PT com o PMDB, projeto que, para ele, não é democrático e muito menos popular”. (*Correio da Paraíba*, 10 jun. 2000)

Além disso, segundo o sindicalista, o prefeito Cássio Cunha Lima, “que faz parte do grupo político que vem sendo combatido pelo PT há 18 anos, está sendo cortejado pelo que apoiam a aliança, enquanto a tolerância com os militantes que se opõem a esta união, chega quase a zero” (Idem). No documento, o sindicalista fez referências às lutas levadas a cabo por Cozete no transcorrer das últimas décadas, mencionando os combates em torno da defesa do servidor público, da não privatização da Companhia de Eletrização da Borborema (Celb) e as demais batalhas protagonizadas a partir do Sindicato dos Servidores Municipais da Borborema (SINTAB).

Sizenando finaliza a carta de demissão se direcionando a Cozete da seguinte forma: “não mudei a minha concepção política. Porém, não acredito mais que a sua concepção seja a mesma” (*Diário da Borborema*, 10 jun. 2000). Também tivemos a oportunidade de conversar com o militante. Envolvido desde a década de 80 nas lutas relativas à categoria docente nas cidades de Campina Grande (onde reside atualmente) Patos (lugar no qual obteve seu primeiro emprego) e Lagoa Seca (sua cidade natal), o professor Sizenando nos confidenciou que já havia externado sua posição quanto à aliança para Cozete Barbosa. Segundo o militante, a vereadora havia convocado uma reunião, no fim de 1999, somente com os seus assessores. Vejamos:

Cozete me chamou lá na sede do sindicato, do Sintab. Nessa reunião lá no Sintab, Cajá estava presente. Eu disse o seguinte. Olhe, ela perguntou primeiro a mim para poder continuar a reunião. Se eu concordasse, a gente ainda ia discutir: Sizenando, eu e Cássio tivemos uma reunião ontem, você não pode dizer que houve essa reunião, certo? Essa reunião foi muito informal, ele me chamou para ir na casa dele e eu fui. E ele disse que queria que o PT fizesse uma aliança com o PMDB. E o nome seria o meu. Se fosse outro nome, ele não queria. Queria que fosse o meu nome”. Aí eu disse, você quer saber minha

opinião? Lá vai. Primeiro, você vai arrasar com sua história. Você tem construído seu nome através de uma posição mais segura. Então, sua palavra e sua história estão em jogo. Não sei se você está preocupada com sua história, mas eu estou. Segundo, Cássio vai lhe enterrar, como ele já fez com várias lideranças de esquerda aqui em Campina Grande e na Paraíba. Cássio vai enterrar você. E o terceiro. A maior contradição não é sou você ser ter feito oposição no sindicato. É que ele vendeu a Celb, certo? Então, ele vai usar isso, que você foi a figura mais importante contra a privatização da Celb. E aí você vai aparecer em um anúncio com Cássio Cunha Lima? Ela já querendo que eu... “conclua, companheiro”. Eu disse, não, deixa eu só concluir mesmo. Olhe, PMDB tem Burity, tem isso, tem aquilo, fui dizendo. Cássio Cunha Lima não é progressista. Cássio Cunha Lima é apoiador de Fernando Henrique Cardoso, que é neoliberal. Então, qualquer coisa que você ache em relação de progressismo aí em Cássio Cunha Lima, é porque você está com um bom nível de criação. Você está sendo muito mais criativa do que fazendo uma leitura da realidade

Após a dura fala, Sizenando afirmou que sua relação com a petista nunca mais foi a mesma e esse foi também foi um dos motivos de ele ter pedido demissão no início do ano 2000. Em que pese a inesperada defecção, a homologação da chapa Cássio/Cozete acabou sendo referendada nas convenções dos respectivos partidos marcadas para o dia 18. Do lado peemedebista, o nome do candidato à reeleição foi oficializado no Clube das Acácias e o evento contou com a presença dos senadores Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna. Este último recentemente envolvido em uma polêmica com a vereadora Cozete. A petista, segundo mais uma vez o Correio da Paraíba, havia se referido a Ney Suassuna como “ridículo e vergonha da Paraíba”. Na nota de reposte, o assessor do senador, o jornalista Eraldo Nóbrega, qualificou Cozete de “tresloucada, desbocada e arremedo de primeira dama”.

O desentendimento virou uma novela e os ânimos se exaltaram ainda mais quando Ney e Eraldo vieram a Campina Grande por ocasião da festa de São João. O prefeito Cássio supostamente teria advertido o senador Suassuna colocando que “este estilo que bateu e levou, que vocês estão exercitando é ultrapassado. Por sua vez, o assessor em ato contínuo indagou: “Então, você criar um novo estilo que é só bater”. Em resposta, Cássio fugiu do seu estilo padrão e revidou: “Esta nota contra Cozete refletiu na minha família. Por isso, se vocês (Ney e Eraldo) publicarem uma outra nota, eu reagirei na porrada e, se for preciso, até no tiro”. (*Correio da Paraíba*, 04 jun.2000). Lembremos de que a conjunção entre armas de fogo, desafetos políticos e membros do grupo Cunha Lima nunca terminou bem. Vide a querela Ronaldo Cunha Lima e Tarcísio Burity, que terminou com um governador em exercício atirando no ex-ocupante do cargo.

Apesar de convidado, o governador peemedebista José Maranhão não compareceu ao evento⁴⁹. Cássio aproveitou a oportunidade para reiterar seu otimismo em relação à coligação, “acreditando que ela terá a maciça adesão do eleitorado campinense o que, no seu entender, será traduzido por grande vitória”. (*Correio da Paraíba*, 20 jun. 2000). Já do lado petista, a vereadora teve sua candidatura a vice definitivamente confirmada. A Coligação Democrática Campinense, portanto, tomava forma e adquiria conteúdo⁵⁰.

Daí em diante a ideia era centrar fogo nos preparativos da campanha e nas estratégias políticas objetivando vencer a disputa. O momento exigia o esquecimento do tortuoso caminho de disputas travadas no interior do partido no que concerne à política de alianças. Tanto é que a vereadora Cozete, ao falar dos embates internos no PT em torno da composição política, para garantir a união do partido com os peemedebistas, a quem fez cerrada oposição nos últimos anos, declarou que “sofremos algumas dores, mas já passaram”. (*Diário da Borborema*, 20 jun. 2000)

Mais impactante foi o discurso da então candidata a vice na chapa de Cássio na convenção peemedebista. Sem muitas delongas, Cozete deixa claro que a agremiação petista mudou sua natureza, pois, segundo ela, “o PT não é mais aquele partido que só dizia não, era radical e pensava que sabia que sabia governar” (IDEM) e a aliança com o PMDB “representa a ousadia e a coragem, início de novos tempos para o povo campinense” (IDEM). Sobre a possibilidade concreta de chegar a ser governo e a responsabilidade que este fato representaria do ponto de vista subjetivo para a candidata, o trecho que segue é elucidativo:

Ainda durante seu discurso aos peemedebistas, Cozete Barbosa repetiu o que havia dito pouco tempo antes na sua própria convenção, ou seja, “que o PT quer o poder e não se sente inibido em afirmar isso. O PT quer o poder para poder dividi-lo com as mulheres, com os estudantes e os sem-terra. Além disso,

⁴⁹ Poucos dias depois, José Maranhão declarou no programa *Correio Debate TV* que subiria no palanque do deputado Enivaldo Ribeiro, candidato de oposição ao prefeito Cássio Cunha Lima. O governador argumentou que “realmente, pelo ficou acertado, nos entendimentos dentro do PMDB, eu estou liberado para participar da campanha do deputado Enivaldo Ribeiro. Vou participar de seus comícios e subir em seu palanque de campanha”. Segundo o chefe do executivo estadual, não houve acordo para apoiar a candidatura do prefeito Cássio, porque ele preferiu fazer coligação com o PT, negociando a sua vice para a vereadora Cozete Barbosa. Em suas palavras, “ficou impossível um entendimento político em Campina Grande, depois que o prefeito decidiu fazer uma composição com um partido político que me faz ferrenha oposição”. (*Correio da Paraíba*, 26 jun. 2000). Dois dias após o depoimento de Maranhão, Cássio usou o mesmo espaço editorial para afirmar que “a direção nacional não deu autorização ao governador para que ele praticasse infidelidade partidária”. Agindo assim, ele estará flagrantemente infringindo os estatutos do PMDB”, completava o chefe do executivo campinense. (*Correio da Paraíba*, 28 jun. 2000).

⁵⁰ Da Convenção do PMDB participaram as seguintes legendas: PTB, PMN, PSL, PL, PV, PSDB, PRN. Por sua vez, compunham a convenção do PT o PSB e o PCdoB. (*Diário da Borborema*, 18 jun. 2000)

afirmou a parlamentar que ela é movida a desafios e que este será mais na sua vida, pois os desafios existem para serem enfrentados e superados” (IDEM)

Em relação ao entendimento entre o PT e o PMDB, Cozete fez questão de acentuar seu caráter histórico e registrá-lo enquanto fruto da maturidade política do PT, que enxergava no partido aliado uma agremiação forte e que enfrentou a ditadura militar. Observamos que parte importante do PT campinense sucumbia à lógica liberal da política institucionalizada, cujo único critério de maturidade reside na capacidade de disputar e vencer cargos eletivos, abdicando da relação orgânica com a classe trabalhadora que outrora buscava ser a expressão mais consequente. Além do mais, continua a petista, “essa aliança é programática, pois nós reconhecemos os avanços desse governo, do PMDB e de Cássio Cunha Lima. Reconhecemos, principalmente, os avanços da democracia e da participação popular”.

A equipe editorial do jornal comenta ainda que a candidata não conseguia conter a alegria de fazer parte da aliança e que teria convocado “todos os militantes para se unirem e lutarem para conseguir a vitória e o poder”. A ideia ao assumir a prefeitura de Campina Grande era basear a administração na “contribuição aos sem empregos, sem casa e aos estudantes, e é com esse pensamento que tenho a convicção que avançamos, apesar de termos sofrido incompreensões e algumas dores” (IDEM), completava Cozete Barbosa.

Na convenção do PMDB faltava ainda um importante personagem dar “o ar da graça”: o experiente político Ronaldo Cunha Lima, o pai do prefeitável, não poderia perder a oportunidade de “blindar” o público presente com a sua verve poética. Para o senador, a união do PMDB com o PT em Campina Grande, a exemplo do que disse Cássio, “representa a coerência, a ousadia e a coragem” (*Diário da Borborema*, 20 jun. 2000). Ao ressaltar seu antigo mantra segundo o qual “política se faz com honestidade, seriedade e espírito público”, Ronaldo repetiu que a composição política engendrada pelos partidos “é uma aliança que envolve ideias”. Os versos de improvisos não tardaram a aparecer, entre os quais: “Campina Grande decidiu; lutar pelo seu futuro; agora é Cássio e Cozete; para um amanhã mais seguro” e “a coerência se repete; agora é Cássio e Cozete; e Campina pinta o sete”. (Idem).

A presumida coerência pautou também o bastante esperado pronunciamento do candidato à reeleição. De imediato, Cássio caracteriza a coligação PT/PMDB como sendo “a aliança da coragem, da ética, da democracia e da coerência, já que é formada por partidos que pensam no futuro e que querem buscar o melhor para campina Grande”.

(*Diário da Borborema*, 20 jun. 2000) Mais adiante, o prefeito destacou o fato que naquele momento “mais do que uma convenção, estamos fazendo aqui história e mostrando o amadurecimento político dessa cidade, fazendo uma coligação partidária coerente e ética”. A participação do PT na Coligação Democrática Campinense, segundo o peemedebista, expressaria a solidez desta e completaria o seu quadro “de maturidade política e que agora serve de exemplo para o Brasil” (IDEM). Por fim, também destacou que seu compromisso sempre foi com o futuro e que a união com o PT iria garantir que não haveria retrocesso.

5.4 - O DILEMA DAS ALIANÇAS, CASO FINOR E A IMPERMEABILIDADE DA COMPOSIÇÃO

Vale destacar que o tema da política de alianças também adquiriu profundidade a nível estadual. O advogado petista Antonio Barbosa, por exemplo, encaminhou recurso à Executiva Nacional do PT, pedindo que os dirigentes examinassem as coligações que foram celebradas com o PFL, PPB e PSDB na Paraíba, por entender que essas composições configurariam atentado à resolução do segundo congresso, que disciplinava a política de alianças em todo o país. O advogado afirmava que “assim procedendo, a Nacional mantém os 20 anos de coerência com a ética na política e com a cidadania” (*Correio da Paraíba*, 16 jun. 2000).

O fato é que a Executiva Estadual do partido havia aprovado naquela semana diversas alianças com os partidos citados em 20 municípios paraibanos para eleições daquele ano. Os três partidos, contudo, estavam fora do campo de alianças estabelecido pelo PT nas esferas nacional e regional. O mais interessante é observar como aquele giro à direita já estava mais ou menos presumido quando da eleição do presidente estadual do partido, Adalberto Fulgêncio, integrante da corrente majoritária do PT. Nessa linha de raciocínio, o jornal assinalava que:

A reportagem CORREIO adiantou ano passado, na eleição do atual presidente estadual, Adalberto Fulgêncio, que a política de alianças petista tinha uma tendência à abertura, dialogando com os partidos considerados “de direita”. A nova política petista, que foge do estigma de “sectário”, que o PT carrega, é defendida pela tendência Articulação, que é hegemônica em nível estadual e nacional (IDEM).

Em sua defesa, o presidente estadual do partido asseverou que os membros da executiva analisaram 30 casos de solicitação dos diretórios municipais para composições políticas com partidos fora do leque instituído para coligações petistas, dos quais 10

pedidos teriam sido rejeitados. Para eleições majoritárias, o PT realizaria alianças em Bananeiras, Cuité, Pilõezinhos (ambas com o PFL), Belém do Brejo do Cruz (PSDB) e Alagoa Grande (PPB)⁵¹. Já na chapa proporcional- para vereador- às coligações aprovadas foram em Jacaraú, Catolé do Rocha, Taperoá, Catingueira, Livramento, Lucena, Logradouro, Solânea, Boqueirão, Juazeirinho e Guarabira; todas com o PFL, PSDB, PTB ou PPB.

Voltando a Campina Grande, uma nova pesquisa eleitoral revelava novamente o favoritismo do candidato do PMDB na cidade. Seus 54% das intenções de votos superariam com folga os 9% de Enivaldo Ribeiro (PPB), os 8% de Lígia Feliciano (PFL), os 5% de Vital Rego Filho (PDT) e os 2% de Edgard Malagodi. Segundo estimativa da Vox Populi/Associados, 10% votariam em branco ou nulo e 12% estariam indecisos.

Ao comparar essa prévia com a realizada em março pela mesma empresa, o bom desempenho de Cássio manteve-se de março para junho, uma vez que naquele mês ele aparecia com 53%. O principal concorrente apresentou sensível queda, saindo de 16% para 9% (*Diário da Borborema*, 20 jun. 2000). Os números parciais já demonstravam que o atual prefeito não precisaria em nenhum momento do eleitorado petista para se reeleger, como “apressadamente pensaram alguns aliancistas de primeira hora” (LIMA, 2001, p.40).

No entanto, naturalmente, pairavam dúvidas a respeito tanto do progressismo de Cássio quanto da fidelidade petista ao Grupo Cunha Lima. Em relação ao primeiro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurava os desvios de recursos do Finor (Fundos de Investimentos do Nordeste) voltava a assombrar. Desta vez, durante entrevista concedida ao programa televisivo *Correio Debate*, o deputado petista Avenzoar Arruda acusou o prefeito campinense de promover tráfico de influência na SUDENE, no período de 1992 a 1994, quando então esteve na superintendência. O teor das denúncias ia desde favorecimentos a particulares até a concentração de recursos na cidade de origem do ex-superintendente. Conforme noticiava o órgão de imprensa:

Avenzoar cita o caso do empresário Ricardo Vanderlei, do município de São José de Espinharas, que teve liberado recursos após ter dado entrada no pedido de recursos para um projeto em apenas oito dias. O deputado denunciou ainda, que na época em que o prefeito de Campina Grande esteve à frente da superintendência, ficou evidenciado um número maior de recursos e de projetos centralizados na cidade de Campina Grande (*Correio da Paraíba*, 27 jun.2000).

⁵¹ O jornal confirma ainda que “em Teixeira, o PT encabeça a chapa majoritária, tendo como vice um tucano, em todos os outros casos citados os petistas são candidatos a vice”. (*Correio da Paraíba*, 16 jun. 2000)

Avenzoar afirmava também que Cássio seria convocado a depor, bem como as pessoas que já haviam sido citadas durante os depoimentos tomados nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, além de esclarecer que todas as denúncias feitas à CPI-desvios de dinheiro através de projetos suspeitos que nunca saíram do papel e o possível uso dos recursos em campanhas políticas no Nordeste- estariam devidamente documentadas⁵².

Entre a vinda de Lula à cidade para a abertura do São João, a definição das candidaturas a prefeito em Campina Grande⁵³, o comparecimento de Cássio à convenção do PSDB e a negociação de futuros cargos com os tucanos (*Correio da Paraíba*, 01 jul. 2000), as possíveis irregularidades na SUDENE voltavam a colocar em xeque, ao menos do ponto de vista formal, a aliança consumada entre PMDB-PT. Mais uma vez, o presidente estadual do PT, Adalberto Fulgêncio, quase que de forma protocolar, reagiu às acusações dirigidas ao prefeito campinense no caso Finor.

O dirigente petista declarou que o partido poderia rever a aliança com o PMDB, caso fossem apresentados documentos ou outras provas conclusivas em relação ao cometimento de práticas administrativas irregulares por parte do peemedebista quando esteve à frente da SUDENE, de 1993 a 1994. O presidente estadual frisou que o PT não iria manter a composição com o PMDB a qualquer custo, mas ressaltou que até aquele momento “nem a CPI, nem deputado algum apresentou provas que comprometam Cássio, nem denúncias consistentes contra o atual prefeito de Campina Grande” (*Correio da Paraíba*, edição do dia 03 jul. 2000). Em relação à aliança, portanto, Fulgêncio propugnava que “o PT ficará muito à vontade para tomar qualquer decisão. Até agora, são denúncias frágeis contra Cássio. Até que se prove o contrário, ele merece nossa confiança” (IDEM).

Acusações tão sérias não passariam despercebidas pela oposição na cidade em pleno período eleitoral e o assunto continuaria dando o que falar. Nesse sentido,

⁵² Segundo a matéria escrita por Fábio Cardoso, “as investigações partiram de dados fornecidos pela Sudene, que apontou um desvio de R\$ 1,3 bilhão”. (IDEM). Das 28 empresas ajuizadas pela Procuradoria da Autarquia, quatro eram da Paraíba: o Hotel Cabo Branco S.A, São Vicente Agroindustrial S/A, Cia. Agroindustrial Salinas e Frular S/A Indústria Alimentícia. Consoante levantava a matéria, “juntas, elas devem devolver cerca R\$ 35 milhões”. (*Correio da Paraíba*, 30 jun. 2000).

⁵³ Ao final de todas as convenções, três candidatos disputariam a eleição municipal em Campina: como sabido, Cássio Cunha Lima (PMDB), tendo como vice a vereadora Cozete Barbosa (PT) e apoiado por mais 13 partidos (PSDB, PL, PGT, PRP, PRTB, PTB, PSL, PC do B, PSB, PSC, PRN e PMN); Enivaldo Ribeiro (PPB), contando como vice Álvaro Gaudêncio Neto (PFL), e Vital do Rêgo Filho em companhia de Francisco Tico Lira na coligação PDT, PST, PSDC e PTN. (*Correio da Paraíba*, 01 jul. 2000).

descartando que tenha proveito político, o deputado e candidato à prefeitura de Campina Grande, Vital do Rêgo Filho, declarou ao jornal *Correio da Paraíba* que o “relatório da Sudene apontou que faltam critérios na liberação de recursos, já o TCU constatou irregularidades na aplicação do dinheiro público e o relatório da Fazenda demonstrou que empresas não aplicaram o dinheiro liberado para investimentos” (*Correio da Paraíba*, 05 jul. 2000).

O encaminhamento natural seria a convocação de todos os envolvidos no caso para comparecerem em auditorias empreendidas por uma Comissão da Assembleia Legislativa do Estado, liderada por Vitalzinho. Entre os nomes listados estaria o de Cássio Cunha Lima (PMDB), que já havia informado que não iria à Assembleia. Vitalzinho retrucou em tom desprezioso a declaração argumentando que “as pessoas convidadas deveriam ter o dever legal de aceitar o convite para dar explicações sobre questões que ainda não foram esclarecidas” (*Correio da Paraíba*, 06 jul. 2000).

Apesar do evidente mal-estar criado entre os candidatos a chefia municipal de Campina Grande, as acusações mais contundentes referentes à postura de Cássio no exercício de superintendente da SUDENE advieram mesmo do petista Avenzoar Arruda. Este distribuiu nota à imprensa na qual revelava beneficiamento de recursos do Finor, apontando nomes de integrantes da família Cavalcanti Nepomuceno, que tinha grau de parentesco com o prefeito campinense. Citava entre os beneficiados o empresário Churchill Cavalcanti César, concunhado do ex-secretário de Políticas Regionais da Presidência da República, Fernando Catão (tio de Cássio), e proprietário de 12 empresas, das quais cinco receberam recursos do fundo que chegariam ao valor de 45 milhões.

Avenzoar também frisava que “não é verdade que o Sr. Cássio da Cunha Lima tenha beneficiado a Paraíba em sua gestão na Sudene. Ele beneficiou algumas famílias, proprietárias de empresas até no estado do Piauí” (IDEM), uma vez que dos vultosos valores liberados, apenas 14 % foram destinados à Paraíba, fato comprovado no relatório do TCU (Tribunal de Contas da União). O parlamentar concluíra a nota afirmando que a apuração sobre o caso Finor continuaria, “independente do gosto ou do desgosto dos caciques políticos locais ou de seus prepostos” (IDEM).

Havia, por outro lado, muita solidariedade a Cássio. A Câmara Municipal de João Pessoa, por exemplo, aprovou um voto de solidariedade ao prefeito de Campina Grande, sem as assinaturas dos três vereadores do PT: Júlio Rafael, Luciano Cartaxo e José Bezerra (*Diário da Borborema*, 06 jul. 2000). O requerimento do documento propondo apoio ao chefe do executivo municipal campinense em razão das acusações imputadas a

este pelos deputados estadual Vital do Rego Filho (PDT) e federal Avenzoar Arruda (PT), presidente da CPI do Finor, foi apresentado pelo vereador Fernando Milanez Filho (PTB), líder do prefeito pessoense Cícero Lucena. Três deputados ronaldistas e os senadores Wellington Roberto e Ronaldo Cunha Lima também estariam articulados para sair em defesa de Cássio na bancada federal (*Correio da Paraíba*, 07 jul. 2000).

Do lado petista, também encontramos defensores de Cássio. Cozete Barbosa, se manifestando sobre o assunto, descartou a possibilidade de romper com o PMDB e garantiu que o prefeito teria dado demonstrações suficientes aos petistas que era inocente em relação às suspeitas levantadas pela CPI do Finor. Além disso, a vereadora enfatizou que “antes do PT firmar aliança, Cássio entregou certidão negativa do TCU. Ele já prestou esclarecimentos ao partido e estamos convencidos, diante dos documentos mostrados, da retidão do caráter do prefeito. Nós não trabalhamos com a hipótese de rompimento” (*Correio da Paraíba*, 13 jul. 2000). Quando a mesa diretora da Câmara Municipal de Campina Grande, a partir de requerimento apresentado pelo vereador Veneziano Vital do Rêgo (PDT), discutia a necessidade de Avenzoar vir à cidade para prestar esclarecimentos acerca das acusações que lançava sobre o prefeito campinense, Cozete afirmava que “quem não deve não teme. Se Avenzoar tem alguma denúncia a fazer contra o prefeito Cássio Cunha Lima, que apresente as provas aqui na Câmara” (*Diário da Borborema*, 03 ago. 2000). O restante do ardoroso discurso de Cozete em defesa do atual prefeito impressiona:

As denúncias de Avenzoar são extremamente vazias, cheias de “achismos”...Como membro, ele deveria ter a honestidade e a hombridade de dizer que Cássio sequer foi citado nessa comissão...Avenzoar trabalha em cima da ignorância popular...Por que Avenzoar não fala das irregularidades dos projetos do governador Maranhão- encaminhados à Sudene- no Piauí? Nós engolimos caladas, até agora, as declarações pouco éticas, infelizmente de um deputado do PT, que deveria ter a grandeza, pelo tempo de militância no partido, pelo envolvimento no partido, de se submeter às decisões partidárias... Avenzoar me conhece, Campina me conhece. Sabe que eu não estaria numa aliança que tivesse corrupção.... Nós queremos ter o presidente da República. E para isso são necessárias alianças.... Um companheiro meu, por questões pessoais, pequenas, mesquinhas, de sobrevivência política, da sua reeleição, coloca todas as alianças do partido numa situação ridícula, de dificuldade perante a opinião pública. (*Jornal da Paraíba*, 03 ago. 2000)

Em tempo, Veneziano foi à tribuna e questionou, ironizando a candidata à vice: “Como é que se pode mudar tanto? Como é que você diz hoje aquilo que você não dizia ontem? Como aquele que era atacado preteritamente é tão defendido? ”. Para a petista, em réplica, bastou um enigmático: “Pergunte a Vitalzinho? ”. Como podemos perceber,

a campanha eleitoral daquele ano já havia começado na câmara e prometia esquentar ainda mais.

Antonio Pereira, secretário de políticas regionais do partido, também expressou sua opinião sobre o caso. Para ele, o deputado Avenzoar teria todo o direito de exercer seu mandato na qualidade de membro da CPI do Finor, e para tanto, sua obrigação era a de acusar, mas apresentando nomes e provas contra quem tenha desviado recursos públicos. Na sua visão, contudo, tal lógica estaria sendo invertida, visto que “o deputado está fazendo insinuações contra a ética política do prefeito de Campina Grande e ex-superintendente da SUDENE Cássio Cunha Lima. Tal comportamento depõe contra o deputado e o PT. Afinal, usar a dubiedade não é típico do partido”. (*Diário da Borborema*, 03 ago. 2000).

No seu entender, portanto, predominava a falta de esclarecimentos e, sobretudo, de provas que sustentassem às acusações levantadas por Avenzoar. Já em uma nota oficial, distribuída pela presidência estadual do PT, Adalberto Fulgêncio declarava que “Cássio Cunha Lima era merecedor de total confiança do Partido dos Trabalhadores” e que “o PT repudia que a CPI Finor seja utilizada de forma eleitoreira e rasteira pelos setores mais atrasados da política paraibana, todos arregimentados pelo governador Maranhão” (*Jornal da Paraíba*, 13 ago. 2000).

O mais curioso é que o próprio Lula saiu em defesa do ex-superintendente da SUDENE em entrevista a rádios locais, criticando insinuações feitas por deputados, inclusive o petista Avenzoar Arruda, “segundo o qual Cássio teria exercido sua influência para liberar projetos para Paraíba” (*Diário da Borborema*, 06 jul. 2000). Conforme demonstra o trecho abaixo, Lula deu longa declaração a respeito do caso, sinalizando manifesto desacordo de opinião com os petistas pessoense Avenzoar e Ricardo Coutinho:

Qualquer denúncia nesse sentido, envolvendo qualquer político, deve ser apurada com muito cuidado e seriedade, caso contrário as pessoas podem ser consideradas culpadas, antes mesmo de poderem provar sua inocência.[...] todas as denúncias de corrupção devem ser apuradas, todas as denúncias de má aplicação do dinheiro público devem ser apuradas, mas com muita responsabilidade, pois do contrário podemos jogar lama no nome das pessoas e quando depois fica provado que ninguém é culpado, é muito difícil se recuperar a honestidade dessa pessoa (Idem)

O restante da entrevista teve como foco principal a posição de Lula no que tange a coligação PT e PMDB aqui e alhures. Quanto à questão levantada, o ex-sindicalista ponderou que o seu partido não está fazendo aliança com o PMDB no plano nacional, mas somente em alguns locais, “bem definidos em função das pessoas” filiadas a esse. Portanto, a composição em Campina Grande atenderia bem ao critério estabelecido pelo

presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, sobretudo “em função da pessoa” de Cássio, bem como as suas virtudes. Consoante assinala o Diário da Borborema:

Para Lula, a aliança do PT com o PMDB, em Campina Grande, foi firmada em virtude do grande trabalho desenvolvido pelo prefeito Cássio Cunha Lima, “que fez um governo democrático, que abriu a prefeitura para a sociedade, que colocou em prática um dos instrumentos mais moralizadores do Brasil, que é o orçamento participativo e por isso nós achamos que era importante a nossa companheira Cozete Barbosa ser vice de Cássio Cunha Lima”, comentou (IDEM).

O questionamento acerca da não consumação da aliança PT/PMDB na cidade de João Pessoa também apareceu. Lula escapou da pergunta apenas comentando que na capital do estado a situação seria outra, além de ressaltar “que esta aliança está sendo pontual e com setores do PMDB. Nós não fazemos aliança com o PPB nem com o PFL por questões de princípios, já que são partidos de direita”. Por conseguinte, na visão de Lula, falando ainda sobre a aliança em Campina Grande, o entendimento era que parte majoritária do partido teria acertado “na mosca” quando optou pela coligação. Dois breves comentários são necessários: a) a aliança em Campina Grande teve a total anuência e mesmo a defesa entusiasmada do principal nome do PT no plano nacional e b) no discurso petista, setores do PMDB da cidade atendiam critérios que revestiriam a composição política de uma particularidade que não podia ser transposta para outros lugares.

No que toca às eleições proporcionais, é interessante notar que o PT campinense só registrara até então 14 candidatos a vereador e o PSB apenas 12, o que indicava o não preenchimento de 16 vagas restantes no interior da coligação que aspirava à Câmara Municipal. Mesmo diante do número reduzido de postulantes ao cargo, Cozete sustentou que o professor Malagodi não poderia mais ser candidato ao legislativo campinense, haja vista a ata da convenção partidária já ter sido fechada e registrada na Justiça Eleitoral (*Diário da Borborema*, 07 jul. 2000). Existia, assim, na visão da candidata a vice, uma única forma de Malagodi ser candidato, qual seja, “um petista, já registrado, desistir de concorrer a vereador”.

Vale lembrar que o novo dissenso entre “radicais” e “moderados” já tinha sido anunciado. Outra vez na coluna “Binóculo”, tratava-se da desistência de Josevaldo Cunha e o racha das candidaturas ligadas ao Sintab. Com isso, o professor Malagodi manifestou novamente a intenção de ser candidato a vereador, “incentivado pela ala radical do partido” (*Diário da Borborema*, 28 jun. 2000), conforme exposição do jornal. Do outro

lado, continua o periódico, “os moderados, que dirigem o PT, dizem que Malagodi perdeu o prazo. Mais uma confusão”.

O imbróglio acabou sendo resolvido quando a comissão executiva campinense decidiu acatar o registro da candidatura a vereador do professor Edgard Malagodi. Jairo Oliveira, outro dirigente histórico, comentou o assunto no *Diário da Borborema*: “Mesmo discordando de Malagodi, que é contra a nossa aliança com o PMDB, eu fiz questão de defendê-lo” (*Diário da Borborema*, 01 ago. 2000.) No entanto, conforme esclarecia a matéria, Malagodi estava proibido de criticar durante a campanha a composição entre PT e PMDB, sob pena de ter o registro cassado. Desta vez, quem falara ao Jornal era Raimundo Cajá: “Ele também se comprometeu em abraçar a chapa majoritária e vai participar de nossos comícios” (IDEM). As punições direcionadas aqueles que continuassem se colocando contra a aliança parecem ter tomado outro patamar a partir daquele momento. Como prova de sustentar nossa afirmação, acompanhemos o próximo trecho, o qual preferimos reproduzir na íntegra:

Chamando o feito à ordem. É assim que a direção nacional do PT pretende agir em relação aos filiados do partido que, por motivos pessoais ou não, discordem da coligação feita entre petista e peemedebistas, em Campina Grande. Ontem um dirigente local confirmava ao colunista que a punição aos que forem contra será mesmo para valer. A ameaça de não ceder a legenda, em 2002, aos dissidentes, é apenas um item do conjunto de punições. Confidenciava este dirigente que outras medidas poderão ser adotadas, antes mesmo da eleição em 2002. Para complicar ainda mais a situação dos que são contra a coligação campinense, já está definido que o presidente nacional do PT, José Dirceu, acompanhado de Lula, virão à Paraíba participar ativamente da campanha em Campina Grande (*Diário da Borborema*, 04 ago. 2000).

Uma série de conclusões parciais impõe-se a partir da interpretação da matéria acima. A primeira é que só agora o processo de pacificação do PT campinense se completava, com direito a severas punições àqueles que não concordassem com a aliança. Por conseguinte, sepultava-se o princípio de democracia interna, carro chefe do antigo modo petista de fazer política, engessando o horizonte de atuação das tendências e integrantes posicionados mais à esquerda no partido. Por último, o transformismo petista campinense tinha a total anuência e era mesmo reflexo incontestado da metamorfose que o PT sofrera a nível nacional. A presença de José Dirceu e Lula, principais nomes da corrente Articulação, só confirmam mais acintosamente o processo em evolução.

Apesar da persistência dos conflitos internos, contudo, a direção do partido em Campina Grande fazia conta e estipulava um crescimento de 100%. Na luta para conquistar uma das 21 cadeiras na Câmara Municipal, a projeção otimista residia na análise matemática da disputa anterior, pois “se no pleito passado, com sete candidatos,

o partido elegeu um vereador, agora elegerá dois parlamentares” (*Diário da Borborema*, 07 de jul. 2000.)

5.5- CAMPANHAS OFICIALMENTE INICIADAS

Com as campanhas oficialmente iniciadas já se percebia como o fato da vice do partido situacionista ser uma ex-sindicalista e filiada ao Partido dos Trabalhadores serviria como um prato cheio para a oposição. Antigo aliado, Ney Suassuna começou a temporada de ataques mirando a agremiação petista, partindo da alegação que “Campina não pode ser governada pelo PT, que é um atraso” (*Diário da Borborema*, 08 jul. 2000). O candidato Enivaldo Ribeiro tentou outra abordagem, direcionando suas críticas a Cozete, pois, na sua visão, a parlamentar, “que antes estava ao lado dos trabalhadores, agora defendia os interesses do empresário” (IDEM).

Para um de seus detratores, portanto, o PT de Campina Grande carregaria consigo a “mácula” de um partido pouco confiável, inábil quando o assunto era a governabilidade e desinteressado no que se refere ao pronto atendimento das regras do jogo democrático liberal, subserviente aos ditames do grande capital. Quanto a isso, Cássio sabia que a falta de confiança do empresariado em relação ao partido agora aliado poderia atrapalhar a composição política, dado o histórico de lutas que acompanhara a trajetória do PT local e nacional.

Nesse sentido, o prefeito buscou tranquilizar o núcleo duro da classe dominante campinense a partir da seguinte declaração: “Já passou o tempo de empresário ter medo do PT. Eu já perdi o meu medo! O que existe é preconceito. Não há por que ter medo de ser feliz em Campina com o PT” (*Jornal da Paraíba*, 16 ago. 2000). Para o prefeito, não fazia mais sentido a burguesia campinense demonstrar insegurança em relação ao PT, porque o partido não era o mesmo dos anos 1980. A prova mais cabal desse fato era que até ele e seu grupo de poder perdera “o medo” da agremiação petista.

Para o outro detrator, a vereadora Cozete manifestava claros sinais de incoerência política, pois mudara sua posição antes ocupada no terreno das lutas sociais. Aqui, a única tentativa de resposta esboçada consistia na defesa da suposta evolução política do partido, uma vez que fora superada a fase de predomínio dos “radicais”, na qual a política de alianças era bastante restrita. A avaliação do histórico dirigente Jairo Oliveira, quando inquirido a respeito da mudança de comportamento apresentada pelo partido campinense,

bem como a sua política de alianças exprimem a alteração programática, tática e estratégica da agremiação:

O PT, como de resto tudo na vida, deve evoluir, e acredito que em alguns aspectos o PT evoluiu, pois se assim não fosse já estaria extinto. Está na essência da política a conversação, o entendimento e as alianças e eu fui e sou favorável a alianças dentro do nosso campo ideológico. Neste contexto, há dois caminhos a seguir, o caminho das alianças e o da ruptura. Nos anos 2000, assim como hoje, ao meu sentir, a opção pela ruptura revolucionária não se apresenta como a melhor. Mas essa é uma opinião que não se encerra nesta simples resposta.

Infere-se, por conseguinte, que, segundo o entendimento do dirigente, em períodos de refluxo da luta de classes, que estão na base de uma conjuntura contra revolucionária, a alternativa mais adequada para os partidos de esquerda seria a “conversação” e as “alianças”, obviamente, “dentro do nosso campo ideológico”. O mais complexo, porém, é entender quais caminhos devem ser percorridos para se chegar à conclusão que a composição com o grupo Cunha Lima estaria dentro desse campo. Só nos restou recorrer a Gramsci para tentarmos atribuir sentido a tal encaminhamento. De todo modo, o que vale reter dos episódios acima relatados é que a partir deles se inaugura a tônica daquele processo eleitoral, marcado por baixo índice de proposituras e alto volume nas trocas de acusações de ambas as partes, como acompanharemos com mais vagar ora em diante.

Enivaldo Ribeiro, candidato experiente, também soube tirar proveito político do racha petista a nível estadual no que concerne ao caso Finor. Em resposta ao prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, alegou que o chefe do executivo pessoense se enganava ao proclamar que as oposições, em Campina Grande, estariam tentando envolver o nome de Cássio com o escândalo dos desvios de recursos do fundo de investimentos. Enivaldo disse que “as críticas à passagem de Cássio pela Sudene são feitas pelo PT, partido aliado do próprio prefeito em Campina Grande” (*Diário da Borborema*, 13 jul. 2000), uma vez que as principais acusações partiam de Avenzoar Arruda, representante do PT paraibano na Comissão Parlamentar de Inquérito. Na ocasião, Ribeiro foi mais incisivo ao colocar que “o mesmo partido que faz denúncias, se coliga com o PMDB, em Campina”, numa clara alusão à participação na chapa de Cássio da vereadora Cozete.

Em outra oportunidade, possivelmente se referindo à forma pela qual o candidato Cássio expunha suas ideias, declarou estar bastante confiante na sua vitória nas eleições de outubro, sobretudo, porque sentia que o povo “não acredita mais em palavras bonitas, mas sim quer saber de resultados práticos e concretos que venham a transformar a vida dos campinenses” (*Diário da Borborema*, 16 jul. 2000). Além disso, usou como trunfo

da sua campanha o apoio oferecido pelo Governador José Maranhão, pois julgasse ser esse “um ponto fundamental para nossa vitória, já que vai ser o reconhecimento do povo pelo grande trabalho que o governador vem fazendo por Campina, e que com certeza fará muito mais a partir da nossa eleição” (IDEM).

Mais ilustrativo, ainda, a respeito da maneira como se deu aquele processo eleitoral foi o entrevero que envolveu os dois principais candidatos a vice-prefeito na cidade. Tudo começou quando Cozete criticou o que, na sua avaliação, era oportunismo do prefeitável Enivaldo Ribeiro (PPB), que estaria tentando “jogar a população contra o poder público, no que se prende ao reajuste de 7% da tarifa de ônibus urbano” (*Diário da Borborema*, 21 jul. 2000). Este, em entrevista ao *Diário da Borborema*, fez duras críticas ao executivo municipal que sancionou o reajuste. Para o candidato, o aumento do transporte público “acontece sempre às vésperas das eleições, prejudicando o trabalhador, mas favorecendo o monopólio que domina o setor” (IDEM).

Por seu turno, Cozete considerava que o reajuste de 7% foi menor do que o aumento dos combustíveis, pneus e demais insumos, as compras de ônibus e os próprios salários de motoristas e cobradores. Portanto, advoga a parlamentar, “o reajuste foi dentro dos níveis normais da inflação”, postura diferente da tomada no ano anterior quando a mesma tarifa subiu de R\$0,55 para R\$0,65, o equivalente a 18%, e a vereadora entrou com uma reclamação junto à Curadoria do Consumidor.

O vice de Enivaldo, pela Coligação Campina Agora Tem Futuro, Álvaro Neto, também se manifestou sobre o caso, argumentando que Cozete “perdeu o rumo da história ao defender o aumento de 7% na tarifa dos transportes coletivos” (*Diário da Borborema*, 23 jul. 2000), homologados recentemente pelo prefeito Cássio Cunha Lima. Álvaro, em longo relato, sentenciava que a vereadora Cozete

[...] jogou no lixo os 18 anos que passou combatendo o atual grupo político que governa Campina Grande e ainda coloca em xeque a credibilidade do seu partido- PT- que se credenciou junto à população defendendo as injustiças sociais. É lamentável que a vereadora Cozete Barbosa, que tem um passado em favor dos trabalhadores, venha hoje, com ânsia de chegar ao poder, defender aumento de tarifa no valor de 7%, elevando a passagem de R\$ 0,65 para R\$ 0,70, ensejando mais sacrifício no orçamento doméstico da população de baixa renda (IDEM)

No entendimento de Álvaro Neto, ao defender o aumento da tarifa, que somente atenderia aos reclames do empresariado do setor de transportes, a vereadora estaria demonstrando a sua verdadeira face, pois revelaria que a parlamentar “só defendia a classe trabalhadora porque lhes rendia dividendos políticos. Foi só ganhar a confiança do eleitor, para mudar de discurso”. O candidato lembrou, então, a intimidade existente entre

os empresários do setor de transporte coletivos e o poder público municipal que, segundo ele, “é a das mais suspeitas, principalmente depois que a Câmara Municipal, a pedido do prefeito Cássio Cunha Lima, renovou as concessões das empresas por mais de 20 anos, o que impediu a entrada de outras empresas no sistema”.

Além de advogar a implantação de um sistema integrado de transporte coletivos, interligando os bairros, como forma de reduzir a tarefa, Álvaro enfatizou que a pouca rotatividade nas licitações promovida pelo grupo Cunha Lima era muito grave e, no final da declaração, houve espaço, ainda, para uma boa alfinetada na candidata petista, uma vez que, continuava o pefelista, “se não me engano, a própria vereadora Cozete Barbosa votou contra a proposta do Poder Municipal na manutenção desse império de monopólio do setor de transportes em Campina Grande. Quem te viu, quem te vê” (IDEM). No guia eleitoral, Álvaro Neto voltaria a questionar a postura de Cozete em relação à temática. Segundo ele:

Ao defender recentemente o novo aumento da tarifa de transportes coletivos, a vereadora Cozete Barbosa se contradisse, já que a própria condenou o aumento abusivo no setor ocorrido no ano passado. Ora, se a vereadora Cozete reconhece que houve um aumento abusivo ano passado, porque cargas d’águas ele defende mais outro aumento, que por menor que fosse não cobriria o índice na tarifa registrada em 1999. Daí, porque acho que a vereadora perdeu o rumo da história. (*Jornal da Paraíba*, 25 ago. 2000.)

De acordo, ainda, com o candidato a vice, um dos pontos mais importantes dentro do campo da política seria a coerência ideológica, querendo aludir ao fato da petista, “na ânsia de chegar à Prefeitura de Campina Grande, hoje está aliada a um grupo político que ao longo dos últimos 18 anos ela própria combatia nas ruas desta cidade” (IDEM)⁵⁴. Como já podemos perceber, a questão das tarifas se transformou em cavalo de batalha entre todos os candidatos à chefia do executivo municipal campinense.

Desta vez, foi o candidato ao cargo pela Coligação “Campina, Grande Para Todos”, Vital do Rêgo Filho (PDT), que lançou como uma de suas propostas a ampliação

⁵⁴ A resposta da petista, contudo, não tardou. Na tribuna da Câmara, além de cobrar da Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do secretário Glauberto Bezerra a apuração do crime ocorrido no dia 13 daquele mês, que vitimou o auxiliar de serviços Gerais, Célio Marcos Germano da Silva, residente na travessa Paraíba, no bairro da liberdade, durante um comício da coligação “Campina Agora Tem Futuro”, Cozete disparou: “Álvaro está, na verdade, querendo aparecer às minhas custas. É surpreendente a ignorância dele em relação à política de transporte em Campina. É um reflexo de sua ausência no município. Realmente não dá para conhecer de perto as lutas da população quando se aparece apenas para fazer campanha”. Complementava a candidata: “... Incoerência é ter na boca dois discursos, um para Campina e outro para Brasília. Basta lembrar do seu comportamento favorável à quebra da instabilidade dos servidores públicos”. (*Jornal da Paraíba*, 25 ago. 2000). Para mais informações sobre as linhas investigativas e desdobramentos a respeito do trágico episódio envolvendo o jovem Célio, recomendamos a leitura da seguinte edição: *Diário da Borborema*, 01 set. 2000.

da autonomia do Conselho Municipal de Transporte, a reformulação do tráfego e o oferecimento de subsídios para a tarifa, tendo como fonte de recursos o que fosse arrecadado pela própria STTP em parceria com a iniciativa privada. De acordo com petebista, a STTP constituía-se em uma potencial fonte de arrecadação financeira (algo em torno de R\$ 3 milhões para aquele ano), devendo toda essa renda ser destinada à revitalização e reformulação do tráfego campinense, a fim de dotá-lo de um sistema viário compatível com as necessidades da cidade.

Neste sentido, eleito, Vital prometera a criação de um terminal de integração de passageiros, que funcionaria nas imediações Parque do Povo e teria como finalidade “a desobstrução da Avenida Floriano Peixoto e também daria uma utilidade anual ao Parque do Povo” (*Diário da Borborema*, 30 jul. 2000). Infere-se da declaração dada que o candidato acreditava que o espaço construído pelo grupo de poder familiar Cunha Lima nos idos de 1986 só teria serventia em parte do ano, quando da realização das festas juninas. Um outro ponto destacado pelo candidato foi a necessidade de se rever os recentes aumentos concedidos para a tarifa de coletivos, “pois isso só deve acontecer de maneira a atender aos anseios da população, no sentido do reajuste ser compatível com a renda do trabalhador” (IDEM).

Na mesma edição do jornal, Enivaldo Ribeiro fez coro à propositura de Vital, intensificando-a sobremaneira. O candidato se dizendo indignado com o último reajuste garantiu que, caso fosse eleito, cancelaria o aumento da tarifa de transportes na cidade e reveria todas as outras correções dadas para o setor, nos últimos anos. Com arroubos populistas, que sempre o caracterizou, Ribeiro proclamava que iria “cancelar este aumento abusivo que só veio agradar aos empresários e massacrar o trabalhador, e vamos rever todos os outros reajustes, pois temos certeza que será possível encontrar um valor bem mais acessível para o povo campinense” (*Diário da Borborema*, 30 jul. 2000). Além do mais, argumentava que os aumentos constantes de tarifas “devem estar atendendo os interesses de alguém na cidade” e que seria “preciso uma interrupção nesse processo, caso contrário, o povo será cada vez mais prejudicado” (IDEM).

Por seu turno, o atual prefeito, questionado a respeito das declarações recentes de seus oponentes quanto ao aumento das passagens, afirmou que “fazer promessas como essas e garantir que o preço da tarifa de coletivos será reduzido, é pura balela, é demagogia, é querer brincar com a fé do povo” (*Diário da Borborema*, 30 jul. 2000). Segundo Cássio Cunha Lima, não haveria motivos para alarde, uma vez que o atual preço

da tarifa de coletivos em Campina Grande era um dos menores do Brasil e o aumento por qual passou aconteceu em índices inferiores à inflação.

Para completar sua defesa, Cássio lembrava que em governos anteriores – lembremos que até aquele momento, o último mandato “recente” não atrelado ao seu grupo de poder familiar foi o de Enivaldo Ribeiro (1977-1982) - o preço das passagens de ônibus era absolutamente igual ao valor cobrado em João Pessoa, “apesar de na capital o percurso ser maior” (IDEM). A fim de avançarmos, vale ressaltar somente que a estratégia oposicionista de ataque a mudança de postura apresentada pela petista coligada com um antigo adversário político ganha corpo e continua dando a tônica daquela campanha⁵⁵. Chega o momento dos comícios políticos, fase que antecede o desfecho nas urnas. Neles, táticas diversificadas, aumento do arco de alianças, poucas propostas e muito ataque pessoal de ambas as partes predominaram. Passemos a analisá-los.

5. 6- “FIZ UM FILHO BONITO QUE FAZ UMA CAMPINA LINDA”: OS COMÍCIOS POLÍTICOS E O PRIMEIRO DE NOVEMBRO

Após a indigesta polêmica envolvendo a tarifa do transporte público, os candidatos da Coligação Democrática Campinense realizaram seu primeiro comício no domingo do dia 06 de agosto, no Bairro da Liberdade. Talvez estimulada pelo nome do local no qual se encontrava, Cozete Barbosa iniciou seu discurso lembrando o famoso samba enredo “liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós e que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz” e conclamou as mulheres à batalha eleitoral. Houve, ainda, espaço para um “Maranhão dirige as forças retrógradas da Paraíba” (*Diário da Borborema*, 08 de agosto 2000), evidenciando o grau de fragmentação experimentado pelo PMDB paraibano naquele momento.⁵⁶

O prefeito Cássio Cunha Lima, por seu turno, alegava permanecer seguro e confiante, pois seu sentimento era de dever cumprido com relação aos compromissos assumidos na campanha de 1996. O lema “Campina forte, progressista e desenvolvida” também voltava à cena nas palavras de ordem proferidas pelo senador Ronaldo Cunha

⁵⁵ No guia eleitoral do PPB, por exemplo, “Guilherme Almeida bateu duro no PT, lembrando que a legenda, através da representante, Cozete Barbosa, foi contra a venda da CELB e hoje se posiciona favoravelmente”. **Alfinetada**. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de agosto de 2000. Já o candidato a vereador Márcio Porto (PDT) no seu guia não perdeu a oportunidade de desferir um “...se vendeu ao grupo que vendeu ao Celb”. (*Jornal da Paraíba*, 30 ago. 2000)

⁵⁶ Cássio reforçava as críticas direcionadas ao governador ao afirmar que este protagonizava uma “perseguição mesquinha, odienta e deplorável contra Campina” (*Jornal da Paraíba*, 08 ago. 2000).

Lima. Este, em tom característico, afirmou “que fez um filho bonito que faz uma Campina linda”, destacando as várias realizações do seu herdeiro político, frente à prefeitura, que tornaram “a cidade ainda mais desenvolvida e progressista” (IDEM). A expectativa era, portanto, de continuidade, uma vez que a oligarquia política se encastelava no poder municipal desde 1982.

Quando o comício foi no Bairro das Malvinas, Cássio voltou a valorizar a composição com o PT. O peemedebista ressaltou que a coligação entre os partidos “é uma união de trabalho e de ética em prol da cidade, que ele e Cozete vão trabalhar para Campina avançar” (*Diário da Borborema*, 22 ago. 2000). Com efeito, reforça o candidato, “a aliança feita com o Partido dos Trabalhadores foi, sobretudo, uma aliança ética e verdadeira para defender os interesses da coletividade campinense” (IDEM). Cássio também destacou a adoção do Orçamento Participativo e a consulta sobre a aplicação dos recursos da CELB⁵⁷. Quando provocado a se pronunciar sobre o desemprego e a insegurança, males flagrantes daquela Campina Grande no alvorecer do século 21, o prefeito transferiu a responsabilidade para os chefes do executivo Federal e Estadual, que, em tese, seriam seus aliados, bradando: “O que não é da nossa responsabilidade, a gente cobra, o que depende de nós, a gente faz” (IDEM).

A pacificação dentro do PMDB paraibano ficou ainda mais comprometida após Cássio declarar que o governador José Maranhão “vem se comportando, administrativamente, como um verdadeiro inimigo de Campina Grande” (*Jornal da Paraíba*, 03 ago. 2000)⁵⁸. O chefe do executivo municipal destacava a redução das quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, “acrescentando que Campina Grande perde, anualmente, a importância de 15 milhões”.

Além de classificar a atitude do governo Maranhão para com o município como “perversa”, Cássio costurava seu argumento investindo na tese da “perseguição”, que, para ele, teria “cunho político, principalmente agora, quando estamos vivendo um período pré-eleitoral. Contudo, vamos continuar tocando o nosso projeto administrativo e, ao mesmo tempo, mostrando à população os problemas que estamos enfrentando, por conta

⁵⁷ Lembremos de que foi na sua gestão (1996-2000) que a companhia elétrica foi vendida, apesar dos muitos protestos do PT e, sobretudo, de Cozete. Processo explorado no terceiro capítulo do presente texto.

⁵⁸ Em resposta, o governador Maranhão (ao lado de Ney Suassuna) subiu ao palanque Enivaldo Ribeiro quando do seu primeiro comício. No encerramento do evento, ao aludir a fracassada tentativa de pacificação no interior do PMDB, afirmou o seguinte: “Tentei até a última instância uma pacificação no PMDB, esquecendo até o massacre que me fizeram. Estendi a mão da pacificação e a mão voltou vazia”. (*Jornal da Paraíba*, 08 ago. 2000).

da desatenção do Governo do Estado” (Idem). Os desentendimentos no interior do partido não cessariam.

A mídia impressa local percebia o turbilhão de acontecimentos inesperados que submergiam naquele processo eleitoral. Lemos com bastante curiosidade matéria do *Jornal da Paraíba* que tentava realizar um balanço da desagregação interna do PMDB paraibano, a capitulação de setores majoritários petistas na cidade, que estariam se “bandeando” para o lado antes antagonizado, e o baixo nível político das campanhas eleitorais. Vejamos:

É praticamente impossível estabelecer parâmetros, na política brasileira, em relação ao que acontece na Paraíba. Não se trata, apenas, dos efeitos danosos causados pela fragmentação do maior partido do Estado, o PMDB. Também não se pode tomar como ponto de referência o fato de não existir qualquer vitalidade na oposição e seus últimos resquícios- instalados no PT- estarem se bandeando para o terreno adversário, justamente o PMDB. Todos esses componentes explosivos da política paraibana não têm similaridade no restante do país. Até mesmo o PT, recheado de tendências, vem conseguindo uma espécie de depuração e demonstrando que há, hoje, um grupo majoritário nas definições internas. (*Jornal da Paraíba*, 09 ago. 2000)

A tese implícita contida na matéria gira em torno da inexistência, na Paraíba, de uma contundente demarcação entre os partidos situacionista e os de oposição, como se o único fator que provocasse movimentação na política estivesse concatenado com as sucessivas crises internas vividas pelas agremiações e os sumários rearranjos no que tange à conformação do poder local. Os elementos que sintetizam tal hipótese aparecem mais claramente quando se afirma que:

Em qualquer lugar onde se faça política há, naturalmente, dois ou mais “cordões”, bem definidos dentro do cenário, caracterizando que existe um olho clínico analisando o adversário e pronto para conquistar o poder, se houver oportunidade. Na Paraíba isso não apenas não existe como não há a mais remota possibilidade de isso ser alterado a curto, médio e longo prazo, com danos irreparáveis à sociedade, que assiste estarecida a triste espetáculo que julgava irrealizáveis, mas que se transformam em fatos que mexem com a sensibilidade do cidadão e colocam a credibilidade da atividade política no mais reles dos níveis, ou muito, mas muito mesmo, abaixo da média. (Idem)

Nos demais tópicos do texto, mais uma vez, se faz sentir o acirramento entre o grupo Ronaldista e Maranhista. Desta vez, sérias acusações de Ney Suassuna foram direcionadas ao grupo de Cássio, entre elas, a de hipocrisia cometida quando o “clã Cunha Lima” entendia que ele e Maranhão estão fazendo oposição, uma vez que, segundo o senador, “eles colocaram o PTB para fazer oposição ao PMDB em vários municípios e também não podemos subir num palanque do PT que vive batendo na gente” (*Jornal da Paraíba*, 09 ago. 2000). A outra acusação foi ainda mais grave, pois Suassuna sugere que o bom índice de votos de Cozete na última eleição, bem como o apoio candidatura do

petista Gilvan Freire ao governo do Estado, guardariam relações, inclusive materiais, com o gabinete do prefeito⁵⁹.

A irritação de Ney Suassuna talvez se devesse ao fato da justiça eleitoral ter proibido ele, José Maranhão e Robson Dutra de aparecerem no guia eleitoral de Enivaldo Ribeiro. A decisão foi expedida pelo Juiz Marcos Coelho de Sales, coordenador da propaganda eleitoral, ao julgar procedente o recurso impetrado pela Coligação Democrática Campinense, que tinha como principal argumento a tese da infidelidade partidária (*Jornal da Paraíba*, 25 ago. 2000). O magistrado, portanto, proibira que se utilizasse, durante o guia eleitoral do candidato opositor no rádio ou na televisão, imagens ou outro tipo de manifestação do “governador José Maranhão, do senador Ney Suassuna ou do deputado estadual Robson Dutra, assim como qualquer outra pessoa que não seja filiada a um partido que faz parte da coligação, constituída pelo PPB e PFL” (*Diário da Borborema*, 25 ago. 2000). Enivaldo, provocado a se posicionar quanto à decisão da justiça eleitoral, comentou que o receio do seu oponente derivaria do entendimento que o prestígio do governador em Campina poderia influenciar no resultado das eleições (Idem).

Do lado petista, Lula mais uma vez estaria em Campina oportunizando o cumprimento de uma vasta programação em favor da candidatura do prefeito Cássio Cunha Lima. O presidente de honra do partido compareceu ao comício dos candidatos à reeleição na cidade, no qual Cozete teria exclamando a seguinte sentença: “... Lula é que me inspira a estar nessa aliança” e, em seguida, “estamos nessa aliança porque queremos governar e ajudar a governar Campina. Não só Campina, mas este país” (*Jornal da Paraíba*, 16 out. 2000). Cássio, após ressaltar que “Lula dignifica a política do Brasil”, afirmou que a composição PT/PMDB representava o “amadurecimento de nossa prática e de nossa convivência política”.

O líder nacional do PT iniciou sua fala declarando que não subira naquele palanque para pedir votos, pois entendia que “do ponto de vista eminentemente eleitoral, da quantidade de votos, não precisaria estar em Campina” e, dirigindo-se ao peemedebista, atestou que “o PT fez bem em fazer aliança com você”. A visita e, sobretudo, participação ativa de Lula na campanha do prefeito Cássio Cunha Lima não passou despercebido aos olhos da oposição. Vital do Rêgo Filho asseverou que “nunca

⁵⁹ Reproduzo, integralmente, os questionamentos feitos pelo senador: “Aquela vereadora- se referindo a Cozete- teve 200 mil votos só por méritos dela? Quem foi que incentivou a candidatura de Gilvan Freire a governador?”. (*Jornal da Paraíba*, 09 ago. 2000).

imaginei que o PT de Lula estivesse no mesmo palanque do PSDB de Fernando Henrique”. Por seu turno, o candidato a vice, Álvaro Gaudêncio, ironizou a aliança adversária, denunciando que “Lula veio aqui trazer outra promessa: a de que o PT irá apoiar o atual prefeito nas eleições de 2002. Negócio vergonhoso” (Idem).

Com o processo eleitoral em andamento, o racha entre os petistas campinenses também voltava a se manifestar. O novo motivo para desentendimentos internos guardou relação com as gravações dos guias eleitorais. Tudo começou quando Terezinha Cavalcante, militante da DS e do Sintab, teve deferida solicitação junto ao juiz de propaganda eleitoral. A candidata à vereadora se queixava da inclusão, sem autorização prévia, do “selo” dos candidatos a prefeito e a vice, Cássio e Cozete, durante sua fala no guia. Terezinha expôs o caso quando a entrevistamos

Basílio Carneiro (Secretário de Comunicação), na reunião do partido, questionou, muito, porque eu disse que iria gravar na mesma produtora que os demais estavam gravando. Eles queriam me enquadrar para eu fazer lá. Eu fazia independente. Cajá, eu tenho certeza que foi ele. Assim, quando você está em uma campanha, tem uma pessoa que coordena a distribuição do guia eleitoral. Aí, quando é um belo dia, eu estou em casa, recebo uma ligação. Meu filho, nesse dia eu quase pirava. Olhe, eu recebi várias ligações dizendo que eu já tinha me debandado para o lado de Cássio, porque pegaram meu programa, que era feito em outra produtora, e, eu não sei como, incluíram o nome de Cássio lá. Meu filho, isso deu um bafafá. Primeiro, eu ligo para Avenzoar, em Brasília. Avenzoar disse: Ligue para Ricardo. Ricardo Coutinho. Liguei para Ricardo e ele disse: Gilberto Carneiro está aí, que é nosso advogado, vá atrás dele e vamos para a Justiça. Fui para Justiça, para Justiça. Por conta disso. Para tirar a tarja, para tirar aquela tarja.

O também candidato a vereador, Edgard Malagodi, fez similar pedido à Justiça Eleitoral, sendo igualmente acatado. Após a abertura do novo processo judicial, o petista teria afirmado à imprensa da capital o seguinte: “Sou do PT autêntico e não aceito me misturar com essa chapa” (*Jornal da Paraíba*, 05 set. 2000). A declaração foi mal recebida internamente. Malagodi, uma vez mais, estamparia matéria do periódico local no dia seguinte.

O espaço era utilizado para rebater as críticas de seus companheiros de partido “de que não estaria reconhecendo a decisão democrática da agremiação, de fazer uma coligação na chapa majoritária” (*Jornal da Paraíba*, 06 set. 2000). Segundo ele, contudo, a direção partidária estaria propositalmente uma confusão entre a coligação na chapa proporcional (que era com o PSB) com a majoritária (com o PMDB). O professor Edgard Malagodi alegou estar sendo vítima de uma atitude de “intransigência das pessoas dirigentes do PT”, que queriam vincular indevidamente a imagem de Cássio aos candidatos a vereador. Conforme assinala Malagodi:

O programa do nosso partido, inclusive a mensagem de certos candidatos, não difere em nada dos outros partidos que combatemos duramente no passado e que hoje continuam o mesmo. Isto não está ocorrendo em outras cidades do Brasil, nem em João Pessoa, mas aqui em Campina Grande é evidente o abuso da direção na edição do guia eleitoral” (Idem).

O candidato também se manifestava inconformado com a falta de capacidade da direção, e alguns militantes totalmente identificados com a reeleição de Cássio, de entender a diferença entre o Poder Executivo e o Legislativo. O mais problemático, na visão de Malagodi, seria a afirmação segundo a qual “alguns alegam que se Cássio está pagando, então ninguém pode reclamar”. Para o petista, o partido, aqui na Paraíba, ao longo de sua história, realizou as campanhas eleitorais com poucos recursos de seus filiados e simpatizantes, “e nunca passou vergonha por isso, nem precisou recorrer a grupos oligárquicos. Não seria agora, depois de 20 anos, que iríamos vender nossa imagem, a troco de dinheiro para produzir o guia eleitoral” (Idem). O caso revela atitude servil de atrelamento do núcleo dirigente petista ao poder Executivo.

A postura “insubordinada” de Malagodi resultou na instauração de uma Comissão de Ética que teria o intuito de analisar seu comportamento durante a campanha eleitoral. O Secretário de Comunicação e Imprensa da executiva municipal do PT, Basílio Carneiro, revelou que Malagodi não teria se empenhado na campanha majoritária, não participando de comícios e carreatas da coligação e “embora não fossem confirmadas, o dirigente frisou que há denúncias de que Edgard teria feito campanha contra” (*Diário da Borborema*, 26 out. 2000). Basílio enfatizou ainda que o dirigente petista teria amplo direito de defesa e o processo poderia ser arquivado. No entanto, “se não for, Edgard pode ser advertido ou mesmo expulso do PT” (Idem).

Convidado a avaliar os resultados das eleições, o secretário só deixou ainda mais evidente o deslocamento havido no partido em direção à arena institucional, quando avaliava que nas cidades, onde foram feitas as alianças, o partido conseguiu eleger vereadores. Por outro lado, “onde sectarizamos o debate, não avançamos nas proporcionais nem na majoritária” (Idem). O novo critério dominante parecia ser este, confirmando nossa hipótese que algo no PT campinense se invertia: havia, agora, a precedência da representação eleitoral sobre organização classista. O giro estava completo, apesar dos poucos que ainda lutavam contra ele.

Entrementes, como o leitor mais atento deve supor, Cássio Cunha Lima e Cozete Barbosa sagram-se prefeito e vice-prefeita da cidade de Campina Grande no primeiro dia de outubro de 2000. O candidato do PMDB superou com folga Enivaldo Ribeiro,

recebendo 122.718 votos (71,35%), contra apenas 36.727 do candidato do PPB (21,36%). O resultado garantiu a reeleição de Cássio Cunha Lima já no primeiro turno - terceira vitória do parlamentar em eleições municipais, tendo as outras ocorridas em 1988 e 1996. Vital do Rêgo Filho, do PDT, foi o candidato menos votado, com 12.538 votos⁶⁰.

Mesmo passada as eleições, contudo, a poeira no PT campinense demorava a baixar, sobretudo, quando a temática aludia à aliança com o PMDB. Dessa vez, o secretário de comunicação, da Executiva Municipal, o sindicalista José Basílio, garantia que o partido assumiria o poder, em janeiro, sem mudar sua postura. Indo além, alegava que o PT não havia mudado, ao fazer uma composição de centro esquerda. Ao contrário, na avaliação do secretário, “quem mudou foi Cássio, que adotou em sua administração as nossas propostas, como o Orçamento Participativo, o Bolsa Escola e o Médico na Família” (*Diário da Borborema*, 10 dez. 2000) Por outro lado, para Sizenando Leal, membro da corrente Democracia Socialista e ex-assessor de Cozete, quem teria se metamorfoseado era a maioria dos dirigentes do PT. Além do mais, “ele garante que o Orçamento Participativo, por exemplo, não reflete as propostas da população” e “as obras de revitalização do centro, que custam quatro milhões de reais, não foram aprovadas pelas plenárias e estão sendo executadas”, rompendo, assim, seus desígnios fundamentais.

Com a vitória da chapa Cássio/Cozete consumada, o momento de compor o quadro administrativo do “novo” poder municipal se aproximava e a constatação mais evidente é que haveria, por enquanto, pouca mudança. A única de maior envergadura, no primeiro escalão de governo, foi a nomeação de Raimundo Cajá, o presidente do PT campinense, para a Secretaria de Trabalho e Ação Social. Para o preenchimento de funções mais modestas, a ideia do prefeito era a criação de duas novas secretarias - Turismo e Comunicação e Meio Ambiente- que disponibilizariam 14 cargos de secretários adjuntos. Destas, caberia ao PT local a indicação dos adjuntos “para a Setraes, Planejamento e talvez Saúde” (*Diário da Borborema*, 28 dez. 2000).

Todo pós-eleição gera o período de avaliação de desempenho. O semblante da corrente que dominava o PT da Paraíba à época, por exemplo, era completamente diferente de algum tempo atrás. O partido respirava “o doce aroma do poder, seja conquistando prefeituras, vice- prefeituras ou cadeiras de vereadores” (*Jornal da Paraíba*, 01 nov. 2000). Parecia inegável que, diante do resultado extraído das urnas nos

⁶⁰ Informações disponíveis em <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>>, acesso dia 21 de janeiro de 2021.

dois turnos das eleições municipais, o bloco dominante do PT tinha o que comemorar. Quanto à divisão interna, contudo, as eleições expuseram feridas de um partido em transformação, o que era sentido pela imprensa local quando observava o comportamento da agremiação política na Paraíba:

Como não se faz mudança política de forma indolor, há choro e ranger de dentes nas duas facções- a do presidente Adalberto Fulgêncio, deputado padre Luiz Couto juntamente com a vereadora Cozete Barbosa e a dos deputados Avenzoar Arruda, Ricardo Coutinho e Frei Anastácio. O segmento de Avenzoar, Ricardo e Anastácio sofre bombardeio maior. Animados com os resultados, tanto em nível nacional quanto estadual, o PT se prepara para vãos mais altos, falando em candidaturas para governo do Estado em 2002. Neste terreno, o partido, quando participou, teve desempenho medíocre (Idem)

Depreende-se do sugerido acima que as questões mais urgentes colocadas no horizonte no PT paraibano resumiam-se na capacidade do partido de conviver com suas contradições internas e se, diante da constatação dos seguidos insucessos na disputa do executivo estadual, uma candidatura de Cássio Cunha Lima não despertaria mais interesse que uma própria em 2002. O suposto progressismo de Cássio e do grupo Cunha Lima adquiria cada vez mais força entre os petistas. Prova disso foi o pronunciamento do deputado federal e vice-líder do partido na câmara federal, Geraldo Magela, no qual ele afirmava que

Em Campina Grande, a ala do PMDB que é liderada pelo senador Ronaldo Cunha Lima é a mais progressista dentro dessa legenda e a que menos apoia as políticas de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, razão pela qual o PT resolveu se coligar com ela para a disputa das últimas eleições municipais”. *Jornal da Paraíba*, 04 nov. 2000)

A leitura feita pelo parlamentar era que o segmento liderado por José Maranhão, “verdadeiramente”, dava “sustentação ao governo central, o que não acontece de forma incisiva com Cássio Cunha Lima” (Idem). Em outra oportunidade, o presidente do diretório municipal do PT pessoense, Walter Aguiar, confirmou que o partido iria discutir com o prefeito campinense a formação de uma frente ampla de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso na Paraíba. A frente teria as candidaturas de Cássio a governador e a de Lula a presidente da República como suportes. Segundo o futuro chefe de gabinete de Cozete, os petistas não se ressentiriam em abrir mão de participação na chapa encabeçada pelo prefeito para facilitar entendimentos com outros partidos. O recado dado pelo dirigente petista era claro:

Nossa prioridade maior agora é viabilizar um projeto de oposição a FHC. Queremos ter nesse projeto Itamar Franco e Ciro Gomes no plano nacional, e Cássio Cunha Lima, aqui na Paraíba. Não podemos fazer exigências nem estabelecer verdades porque não somos os donos da verdade. Podemos até mesmo abdicar participação na chapa majoritária, no caso da Paraíba, para

facilitar entendimentos”. Os dirigentes do PT admitiam, portanto, discutir a aliança com partidos mais conservadores, desde que se posicionassem contra a política neoliberal de FHC. (*Jornal da Paraíba*, 27 dez. 2000.)

Declarações recentes da então vice-prefeita petista também já caminhavam nessa direção, tanto é que poucos dias depois do 1º de outubro, data que efetivou o mandato da chapa PT/PMDB na cidade, Cozete afirmara o seguinte em relação ao prefeito eleito:

Sem dúvida nenhuma, é maior liderança do Estado da Paraíba e a prova disso é que durante a campanha eleitoral eu visitei várias cidades paraibanas, e nelas o que mais se falava não era da eleição municipal, mas sim da eleição para governador, em 2002, sendo o nome do prefeito Cássio Cunha Lima o mais indicado citado nestes lugares. Era uma coisa impressionante (*Diário da Borborema*, 13 out. 2000).

Para a ex-sindicalista, Campina Grande e todos os seus habitantes desejavam ver Cássio governador e, caso isso acontecesse, seu partido já teria dado demonstrações inequívocas por todo o Brasil de possuir condição de governar, acrescentando, ainda, que “onde o PT governa dá certo” (Idem). Cozete assinalava, portanto, não ter dúvida acerca da aptidão da agremiação em governar com desenvoltura as cidades nas quais havia vencido as eleições daquele ano. Quanto ao esperado apoio de Cássio a Lula, todos caíram, brilhantemente, do cavalo. O integrante do Grupo Cunha Lima foi para o PSDB e fechou com o tucano José Serra.

A partir desse momento, a vice-prefeita eleita protagonizaria uma série de entrevistas nos periódicos locais, com o intuito de avaliar o desempenho geral do PT no recente processo eleitoral. Quando inquirida sobre o sucesso do partido nas urnas, Cozete atrelou as conquistas de prefeituras das várias cidades, inclusive de importantes capitais, ao programa, coerência e honestidade dos que fazem a agremiação, fatores que dariam credibilidade à legenda. Por outro lado, na sua avaliação, “outro aspecto que também nos favorece é o desgaste dos nossos governantes, pois a insatisfação com os políticos é generalizada” (*Jornal da Paraíba*, 31 out. 2000). A vice chefe do executivo municipal já procurava minar a gestão de Fernando Henrique Cardoso e abrir, do ponto de vista local, a campanha presidencial. Hipótese que pode ser sustentada quando concatenada a resposta da última pergunta da entrevista.

Nesta, questionava-se se o sucesso nas urnas obtidos pelo PT nas eleições municipais o credenciava para chegar à presidência da República. A ex-sindicalista propugnava que o resultado alcançado “não só credencia para as eleições presidenciais, mas para governos estaduais, para o Senado Federal e os demais cargos a serem disputados em 2002. Por outro lado, os eleitores foram às urnas já de olho no pleito previsto para daqui a dois anos” (Idem).

Em outra entrevista, Cozete comentou a respeito de sua relação com Cássio e a expectativa quanto ao novo mandato conquistado, enfatizando que “não serei uma vice-prefeita para assumir a titularidade quando das eventualidades das ausências de Cássio Cunha Lima. Quero participar ativamente do governo, porque o prefeito é simpático às propostas administrativas apresentadas pelo nosso partido” (*Jornal da Paraíba*, 26 nov. 2000). O privilégio dado a arena institucional salta aos olhos, pois, conforme podemos constatar, não foi feita uma única menção à possibilidade de usar o novo espaço conquistado nos diversos executivos municipais para aprofundar a mobilização e organização dos grupos subalternos, como era defendido na primeira participação do PT no terreno político-partidário nos idos de 1982.

Aliás, já diplomada e recém proclamada vereadora do ano, Cozete Barbosa dá um forte indicativo de como seria a partir daquele momento sua relação com os movimentos sociais e sindicatos, inclusive com o qual ela foi presidenta. Sobre a polêmica envolvendo o aumento salarial do prefeito, vice-prefeito, secretários e procuradores do município, a ex-sindicalista declarou, por telefone, que considerava uma hipocrisia o Sintab fazer críticas ao governo pelo fato do Legislativo ter reajustado seus salários, “afirmar que os servidores estão insatisfeitos e passando necessidade e não apresentar, entretanto, nenhuma proposta salarial para categoria” (*Diário da Borborema*, 28 dez. 2000.) Segundo a nova vice-prefeita, a entidade classista “vende populismo barato para dizer que é combativo, mas precisa entender que o prefeito estava há 8 anos sem reajustes salariais”. O mais contundente, no entanto, foi a assertiva da petista contida no trecho abaixo. Reproduzo-o integralmente:

Para Cozete, “se a categoria dos servidores está hoje insatisfeita e sem proposta, é porque quem está na direção atualmente não sabe dirigir direito”. Ela disse também não saber quem é o Sintab hoje e que a entidade pode lhe criticar a vontade, “pois é um direito que lhe assiste. O Sintab precisa saber que agora eu sou governo e não posso me voltar somente para as questões do Sintab, mas para toda sociedade campinense, afirmou. Por fim, disse a vereadora/vice-prefeita eleita “que não se pode confundir sindicato com partido político e fazer certas críticas apenas porque não concorda com uma aliança política (Idem).

Antes de mais, vale ressaltar que o Sintab à época tinha como sua principal liderança Terezinha Cavalcante, integrante da corrente interna Democracia Socialista, ala petista que se colocou contrária à aliança da legenda com o partido de Cássio. Além disso, a militante nos confidenciou que numa reunião anterior realizada com a própria Cozete teria afirmado o seguinte: “Olha, eu lembro das palavras, no dia que eu subir uma ladeira e descer outra para pedir um voto para Cássio Cunha Lima pode botar o termômetro que

eu estou com muita febre”. Tal fato pode ter intensificado a pouca disponibilidade de Cozete em manter relações cordiais com a direção da entidade.

Não constitui interesse desta dissertação avaliar o mandato de Cozete Barbosa nem explorar as denúncias de corrupção e despotismo que cercaram sua passagem no Executivo Municipal. No entanto, entendemos que a conformação tomada pela equipe administrativa da prefeita petista correspondeu a uma mudança na relação concreta que os militantes empossados estabeleciam com a classe trabalhadora. A hipótese de burocratização das lideranças partidárias locais ganha robustez. Raimundo Cajá, presidente da tendência Articulação a nível municipal, foi nomeado Secretário de Assistência Social. Socorro Ramalho, importante quadro da mesma corrente, ocupou uma subsecretaria na pasta da Assistência Social e depois a chefia de Gabinete da prefeita. Cargo também ocupado por Walter Aguiar, presidente da legenda em João Pessoa. Francisco Linhares, outro membro do Diretório Municipal de João Pessoa, foi para a subsecretaria de finanças. Francisca Carvalho, integrante da Articulação, foi para a secretaria de Assuntos Jurídicos. Pedro Lúcio, à época militante independente, cumpriu a função de Secretário de Educação (2001-2003), Paulo de Tarso, ex- companheiro da prefeita e também candidato a vereador pelo PT campinense, acabou sendo nomeado presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (IPSEN), além de Aleni Rodrigues de Oliveira, secretária de Finanças, Maria Dapaz Pereira do Patrocínio, secretária de Educação (2004), Ana Lígia Barbosa, irmã de Cozete e secretária de Assistência à Saúde, Romildo Barbosa de Oliveira, diretor de Finanças. Todos da tendência Articulação de Campina Grande ou parentes da prefeita.

Assim, o Partido dos Trabalhadores de Campina Grande, finalmente, tornava-se confiável aos olhos de parte da classe dominante local, estabelecendo uma nova relação com a mesma. Não à toa levando o próprio Cássio Cunha Lima a afirmar que “Já passou o tempo de empresário ter medo do PT. Eu já perdi o meu medo! O que existe é preconceito. Não há por que ter medo de ser feliz em Campina com o PT” (*Jornal da Paraíba*, 16 ago. 2000). Nesse sentido, também é ilustrativa a fala do presidente da Associação Comercial Campinense, José Borges de Medeiros, quando a ex-sindicalista assume a prefeitura em maio de 2002, ao “assegurar que não tem qualquer temeridade em relação ao governo petista, com o qual espera manter o melhor relacionamento possível”. É desta forma que o partido ascende ao poder municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É hora de fecharmos o argumento e tentarmos responder às perguntas lançadas na introdução do texto. Conforme fomos alertados na qualificação desse texto, apesar da coligação com o grupo Cunha Lima ser um indício forte de “absorção de elementos ativos” do grupo adversário, primeiro passo em direção à operacionalização do conceito gramsciano, não seria suficiente para caracterizar a experiência local como parte do movimento transformista geral dos dirigentes do PT. Aprendemos que o conceito não se confunde com a mera movimentação ou trânsito individual pelas fronteiras de classes antagônicas. Mais que isso, é um episódio da luta de classes, que só pode ser abordado levando-se em consideração o “poder de atração” de cada classe, sua “condensação ou concentração orgânica”.

Assim, os professores Coelho e Mendonça nos ensinaram que se existiu um processo transformista afetando os grupos dirigentes do PT no Brasil como um todo e se o que se passou em Campina Grande pode ser tomado como um caso particular do mesmo processo, o desafio passou a ser não apenas o de encontrar similitudes no ponto de chegada, mas a verificação sobre terem sido ou não percorridos caminhos na mesma direção. Tendo essa ressalva em mente, o objetivo principal desta dissertação consistiu em compreender como se operou o processo de metamorfose via transformismo no PT local, cuja expressão máxima foi a coligação com um grupo político rival, visando ascender ao poder executivo municipal nas eleições do ano 2000.

A pesquisa demonstrou que o PT de Campina Grande não conseguiu evitar, apesar daqueles que se manifestaram contrários ao processo em curso, sua absorção em caráter de grupo em direção à oligarquia Cunha Lima, deslocando-se no entendimento de seu setor majoritário de armas e bagagens para o "centro da política" paraibana. A absorção foi obtida mediante a promessa da vice-prefeitura da segunda maior cidade do estado, a possibilidade de ser governo em um futuro próximo, a alteração na correlação de forças políticas no Estado da Paraíba e, sobretudo, o favorecimento da campanha presidencial Lula 2002.

Tentamos, também, indicar a ampliação e modificação “molecular” do grupo dirigente, isto é, a expansão na política dos dominantes locais com a incorporação dos transformistas. Por outro lado, argumentamos que a conformação tomada pela equipe administrativa da prefeita petista correspondeu a uma mudança na relação concreta que os militantes encastelados no aparelho estatal estabeleciam com a classe trabalhadora. A

hipótese de burocratização das lideranças partidárias locais adquiriu substância. Esta mesma incorporação estimulou o apassivamento das classes, movimentos sociais e sindicatos, ao menos em relação àqueles setores nos quais o PT campinense havia desenvolvido alguma militância.

Observamos no tempo como uma postura pragmática na arena institucional- visando a consumação da estratégia nacional garantidora da vitória presidencial de Lula e, sobretudo, eficaz quanto à expansão eleitoral- minimizou as antigas referências de cunho classista e isolou as posições discordantes no interior da agremiação. O predomínio quase absoluto da Articulação (tendência dominante a nível nacional, estadual e municipal) em todas as instâncias organizativas ligadas ao partido favoreceu a celebração de composições municipais e estaduais que abandonou e desqualificou as práticas anteriormente consideradas positivas, tidas, agora, como radicais, xiitas, sectárias, ultrapassadas. Estivemos atentos para a influência exercida pela direção Estadual e também pela Nacional, inclusive com a anuência do maior líder do partido, durante todo o processo.

Concluimos que o saldo final da aliança foi a fragmentação da agremiação petista no município. Os setores populares locais passaram a se organizar a partir de outros meios que não mais atrelados ao partido da estrela vermelha. Outras legendas populares surgiram (o caso do PSOL), bravos sindicatos continuam atuando junto às suas bases e intensificam sua relação com a população dos bairros (a atuação do Sindicato dos Professores Universitários junto ao Comitê Municipal de Luta contra Fome nos bairros populares é representativo a esse respeito), um movimento estudantil secundarista e universitário, ainda atravessado pelas intermináveis brigas internas das quais nunca entendemos bem o ponto nevrálgico das discordâncias, sempre se somam as lutas sociais. Quanto ao Partido dos Trabalhadores de Campina Grande, a prioridade dada a arena institucional parece não ter tido o retorno desejado. Desde os anos 2000 nenhum vereador foi eleito e a credibilidade da agremiação junto à população campinense arrefeceu. Isso parece não ter inibido o ânimo dos seus militantes mais contumazes, que seguem sua militância buscando reconstruir o partido. Esperamos que o trabalho os ajudem a realizarem uma autocrítica e percebam que a aliança consumada naqueles anos não se tratou somente de um erro de cálculo político, mas de um deslocamento no terreno das lutas de classe operado a partir de uma lógica transformista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALMEIDA; VIEIRA; CANCELI (org.). **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. São Paulo: Diretório Nacional do PT. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)** (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1991.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A ciranda da política campinense: 1945/1964**. In: Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Eliete de Queiroz Gurjão (Org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000, p 79-100.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **Campina Grande: poder local e mudança nacional - (1945-1964)** (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1985.
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2011.
- BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BEZERRA, M. C. M. **A construção de Cozete Barbosa enquanto figura pública pela imprensa na cidade de Campina Grande (1980-2000)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.
- BUTTIGIEG, J. **Subalterno/ Subalternos**. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado do Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. UFF. Rio de Janeiro, 2005.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- COSTA, Edmilson Silva. **A política salarial no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- COSTA, José Jonas Duarte da. **A Crise da Cotonicultura da Paraíba (Uma Análise das causas)**. Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. **O Desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DONATO, Eronides Câmara. **Identidade, identidades: um estudo sobre os trabalhadores do Serrotão - Campina Grande** (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1995.
- FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011.

- FONTES, Virgínia Fontes. **A política e arte da desqualificação**. Revista Ciências e Letras. Porto Alegre, n° 37, 2005
- GADOTTI, Moacir; PERREIRA, Otaviano. **Pra que PT?** Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989
- GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do Cárcere Vol. III**. Maquiavel. Notas do Estado e a Política. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Burocratismo**. In: Escritos Políticos. Volume 2, 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere Vol. V**. O Risorgimento: Notas sobre a História da Itália. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.
- IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e consentimento**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KECK, M. E. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados são representantes de quem?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA JÚNIOR, G. P. de. **As origens da família Cunha Lima: sua representatividade política e social no brejo de Areia (1889-1930)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.
- LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
- LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande** (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional), Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 1996.
- LIMA, Damião de. **Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense**. Gurjão, Eliete de Queiroz e Lima, Damião de. (Orgs.) Estudando a História da Paraíba. -2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2001
- LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. João Pessoa: Ideia, 2002.
- LIMA, Luciano Mendonça de. **O partido dos trabalhadores e as eleições em Campina Grande**. Revista da ADUFPB-CG- Seção sindical da Andes, janeiro de 2001, ano 1, n°1; Campina Grande- PB.
- LIMA, Luciano Mendonça. **História e poder nas páginas de um jornal: 1971-2011**. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875>. Acesso em 30 de janeiro de 2021.
- LIMA, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande- PB (1988-2009)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). João Pessoa, 2010

- LYRA, R. P. **O Impacto da Falência dos Regimes do Leste Europeu nos Partidos dos Trabalhadores**. In: Eli Diniz. (Org.). O Brasil no Rastro da Crise. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994, v. 1, p. 124-155
- LYRA, R. P. **O Socialismo Petista**. In: Rubens Pinto Lyra. (Org.). Socialismo: Impasses e Perspectivas. São Paulo: Scritta, 1992, v. 1, p. 147-223.
- MACIEL, David. **Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci**. História Revista (UFG), GOIÂNIA, v. 11, n.2, 2006.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**; São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: o (P)MDB na Paraíba (1965-99)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010
- MELO NETO, José Francisco. **Política e Mudanças: perspectivas populares**. João Pessoa: UFPB/Universitária, 2002.
- MENEGUELLO, Rachel; **PT: a formação de um Partido (1979-1982)**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites da Paraíba (1985-2015)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, Brasil, 2016.
- NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o “moderno Príncipe”**: a teoria do partido nos Cadernos do Cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- NÓBREGA, Zulmira. **A festa do maior São João do mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2010.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)**. São Paulo: Sal da Terra, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. Qual é a do PT?, p. 10. IN: **E agora, PT?: caráter e Identidade**. Emir Sader (organização). São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- POMAR, Valter. **A metamorfose: Programa e estratégia petista**. Editora Página 13, São Paulo, 2014.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **As tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais**. In: BOITO JR., Armando (org.) O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SÁ, Maria Braga de. **A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande**. GURJÃO, Eliete Gurjão (Org.). Imagens multifacetadas da história de Campina Grande. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000, p 179-188.
- SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido; -2**. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SANTANA, Marco Aurélio. **O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 10/11, 1998.
- SANTOS, Igor Gomes. **Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana- Bahia (1979-2000)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do IFCH-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des) inventando festas e (re) inventado a cidade (1965-2002)**. Jundiá: Paco editorial, 2016.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editoria, 2001.

- SILVA, Antonio Ozaí da. **Nem reforma, nem revolução**: a estrela é branca. IN: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio (Orgs.). O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006). São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- SILVA, Carla Luciana. Resenha. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. Tempos Históricos (EDUNIOESTE), v. 10, 2007.
- SILVA, Fábio Ronaldo; Montenegro, Rosilene Dias. **A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema**: uma análise de discurso. BOCC, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v.01, 2007.
- SILVA, Josefa Gomes de Almeida. **Raízes Históricas de Campina Grande**. GURJÃO, Eliete Gurjão (Org.). Imagens multifacetadas da história de Campina Grande. Campina Grande: Secretaria da Educação, 2000, p. 13-27.
- SILVA, Luciana Estevam da. **Cidade e violência**: Campina Grande na década de 1980 e as representações do "Mão Branca" nos jornais (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2010.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras. 2018.
- SINGER, André. O PT. São Paulo: Publoofolha. 2001.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- THOMPSON. E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001
- SYLVESTRE, Josué. **Meio século de vida pública sem mandato ou com?** – Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba- 2ª ed. Campina Grande: Latus, 2014
- VIEIRA, L. M. **O conceito de Revolução Passiva nos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.

FONTES

- ENTREVISTAS

Edgard Malagodi, dias 17 de setembro 2020 e 12 de outubro de 2020
 Jairo de Oliveira, dia 29 de julho de 2020.
 Raimundo Cajá, dia 21 de março de 2020.
 Roberto Verás, dia 31 de julho de 2020.
 Zé Neto, dia 28 de outubro de 2020.
 Terezinha Cavalcante, dia 09 de junho de 2021
 Wagner Batista, dias 04 de agosto de 2020, 06 de agosto de 2020, 10 de agosto de 2020, 07 de setembro de 2020 e 19 de outubro de 2020
 Sizenando Leal, dia 07 de dezembro de 2021
 Socorro Ramalho, dia 23 de junho de 2021
 Josevaldo Cunha, dia 10 de maio de 2021

-IMPRESSOS

A) ARQUIVOS ENCONTRADOS NA SEDE DO PT DE CAMPINA GRANDE

A visita de Francisco Weffort a Campina Grande, *Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981.
Anuário de Campina Grande de 1982. Campina Grande: Anuários da Paraíba LTDA, composição e impressão de Editora Grafset, 1982.
As eleições e os objetivos do nosso partido, 1982.
Ata da convenção municipal do Partido dos Trabalhadores- PT- do município de Campina Grande, realizada no dia 01 do mês de agosto de 1982.
Documento sem título. Datado do dia 20 de março de 1981. Também publicado no **Diário da Borborema**, edição do dia 22 de março de 1981.
Editorial. *Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981.
Lavradores da Ramada lutam por suas terras. *Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981.
Nesta terra o PT tem história. *Cadernos de Teses do Encontro Estadual de 1999*, João Pessoa, 1999.
Nota da Comissão Executiva Municipal de Campina Grande, 22 de maio de 1982.
Nota de protesto do Partido dos Trabalhadores contra a condenação arbitrária dos líderes do ABC Paulista, 27 de fevereiro de 1981.
NOTA do Partido dos Trabalhadores, Diretório Municipal de Campina Grande-PB, 21 de setembro de 1982.
Ofício n° 002/81, 2 de abril de 1981
PT, Presente. *Jornal do PT*, N° 1, maio de 1981.
Vida Nova para o PT- rumo às eleições 2000. *Cadernos de Teses do Encontro Estadual de 1999*, João Pessoa, 1999.

B) JORNAIS BURGUESES

A campina e a Ronaldo a homenagem de João Pessoa. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988.
A privatização da Celb (Prefeitura de Campina Grande). *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 1998.
A síndrome de Cozete. *Correio da Paraíba*, edição do dia 20 de junho de 2002.

- A surpresa da Mostra Negócio.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 06 de junho de 1990.
- A Wallig e o governo.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 25 de maio de 1980.
- Acordo da lua II.** *Diário da Borborema*, edição do dia 8 de junho de 2000.
- Acordo da lua.** *Diário da Borborema*, edição do dia 8 de junho de 2000.
- Adjuntos I.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de dezembro de 2000.
- Agentes recolheram as faixas dos operários.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de junho de 1980.
- Aliança para barrar avanço dos conservadores.** *Diário da Borborema*, edição do dia 15 de março de 2000.
- Aliança para barrar avanço dos conservadores.** *Diário da Borborema*, edição do dia 15 de março de 2000.
- Álvaro questiona posição de Cozete em torno das tarifas.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 25 de agosto de 2000.
- Alvo.** *Diário da Borborema*, edição do dia 08 de julho de 2000
- Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 06 de junho de 1990.
- Assim é fraude.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 25 de janeiro de 1989.
- Ato público gera apreensão do governo municipal.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 21 de junho 1980
- Aumenta o índice de desemprego.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 29 de maio de 1980.
- Avenzoar acusa Cássio de tráfico de influência quando esteve na Sudene.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 27 de junho de 2000.
- Avenzoar afirma que família recebeu R\$ 59 mi do Finor.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 06 de julho de 2000.
- Bancada defenderá Cássio no DF.** *Correio da Paraíba*, edição 07 de julho de 2000.
- Bancada governista revela resistência.** *Diário da Borborema*, edição do dia 29 de março de 2000.
- Barrado.** *Diário da Borborema*, edição do dia 07 de julho de 2000.
- Batalhão em alerta para manter a ordem na greve.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1989.
- BB vai indenizar operários da Wallig.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de junho de 1980.
- Brasa na Fogueira.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 20 de junho de 2002.
- Briga de vices.** *Diário da Borborema*, edição do dia 23 de julho de 2000.
- Câmara aprova supressão de artigo que torna mais fácil privatização da Celb.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 1998.
- Câmara deve votar hoje fim do Art. 268.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 07 de abril de 1998.
- Câmara vai marcar a data para sessão.** *Diário da Borborema*, edição do dia 03 de agosto de 2000
- Cargo,** *Diário da Borborema*, dia 28 de março de 2000
- Cassação de Cozete é um prêmio.** *Diário da Borborema*, edição do dia 13 de fevereiro de 2004
- Cássio afirma que Maranhão continua tratando Campina com “perversidade”.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 03 de agosto de 2000.
- Cássio ainda espera contar com Maranhão.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 20 de junho de 2000.
- Cássio anuncia mudanças no seu secretariado hoje.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de dezembro de 2000
- Cássio diz que com a união de PT/PMDB Campina Cresce.** *Diário da Borborema*, edição do dia 22 de agosto de 2000.

- Cássio é diplomado.** *Diário da Borborema*, edição do dia 14 de dezembro de 2000.
- Cássio em primeiro lugar com 54%.** *Diário da Borborema*, edição do dia 20 de junho de 2000
- Cássio inicia campanha.** *Diário da Borborema*, edição do dia 08 de agosto de 2000.
- Cássio se reúne com a Executiva petista.** *Diário da Borborema*, edição do dia 14 de março de 2000.
- Cássio se reúne hoje com PT para definir coligação.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 19 de novembro de 1999.
- Cássio tem dois adversários.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 01 de julho de 2000.
- Celb: oposições, a última barricada.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 13 de março de 1998.
- Choque térmico.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de janeiro de 1989.
- Cidade dá um “grito de alerta” contra a privatização da Celb.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 28 de março de 1998.
- Ciência.** *Diário da Borborema*, edição do dia 07 de julho de 2000.
- Coligação,** *Diário da Borborema*, dia 28 de março de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição dia 08 de agosto de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 03 de agosto de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 05 de setembro de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 13 de agosto de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 16 de agosto de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 16 de outubro de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 25 de agosto de 2000.
- Coluna Aparte.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 30 de agosto de 2000.
- Começa um governo Popular e Democrático.** *Gazeta do Sertão*, edição do dia 01 de fevereiro de 1983.
- Comitê avalia movimento paredista.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 15 de março de 1989.
- Comitê da Wallig intensifica luta.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 08 de maio de 1980.
- Comitê de Mobilização explica na Câmara os motivos da paralisação.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1989.
- Como foi a manifestação na rua.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 29 de julho de 1998.
- Consulta.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 2000
- Contra.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 24 de março de 2000.
- Coordenação.** *Diário da Borborema*, edição do dia 6 de junho de 2000.
- Cozete afirma que acredita na inocência de Cássio.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 13 de julho de 2000.
- Cozete anuncia pacificação no PT.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 4 de junho de 2000
- Cozete diz que prefeito Cássio não deixará cavalo passar selado.** *Diário da Borborema*, edição do dia 13 de outubro de 2000.
- Cozete diz que Sintab vende populismo barato.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de dezembro de 2000.
- Cozete explica críticas.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de dezembro de 2000.
- Cozete: “Sucesso do PT nas urnas se deve ao desgaste dos políticos”.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de outubro de 2000.
- Cozete: eu não luto para ser vice-prefeita.** *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 2000
- CUT questiona venda e defende plesbicito.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1998.

Deputado do PT de Brasília diz que PMDB do “R” não acompanha FHC. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 04 de novembro de 2000

Diretório Nacional do PT confirma aliança com o PMDB. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de maio de 2000.

Diretório Nacional vai julgar recurso hoje. *Diário da Borborema*, edição do dia 27 de maio de 2000.

Dirigente do PT condena atitude dos peemedebistas. *Diário da Borborema*, edição do dia 13 de novembro de 1990.

Divisão de cargos racha o PT paraibano. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 09 de novembro de 1999.

Empresário: Falta de coletivo ocasionou êxito da greve. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 1989

Empresários retiram coletivos. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 15 de março de 1989.

Enivaldo acusa coligação de distribuir tijolo e telha. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 22 de agosto de 2000.

Enivaldo diz que Cássio tem medo de Maranhão. *Diário da Borborema*, edição do dia 25 de agosto de 2000.

Enivaldo quer cancelar o aumento da passagem. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de julho de 2000.

Enivaldo Ribeiro confia na vitória. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de julho de 2000.

Entidades e partidos se reúnem para encaminhar articulação contra o Plano. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de janeiro de 1989.

Entre aspas. *Diário da Borborema*, edição do dia 06 de março de 2000.

Estado não vai reprimir. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 14 de março de 1989.

Estrela sem brilho: Juiz condena Presidente do PT a 21 meses de detenção. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 06 de junho de 1990.

Executiva petista vai analisar alianças na PB. *Correio da Paraíba*, edição do dia 16 de junho de 2000.

Falta de energia marca sessão especial que discutia privatização da Celb. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 12 de março de 1998.

Fechada com Avenzoar. *Correio da Paraíba*, edição do dia 20 de junho de 2002.

Frei Anastácio, Ricardo e Avenzoar são contra. *Correio da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 2000.

Frente quer apoio. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 04 de julho de 1998.

Governo cortará ponto. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 19 de março de 1989.

Governo culpa prefeitos se o plano da Cehap fracassar. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 13 de junho de 1980.

Greve geral: ministro ameaça pôr tropas federais nas ruas. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 14 de março de 1989.

Greve: Bancos e comércio parados. Indústrias funcionam. PM equidistante. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 15 de março de 1989.

Grupo do PT quer aliança com Ronaldistas. *Correio da Paraíba*, edição do dia 8 de outubro de 1999.

Hipocrisia. *Jornal da Paraíba*, edição dia 09 de agosto de 2000.

Infração. *Correio da Paraíba*, edição do dia 28 de junho de 2000.

Irregularidades na Sudene ameaçam aliança Cássio-PT. *Correio da Paraíba*, edição do dia 03 de julho de 2000.

Irregularidades são comprovadas. *Correio da Paraíba*, edição do dia 05 de julho de 2000.

- Ivandro e a sucessão.** *Diário da Borborema*, edição do dia 5 de abril de 2000
- Jairo é condenado e partido acusa os Cunha Lima.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 06 de junho de 1991
- Jairo:** “O judiciário está aviltado, desmoralizado. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 06 de junho de 1990.
- Justiça Eleitoral garante plebiscito.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 19 de março de 1998.
- Justiça proíbe as imagens de Maranhã e Ney no guia.** *Diário da Borborema*, edição do dia 25 de agosto de 2000
- Justiça proíbe Maranhão de aparecer no guia eleitoral de Enivaldo Ribeiro.** *Jornal da Paraíba*, edição dia 25 de agosto de 2000
- Lendo a pesquisa.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de março de 2000.
- Lula aprova coligação do PT com o PMDB de Campina Grande.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 23 de abril de 2000.
- Lula teme julgamento antecipado de inocente.** *Diário da Borborema*, edição do dia 06 de julho de 2000.
- Malagodi na berlinda.** *Diário da Borborema*, edição do dia 26 de outubro de 2000.
- Malagodi rebate crítica e denúncia manobra no PT.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 06 de setembro de 2000.
- Malagodi.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de junho de 2000.
- Malagodi.** *Diário da Borborema*, edição do dia 01 de agosto de 2000.
- Manifesto em praça pública.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1989.
- Maranhão decide subir no palanque de Enivaldo.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 26 de junho de 2000
- Mea culpa.** *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de novembro de 1990.
- Morte no comício: Câmara cobra elucidção.** *Diário da Borborema*, edição do dia 01 de setembro de 2000.
- MR. Godi.** *Diário da Borborema*, edição do dia 22 de março de 2000
- Mudança no quadro.** *Correio da Paraíba*, edição dia 28 de março de 2000
- Muro de Berlim.** *Diário da Borborema*, edição do dia 22 de março de 2000
- Na retaguarda.** *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de abril de 2000.
- Não serei um vice-prefeita apenas de caráter decorativa.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 26 de novembro de 2000.
- No limite.** *Diário da Borborema*, edição do dia 01 de agosto de 2000
- Novos líderes para Campina Grande.** *Gazeta do Sertão*, edição do dia 05 de fevereiro de 1984.
- O caso Finor: Enivaldo discorda de Cícero e diz que aliado do PMDB é quem explora fato.** *Diário da Borborema*, edição do dia 13 de julho de 2000.
- O discurso.** *Gazeta do Sertão*, edição do dia 01 de fevereiro de 1983.
- O impossível acontece.** *Jornal da Paraíba*, edição dia 09 de agosto de 2000.
- O PT e a reeleição.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 04 de dezembro de 1999.
- O PT na berlinda.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 02 de dezembro de 1999.
- O PT que vem aí.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 01 de novembro de 2000.
- O requinte em Campina.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988
- Obrigação.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 28 de março de 2000.
- Oligarquias.** *Correio da Paraíba*, edição do dia 24 de março de 2000.
- Operários farão ato público na visita de João Figueiredo.** *Jornal da Paraíba*, edição do dia 21 de junho 1980.
- Oposicionistas defendem candidatura de Enivaldo.** *Diário da Borborema*, edição do dia 29 de março de 2000.

Orçamento participativo não existe em Campina Grande, afirma Jairo. *Diário da Borborema*, edição do dia 13 de fevereiro de 2004.

Orçamento. *Diário da Borborema*, edição do dia 3 de abril de 2000.

Organização marca final da Greve. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 1989.

Organização marca o fim da Greve. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 1989.

Os anos dourados de Campina Grande. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988

Para Cássio, tudo isso é balela. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de julho de 2000.

Para um grande povo, uma monumental obra. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de maio de 1986

Parabéns, Campina. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988

Parabéns. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988

Partido dos Trabalhadores. *Gazeta do Sertão*, edição do dia 05 de fevereiro de 1984.

Parto. *Diário da Borborema*, edição do dia 20 de junho de 2000.

PC's reagem às críticas de petista. *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de novembro de 1990.

Peitada; Ataque, Bateu; Tiro. *Correio da Paraíba*, edição do dia 04 de junho de 2000

Pequenas notícias. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 07 de julho de 1998.

Pesquisa Eleitoral: Cássio atribui preferência ao trabalho desenvolvido em município. *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de março de 2000.

Petistas decidem hoje entre voto nulo e “apoio crítico”. *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de outubro de 1990.

Petistas decidem hoje por anulação intencional de votos. *Diário da Borborema*, edição do dia 8 de novembro de 1990.

Petistas decidem por voto nulo. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de outubro 1990.

Petistas se reúnem com Lula na capital. *Diário da Borborema*, edição do dia 29 de março de 2000.

Plenária do PT vai definir composição. *Diário da Borborema*, edição do dia 22 de março de 2000.

PMDB e PT homologam a chapa Cássio/Cozete. *Diário da Borborema*, edição do dia 18 de junho de 2000.

PMDB revida nota petista. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 30 de maio de 1998.

Polêmica no PT II, *Diário da Borborema*, edição do dia 10 de dezembro de 2000

Polêmica no PT III, *Diário da Borborema*, edição do dia 10 de dezembro de 2000.

Polêmicas das tarifas. *Diário da Borborema*, edição do dia 21 de julho de 2000.

Por uma nova Campina. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 04 de fevereiro de 1986.

Postulação errada. *Diário da Borborema*, edição do dia 5 de novembro de 1990.

Prefeito comparece à convenção. *Correio da Paraíba*, edição do dia 01 de julho de 2000.

Prefeito destaca união com o PT. *Diário da Borborema*, edição do dia 20 de junho de 2000.

Prefeito resiste às pressões e sanciona na íntegra o projeto dos motos taxistas. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de dezembro de 1999.

Presidente petista defende diálogo com Cássio e faz crítica aos xiitas. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 29 de outubro de 1999.

Pressa na indicação da vice. *Diário da Borborema*, dia 28 de março de 2000.

Privatização da Celb (Informe Empresarial). *Jornal da Paraíba*, edição do dia 22 de março de 1998.

Privatização da CELB: Sindicato quer agilizar votação na Câmara. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 20 de maio de 1998.

Privatização divide campinenses. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 01 de dezembro de 1999.

Proposta de privatização é retirada; com ela sai também abertura de capital. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 03 de junho de 1998.

PSDB negocia cargos antes de fechar coligação em Campina: Lula Cabral tem prometida a Secretaria de Cultura. *Correio da Paraíba*, edição do dia 01 de julho de 2000

PT aprova coligação com o prefeito Cássio em Campina. *Correio da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 2000.

PT assume governo em Campina com Cozete e gera expectativas. *Jornal da Paraíba*, e dição do dia 07 de maio de 2002.

PT classifica Ronaldo de ser oportunista, cínico e mentiroso. *Diário da Borborema*, edição do dia 11 de novembro de 1990.

PT critica contradição de Cássio. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de março de 1998.

PT critica Malagodi. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 10 de dezembro de 1999.

PT decide amanhã opção pela anulação do voto. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de outubro de 1990.

PT define amanhã decisão sobre o segundo turno. *Diário da Borborema*, edição do dia 27 de outubro de 1990.

PT diz que a vice candidatura não é suficiente para a legenda. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 20 de outubro de 1999.

PT indicará Cozete para vice do PMDB. *Diário da Borborema*, edição do dia 14 de abril de 2000.

PT não quer mais coligação com os partidos comunistas. *Diário da Borborema*, edição do dia 27 de novembro de 1990.

PT participa do 2º turno com anulação intencional de voto. *Diário da Borborema*, edição do dia 10 de novembro de 1990.

PT propõe uma frente contra FHC. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 27 de dezembro de 2000.

PT reúne diretorianos. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 01 de julho de 1998.

PT. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 07 de dezembro de 1999.

Quem ganhou? *Diário da Borborema*, edição do dia 18 de março de 1989.

Queremos chegar logo ao poder. *Diário da Borborema*, edição do dia 20 de junho de 2000

Racha e Racha II. *Diário da Borborema*, edição do dia 10 de junho de 2000.

Renúncia; Justificativa; Tolerância Zero. *Correio da Paraíba*, edição do dia 10 de junho de 2000.

Renúncia; Sem voz. *Correio da Paraíba*, edição do dia 17 de junho de 2000.

Requerimento que permite abertura de capital da Celb “aparece no Legislativa e provoca confusão. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 24 de julho de 1998.

Rodoviária: passageiros prejudicados. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 15 de março de 1989.

Ronaldo registra 5º ano de governo integrando outros bairros ao progresso de Campina Grande. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1989.

Ronaldo, de gazeteiro a prefeito de Campina. *Gazeta do Sertão*, edição do dia 01 de fevereiro de 1983.

Ronaldo: A coerência se repete. *Diário da Borborema*, edição do dia 20 de junho de 2000.

Sedento, *Diário da Borborema*, dia 28 de março de 2000

Seguro. *Diário da Borborema*, edição do dia 26 de maio de 2000

Sessão especial discute a privatização. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1998.

Setor grossista forçado a parar. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 15 de março de 1989.

SSP garante segurança as empresas. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 11 de março de 1989.

Sucesso também no Distrito. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 1989.

Sucesso também no Distrito. *Diário da Borborema*, edição do dia 16 de março de 1989.

Sudene aciona Justiça para reaver R\$ 395,2 mi do Finor. *Correio da Paraíba*, edição do dia 30 de junho de 2000

Tesourada. *Diário da Borborema*, edição do dia 28 de dezembro de 2000.

Trabalho. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988

Uma grande administração. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de janeiro de 1988

Uma mancha na lapeia da esperança. *Diário da Borborema*, edição do dia 18 de março de 1989.

Vereador denuncia compra de votos. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 31 de agosto de 2000.

Vereadora do ano. *Diário da Borborema*, edição do dia 21 de dezembro de 2000.

Vereadores criticam venda da Companhia Energética. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 01 de dezembro de 1999.

Vital Filho acusa Cássio por conta da privatização da Celb. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 01 de dezembro de 1999.

Vital promete reformular trânsito e rever tarifas. *Diário da Borborema*, edição do dia 30 de julho de 2000

Vital quer auditorias. *Correio da Paraíba*, edição do dia 06 de julho de 2000

Vítimas da aliança. *Correio da Paraíba*, edição do dia 20 de junho de 2002.

Voto de solidariedade para Cássio na capital. *Diário da Borborema*, edição do dia 06 de julho de 2000.

Votos. *Jornal da Paraíba*, edição do dia 09 de agosto de 2000.